

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GABRIEL GUERRA CÂMARA

**AÇÃO POLÍTICA, SUBJETIVAÇÃO E REMEMORAÇÃO - UM ESTUDO COM
AGENTES SOCIAIS BRASILEIROS QUE INICIARAM SUA AÇÃO POLÍTICA NO
CONTEXTO DA DITADURA MILITAR DE 1964**

PORTO ALEGRE

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Rochele Fellini Fachinetto

PORTO ALEGRE

2022

Banca examinadora:

Doutora Camila Penna de Castro

PPG Sociologia – UFRGS

Doutor Gerson de Lima Oliveira

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Doutor Matheus Mazzilli Pereira

Centro de Estudos da Metrópole – CEBRAP/USP

Doutor Raul Enrique Rojo

PPG Sociologia -UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Câmara, Gabriel Guerra
AÇÃO POLÍTICA, SUBJETIVAÇÃO E REMEMORAÇÃO - UM
ESTUDO COM AGENTES SOCIAIS BRASILEIROS QUE INICIARAM
SUA AÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR DE
1964 / Gabriel Guerra Câmara. -- 2022.
298 f.
Orientadora: Rochele Fellini Fachinetto.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Sociologia política . 2. Ação política . 3.
Movimentos sociais. 4. Subjetivação. 5. Rememoração .
I. Fachinetto, Rochele Fellini, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Essa tese não teria sido possível sem a amizade de pessoas queridas e o apoio de instâncias institucionais as quais aqui agradeço.

Em primeiro lugar, à Carla Silva dos Santos, que desde há alguns anos me acompanha na empreitada da vida, sempre me apoiando e dizendo as palavras que, certamente, precisei ouvir. Agradeço à sua sensibilidade e paciência ao longo desses anos.

Agradeço, também, à minha família, que desde o início de minha vida acadêmica sempre me apoiou no que precisei.

Um agradecimento especial, também, ao professor Raul Enrique Rojo, que desde o início construiu esse trabalho com todo o empenho e interesse, realizando encontros de orientação periódicos que muito me agregaram e ensinaram. O período de estágio-sanduíche na Bélgica não teria se dado sem, também, seu envolvimento e apoio. Deixo claro, aqui, que todas as qualidades do trabalho se devem à sua orientação, e todos os defeitos são de minha inteira responsabilidade. Se quando iniciei o doutorado tivesse a maturidade que tenho agora, com certeza aproveitaria muito mais suas orientações, muito à frente talvez da minha capacidade de compreensão das coisas quando iniciei os trabalhos com o professor Raul. À ele, um enorme *merci*.

À professora Rochele Fellini Fachinetto, que finalizou o processo de orientação, permitindo que eu concretizasse a tese. O interesse e os aprendizados com ela realizados são inversamente proporcionais do tempo em que trabalhamos juntos nessa pesquisa.

Agradeço aos amigos que ao longo da formação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul fui conhecendo, e que se tornaram grandes amigos. Os cito: Rodrigo Foresta Wolffenbüttel, Fernando Araújo, Lívio Silva de Oliveira, Lucas Hertzog Ramos e Rodrigo Campos Dilelio.

Cabe agradecer também à todos os servidores do PPGS-UFRGS, que sempre me auxiliaram nas questões burocráticas, fundamentais para o andamento do trabalho.

Por fim, à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter dispendido uma bolsa de estudos durante o meu período de doutorado, a qual foi fundamental para que eu pudesse focar no estudo e aprofundamento da extensa literatura sociológica, assim produzindo a tese.

Por fim, agradeço aos colegas que me receberam no Grupo de estudos Instituições, Democracia e Subjetividade, na Universidade Católica de Louvain, na

Bélgica, especialmente na pessoa do professor Geoffrey Pleyers, que foi meu orientador no período em que lá estive e não mediu esforços para me integrar aos trabalhos do grupo, com o qual sigo em contato.

RESUMO

Essa tese analisa a expressão da subjetivação na trajetória social e de ação política de um conjunto de agentes sociais. Subjetivação compreendida aqui como uma dimensão dos agentes sociais que os direciona à constituírem sua experiência social, por onde passa sua ação política, de forma sentidual. O estudo analisa, de forma mais específica, como a subjetivação se expressa na rememoração da ação política de agentes que iniciaram sua ação política no contexto da e contra a ditadura militar no Brasil, assim encontrando instabilidades sociais e condições – objetivas e subjetivas - adversas à própria ação. Essa pesquisa demonstra a presença transversal da subjetivação na rememoração da ação política desses agentes, defendendo que a dimensão temporal é uma via para a apreensão da subjetivação na ação política. O processo de constituição sentidual do agente e da própria experiência é possibilitado pela transversalidade da subjetivação na rememoração que o agente social realiza de sua ação política. Essa transversalidade, por sua vez, se materializa por um recurso que o agente mobiliza nessa rememoração, o qual denominamos avaliação retrospectiva. Por essa avaliação retrospectiva, lendo o passado à luz do presente, a rememoração induz o sujeito a dar sentido à sua experiência de ação política. Essa tese é verificada com base na análise de oito entrevistas semiestruturadas realizadas com agentes que, a partir tanto de inserções comuns quanto diferentes na ação política, iniciaram sua ação política no contexto da ditadura militar e até hoje possuem inserções políticas. Metodologicamente, trabalhamos com uma perspectiva diacrônica de ação política. Ao rememorar sua ação política, os agentes sociais expressam a subjetivação como esforço de constituição de sentido de sua experiência social, marcada pela instabilidade. Por fim, essa tese agrega à discussão sociológica da ação política o conceito de subjetivação, conceito esse que busca reintroduzir a dimensão normativa na sociologia contemporânea.

Palavras-chave: Ação política; Subjetivação; Rememoração; Memória; Ditadura militar.

ABSTRACT

This thesis examines the subjectivation's expression in a group of social agents' social trajectory and political action. Subjectivation is understood here as a dimension of social agents that directs them to constitute their social experience, permeating their political action sentimentally. The study analyses, in a more specific way, how subjectivation is expressed in the remembrance of the political action of agents who started their political activities in the context of and against the military dictatorship in Brazil, thus finding social instabilities and conditions – objective and subjective – adverse to the action itself. This research demonstrates the transversal presence of subjectivation in the remembrance of the political action of these agents, arguing that the temporal dimension is a way to apprehend subjectivation in political action. The process of the agent's sentimental constitution and the experience itself is made possible by the transversality of subjectivation in the remembrance that the social agent performs their political action. This transversality, in turn, is materialised by a resource that the agent mobilises in this remembrance, which we call retrospective evaluation. Through this retrospective evaluation, reading the past in the light of the present, memory induces the subject to give meaning to their experience of political action. This thesis is verified based on the analysis of eight semi-structured interviews carried out with agents who, from both familiar and different insertions in political action, began their political action in the context of the military dictatorship and, until today, engage in political action. Methodologically, we work with a diachronic perspective of political action. When recalling their political action, social agents express subjectivation as an effort to make sense of their social experience, marked by instability. Finally, this thesis adds to the sociological discussion of political action the concept of subjectivation, an idea that seeks to reintroduce the normative dimension into contemporary sociology.

Key-words: Political action; Subjectivation; Memory; Military dictatorship.

RESUMÉ

Cette thèse de doctorat analyse l'expression de la subjectivation dans la trajectoire sociale et dans l'action politique d'un ensemble d'agents sociaux. La subjectivation est comprise comme une dimension des agents sociaux qui les dirige à la construction de leur expérience sociale, par où passe leur action politique, composant du sens. L'étude analyse, de manière plus spécifique, comment la subjectivation s'exprime dans le souvenir de l'action politique des agents qui ont débuté leur action politique dans le contexte de et contre la dictature militaire au Brésil, en trouvant ainsi des instabilités sociales et des conditions - objectives et subjectives - indésirables à l'action elle-même. Cette recherche démontre la présence transversale de la subjectivation dans le souvenir de l'action politique de ces agents, défendant que la dimension temporelle est une voie pour l'appréhension de la subjectivité dans l'action politique. Le processus de constitution du sens de l'agent et de son expérience est rendu possible par la transversalité de la subjectivation dans le souvenir que l'agent social réalise de son action politique. Cette transversalité, à son tour, se matérialise par une ressource que l'agent mobilise dans le souvenir, celui dénommé évaluation rétrospective. En ce qui concerne la méthodologie, nous travaillons avec une perspective diachronique d'action politique. Dans l'acte de se souvenir de leur action politique, les agents sociaux expriment la subjectivation comme effort de constitution de sens dans leur expérience sociale, caractérisé par l'instabilité. Pour conclure, cette thèse ajoute à la discussion sociologique d'action politique, le concept de subjectivation, ce concept qui cherche à réintroduire la dimension normative dans la sociologie contemporaine.

Mots-clé: Action politique; Subjectivation; Mémoire; Dictature militaire.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo das perspectivas teóricas	38
Quadro 2: Características dos entrevistados (Elaboração própria).....	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema da ação no funcionalismo parsoniano	55
Figura 2: A transversalidade da subjetivação no processo rememorativo	282

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. DA CRÍTICA AO MARXISMO À NEGAÇÃO DA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA – REFORMULAÇÕES DA SOCIOLOGIA DA AÇÃO POLÍTICA NO SÉCULO XX	36
1.1 Crítica ao marxismo mecanicista.....	39
1.2 O funcionalismo parsoniano e a relação da ação com a ordem social.....	42
1.3 A crítica parsoniana ao recurso exterior à ação na produção da ordem social.	48
1.4 As críticas da sociologia política contemporânea ao marxismo e ao funcionalismo parsoniano	56
1.5 Ação política, campo conflitual e sistema político – A Teoria do Processo Político.....	62
1.6 Ação política como expressão de dimensões simbólico-culturais – a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).....	65
1.7 TPP e TNMS – limites e possibilidades.....	72
2. CONJUGANDO REALIDADE E SUBJETIVIDADE – O CONCEITO DE SUBJETIVAÇÃO COMO POSSIBILIDADE ANALÍTICA PARA A AÇÃO POLÍTICA.....	76
2.1 Crise da crítica, reconstituição normativa e intersubjetividade.....	83
2.2 Subjetivação e ação política	96
2.3 Subjetivação e rememoração.....	101
3. DITADURA MILITAR NO BRASIL – CONTEXTO, DINÂMICA E PRINCIPAIS ATORES EM CONFLITO.....	107
3.1 Do golpe militar ao AI-5 – Formação do aparato institucional da ditadura e institucionalização da exceção	108
3.2 Da intensificação da luta armada ao fortalecimento da repressão política, 1968- 1974	123
3.3 De meados da década de 70 à abertura – tensões entre o poder e a ação política da sociedade civil.....	140
4. AÇÃO POLÍTICA, REMEMORAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DE AGENTES SOCIAIS NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR.....	157
4.1 Entrevista 1.....	157
4.2 Entrevista 2.....	179
4.3 Entrevista 3.....	195
4.4 Entrevista 4.....	212
4.5 Entrevista 5.....	227
4.6 Entrevista 6.....	245

4.7	Entrevista 7.....	260
4.8	Entrevista 8.....	271
4.9	A transversalidade da subjetivação no processo rememorativo da ação política	281
	CONCLUSÃO.....	283
	REFERÊNCIAS	287
	ANEXO 1.....	296

INTRODUÇÃO

Essa tese analisa a expressão da subjetivação, compreendida como a forma pelo qual os indivíduos “se pensam e constroem-se como princípio de sentido” (PLEYERS & CAPITAINE, 2017, p. 3), na ação política de agentes que se envolveram, originalmente, com a luta social no contexto da ditadura militar no Brasil e possuindo inserção política até hoje. Demonstramos a tese de que a subjetivação se expressa no processo rememorativo da ação política. Essa tese é verificada com base na análise de oito entrevistas semiestruturadas realizadas com agentes que, de forma variada, iniciaram sua ação política no contexto histórico acima enunciado. Eles são a base empírica desse estudo. Ao rememorar sua experiência social e de atuação política, os agentes sociais expressam a subjetivação como esforço de constituição de sentido de sua experiência social.

De forma diversa das perspectivas objetivistas¹, essa tese parte das orientações teóricas da Sociologia da Subjetivação para compreendermos a dimensão subjetiva² da ação política e, com isso, incrementarmos o potencial analítico desse conceito, fundante da própria sociologia política. Ambas posições, objetivismo e subjetivismo, por sua vez, respondem por diferentes orientações filosóficas³.

¹ Filosoficamente, a posição objetivista é aquela que reconhece a existência de objetos, do e no mundo, que possuem validade independente das crenças e das opiniões dos diferentes sujeitos (Abbagnano, 2020). Esses objetos podem ser tanto materiais quanto simbólicos.

² O subjetivismo é a posição filosófica que admite que a subjetividade interfere na forma como os sujeitos apreendem os objetos do mundo. A realidade, assim, é objetivada a partir de uma disposição mental e/ou subjetiva. Desse modo, a compreensibilidade e o sentido de qualquer objeto é dependente do sujeito que o apreende, tornando a realidade heterônoma. A realidade é cognoscível, mas ela em si é desprovida de autossuficiência e autonomia, efetivando-se a partir da delimitação que as formas ideais, a *priori* da experiência e que caracterizam a subjetividade humana, viabilizam. O real, na perspectiva subjetivista, é desprovido de objetividade essencial.

³ A Filosofia é a atividade intelectual que se ocupa da reflexão acerca das possibilidades de acesso à verdade do mundo (natural e/ou social). A análise crítica que procura os parâmetros e condições para afirmarmos que algo possui validade e veracidade. Todo posicionamento teórico está sempre respaldado em uma posição filosófica que o sustenta em sua pretensão de verdade e validade. As alegações lógicas decorrentes de um posicionamento teórico (que se assume), se bem fundamentado filosoficamente, serão também autenticadas, fortalecendo sua intenção de serem parte de um conhecimento verdadeiro. Um exemplo: pesquisadores diferentes podem estudar o mesmo objeto empírico, a partir de diferentes perspectivas teóricas, as quais respondem por diferentes bases filosóficas. Esses pesquisadores irão encontrar conclusões diferentes em suas pesquisas. Isso não quer dizer que alguma delas não seja verdadeira, diante da realidade estudada. Ambas pesquisas apresentarão resultados que se pretendem verdadeiros. O que muda são os princípios e critérios filosóficos que orientam os pesquisadores. Esses diferentes princípios e critérios, por sua vez, nos instruem, de forma diversa, acerca das possibilidades de se acessar a verdade a respeito do mundo.

Falamos de ação política nos leva, certamente, a falarmos de ação, ou melhor, do conceito de ação na Sociologia. As bases filosófico-teóricas do conceito de ação, com suas mediações e adaptações, chegarão às formas de conceituar a ação política que a Sociologia Política desenvolveu (e ainda desenvolve, como essa tese atesta).

A Sociologia é a ciência que estuda a sociedade e os fenômenos que possuem o social como dimensão determinante, como estabeleceram, cada um deles informado por uma tradição filosófica, os clássicos dessa disciplina. A sociedade, por sua vez, é composta de indivíduos que se comportam de diferentes maneiras, realizando uma pluralidade de ações ao longo de suas vidas. Em termos gerais, a ação é a unidade mais básica que possibilita essa diversidade de comportamentos dos indivíduos em sociedade. Em vista disso, na Sociologia, falamos de ação social, em virtude de que toda ação se dá sempre entre dois ou mais agentes inserida em relações com outros indivíduos.

Analisando a sociedade, diferentes autores, informados por diferentes bases filosóficas, deram distintas respostas para o questionamento básico do porque os agentes sociais, sem querer ser redundante, agem. Qual o fundamento envolvido em sua(s) ação(ões) na sociedade? Toda ação tem um fundamento? Existem lógicas plurais da ação, na expressão de Dubet? Em suas relações sociais, quais lógicas da ação os agentes então mobilizam? Essas lógicas são exclusivas, ou a depender da situação em que se encontram, diferentes lógicas são mobilizadas? Como se diferenciam as diferentes correntes sociológicas acerca dessa questão entre unicidade e pluralidade de fundamentos para a ação? Essas e muitas outras questões nesse sentido alimentam as tentativas de identificar, estabelecer e defender esses diferentes posicionamentos filosófico-teóricos acerca da ação marcaram o debate da Sociologia, como vimos, desde o seu início, ganhando, durante o século passado, novo fôlego.

São essas tentativas que demarcam as diferentes correntes de pensamento sociológico que conhecemos, orientando, por exemplo, a comunidade científica em suas divisões internas, que se expressam, nacional e internacionalmente, nos diferentes grupos de pesquisa, congressos, grupos de trabalho e de discussão existentes na Sociologia hoje. Normalmente, esses diferentes grupos, por seguirem distintas tradições de pensamento, dialogam pouco entre si, não sendo raro posições de animosidade entre os pesquisadores, em uma extensão, muitas vezes, das posições científicas assumidas para posições existenciais e ideológicas. A lógica de disputa, como nos diz Bourdieu (2004), organiza o campo científico. Nele, ciência, política e vida não se separam.

A sociologia clássica, constituída em um diálogo profícuo, porque crítico, com a filosofia de seu tempo, nos lega três importantes orientações teóricas da ação social que vão influenciar, posteriormente, a sociologia e a sociologia política contemporânea. Os autores que vão produzir essas orientações são: Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920).

O alemão Karl Marx, em sua crítica ao idealismo⁴ alemão, vai substituindo sua compreensão das produções e manifestações humanas – derivada de sua filiação filosófica original à essa corrente – como dimensões deriváveis do processo de amadurecimento da dimensão ideal que possui, segundo o idealismo, primazia sobre a capacidade prática e de ação dos seres humanos. A crítica de Marx à Hegel e à sua concepção de Espírito como um ente em processo de incremento racional que possibilita o desenvolvimento da ação humana para níveis superiores de complexidade ao longo da história, é substituída, com o amadurecimento intelectual de Marx, por uma posição materialista⁵ que articula a dimensão ideal e prática sem prevalência de uma sobre a outra. Essa articulação entre teoria e prática, prática e teoria, opera através da dialética. A dialética é uma força que, ao produzir determinada manifestação, já traz em si os elementos de negação dessa mesma manifestação, com a conseqüente suprassunção⁶ de si mesma.

A empreitada intelectual de Marx que se inicia nos anos 1840, passa pela publicação da sua Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, de 1843, e ganha seu ápice com a Ideologia Alemã, de 1845, dirige o pensamento de Marx ao conceito de práxis, o qual designa a articulação dialética entre teoria e prática (MARX, 2007). O Homem, ao pensar, faz, e ao fazer, pensa, ininterruptamente. Ao se relacionar, a partir da práxis, com a Natureza, incrementando sua ação sobre ela ao longo da história, o homem a modifica,

⁴ O idealismo, por sua vez, é a corrente filosófica que defende que o mundo material, objetivo, exterior só pode ser compreendido a partir de sua verdade espiritual, mental ou subjetiva, que deve ser analisada para que se acesse a verdade do mundo concreto. Immanuel Kant (1724-1804) é o fundador do idealismo alemão. Hegel, mesmo sendo um crítico de Kant, segue essa corrente. O idealismo possui suas origens no pensamento do filósofo grego Platão (428/427-348-347 a.c.), a partir de sua Teoria das Ideias.

⁵ O Materialismo, enquanto posição filosófica é anterior à obra de Marx. Ele tem sua origem na filosofia pré-socrática, mas ganha corpo com as filosofias de dois pensadores gregos, aos quais Marx dedicou seu estudo em sua tese de doutorado: Demócrito (460-370 a.c.) e Epicuro (341-270/271 a.c.). O materialismo, em síntese, é a posição filosófica que detecta, na matéria e em seu movimento, a realidade fundamental do universo, a qual tem a capacidade de explicação para todos os fenômenos naturais, sociais e mentais. Por sua vez, a Ontologia é a corrente, na filosofia, que tem como objeto o estudo das propriedades gerais do ser, separado da infinidade de determinações que o qualificam e o caracterizam de forma particular e que, assim, ocultam sua natureza plena e integral. É com essa natureza plena e integral que a Ontologia se preocupa.

⁶ No sentido de elevação, potencialização, maximização.

ao mesmo tempo em que se modifica, objetiva e subjetivamente. Marx nos lega, com a concepção de práxis, uma concepção de ação elevada frente ao pensamento filosófico até seu tempo (NETTO, 2020), pois encontra o fundamento da ação humana nela mesma, e não em determinações para além dela, como o Idealismo – imbuído de sua dimensão transcendental e religiosa, segundo o próprio Marx – fazia. Contudo, quando Marx fala da ação humana, ele pressupõe que toda ação não se dá em um vazio, nem é produzida por um indivíduo atomizado, mas se desenvolve sempre na relação dos homens entre si, em seus constantes esforços de domínio intelectual e prático sobre a natureza, onde compartilham dificuldades e problemas reais em seus empenhos produtivos da vida material, necessários à sobrevivência e à vida em sociedade. Para compreender essa concepção elevada de ação (práxis), Marx abandona a lógica especulativa idealista e constitui a proposição materialista histórica. Essa proposição produz, frente ao idealismo, uma nova lógica analítica que se fundamenta na realidade concreta da vida dos homens, e dela retira seus princípios de orientação.

Marx nos lega, assim, uma imagem da ação humana que, ao se ver frente aos imensos desafios materiais da vida, é teoricamente, mas porque a realidade concreta assim a demonstra, ativa e produtiva dessa mesma realidade, a qual é sempre histórica e social e está em constante processo de movimento e mudança. A ação (práxis) é para os homens, segundo Marx (2007), o elemento que os permite, ao se verem diante de desafios, constituírem novas formas de os resolver, pois a realidade social constantemente coloca esses desafios aos homens, e eles não teriam se desenvolvido ao longo da história da humanidade se não tivessem sido capazes de os solucionar criativamente, relacionando-se. Essa dimensão de criatividade confere à ação, na forma como pensada por Marx, um elemento de crítica e reavaliação, não-imutabilidade, das orientações sociais à ela própria, que são produzidas pelos homens em sociedade.

O francês Émile Durkheim, por sua vez, assimilando criticamente orientações do positivismo (cientificista) do século XIX, apresenta a ação humana como resultado de coerções e constrangimentos que o meio social impõe aos indivíduos. Da imagem ativa da ação humana como práxis de Marx, Durkheim, seguindo diretrizes da tradição francesa de pensamento, compreende “a sociedade como um fenômeno supra individual que determina propriedades não redutíveis a propensões individuais” (LEVINE, 1997, p. 143). Os homens, desse modo, não possuem irrestrito domínio sobre como agem em sociedade, pois essa ação está, segundo Durkheim (2010; 2019), delimitada por determinações que não são controladas pelos indivíduos, as quais são produto da

moralidade, convenções, normas e regras oriundas da dinâmica da vida social. Comparado com Marx, a ação em Durkheim pressupõe um grau menor de liberdade dos sujeitos para com a forma como eles agem. Essas formas sempre pressupõe um elemento exterior e impositivo que as produzem.

Segundo Levine (1997), essa posição de Durkheim foi constituída a partir de sua polêmica contra o individualismo racionalista-utilitarista, o qual pensa a ação a partir do indivíduo atomizado, na esteira da tradição liberal-burguesa inglesa. Nesse debate, Durkheim está na antípoda dessa forma de pensamento de base filosófica liberal, se aproximando de uma posição coletivista para pensar a ação humana.

O pai da sociologia francesa na esteira, mesmo que crítica, do cientificismo, acaba assumindo a forma de pensar metafórica da Biologia que compreende as partes do corpo humano como cumpridoras de um papel funcional voltadas ao pleno funcionamento do organismo (corpo biológico). A sociedade, para Durkheim (2010), assim, será analisada a partir da posição funcionalista, originando essa corrente na Sociologia. Com isso, a ação humana estará determinada pela posição funcional do indivíduo na dinâmica social, espelhando o princípio teórico-metodológico de que a ação é resultado de uma série de coerções que a sociedade impõe aos indivíduos. O não-cumprimento das orientações que a posição funcional ocupada pelo sujeito no seio da sociedade lhe coloca, acarreta problemas à própria vida social. A posição sociológica funcionalista, dessa maneira, analisando a ação, é analítica e prescritiva, pois se identifica desregulações resultantes do descumprimento de orientações sociais à ação, se aventura na identificação e proposição de formas de retificar/remediar os problemas sociais daí surgidos. Essa posição teórica e prescritiva está presente, como apresentamos no capítulo um, no funcionalismo do sociólogo americano Talcott Parsons (1902-1979), influenciando sua interpretação da ação política.

O conceito de ação, de matriz funcionalista de Durkheim, não pressupõe tanto uma dimensão de potencialidade criativa, como em Marx. Se em Marx a ação permite aos homens com que eles se recriem e se reinventem historicamente, em Durkheim as orientações impostas à ação por dimensões coletivas induzem os homens à uma maior conformidade com a própria sociedade, dificultando, embora não impedindo, processos de mudança social. A ação, então, tem mais dimensões de conformação e coordenação dos comportamentos dos indivíduos, do que se constitui em um elemento criador e inovador da prática humana.

Dos três pensadores clássicos, foi o alemão Max Weber que nos legou conceitualmente uma separação entre o conceito de ação e o de ação social. Em Marx e Durkheim essa distinção não é clara. O conceito de ação social, para Weber, é derivado do de ação. Sem esse último, o conceito de ação social não é possível.

Weber é influenciado diretamente pelo idealismo subjetivo kantiano⁷, empreendimento filosófico moderno que em disputa com ideologias tradicionais, como a religião, assim como contra “crescentes ondas de explicação naturalista e de determinismo natural” (LEVINE, 1997, p. 183) na Europa ocidental dos séculos XVIII e XIX, busca “proteger o sentimento de dignidade e liberdade humanas” (LEVINE, 1997, p. 183), desenhando uma imagem dos indivíduos como seres autoconscientes e autodeterminados. A posição de delimitar um espaço distinto ao sujeito e às suas capacidades eminentemente humanas faz de Kant um dos grandes influenciadores da tradição alemã de pensamento. As concepções de ação e de ação social de Weber encontram sua base filosófica em Kant.

Munido filosoficamente, Weber (2010) conceitua a ação como um comportamento humano associado à um sentido subjetivo do agente. Esse espaço de subjetividade é assegurado pela concepção kantiana dos sujeitos como seres autoconscientes e autodeterminados. A ação pode ser objeto, por exemplo, de diversas ciências, tais como a Psicologia, a Economia, a História, a Antropologia, a Ciência Política, etc. Na busca de demarcar a especificidade da Sociologia frente às outras ciências do comportamento humano, em um empreendimento semelhante ao de Durkheim, mas orientado por outras formas de pensamento filosófico, Weber define que essa ciência estuda a ação social. Segundo ele, a ação social designa aquele tipo de ação em que o sentido subjetivo intentado pelo agente (ou pelos agentes) é referenciado pela ação (ou pelas ações) de outros agentes, orientando-se por eles em seu curso de ação. A ação social, assim, é uma ação realizada pelo indivíduo, mas não se esgota nele, pois tem nos outros indivíduos sua referência.

Weber, ao se situar no contexto de influência do idealismo alemão (séculos XVIII e XIX) compartilha com Marx, o qual está também imerso nessa conjuntura

⁷ A filosofia de Immanuel Kant (1724-1804) é considerada, em sua dimensão gnosiológica, idealista subjetiva porque defende que a inteligibilidade de um objeto de conhecimento depende do sujeito que o compreende. Isso torna a realidade cognoscível heterônoma, carente de autossuficiência, sendo redutível aos termos ou formas ideais que caracterizam a subjetividade humana. Para Kant, não há conhecimento puro do mundo, mas conhecimento do mundo construído pelas mediações intelectuais que o sujeito concededor realiza, as quais estão marcadas pelos a priori da experiência do sujeito, que deixam marcas em sua subjetividade, a qual ele mobiliza para conhecer o real.

histórica, filosófica e política, um conceito de ação ativa e criadora. Essa imagem da ação, por sua vez, resulta dos estabelecimentos críticos kantianos acerca das possibilidades humanas, tanto intelectuais quanto práticas⁸. Nesse sentido, ambos autores compreendem uma relação dinâmica dos homens com seu meio social, com sua ação construindo esse meio. Se distanciam, dessa maneira, da ideia de ação como dimensão exposta à coerções e limitações do meio social. Do pensamento sociológico clássico, assim, resulta o estabelecimento do componente social como elemento presente na conformação do comportamento humano, ao mesmo tempo em que se conforma, com ele, as matrizes teóricas (e metodológicas) que a Sociologia terá disponível para pensar a ação social (COLLINS, 2009; MOCELIN, 2017; SELL, 2009).

Desde os clássicos, no entanto, o conceito de ação social⁹ passou por críticas, reavaliações e reformulações. Como vimos, o debate sobre a ação é tributário da filosofia. A sociologia clássica nos lega novas concepções acerca dela, principalmente a partir de uma crítica às bases filosóficas racional-utilitaristas da ação (PARSONS, 2010) pressupostas por diferentes correntes da filosofia moderna¹⁰, como por exemplo o Liberalismo e o Positivismo. A sociologia clássica inicia esse processo, mas é a sociologia (e a sociologia política) contemporâneas que dão continuidade, à sua maneira, à crítica às bases racionalistas desse conceito. O desenvolvimento desse debate para além da sociologia clássica teve como trunfo, assim, a articulação do conceito de ação à diferentes tradições filosóficas que embasaram os mais relevantes posicionamentos sociológicos do século XX.

Nesse sentido, a Sociologia contemporânea¹¹ desenvolve uma pluralização das concepções de ação, relacionadas com diferentes bases filosóficas. Surge, nesse contexto, por exemplo, a influência da Fenomenologia¹² na sociologia, que desemboca

⁸ Esses estabelecimentos críticos estão presentes, principalmente, na *Crítica da Razão Pura*, de 1781, e na *Crítica da Razão Prática*, de 1788.

⁹ A partir de agora, usaremos somente a palavra ação como sinônimo de ação social. Na discussão sociológica desenvolvida após o pensamento clássico, não raro elas foram tomadas como sinônimo, mas sempre levando em conta a dimensão/componente social quando se fala da ação.

¹⁰ Por filosofia moderna compreendemos a filosofia produzida a partir do século XVII, com expressões nos séculos XVIII e XIX. Dois de seus nomes fundantes são o francês René Descartes (1596-1650) e o alemão Immanuel Kant.

¹¹ A partir daqui, quando tratarmos da sociologia contemporânea, estamos falando de qualquer autor que tenha desenvolvido suas ideias após os pensadores clássicos dessa ciência.

¹² A Fenomenologia é uma corrente filosófica que retoma a importância dos fenômenos na apreensão do mundo pelo sujeito cognoscente. Os fenômenos, para ela, devem ser estudados em si mesmos, em virtude de que aquilo que podemos conhecer do mundo - de nós mesmos - se resume à esses fenômenos, que são objetos fenomenais que o sujeito experiência e experimenta em sua limitação/finitude da consciência. Os objetos da Fenomenologia são os dados imediatos apreendidos intuitivamente, através da consciência, na nossa relação com as coisas do mundo. O filósofo, de origem tcheca, Edmund Husserl (1859-1938) foi o

nas abordagens do interacionismo simbólico e da etnometodologia, assim como uma reelaboração crítica de princípios filosóficos do sujeito racional-utilitarista¹³, presentes especialmente na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002).

Esse processo de pluralização leva autores como o francês François Dubet a trabalhar não mais com o conceito de ação, mas com o de lógicas de ação (DUBET, 2016), no intuito de dotar o conceito mesmo de ação de uma nova e mais eficaz analiticidade frente à complexidade do mundo social contemporâneo, que apresenta fenômenos muitas vezes contraditórios. Os analisar com um conceito rígido (e uniforme) de ação impede, segundo Dubet (2016), a Sociologia de apreender e analisar de forma mais efetiva a realidade social em que vivemos atualmente.

Dubet (2016) propõe, assim, três lógicas de ação que os sujeitos podem mobilizar ao longo de suas vidas em sociedade. Essas lógicas balizam as características dos fenômenos na realidade social, justamente porque eles são constituídos orientados por ações e comportamentos dirigidos por elas. A primeira lógica é a lógica da integração, que direciona à ação à produção de elementos que rumam à conformação e à coesão social, como por exemplo, elaborar um pertencimento à uma identidade específica que vincule os sujeitos à sociedade. Eles estando vinculados à uma identidade (e, por consequência, à um grupo específico), vão produzir fenômenos que tenham dimensões que resultam em agregação social. A segunda lógica é a da estratégia, a qual é ligada com a busca que os sujeitos realizam para obter conquistas relacionadas aos seus interesses. Nesse processo, levam em conta as diretrizes, normas e limitações (historicamente modificáveis) que um contexto social determinado lhes coloca. Os sujeitos sabem que não conquistarão todos os interesses que possuem ao longo de sua experiência, por isso importa então conquistar o máximo possível a partir das condições nas quais eles vivem. Essa lógica produz, por sua vez, fenômenos ligados à conflitualidade social (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009), como, por exemplo, a política. Espaço que se for estudado pelo cientista social, muito provavelmente ele encontrará essa lógica operando e direcionando

seu propositos moderno, nos moldes descritos aqui. Husserl se preocupa, em sua obra, a realizar uma descrição da experiência viva da (e vivida pela) consciência, cujas manifestações são depuradas de suas características empíricas e consideradas no plano da generalidade essencial. Além de Husserl, essa corrente tem também no pensamento do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) um expoente importante. Ela se constitui uma filosofia crítica do racionalismo moderno em virtude de demonstrar as inconstâncias, instabilidades, fragilidades e vicissitudes da relação entre a consciência e o mundo, pressuposta como linear e direta pelos filósofos racionalistas, em maior ou menor grau.

¹³ Reelaboração crítica frente, principalmente, à perspectiva de Talcott Parsons, a qual havia também realizado sua crítica da corrente racional-utilitarista, mas sob a influência do funcionalismo. A apresentação das ideias de Parsons é realizada no primeiro capítulo dessa tese, quando da apresentação do exame da perspectiva parsoniana pela sociologia política contemporânea.

a ação dos indivíduos participantes desse espaço social. A última lógica é a da subjetivação. Diferentemente das duas lógicas anteriores, essa lógica apresenta uma dimensão normativa, associada à crítica da realidade tal como ela se apresenta e, mais ainda, a intenção de, a partir dessa crítica, construir novos modelos/projetos para a vida em sociedade. A lógica da subjetivação leva em conta os processos de mediação entre a realidade social (exterior) e a dimensão interna do sujeito. O real se apresentando ao sujeito como dotado de problemas, estimula a subjetividade à tentar resolvê-los (DUBET, 2016). Essa posição teórica é compartilhada pelo conceito de subjetivação que mobilizamos nessa tese, mesmo com esse conceito possuindo um desenho diferente do de Dubet, o qual mais abaixo apresentamos.

Essa lógica pode trabalhar com ideias que não são relacionadas diretamente com a objetividade das condições sociais de um determinado período e espaço aonde a ação se desenvolve. Essas ideias são da dimensão do simbólico, mas nem por isso deixam de ter força performativa sobre a ação dos sujeitos. Ideias relacionam-se à ação e a ação relaciona-se às ideias, na influência do conceito de práxis de Marx. É a lógica de subjetivação, assim, que possibilita aos sujeitos pensarem para além das possibilidades que já se encontram concretizadas no mundo e agirem para as efetivar na realidade social. Agentes que agem politicamente para pressionar por mudanças sociais, normalmente, são impelidos por essa lógica de ação. Por fim, Dubet (2016) diz que na realidade social essas lógicas não se encontram separadas, mas se inter-relacionam nas ações que os indivíduos produzem, e se expressam de forma mais ou menos hegemônica nos diferentes contextos de interação que eles vivenciam durante sua vida. Essa breve apresentação de Dubet fará mais sentido com o andamento da leitura da tese, pois essas lógicas de ação ressurgem nas teorias da ação política.

Estabelecida, então, a Sociologia como uma ciência que se ocupa da ação dos homens em sociedade, ela pode constituir subcampos de interesse que, digamos assim, se ocupam de dimensões específicas da ação dos indivíduos em sociedade. Subcampos, contudo, que não se encontram de forma pura na realidade social. Entre esses vários subcampos, a Sociologia Política, assim, se ocupa com a ação política. De forma mais concreta, ela se dedica com os fenômenos sociais empíricos derivados desse tipo de ação. Ela nos interessa porque esse conceito orienta, em parte, a discussão dessa tese.

Mas, afinal, o que é ação política? Para responder essa pergunta, um esclarecimento se faz necessário: a literatura produzida pela sociologia política acerca da conflitualidade política em uma sociedade não trabalha expressamente com esse conceito

de ação política. Ele é derivado do conjunto de leituras que essas diferentes teorias da sociologia política (MELUCCI, 2001; TARROW, 2009; TOURAINE, 1978; TOURAINE, 1995) apresentam como dimensões presentes na própria conflitualidade sociopolítica em diferentes sociedades. Essas teorias são, em síntese, a Teoria do Processo Política (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Essas teorias substantivas da ação política, mesmo apresentando suas diferenças teórico-metodológicas, concorrem com uma dimensão fundamental para a definição da ação política, a saber: a ação política é aquele tipo de ação que está envolvida, de forma mais ampla, com a disputa social de diferentes formas/modelos de sociedade e suas dimensões constituintes, tais como regimes políticos, projetos culturais, direcionamentos ideológicos, etc. Esse tipo de ação se dá sempre em um contexto em que um opositor é definido a partir da posição que os respectivos grupos possuem no interior do processo de conflitualidade política (TOURAINE, 1995). A ação política normalmente envolve intenções de conservação de um sistema social tal como ele é, ou, de outra parte, uma intencionalidade transformativa desse mesmo sistema. Os grupos que se alinham à essas diferentes posições (polares) conformam o conflito social. Os primeiros objetivam à manutenção da realidade social em virtude de, normalmente, possuírem posições de destaque nesse mundo, e os segundos ambicionam a modificação dessa mesma situação, na tentativa de constituição de um rearranjo de posições de poder a partir do conflito. É importante salientar que a ação política não necessariamente modifica um estado de coisas, apenas possui essa intencionalidade, e essa intencionalidade impele os sujeitos à realizá-la. De modo geral, essas dimensões – conservadoras ou transformativas - são as dimensões mais gerais que caracterizam esse tipo de ação, uma espécie de tipo-ideal weberiano que possibilita a estudar concretamente na complexidade da realidade social.

As teorias substantivas da Sociologia Política estão sob uma égide teórica mais ampla da Sociologia do Conflito. Basicamente, o que caracteriza as abordagens teóricas do conflito é que elas compreendem que todos “os sistemas sociais revelam desigualdades na distribuição dos recursos valiosos” (TURNER, BEEGHLEY, POWER, 2016, p. 406) que os sistemas mesmo produzem, e essa dinâmica de desigualdade desemboca, então, em conflitos sociais por sua disputa. Essa disputa por sua vez, leva às intencionalidades conservadoras ou transformativas que descrevemos acima. Quanto à esses recursos relevantes para os grupos em disputa, eles podem ser tanto materiais quanto simbólicos. Como veremos, não à toa, são esses dois tipos de recursos que são levados

em conta pelas duas principais teorias sociológicas contemporâneas da ação política para a caracterizar.

A TPP, tributária em parte da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), de base pragmático-realista, coloca ênfase na aquisição, a partir da ação política, dos recursos materiais envolvidos nesse fenômeno. Mesmo sendo uma crítica da TMR, a TPP conserva parcialmente da TMR essa perspectiva. Em virtude de compreender a ação política como essa ação conflitual para a aquisições de recursos, a TPP irá focar na dimensão estratégica da ação política, olhando mais para o processo de ação política (processo de mobilização), do que para a singularidade de essa ou aquela expressão da ação política, como os movimentos sociais, por exemplo. O conceito de movimentos sociais aparece na teoria que se elabora como uma crítica à TPP, a TNMS. Ela focará a dimensão simbólico-cultural, que ela diz ser a dimensão fundamental envolvida na ação política, o confronto entre projetos culturais de sociedade.

As lutas políticas realizadas por brasileiros e brasileiras a partir do contexto histórico do regime militar no país é pensada nessa tese a partir do conceito de ação política. A ação política é, podemos dizer, o princípio que produz as lutas sociais e políticas.

No processo de construção da pesquisa, selecionado nosso interesse empírico, a ação política de brasileiros que, no contexto histórico que abrange o período da ditadura militar, decidiram por esse tipo de ação, tendo como opositor justamente o governo ditatorial que, a partir de 1964, se constitui no Brasil. A partir de idas exploratórias ao campo, idas essas que se constituíram em encontros informais entre o pesquisador e indivíduos que, pelo critério exposto acima, poderiam compor os agentes à serem pesquisados, foi identificado que entre eles e a ditadura militar – como referencial concreto e ao mesmo tempo simbólico - se estabelecia uma relação de oposição conflituosa que organiza a experiência social desses indivíduos, por onde se organiza a ação política justamente em virtude dessa relação de oposição. A partir de diferentes escolhas à ação política, esses agentes possuem em comum justamente esse referencial da ditadura organizando sua experiência.

“Movimento estudantil”, organizações “marxistas-leninistas”, “chinesas”, “luta armada”, etc., já adiantando uma das descobertas da tese, compõe a pluralidade das formas de ação política pela qual respondem esses agentes estudados. Para além da compreensão tradicional, que permeia o senso comum sobre o período, de que a ação política contra a ditadura militar foi apenas feita pelos grupos da luta armada, em virtude

do fato também de que essa dimensão foi mais focada pela historiografia da ditadura militar (VITULLO, 2001), essa tese demonstra que a ação política contra a ditadura militar, em realidade, partiu de diferentes iniciativas – umas mais preponderantes, tal como o movimento estudantil – que ao longo das modificações das condições à luta social que a ditadura ia colocando, no sentido de sua restrição, foram a partir disso se alterando, com algumas delas optando pela luta armada como forma de ação política.

O pesquisador mesmo, em um primeiro momento, havia elaborado um problema de pesquisa que delimitava que os agentes a serem pesquisador seriam somente aqueles que haviam participado de grupos da luta armada. Quando, no campo, verificou-se que existia uma pluralidade maior de formas de ação política no contexto da ditadura militar, tensionando a hipostasia da historiografia sobre o período, abandonou-se essa delimitação de pesquisa somente agentes ligados diretamente à luta armada, pois essa delimitação seria redutora da realidade social. Respeitando a realidade, então, abriu-se o leque para estudar, de forma mais ampla, todo e qualquer indivíduo que julgasse ter iniciado sua ação política nesse contexto, podendo ter atuado *inclusive* na luta armada.

Identificado que o conceito de ação política se verificava empiricamente no objeto que estudamos, ao longo do processo de pesquisa, com as entrevistas já iniciadas e o concomitante trabalho desse material, foi se desenhando a presença, na empiria, de dimensões que inicialmente a pesquisa não previa, tanto por que a realidade social normalmente é mais complexa do que julgamos quando estamos planejando formalmente seu estudo, quanto à uma ingenuidade não-intencional do pesquisador. Deixar-se surpreender, e estar aberto em termos teórico-metodológicos é uma questão de honestidade intelectual e compromisso com a verdade do mundo social.

Com o interesse, inicialmente bastante difuso, como tende a ser no começo da elaboração de uma pesquisa, em estudar agentes sociais que atuaram politicamente no período da ditadura militar, a percepção do pesquisador estava muito marcada pela dimensão propriamente política do objeto, o que se espelhava na discussão teórica que a pesquisa, de forma exclusiva, mobilizava. Se se ia pesquisar militantes políticos, o conceito de ação política certamente teria a capacidade de fornecer o arcabouço teórico da pesquisa. Mas o campo mostrou uma realidade mais rica.

À medida que a pesquisa foi avançando, foi surgindo uma dimensão do objeto empírico que a discussão teórica calcada na questão das teorias da ação política não davam, inteiramente, conta. Elas circunscreviam a ação realizada pelos agentes como eminentemente político-conflitual, especialmente em virtude da presença, nessa ação, de

duas dimensões centrais que as teorias mais importantes da ação política fornecem à compreensão desse fenômeno, tanto a dimensão estratégica quanto à dimensão cultural – sendo que na realidade social elas, obviamente, se apresentam de forma inter-relacionada.

Com os primeiros encontros com os agentes que provavelmente iriam compor o quadro daqueles à serem pesquisados, os estimulava a falar de sua militância política desenvolvida durante o período da ditadura militar, e comecei a perceber que insistentemente os agentes não se limitavam à falar apenas de sua ação política naquele momento, mas iniciavam suas narrações praticamente do começo, voltando à época de seu nascimento e infância, para desenvolver toda uma apresentação de suas trajetórias de vida. A questão da ação política aparecia nos relatos, mas contextualizada por todo um conjuntura de vida que era trazido à memória e explanado pelos agentes. Assim, o campo – a realidade em sua autonomia própria – demonstrava que era preciso mobilizar, sem necessariamente abandonar a discussão teórica acerca da ação política, outros conceitos que permitissem analisar essa apresentação das trajetórias de vida dos agentes, por onde a ação política aparecia mais como elemento constituinte do que dotado, digamos assim, de uma excepcionalidade e autonomia própria. Foi preciso, para não silenciar uma dimensão do objeto que se apresentava reiteradamente, mobilizar outros conceitos que não estavam previstos à priori.

Nessas apresentações de trajetórias/experiências de vida surgiam passado, presente e futuro, muitas vezes se intercalando, e com os agentes estabelecendo relações entre os diferentes momentos de suas vidas, não raro fazendo avaliações e apreciações dessas mesmas trajetórias. Apreciações no sentido de avaliaram, à luz do presente, do já vivenciado, ações e tomadas de posição que constituíram no passado. As teorias já mobilizadas na pesquisa não davam conta justamente desse elemento/dimensão temporal da experiência social e da própria ação política que foi se demonstrando no campo.

Nessa nova busca teórico-conceitual, encontramos no conceito de rememoração uma possibilidade analítica para complementar o quadro teórico da tese. Se, na narração de suas trajetórias de vida e de ação política os agentes a trabalhavam de uma perspectiva temporalizada, não seguindo necessariamente uma ordem cronológica – embora alguma dimensão de “cronologia” exista nos relatos – acerca de sua experiência social, com intercâmbios memorialísticos entre os diferentes tempos que a compõe era preciso justamente um conceito que nos permitisse trabalhar a grandeza temporal do objeto a partir da compreensão conceitual do tempo como um recurso que não serve apenas para o agente social contextualizar sua vida, mas que pode ser, e normalmente é,

mobilizado também para que ele avalie o que realizou ao longo dela. Para produzir essa avaliação, o agente, através da rememoração, constrói nexos simbólicos entre os diferentes momentos temporais - passado, presente e futuro –, ou mais especificamente, entre fatos vividos nesses diferentes momentos, os quais não possuem necessariamente relação entre si, mas são interligados para que o vivido seja apresentado como algo dotado de sentido, para quem o escuta e para o próprio agente.

Abordar esse trabalho memorialístico que transiciona entre diferentes tempos, estabelecendo, como dissemos, nexos simbólicos entre eles, foi possível a partir do conceito de rememoração. Em síntese, a rememoração é uma operação memorialística que, segundo Cordeiro (2020, pg. 119) permite ao agente “atribuir sentido que implicará em uma ação posterior”. A rememoração, assim, não se configura apenas como uma operação de lembrar do passado, daquilo que o agente já viveu e traz à memória, mas é um relembrar que comporta a possibilidade de instituir elos de sentido entre passado, presente e futuro – que podem envolver a elaboração de ações posteriores ao processo vivido. Também, sendo comum, a tentativa de justificação de ações realizadas em diferentes tempos a partir da articulações dessas ações com outras questões/acontecimentos de momentos temporais diferentes ao qual a ação se passou. Essa tese chama essas tentativas de compreensão/justificação do que se realizou, para o agente mesmo e para quem o acompanha, de *avalição retrospectiva*. Ou seja, avaliações realizadas do que já se sucedeu à luz do agente estar de posse de outros fatos e possíveis consequências que os eventos já sucedidos acarretaram – em termos pessoais, sociais, políticos, etc. A avaliação retrospectiva é o recurso mobilizado pelo agente para dotar de sentido uma trajetória/experiência social que, em si, não possui sentido. Concordando com Max Weber (2012), o sentido da experiência é produzido pelo agente social, como agente simbolizador do mundo. A avaliação retrospectiva é um recurso que possibilita a produção de sentido na experiência social dos agentes, onde a dimensão temporal é constitutiva dessa experiência.

A identificação do recurso da avaliação retrospectiva, a partir da análise do objeto empírico, permitiu ao pesquisador, por fim, completar o quadro conceitual dessa tese, à ele agregando, de forma sociologicamente criativa, o conceito de subjetivação. No capítulo 2, há uma descrição do contato e estudo desse conceito, resultado de um estágio de doutorado-sanduíche realizado na Bélgica, que dá conta de discutir teoricamente esse

conceito. Nas palavras do autor que o propõe, e com o qual nos filiamos teoricamente¹⁴, a subjetivação é o princípio pelo qual os agentes sociais “se pensam e constroem-se como princípio de sentido” (PLEYERS & CAPITAINÉ, 2017, p. 3). Geoffrey Pleyers, sociólogo belga de destaque internacional, propõe esse conceito de subjetivação a partir do estudo, especialmente, das manifestações sociais e políticas que se produziram na Europa Ocidental, do Leste e, também, em alguns países do Oriente Médio entre os anos 2010. Seu argumento central é que as decisões à ação política por parte dos agentes sociais, os engajamentos contemporâneos se dão de forma profunda no nível mesmo da subjetividade dos indivíduos. A ação política se relaciona ao contexto mais amplo da vida dos indivíduos enquanto um projeto coerente, de articulação entre teoria e prática. O princípio de sentido de que fala o autor é um esforço subjetivo que o agente faz para que sua vida e suas escolhas sejam, ao fim e ao cabo, condizentes com o que ele efetivamente acredita. Contudo, não uma subjetividade egoísta, que encerra o sujeito em projetos puramente individuais (e individualistas), mas, pelo contrário, que mobiliza para construção de ações e projetos coletivos que encaram de frente os diversos problemas que o mundo social coloca, envolvendo intenções transformativas desses mesmos problemas.

Nosso interesse em estudar a ação política de agentes que iniciaram sua ação política no contexto histórico da ditadura militar no Brasil, nos colocava o desafio de como articular, se assim fosse possível, o conceito de subjetivação em um objeto empírico diferente daquele no qual o conceito de subjetivação foi produzido. Haveria, em nosso objeto, algo que pudesse indicar a presença da subjetivação compreendida como esse princípio de sentido e coerência que, segundo Pleyers e Capitaine (2017), move os agentes sociais no tempo contemporâneo? Se esse conceito foi constituído a partir da identificação dessa vontade de constituir-se como princípio de sentido Pleyers e Capitaine (2017) em militantes dos protestos europeus e orientais, normalmente jovens, esse processo poderia ser, de alguma forma, identificado em agentes que possuem de militância, ao menos, por nosso critério de pesquisa, mais de quarenta anos de envolvimento político? Nesse processo, foi preciso deixar o material empírico falar. Deixando-lhe se expressar, foi possível encontrar um elemento que indica a presença de desse desejo de constituição sentidual da experiência social também em um objeto empírico bastante diferente daquele

¹⁴ Isso não quer dizer que não tenhamos um espaço de autonomia e liberdade para trabalhar o conceito de subjetivação a partir de nossa experiência específica de pesquisa. Isso fica demonstrado nessa tese a partir da mobilização do conceito de subjetivação como recurso analítico mediado por um caso empírico concreto, e não a partir de uma posição – anticientífica – de encontrar, à todo custo, o conceito tal como ele é definido pelo pesquisador que o propõe em outro contexto social e político.

a partir do qual o conceito foi elaborado. Esse elemento é o recurso da avaliação retrospectiva que os agentes mobilizam no processo rememorativo, estabelecendo nexos simbólicos com vistas à constituição sentidual de sua experiência social e de ação política, a qual, como veremos, também se expressa nos casos em que essa experiência e a ação conflitual se deram, originalmente, em contextos de muita instabilidade social.

Isso demonstra que esse conceito de subjetivação, como o compreende Pleyers e Capitaine (2017), pode ter validade analítica para além do contexto original onde foi criado. Também, permite, não isento de críticas, o diálogo entre si de diferentes pesquisas que mobilizam esse conceito para analisar diferentes realidades sociais, em diferentes tempos e espaços. O conceito de subjetivação, assim, é um conceito aberto à criatividade sociológica, o que o permite estar aberto à um processo de incremento de si mesmo.

Dessa apresentação introdutória, podemos sintetizar o argumento da tese: *afirmamos que no processo de rememoração da experiência social de agentes sociais que iniciaram sua ação política no contexto da ditadura militar no Brasil, a avaliação retrospectiva é o procedimento pelo qual se expressa a subjetivação, compreendida como uma vontade de atribuir sentido à essa experiência, tanto para si quando para os outros (sociedade). A subjetivação, no processo rememorativo, opera de forma transversal, articulando, com sentido, o processo memorialístico do lembrar a experiência social e de ação política, para esses agentes dimensões praticamente indissociáveis.*

Essa tese é demonstrada a partir da análise de oito entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com diferentes indivíduos na cidade de Porto Alegre entre 2018 e 2022. O contato com eles se iniciou a partir de alguns amigos que são militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e que me foram apresentando alguns deles. Dos primeiros, eu fui pedindo recomendações de outros nomes, de pessoas que, assim como eles, haviam produzido trajetória social e política semelhante e que pudessem também serem entrevistadas. Ao todo, foram realizadas nove entrevistas, sendo que uma acabou sendo descartada em virtude do entrevistado ter um problema de saúde pulmonar que o fazia falar muito baixo, e quando tentei transcrever a entrevista, o áudio era praticamente inaudível. Esse interlocutor acabou sendo vítima, em virtude disso, infelizmente, da COVID-19. Suspeitei, no momento mesmo da entrevista, que a transcrição seria difícil, fato comprovado quando a fui transcrever. Contudo, o descarte dessa nona entrevista não afetou o resultado final da pesquisa em virtude de que com as oito analisadas acreditamos ter atingido a saturação, que já garante a sustentação da tese.

No início de cada análise das entrevistas, apresentamos um breve perfil pessoal e de trajetória do agente social que concedeu as informações analisadas, permitindo com o que o leitor compreenda de forma mais contextualizada o agente social e a ação política na qual se engaja e passa a desenvolver em sua experiência social. Dessas oito entrevistas, apenas uma é de um agente social que, mesmo morando no Rio Grande do Sul há alguns anos, não nasceu no estado, sendo oriundo da região nordeste do país, característica que marca sua experiência social, assim como aqueles que aqui nasceram. Dimensões das diferentes histórias regionais se mostram presentes nos relatos rememorativos, sendo mobilizados como elementos para o processo interpretativo envolvido no processo mais amplo de relembrar sua própria vida. Nesse sentido, por exemplo, as referências às lideranças políticas de cada região aparecem. A figura de Leonel de Moura Brizola ganha centralidade nas entrevistas, respondendo ao papel concreto que ele teve no período histórico correspondente ao escopo temporal dessa tese. Brizola opera como um elemento centrípeto que organiza as diferentes ações políticas dos sujeitos que emprestaram suas entrevistas à pesquisa. Sua presença e atuação política, naquele contexto, ficam, aqui, nítidas.

Do total de oito entrevistas realizadas e analisadas, seis se compõe de agentes do sexo masculino e duas do sexo feminino. Essa tese não teve o recorte de gênero como uma dimensão de análise, mas, ao final da pesquisa, se verificou que essa dimensão se faz presente nos relatos de experiência social e de ação política aqui analisados, abrindo possibilidades para pesquisas futuras.

Para dar conta do problema de pesquisa, optamos por uma entrevista de perfil biográfico e de trajetória social, com roteiro de perguntas semiestruturado. Em termos do roteiro de entrevista que construímos, em um primeiro momento ele privilegiava uma narração aberta e mais livre, com a primeira “pergunta” – em realidade um estimulador do processo rememorativo – dizendo respeito às primeiras lembranças que o interlocutor possuía de sua vivência no mundo. Outros estimuladores haviam sido previamente construídos, sendo que eles se relacionam com dimensões da experiência de vida e política dos indivíduos, tais como família, espaço pedagógico-formativo, espaços de socialização, contatos/laços sociais construídos e vivenciados, conhecimentos, leituras e discussões os quais poderiam ter participado, etc. O desenvolvimento das entrevistas se deu a partir do primeiro estimulador, com o restante dos estimuladores sendo apresentados levando-se em conta os temas que o próprio entrevistado trazia à rememoração. Assim, algumas entrevistas apresentaram mais informações acerca da

dimensão familiar, outras memórias gerais da infância, outras sobre a dimensão propriamente política da experiência do agente, para citar alguns exemplos. Para essa tese, esse é um dado de pesquisa, mais do que uma singularidade de cada entrevista em separado, pois indica que cada agente privilegia, em seu processo rememorativo, a mobilização de uma ou outra dimensão de sua experiência para produzir o horizonte de sentido através de sua rememoração.

As entrevistas foram, como dissemos, no modelo semiestruturada, com um conjunto prévio de perguntas que funcionavam mais como estimuladores para que os agentes relatassem, em especial, sobre aquilo que lhes era colocado, do que como um roteiro camisa-de-força que não permitisse mudança alguma. Das dinâmicas das entrevistas, o que se foi verificando é que a partir das duas ou três primeiras questões o entrevistado já relacionava, por conta própria, outras dimensões de sua experiência que apareceriam nas questões subsequentes, muitas vezes não sendo necessário perguntar novamente acerca daquela dimensão, a não ser quando fosse o caso de que o pesquisador julgasse insatisfatório o conjunto de informações apresentados sobre determinada dimensão. Nesse caso, uma pergunta sobre ela foi lançada, ou, às vezes, um estímulo mais aberto para que falasse mais sobre aquilo.

Em termos operacionais, o pesquisador operou como um mediador entre o agente social e o conjunto de questões pertinentes à pesquisa. O pesquisador, assim, teve um papel ativo na condução da entrevista, mas não ao ponto de interferir e bloquear a fala dos entrevistados. Algumas vezes, os próprios entrevistados haviam “terminado” sua fala, e nitidamente esperavam a próxima pergunta do pesquisador, mas o pesquisador, permanecendo em silêncio (o que gerava um certo “incômodo”), fazia com que o entrevistado continuasse falando sobre o que ele estava falando, com isso apresentando mais informações sobre determinada dimensão, as quais não haviam surgido na fala anterior. Essa foi uma estratégia para um ganho de informações e para os estimular a pensar mais sobre suas trajetórias para além da lembrança primeira que dela eles possuem. Esse é um recurso que pode ser utilizado em outras pesquisas que possuam perspectiva semelhante à nossa, especialmente aquelas que trabalham com temas como memória/tempo/lembranças, etc., na Sociologia. Por fim, as entrevistas tiveram duração de entre uma hora e meia, a menor delas, e cinco horas, a maior (a qual foi realizada em dois momentos, com o entrevistado que mais se mostrou aberto à fornecer informações).

O conjunto das entrevistas demonstrou, como comentamos brevemente mais acima nessa introdução, que a ação política que tem o(s) período/governos da ditadura

militar responde por uma pluralidade de formas, para muito além da opção da luta armada, como normalmente compreende o senso comum acerca desse momento da história brasileira. Movimento estudantil, secundarista e universitário, grupos de esquerda da Igreja Católica e movimento sindical, compõe, juntamente das organizações da luta armada, essas ligadas à esquerda revolucionária, o panorama histórico das formas de ação política do período. Mesmo nosso foco, nessa pesquisa, não sendo a identificação dessa diversidade, cabe mencionar que ela se expressou no campo de pesquisa, no sentido de que os agentes que da luta armada não participaram, normalmente demarcam a escolha de não ter, à ela, aderido. O que não quer dizer, chamamos atenção, que não tenham agido politicamente contra a ditadura.

Entretanto, por dentro dessa pluralidade das formas de ação política pelas às quais esses agentes desenvolveram, de forma comum se encontra a subjetivação operando no processo rememorativo da experiência social e política de todos os entrevistados. O que muda, contudo, é o conjunto de informações apresentados no processo rememorativo, e as justificações (feitas através das avaliações retrospectivas) que mobilizam para as escolhas específicas de cada um. As escolhas são específicas, mas a subjetivação no processo rememorativo é comum.

Do particular, retira-se o universal, incrementando a compreensão mesma do conceito de subjetivação. Esse incremento vai no sentido de demonstrar, a partir da identificação da saliência e da reiteração de um recurso dos processos rememorativo – que chamamos de avaliação retrospectiva –, a expressão de um fenômeno denominado subjetivação. Da original proposição conceitual de Pleyers e Capitaine (2017), que a define uma vontade de coerência/desejo de constituir-se a partir de um princípio de sentido (por parte dos agentes sociais), apresentamos concretamente uma forma de verificar a ocorrência da subjetivação em um objeto sociológico determinado. Pode-se, com isso, mobilizar criticamente essa proposição em outras pesquisas, contribuindo assim para a ciência como empreendimento coletivo.

Articulado à nossa problemática – apresentada mais acima - esse trabalho tem por objetivo principal demonstrar a possibilidade analítica do conceito de subjetivação como um nova perspectiva conceitual para pensar fenômenos sociais ligados à conflitualidade política, e como objetivos secundários – os quais permitem a realização do objetivo principal - , primeiro, a apresentação dos diálogos sociológicos substantivos da sociologia política, apresentando suas possibilidades e limites e, em segundo lugar, a apresentação de temática social e política relevante para o momento político brasileiro

contemporâneo, relacionado às consequências do autoritarismo e da discricionariedade irrestrita do poder de Estado na vida social, a qual opera apenas com um verniz legal concretamente operado pela vontade própria dos agentes do Estado, a qual pode não respeitar limite algum.

Para sustentar tese produzida a partir do processo de pesquisa, esse trabalho está dividido em quatro capítulos. Cada um deles cumpre um função específica, ao mesmo tempo em que dialogam entre si para a composição do quadro geral. No primeiro capítulo, apresentamos as teorias sociológicas contemporâneas da ação política. Teorias construídas a partir de uma crítica da compreensão da ação política por parte das duas abordagens teóricas hegemônicas na sociologia mundial até meados do século XX. Essas teorias são o marxismo, em especial em sua vertente mecanicista, ligado às orientações oficiais da III Internacional Comunista, e o funcionalismo, proposto pelo sociólogo americano Talcott Parsons (1902-1979). Na segunda metade desse mesmo século surgem novas proposições teóricas que criticam profundamente essas correntes, principalmente o funcionalismo, contra o qual essas novas teorias se insurgem. A explosão de conflitos sociais e políticos na segunda metade do século XX, nas diversas partes do globo, comprometem a análise funcionalista (JOAS e KNÖBL, 2017), oportunizando o aparecimento de novas perspectivas teóricas acerca da ação política, orientadas pela discussão da ação coletiva e dos movimentos sociais. Contra a premissa da conexão/afinidade das dimensões racionais entre ação e valor(es), conduzindo a ação à conformação e à estabilidade do social¹⁵, as teorias contemporâneas irão contrapor, cada qual à sua maneira, uma imagem da ação, e por conseguinte da ação política, em que a conflitualidade assume lugar central.

Assim, a discussão desse capítulo está estruturada em, basicamente, duas grandes partes (embora a subdivisão interna dessas partes seja maior). A primeira, apresenta as formas como o marxismo mecanicista e o funcionalismo compreenderam a ação política. Depois, apresentamos as reformulações acerca desse conceito nas teorias sociológicas contemporâneas, a saber, especialmente duas: a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Nesse capítulo, a discussão teórica é feita na forma de uma revisão dos elementos e dimensões principais que cada uma dessas teorias aportam à compreensão sociológica da ação política. Seu tom é, portanto, de discussão teórica geral. Ao seu final, demonstramos que essas teorias estão

¹⁵ Essa premissa dá base à todo modelo teórico funcionalista de Parsons.

elas mesmas sendo reformuladas tanto por seus propositores como por pesquisadores que a elas se filiam, as criticando e as reelaborando.

No segundo capítulo, apresentamos os conceitos de subjetivação e rememoração como componentes da ação política. Dissertamos que as teorias apresentadas no primeiro capítulo, em virtude de seu objetivismo¹⁶, não agregaram em suas compreensões/explicações da ação política a dimensão subjetiva, que se expressa no processo rememorativo da experiência de conflitualidade política da qual os agentes sociais participam. Nele, expomos a Sociologia da Subjetivação como desdobramento contemporâneo da Sociologia da Ação francesa, a qual embasa a TNMS e a forma como articulamos o conceito de subjetivação dessa corrente com o objeto empírico dessa tese. Comparativamente ao primeiro capítulo, esse apresenta uma discussão conceitual substantiva, dos conceitos que mobilizamos efetivamente para a análise do objeto de pesquisa.

No capítulo três, realizamos uma descrição ampla do período da ditadura militar brasileira, desde sua instalação com o golpe de 1964 até o processo social e político que leva ao fim do regime militar e a conseqüente abertura política, que resulta na adoção do modelo democrático-representativo que caracteriza o período da Nova República no Brasil. Esse capítulo objetiva demarcar os contornos do contexto histórico e suas características que são os referente da ação política dos agentes sociais estudados nessa tese. Também, com ele, delimitamos o aspecto temporal do objeto de pesquisa. Agentes, eventos, qualidades e predicados que compõe o (e a construção do) objeto não se dão fora do tempo, e tem nele uma dimensão criadora das formas que essas características possuem na pesquisa. Uma ressalva sobre esse capítulo é importante. Nele, não agregamos nada de novo à discussão historiográfica acerca do período da ditadura militar no Brasil. Isso extrapola em muito os objetivos e limites da presente pesquisa.

No quarto e último capítulo, enfim, realizamos o esforço de análise do material empírico, fazendo dialogar teoria e empiria, assim como apresentamos o esquema teórico resultante dessa articulação, o qual incrementa conceitualmente a discussão teórica anteriormente apresentada. Após a análise das oito entrevistas, propomos um esquema visual da tese aqui defendida.

¹⁶ Especialmente a norte-americana TPP.

Ao final do quarto capítulo, uma conclusão retomando as discussões realizadas e sintetizando, novamente, o argumento da tese, assim como apontando limites que a pesquisa possui.

Cabe mencionar, acerca dos capítulos, que cada um deles conta, em seu momento, com uma breve introdução do que será visto no respectivo capítulo, para contextualizar constantemente o leitor no desenvolvimento do trabalho.

Por fim, essa tese se justifica pelo fato de que ela pretende contribuir para a discussão do conceito de ação política, integrado a dimensão como grandeza fundamental para o estudo desse fenômeno. Também, para os incrementos do debate dos conceitos de rememoração e subjetivação, especialmente desse último, em virtude de ser com ele que avançamos teoricamente com essa tese. Com relação ao conceito de subjetivação, pertencente aos debates da corrente neoacinalista na sociologia contemporânea, a justificativa para a elaboração desse trabalho está, igualmente, na articulação de pesquisas brasileiras em um contexto mais amplo de debates sociológicos em âmbito internacional.

1. DA CRÍTICA AO MARXISMO À NEGAÇÃO DA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA – REFORMULAÇÕES DA SOCIOLOGIA DA AÇÃO POLÍTICA NO SÉCULO XX

Esse primeiro capítulo aborda as perspectivas teóricas que foram produzidas na Sociologia a respeito da ação política.

As perspectivas que tratam da ação política na sociologia política são, basicamente, a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Ambas correntes são críticas à, especialmente, duas abordagens sociológicas hegemônicas até meados do século XX: o marxismo e o funcionalismo parsoniano¹⁷. Ambos, por sua vez, possuem análises opostas dos fenômenos sociais concretos relacionados à ação política nas sociedades modernas.

A partir da segunda metade desse mesmo século, o marxismo e o funcionalismo sofreram críticas importantes e tiveram suas principais premissas questionadas. O debate na Sociologia é, nesse período, direta ou indiretamente, e principalmente, um debate com o modelo teórico construído pelo sociólogo americano Talcott Parsons, o mais relevante representante do funcionalismo após Durkheim. A segunda metade do século XX vivencia um novo momento de proposição teórica na sociologia mundial acerca da ação política, na sua diversidade de manifestações possíveis, mobilizada pelos agentes na sociedade. Esse momento produziu novas teorias que, por sua vez, desdobraram-se em outras também renovadas proposições teóricas e\ou como subcorrentes no interior dessas mesmas abordagens críticas ao marxismo e ao funcionalismo.

A apresentação que fazemos aqui de ambas serve para, em um primeiro momento apresentar as principais críticas delas às perspectivas tradicionais do marxismo e do funcionalismo e, posteriormente, avaliarmos também os limites que tanto a TPP quanto à TNMS possuem, a partir de onde passaremos a propor uma outra filiação teórica na análise do objeto de análise dessa tese. Realizamos, assim, uma viagem pela riqueza de argumentos dessas correntes

¹⁷ O marxismo se desenvolvia especialmente na Europa, enquanto o funcionalismo nos Estados Unidos. Com relação ao primeiro, era composto por uma série de pensadores e correntes internas, em estreita relação com os eventos políticos do continente europeu, especialmente após a Revolução Russa de 1917 e a conformação do movimento comunista em âmbito internacional, que produziu uma pluralidade de debates teóricos e políticos. O segundo teve na figura Talcott Parsons (1902-1979) seu grande articulador e proponente de uma abordagem sociológica funcional moderna.

A TPP e a TNMS ficaram conhecidas como teorias construtivistas¹⁸ da ação política, pois elas defendem que a ação política – por elas vistas principalmente em sua dimensão coletiva – deve ser compreendida como um esforço de construção social (SILVA, 2001). Isso quer dizer que a ação política é pensada como um trabalho empenhado, de relativa constância no tempo e no espaço, de agentes sociais ativos que, com o interesse de conflitar no espaço social acerca de determinada questão, para a conseqüente conquista de objetivos tanto materiais quanto simbólicos, agem, e não apenas respondem determinações, do e no espaço social.

Em princípio, isso pode parecer uma obviedade. Porém, o que estava em jogo nas teorias construtivistas da ação política era justamente a questão da necessidade de redesenhar a premissa explicativa da origem de ações políticas no seio da sociedade. Durante quase meio século o marxismo e o funcionalismo parsoniano compreenderam essas complexas manifestações sociais no interior de seus quadros teóricos relativamente fechados de análise e explicação da realidade social.

Antes de entrarmos diretamente na apresentação da TPP e da TNMS, apresentamos brevemente a orientação geral do marxismo, e realizamos uma análise mais detida no funcionalismo parsoniano, pois é com essa segunda corrente que tanto a TPP quanto à TNMS mais dialogam em suas proposições teórico-críticas. Compreender as críticas contemporâneas a essas duas perspectivas teóricas implica com que as discutamos. Isso é uma oportunidade, também, para retomarmos a teoria funcionalista de Parsons e percebermos como as teorias sociológicas contemporâneas, no campo da sociologia do conflito, onde se situa especificamente a sociologia política que discutimos nesse capítulo, tem como horizonte de crítica a relevante proposição de Talcott Parsons. O debate teórico que será desenvolvido nesse capítulo está apresentado esquematicamente no quadro abaixo:

¹⁸ O construtivismo (ou construcionismo) é a corrente filosófica que entende que o mundo é, apenas e/ou sobretudo, a depender do grau de construtivismo que se adota, resultado de processos/esforços de construção. O mundo do conhecimento, um construto mental. O mundo da sociedade (mundo social), resultado de esforços construtivos do conjunto de indivíduos/agentes/sujeitos que vivem e atuam em um dado período de tempo em um espaço geográfico determinado. A sociedade, assim, não é um resultado natural do processo de agregação dos homens, mas uma realidade que depende dos esforços que eles ensejam no processo construtivo (de diversas dimensões da vida coletiva). A partir da segunda metade do século XX, as Ciências Sociais experimentam uma forte virada construtivista.

Quadro 1: Resumo das perspectivas teóricas

Teoria	Principais autores e obras	Período	Imagem da sociedade e da ação política
Funcionalismo	Émile Durkheim, A Divisão do Trabalho Social (1893) Talcott Parsons, A Estrutura da Ação Social (1937).	Final do século XIX e primeira metade do século XX	Sociedade como sistema organizado por valores e regras que conduzem à ação à produção de ordem social. Ação política como elemento disruptivo da ordem social.
Marxismo (mecanicista)	Conjunto de intelectuais vinculados às orientações oficiais da III Internacional Comunista.	Primeira metade do século XX	Sociedade como espaço dividido, fraturado, entre classes procedentes do processo produtivo. Ação política como disputa entre essas classes.
Teoria do Processo Político (TPP)	Charles Tilly Doug McAdam Sidney Tarrow	Segunda metade do século XX	Sociedade como espaço de lutas de grupos de interesse diversos organizativamente constituídos, os quais conflituam referenciados no poder político.
Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)	Alain Touraine, A Produção da Sociedade (1973)	Segunda metade do século XX	Sociedade como espaço plural de demandas culturais, conflituando pelo estabelecimento de inovações simbólicas e valorativas.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

O Quadro 1 demonstra, esquematicamente, um amplo debate acerca da ação política, da ação coletiva e dos movimentos sociais na sociologia desde, praticamente, sua origem. Nitidamente, se percebe que teorias foram constituídas a partir da influência da sociologia clássica que estimula, ela mesma, questionamentos posteriores de suas premissas teórico-metodológicas.

1.1 Crítica ao marxismo mecanicista

Alexander (1998) coloca que o debate sociológico acerca da ação política orientado no marxismo foi marcado por dois princípios teórico-interpretativos resultantes do contexto histórico em que originalmente, na sociologia política, se desenvolveu esse diálogo. Segundo Alexander (1998, p. 1), a discussão do marxismo sobre a ação política é marcada pelo “materialismo ontológico” e por um “realismo epistemológico¹⁹” derivado das experiências reais de mudança política revolucionária desde o século XVIII, produzido pelo horizonte das revoluções burguesas (na Inglaterra e na França, com suas idiosincrasias) chegando às revoluções socialistas do século XX (Russa, Chinesa e Cubana, especialmente). Todas elas alteram radicalmente as formas de organização social, político-institucionais, econômicas e culturais das sociedades em que se produziram.

Esse materialismo ontológico, relacionado ao realismo epistemológico, que marcaram o pensamento clássico da sociologia, dificultaram, segundo Alexander (1998), uma interpretação sociológica da ação política, especialmente em sua manifestação coletiva²⁰, que não estivesse marcado por perspectivas eminentemente normativas, acerca do “dever ser” dos agentes coletivos, pensados como dotados, de forma inerente, de capacidades contestadoras e revolucionárias, a priori compreendidos como os agentes privilegiados da transformação social, antes mesmo de qualquer análise empírica que sustentasse tal posicionamento. O exemplo clássico nesse sentido é a seleção feita por Marx do proletariado como agente privilegiado da transformação social, produtor da mudança revolucionária da sociedade moderna que vive sob o modo de produção capitalista. Essa formulação aparece, pela primeira vez, em seu texto *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, de 1844.

¹⁹ O realismo é uma corrente filosófica que defende a independência ontológica da realidade em relação a nossos esquemas conceituais, crenças e pontos de vista. A epistemologia, por sua vez, é a reflexão em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano. Essas três dimensões influenciam as relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo/conhecedor e o objeto a ser conhecido, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo, ou seja, influenciam o próprio processo de construção do conhecimento pelo indivíduo. A Epistemologia também é conhecida como Teoria do conhecimento.

²⁰ Compreendemos, inicialmente, a ação coletiva como uma ação que demanda, no mínimo, processos de associação e de negociação entre os indivíduos com vistas ao estabelecimento dos termos de uma luta social, de atuação conjunta. Se esse processo associativo não ocorre, estamos diante apenas de individualidades reunidas, mas que não compõem uma ação efetivamente coletiva (MELUCCI, 2001), qualitativamente distinta da simples junção de indivíduos contestadores agindo sem objetivos e coordenação comuns, mesmo que reunidos em um mesmo espaço social.

A dimensão da ação social ficou, no marxismo, praticamente ausente como princípio teórico-epistemológico de apreensão da complexidade da realidade social. Pesquisadores produziram, nessas interpretações, não raras vezes, defesas desses processos de mudança social, pois se identificavam com essas transformações que as diferentes ações coletivas – como expressão da ação política - e os diversos movimentos sociais produziram no status quo de suas sociedades e de seus sistemas políticos, inseridos em seus períodos históricos. O horizonte cognitivo de compreensão e análise da ação política foi extremamente marcado pelos princípios e questões profundas desse realismo epistemológico. É compreensível a identificação dos pesquisadores com os processos de mobilização social em virtude de muitos terem sido, ao mesmo tempo que analistas, participantes ativos de diversos processos de mobilização social em seus momentos. Entretanto, essa identificação pode ter marcado excessivamente o campo de estudos da ação política e dos movimentos sociais e produzido uma relativa perda de capacidade analítico-explicativa frente aos diversos processos de mobilização política, bloqueando a análise de dimensões desses processos que são centrais em sua explicação e que falam algo do conflito social na sociedade contemporânea.

O marxismo, especialmente sua vertente marcada por um materialismo de tipo mecanicista, que predominou ao longo principalmente da primeira metade do século XX²¹, pela força da vitória da Revolução Russa, que precisava defender fortemente a teoria política que lhe influenciou frente ao cerco imperialista ao processo revolucionário, e pelo período de hegemonia dos governos de Josef Stálin (1878-1953), explicava a expressão da ação política – em suas variadas manifestações empíricas, como manifestos, protestos, motins, revoluções, etc. – como um fenômeno de causalidade direta e simples entre situações de desigualdade (e injustiça) material, fenômenos concretamente existentes na realidade social, e o conseqüente surgimento de processos de ação política como forma de resolução dessas mesmas desigualdades e situações de dificuldade material de indivíduos e grupos no interior do processo social de distribuição desequilibrada da riqueza social - inerente ao modo de produção capitalista.

Como chave de leitura, síntese de anos de estudo em sua jornada filosófica, política e científica europeia, Marx, no famoso Prefácio do livro intitulado *Contribuição à Crítica da Economia Política* (uma espécie de livro com estudos preliminares que

²¹ Fazendo justiça a autores como o húngaro György Lukács (1885-1971), a autocrítica do marxismo mecanicista, sob hegemonia do longo período de hegemonia stalinista, começou ainda no mesmo século XX.

possibilitariam a produção futura de *O Capital*, obra da maturidade do autor) defende que:

[...] na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social (MARX, 2008, p. 47).

Partindo desse trecho que sintetiza a proposição do materialismo dialético de Marx, constituído pelo autor na articulação da dialética hegeliana com sua concepção materialista da história, o materialismo de tipo mecanicista soviético perdia de vista a necessidade da elaboração intelectual de mediações entre a realidade concreta e a expressão de fenômenos sociais. Ao mesmo tempo que Marx defende a necessidade de que o processo intelectual leve em conta a relação entre a materialidade do mundo e os fenômenos sociais, ele não o deve fazer de forma direta e reducionista, sob pena de perder justamente os processos intermediários de mediação que cada sociedade, em diferentes tempos e espaços, produz entre uma dimensão e outra. Uma sendo expressão, sim, da outra, porém não querendo dizer, com isso, que o processo de análise da realidade social deva se reduzir à essa premissa. Ela é um ponto de partida para o pesquisador evitar justamente o reducionismo e ir em direção à complexificação da análise da realidade concreta. Esse processo de complexificação se materializa na apreensão dessas mediações que a vitalidade da atividade humana – a práxis - produz em uma determinada sociedade, produzindo essa mesma sociedade e seus fenômenos subsequentes.

Contudo, no contexto contemporâneo de aguda crise civilizatória, com dimensões sociais, políticas, econômicas e sanitárias, o marxismo parece ressurgir com força renovada, muito em virtude do seu afastamento – através de uma importante autocrítica – de suas correntes mecanicistas. A contemporaneidade tem colocado diversos desafios às diferentes sociedades os quais o marxismo não pode ser acusado de não estar encarando, criticamente, de frente. Esse movimento atual está envolvendo uma

revalorização do cânone de Marx, assim como de autores dessa tradição que ficaram relativamente desconhecidos no Brasil nos últimos anos²².

1.2 O funcionalismo parsoniano e a relação da ação com a ordem social

Na contramão analítica do marxismo, o funcionalismo parsoniano acabará por apresentar, também, uma leitura relativamente simplista do fenômeno da ação política, a partir de seu modelo teórico da relação entre ação e ordem social. Focamos, agora, em uma apresentação relativamente detalhada do argumento de Parsons, para podermos entender sua compreensão específica da ação política, que se dá a partir de seu modelo teórico funcionalista.

O sociólogo americano Talcott Parsons (1902-1979), na obra *A Estrutura da Ação Social*, de 1937, realiza a interpretação de quatro autores europeus que, segundo ele, na transição do século XIX ao XX, sem se comunicarem entre si, produziram, cada um à sua maneira, uma crítica à matriz utilitarista de pensamento social, tributária da filosofia (burguesa) inglesa de finais do século XVIII e início do século XIX. Essa crítica ao utilitarismo, diz Parsons, unifica esses autores, mesmo eles sendo pertencentes a tradições completamente diferentes de pensamento filosófico e social no interior do continente europeu. Os autores que Parsons analisou em *A Estrutura da ação social* são o economista inglês Alfred Marshall (1842-1924), expoente da economia política inglesa, o cientista político italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), figura da corrente do elitismo italiano, o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), articulador do método sociológico moderno e fundador do funcionalismo na sociologia, e o historiador e sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), tributário do idealismo alemão, especialmente de orientação kantiana.

A tese de Parsons ficou conhecida como tese da convergência, no sentido de que esses quatro autores confluíram, no conjunto de sua obra, em uma crítica aos fundamentos da perspectiva utilitarista para pensar a ordem social. Esses quatro autores procuraram abalar o argumento utilitarista através de, nas palavras de Levine (1997, p. 45), “um argumento teórico empiricamente justificado”, pois todos eles escreveram livros que não se fixaram em discussões exclusivamente teóricas, mas olharam e analisaram a

²² Um exemplo é o nome do filósofo e historiador marxista italiano Domenico Losurdo (1941-2018), que vem tendo sua obra publicada no Brasil por diferentes editoras, não sem animar a polêmica entre intelectuais pertencentes à essa tradição teórica.

realidade social de seu tempo. Esse movimento produziu uma teoria da ação até então inexistente na história do pensamento social ocidental, a qual pode ser denominada “teoria voluntarista da ação” (LEVINE, 2017, p. 38). Essa perspectiva, por sua vez, complexifica a questão da relação da ação e de como ela influencia na constituição de uma ordem social, relativamente estável e que permita a constituição de uma sociedade enquanto tal. Parsons se filia, nesse sentido, à tradição funcionalista, a qual remonta, na Sociologia, à Durkheim, e que tem como questão central a integração dos indivíduos em um sistema social. Quando falamos em ordem social, estamos falando da necessidade de produção, na sociedade, de processos que integrem os indivíduos às estruturas e instituições (simbólicas, sociais, políticas e culturais), conformando assim um corpo coletivo, para além de uma multiplicidade de sujeitos desarticulados e desregulados em sua ação cotidiana.

Talcott Parsons, então, se coloca o questionamento que orienta *A Estrutura da Ação Social*. Podemos sintetizar seu pensamento da seguinte forma: como, a partir da imagem da ação (social) que os utilitaristas clássicos²³ possuíam, podemos pensar a constituição da ordem social sem mobilizarmos um fator externo de subjugação das vontades irrestritas dos sujeitos sociais? Vontades irrestritas que não encontram no plano da realidade social instâncias delimitadoras dessas mesmas vontades, que, se satisfeitas em sua integralidade, a depender somente da livre expressão da vontade individual egoísta de cada um, poderiam colocar a própria sociedade, enquanto corpo coletivo, em risco.

É aqui que podemos perceber a atualização da problemática integradora do funcionalismo de Émile Durkheim em Parsons. O livro *Da Divisão do Trabalho Social*, de 1893, do mesmo Durkheim, inaugura a abordagem funcionalista aplicada à Sociologia. Essa perspectiva pensa a sociedade, em síntese, como um sistema social composto por diferentes partes inter-relacionadas “que confrontam problemas internos e externos de adaptação aos seus ambientes para que o sistema dure” (TURNER; BEEGGHLEY; POWERS, 2016, p. 394). Problemas esses de adaptação e sobrevivência que são visualizados à medida que a sociedade vai satisfazendo necessidades e requisitos, oriundos desses problemas de adaptação (TURNER; BEEGGHLEY; POWERS, 2016). Essa perspectiva da integração afeta a imagem que a obra de Parsons tem da ação política – e da conflitualidade em termos mais gerais – no interior do sistema social.

²³ Os maiores expoentes do utilitarismo são os filósofos Jeremy Bentham (1749-1823) e John Stuart Mill (1806-1873).

A questão da expressão das vontades irrestritas dos indivíduos na corrente utilitarista nos leva à imagem da ação, própria e característica, dessa perspectiva filosófica. Essa imagem, por sua vez, decorre do amplo pano de fundo da discussão ético-moral da filosofia²⁴ ocidental, da qual o utilitarismo também é expoente. O inglês Jeremy Bentham é quem formula os princípios básicos do utilitarismo enquanto uma teoria, ao mesmo tempo, da ação humana e da moralidade à ela associada (JOAS e KNÖBL, 2017). Segundo Bentham, os imperativos básicos da ação dos homens seriam a dor e o prazer, no sentido de que a ação humana sempre tende a “evitar a dor e buscar o prazer” (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 42), dado que os seres humanos procuram, normalmente, maximizar sua utilidade – entendida aqui como sua atividade, seu emprego máximo, seu aproveitamento vital no mundo. Disso, Bentham deriva “o princípio ético segundo o qual a qualidade moral da ação humana deve ser calculada com base na extensão em que esta contribui para a maior felicidade, para a maior utilidade, do maior número possível daqueles afetados na sociedade” (IDEM, 2017, p. 42).

Uma construção filosófica como essa, embriã do individualismo moderno, é expressão histórica, seguramente, do contexto europeu do Iluminismo e dos valores burgueses nascentes, os quais, na Inglaterra, cem anos antes da famigerada Revolução Francesa, já haviam ganho terreno com as revoluções Puritana (a qual vê surgir a liderança de Oliver Cromwell), de 1640, e Gloriosa, de 1688. Nessas revoluções, os liberais haviam disputado com a monarquia e conseguido uma vitória ao restringir o poder do rei, constituindo uma monarquia parlamentar, desestruturando o absolutismo monárquico. A França, por sua vez, a partir de 1789, também na influência do pensamento iluminista de autores como Denis Diderot, Jean le Rond d’Alembert e Jean-Jacques Rousseau, veria sua revolução burguesa também se concretizar, tendo como estopim a queda da famosa prisão francesa, a Bastilha.

Na influência de Bentham, ao mesmo tempo que o radicalizando, o filósofo e economista político John Stuart Mill em um texto intitulado *O Utilitarismo*, de 1863, define que “o prazer e a liberdade da dor são as únicas coisas desejáveis como fim” (MILL, 1992, p. 118), filiando-se à imagem da ação como afastamento da dor e busca pelo prazer, maximizando a utilidade no processo da vida humana, expandindo o

²⁴ A Ética enquanto disciplina filosófica que se ocupa da reflexão acerca dos princípios morais orientadores da ação dos sujeitos tem sua origem na Grécia, a partir das indicações de Sócrates (469-399 a.c.), apresentadas nas obras de seu discípulo, Platão. Desde lá, praticamente toda filosofia ocidental tem como pano de fundo a moral como tema que perpassa as mais variadas discussões filosóficas.

argumento utilitarista da ação. Na esteira da filosofia e da economia política inglesas, posteriormente, John Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790) apresentariam obras que expressam premissas utilitaristas.

A Estrutura da Ação Social não deixa de ser um livro que analisa as bases históricas e ideológicas da corrente utilitarista. Parsons, assim, antes mesmo de chegar na análise de Bentham e de Mill, verifica que é na Reforma Protestante, levada à cabo por Martinho Lutero em 1517, com a publicação de suas 95 Teses, as quais materializam uma série de críticas e novas proposições no seio do catolicismo medieval, de autoridade romana, que surgem as bases para um pensamento acerca da ação humana com orientação especial para a (maximização da) utilidade. A Reforma Protestante, segundo Parsons, enfatiza a liberdade do indivíduo, mas, mais do que isso, embora isso também seja relevante, a liberdade dos indivíduos “para escolher seus fins” (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 43), para determinar os fins de sua ação. Esse é o germe da concepção utilitarista da ação, a qual se expressa nos textos de Bentham e Mill. Modo parcial de pensar a ação que “está interessado primariamente nos meios que podem garantir de forma mais eficiente a obtenção de determinado fim” (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 43).

No contexto histórico da modernidade, da transição do feudalismo à idade moderna, o modo de pensamento utilitário – com sua concepção de ação como “obtenção eficiente da utilidade” (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 43) – se entrelaça com a ciência empírica moderna.

[...] a experimentação científica, racional, foi praticamente equiparada com uma ação orientada pela utilidade. Inversamente, a ação destinada a aumentar a utilidade era entendida como o único tipo de atividade realmente racional e, portanto, como uma ação per se (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 43).

Ou seja, ocorre, na modernidade, uma articulação entre utilitarismo e racionalismo, que desemboca em uma concepção de que apenas aquela ação que tem como fim potencializar a utilidade (do e para o sujeito) é, essa, uma ação puramente racional. Em um contexto histórico de crescente racionalização (WEBER, 2008) de diversas esferas da vida humana no ocidente, a ação utilitária passava, assim, a ser a concepção hegemônica de ação, porque “racional”, no interior também dessas diferentes esferas sociais.

Na continuidade de seu argumento, agora se aproximando da discussão que realmente Parsons objetiva, que é a relação entre ação e produção da ordem social, a qual faz com que ele dialogue criticamente com o utilitarismo, o autor recorre à análise das

ideias do filósofo político inglês do século XVI, Thomas Hobbes (1588-1679), que para ele, juntamente da Reforma Protestante, lançou as bases do utilitarismo. A diferença de Hobbes, e por isso Parsons recorre à especialmente ele, é que Hobbes é um pensador dentro da tradição utilitarista que não se furtou à questão, justamente, da produção da ordem social, mesmo pensando a sociedade de um ponto de vista do indivíduo atômico. Pelo contrário, a obra de Hobbes é expressão da justificação da necessidade de uma instância superior que administrasse os conflitos que, como ele pensava, surgiriam da sociedade moderna nascente.

Em síntese, Thomas Hobbes, com seu livro *O Leviatã*, de 1651, buscou justificar a constituição do Estado Absolutista no período histórico em que viveu, a transição do século XVI ao século XVII. Essa tentativa de justificação filosófica, que passou à história como contratualista, foi uma tentativa de justificação desse tipo de organização institucional do poder em um contexto inglês (e que logo se espalharia pela Europa continental) de cada vez mais questionamentos e conflitos com correntes liberais que começavam, de forma radical, a questionar os privilégios da nobreza. Ao mesmo tempo, o país estava, em 1642, às portas de uma guerra civil, na qual se misturavam questões políticas e religiosas. Contexto de crise social profunda que estimula Hobbes a escrever sua justificação filosófica do Estado Absolutista na forma de um tratado de teoria política.

Thomas Hobbes realiza um exercício intelectual em determinado momento do *Leviatã* que interessa especialmente a Parsons. Hobbes se pergunta o que aconteceria se os indivíduos agissem, hipoteticamente, de uma perspectiva utilitarista, em um estado de natureza, que na terminologia hobbesiana é um estado de completa ausência de constrangimentos (como orientações morais, regras, regulamentos, sanções, leis, etc.) à expressão plena da vontade humana. O estado de natureza compartilha com o mundo real uma situação de escassez de bens, os quais são disputados pelos indivíduos no sentido de eles os conquistarem para a produção e reprodução de sua existência. Dessa articulação de um mundo de bens escassos com indivíduos agindo com o fim exclusivo da maximização da utilidade, surgiria certamente uma competição mais ou menos aberta por esses mesmos bens entre esses indivíduos. Ou seja, conflitos concorrenciais pela sua obtenção tenderiam a se generalizar para toda sociedade. Nesses conflitos, Hobbes diz que os indivíduos utilizariam de sua força e recorreriam à fraudes de todo tipo para vencerem essa competição. O estado de natureza seria, assim e também, um estado de “violência cotidiana e uma permanente situação de insegurança, de nunca conseguir

descansar, e até mesmo de medo da morte” (JOAS e KNÖBEL, 2017, p. 44). Estaria instituída, desse modo, a guerra de todos contra todos. O estado de natureza é “o resultado necessário da ação humana engendrada pelo princípio da utilidade. E tal estado, nos diz Hobbes, é incapaz de satisfazer verdadeiramente a qualquer pessoa” (JOAS e KNÖBEL, 2017, p. 44).

É nesse ponto que Hobbes defende a necessidade de, diante de uma situação beligerante e anárquica, constituir-se uma institucionalidade que, na sua ação, subjugaria todas as vontades à uma vontade única, superior e poderosa, que desse conta de pôr término no caos social resultante do estado de natureza. Enfim, a necessidade de constituição de um Estado que regulasse o corpo social e, se necessário, reprimisse as pessoas que, ao efetivarem plenamente suas vontades de forma ilimitadas, pudesse causar danos aos outros indivíduos. Para isso, esse Estado lançaria mão do monopólio da violência, buscando a paz pelo uso da força.

O que importa demarcar aqui é que, dessa forma, a ordem social, a pacificação do caos social, seria conquistada a partir de um critério externo à ação dos indivíduos. Esse critério externo – no caso de Hobbes, a imposição, através do filosófico contrato social, de um poder acima dos indivíduos - produtor da ordem social é gerado como forma de tentar responder o impasse utilitarista a respeito dos princípios da ação. Levine sintetiza esse impasse da seguinte forma:

Para Parsons, Hobbes iniciou a dinâmica central da história ao definir as unidades básicas de uma concepção utilitarista da ação e ao apresentar uma das dificuldades empíricas mais fundamentais do pensamento utilitarista, o problema da ordem. Essa dinâmica fez com que a tradição positivista se visse colhida no dilema utilitarista. Tal dilema consiste em adotar premissas que requerem que se admita que a escolha de fins pelo ator é independente da situação, em cujo caso os fins devem ser aleatórios e a ordem não pode ser explicada ou, então, que se negue o caráter aleatório dos fins, assimilando-os à condições da situação (Levine, 1997, p. 45).

Esse dilema da ordem, Parsons resolverá ao apresentar o seu modelo teórico relativo à relação entre ação e ordem social, a partir da análise que faz em *A Estrutura da Ação Social* dos quatro autores clássicos já citados. Na próxima seção, enfim, apresentaremos esse modelo, demonstrando como ele articula ação e ordem na constituição de uma imagem de sociedade como sistema de valores em que a ação política, e os conflitos sociais dela resultantes, – enquanto manifestação social com potenciais consequências disruptivas - é visto, no mínimo, com desconfiança, por colocar em xeque as possibilidades do próprio modelo teórico-analítico parsoniano. Por sua vez,

é essa imagem da ação política e do conflito social como algo desagregador que as teorias contemporâneas criticam.

1.3 A crítica parsoniana ao recurso exterior à ação na produção da ordem social

Parsons diz que a ordem social é um fato de difícil questionamento. Olhamos para a realidade e encontramos ordem. Na dinâmica social percebemos, vivenciamos uma série de regularidades que não dependem, para existirem, de um Estado ou algum tipo de institucionalidade impondo essa ordem. O que não quer dizer que essas instâncias também não produzam regularidades sociais, porém, não são as únicas e, geralmente, um maior número de regularidades sociais não tem relação com alguma espécie de (relação de) imposição. Sensivelmente, a própria monotonia da vida social cotidiana, sem muitos sobressaltos, indica a existência mais de regularidades do que desacordos e conflitos.

A preocupação principal de Parsons, contudo, não era lidar de forma empírica com o problema da ordem social para apresentar uma posição e uma resolução mais ou menos superior desse problema, tentando superar a justificação de uma autoridade superior impositora da ordem, como em Hobbes. Basicamente o que o sociólogo americano interrogou, conforme Joas e Knöbl (2017, p. 47), “foi a afirmação de que é possível a existência de uma ordem estável (qualquer que seja sua forma) se as pessoas agirem puramente para maximizar sua utilidade”. Ao partirem da premissa utilitarista da ação, nenhum autor dessa tradição “conseguiu explicar a existência da ordem social normal” (JOAS e KNÖBEL, 2017, p. 47) sem no mínimo recorrer à uma força que controlasse as ações dos agentes, preocupadas somente com a maximização do prazer. Da existência concreta de uma multiplicidade disforme de ações para a produção de regularidades resultantes dessas mesmas ações, faltava o elemento que conectasse as primeiras à (produção da) segunda, a partir de uma dimensão interna à ação. O modelo de ação dos utilitaristas era incapaz de dar conta, precisamente, dessa relação. E toda teoria da ação que se preze, como o utilitarismo precisa conseguir explicar essa articulação.

Com relação à Hobbes, Parsons chega a perceber que, no momento dele tentar articular ação e ordem, ele então abandona, provisoriamente, a imagem utilitarista da ação, que daria ao agente um horizonte limitado de ação – a imediatez temporal e contextual na resolução rápida e eficaz de uma situação de desprazer – e repentinamente alargaria a racionalidade da ação no sentido da compreensão mais global da situação

(social) em que ele, o agente, está envolvido. Porém, essa mudança repentina de compreensão da ação não se coaduna com o contexto mais geral da obra de Hobbes, no qual impera o agente utilitarista, com todas as suas consequências.

Talcott Parsons iniciando seu contra-argumento aos utilitaristas, na tentativa de propor uma nova solução teórica para o problema da ordem, diz que toda sociedade produz eventos – advindos de ações – que foram conduzidos por diretrizes e regras resultantes do fato de que “os objetivos dos membros de uma sociedade são frequentemente idênticos” (JOAS e KNÖBL 2017, p. 48). Objetivos, aqui, da ação. Isso não quer dizer que todas as pessoas ou grande parte delas pensem e ajam apenas de uma determinada maneira, mas que tendem a fazê-lo, e normalmente o fazem.

Essa constatação leva Parsons à questionar a imagem da ação defendida pelos utilitaristas. Eles pensam a ação como contingente, ou seja, respondendo a premissa de que a ação pode, sempre, ocorrer ou não, porque ela mesma é seu critério de efetivação, e não qualquer critério de acordo ou consenso coletivo, cultural ou simbólico. A ação e, de forma agregada, as ações dos indivíduos, seriam, dessa forma, imprevisíveis, resultando em uma espécie de situação de aleatoriedade de fins, com cada indivíduo agindo de forma autônoma, auto referenciado na maximização de sua utilidade. O processo de estabilização da vida social, digamos assim, fica praticamente impossibilitado diante de uma ação que responde somente por esse critério. Seguindo Durkheim, se assim fosse na realidade, se vivêssemos em uma sociedade em que só contassem motivações e orientações de cunho exclusivamente individual, a própria ideia de sociedade estaria em jogo, e poderíamos mesmo questionar sua existência como uma realidade objetiva e objetivável (pelo sociólogo).

A “identidade de interesses” (JOAS e KNÖBL 2017, p. 48) que os utilitaristas acreditavam ocorrer conjuntamente entre duas ou mais pessoas não sustentaria, por si só, uma sociedade. Essa identidade se daria, segundo o pensamento utilitarista, a partir do “princípio de vantagem mútua” (LEVINE, 1997, p. 47). Esse princípio descreve um “laço” social que “uniria” dois ou mais indivíduos fundamentados exclusivamente no interesse individual de cada parte da relação em obter, normalmente em prejuízo da outra parte, benefícios privados. Essa busca de vantagens mútuas não constitui laços sociais duradouros. Esses, constituídos a partir da premissa utilitarista, facilmente se dissolvem no momento em que uma das, ou ambas as partes, já perceberam que conquistaram (do outro) aquilo que objetivavam, desde o início da relação, conseguir, orientados pelo princípio de utilidade. Desde o início porque a representação do sujeito pelo utilitarismo

pressupõe um sujeito que realiza avaliações e cálculos racionais que fixam, previamente à relação com outros sujeitos, os objetivos que serão cumpridos pela relação. Um sujeito racional per se.

Esse princípio da busca mútua – sempre tensionada ao conflito - de vantagens entre os indivíduos não explica o “corpo de regras que fornece o poder vinculatório” (LEVINE, 1997, p. 47) entre eles, criando, de forma distinta, como também defendia Durkheim, uma realidade superior, a sociedade, como algo dotado de algum tipo de ordem.

Como seria possível, então, pensar o problema da (constituição da) ordem, identificado a incapacidade do utilitarismo em fornecer-nos um critério localizável na própria ação para isso? Para isso, Parsons defende, em primeiro lugar, e como possibilidade mesma para sua reflexão sociológica, a existência real de uma ordem no mundo humano, a qual não é resultado exclusivo de um efeito de imposição ou submissão sobre as vontades e ações dos indivíduos, tal como opera o Leviatã de Hobbes.

Em nossa vida cotidiana, experienciamos um grande número de regularidades sociais, que ocorrem sem que tenha havido influência do Estado ou do mercado. Basta pensar o quão uniformes – poder-se-ia até dizer monótonas – são as interações no âmbito da família ou no círculo de amigos, pois dias vão, dias vêm, e continuamos a saber que podemos continuar a agir do mesmo modo como sempre agimos. Para Parsons seria sem sentido questionar a existência da ordem social (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 46).

Parsons coloca que a teoria da ação deve ser capaz de explicar, por sua vez, a ordem. E aqui podemos conceituar o que Parsons pensa ser, primordialmente, a ordem social. Esse conceito tem relação com toda a proposição teórica funcionalista que ele desenvolve em *A Estrutura da Ação Social*. Ordem, em Parsons (ano) é a coordenação cotidiana dos fins das ações humanas, da multiplicidade de indivíduos que vivem em um determinado contexto espaço-temporal. Parsons vai mais longe e argumenta que esse arranjo cotidiano de fins da ação, totalmente oposto ao caráter aleatório defendida pelos utilitaristas, é sem muito esforço produzido e verificável no âmbito da sociedade. A elaboração desse arranjo está relacionada com a questão da origem dos fins da ação, questão pouco trabalhada pelos utilitaristas, os quais pressupunham basicamente a existência desses fins, sem realizar uma reflexão mais elaborada acerca do processo de gênese das finalidades dos sujeitos humanos.

Uma reflexão sobre as origens das finalidades da ação humana também contribuiria para constituir uma nova imagem da ação como um processo dinâmico. Ativo porque tanto o utilitarismo quanto as correntes que dele derivaram e que pretenderam

apresentar teorias da ação, segundo Parsons, falharam. A principal delas, o positivismo²⁵. Conforme Levine (1997), o sociólogo americano compreende o positivismo na esteira da tradição utilitarista. Ambas correntes seriam expressão de um contexto histórico marcado pela euforia racionalista e cientificista da modernidade. Sobre a relação entre a origem dos fins da ação e a constituição da ordem social no positivismo, temos que:

O positivismo racionalista radical lida com o problema original de que os objetivos, os desejos, concepções de utilidade e fins dos atores, segundo as premissas do utilitarismo, podem coadunar-se apenas aleatoriamente, e que não podemos esperar uma coordenação das ações, isto é, ordem, no longo prazo, argumentando que cada ator persegue seus fins mediante métodos quase-científicos. De acordo com esse modelo conceitual, atores altamente racionais coordenam os fins de suas ações, e a própria racionalidade com a qual eles perseguem esses fins supostamente garante um equilíbrio dos interesses. A despeito do fato dessa racionalidade promover ou não um equilíbrio, as consequências desse modelo são as seguintes. Os seres humanos encontram-se constantemente em situações que não deixam espaço para qualquer manobra. Eles apenas se adaptam à essas situações, na qual a escolha dos meios racionais já se encontra fixada. Segundo Parsons, os atores são incapazes de formular seus próprios fins (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 49).

Ocorre, em realidade, que a premissa positivista acaba por ter como consequência a absorção da ação ao contexto da situação e às condições que esse contexto coloca à ação. Isso faz com que o positivismo anule a autonomia analítica que, para Parsons, a ação deve ter, no interior de um modelo teórico da relação entre ação e ordem. De um modelo teórico que demonstre como da primeira se produz a segunda. No positivismo, Parsons, acredita que, segundo Joas e Knöbl (2017, p. 50), “os objetivos, as noções de utilidade, de fins, etc. que são característicos da ação humana coincidem com a situação na qual a ação ocorre ou com as condições para a ação”. Mais adiante, Joas e Knöbl (2017, p. 50) dizem que “a incapacidade inerente ao utilitarismo de explicar a ordem social faz com que a própria ação desapareça das soluções propostas pelo positivismo”. Nesse sentido, Parsons parece atualizar o esforço da tradição filosófica alemã²⁶ de “encontrar modos de proteger o sentimento de dignidade e liberdade humanas contra as ameaças apresentadas por crescentes ondas de explicação naturalista e determinismo natural” (LEVINE, 1997, p. 183) que surgiam na Europa na transição do séculos XVIII ao XIX, com reverberações históricas no século XX. A biologia

²⁵ O Positivismo é uma corrente filosófica do século XIX. Essa corrente vê a ciência como um orientador privilegiado da vida individual e social do homem moderno. Somente os parâmetros estabelecidos pela ciência seriam parâmetros confiáveis para os indivíduos orientarem-se moral e praticamente no mundo. Também, esses critérios permitiriam a organização, em bases sólidas, porque racionais, da sociedade. A vinculação entre razão e ação é uma herança do Positivismo.

²⁶ Não à toa, Parsons dedica exclusivamente todo o segundo volume de A Estrutura para a análise das ideias de Max Weber²⁶, o principal sintetizador dessas orientações filosóficas²⁶ em uma proposição sociológica moderna.

darwiniana, a teoria psicológica do instinto e o behaviorismo expressavam correntes que tendiam à explicações naturalistas dos fenômenos humanos.

Utilitarismo, positivismo e as disciplinas de fundamentos naturalistas apresentam uma incapacidade em apresentar e articular um critério interno à ação para explicar a forma “como as pessoas articulam as finalidades de sua ação” (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 50), constituindo, assim, a ordem social. Para explicar a sua constituição partir da ação, era preciso inserir o critério subjetivo, ativo e criador, dos indivíduos na constituição de um novo modelo teórico da ordem social. Substituir os elementos que condicionam a ação por algo mais. Nas palavras de Levine: “somente incorporando a dimensão normativa à conceituação essencial de ação é que se poderia salvar o pressuposto de ação voluntarista em conjunto com a necessidade de explicar a ordem” (1997, p. 46). O voluntarismo é a dimensão que concede a importância metafísica da vontade humana em relação às nossas disposições intelectuais. A primazia da ação sobre o intelecto. O voluntarismo expressa o elemento ativo do desejo humano em efetivar-se. A consciência de saber-se sujeito que expressa intenções, escolhas e ações no mundo. Do humano ser efetivamente humano. A dimensão normativa, por sua vez, diz respeito à capacidade da própria ação em guiar-se a partir de orientações que ordenam antecipadamente, e de forma mais ou menos explícita, à ação como ela deve proceder, definindo como ela irá se efetivar no contexto em que irá ocorrer. Em certo sentido, os princípios normativos determinam a orientação para que se faça algo. A afirmação da vontade humana articulada com a normatividade da ação será a chave para que Parsons explicita um modelo teórico próprio acerca da relação entre ação e ordem social.

A dimensão normativa, dessa maneira, aplica-se à ordem e, ao mesmo tempo, à ação, não apenas à primeira. A ordem normalmente se fundamenta em valores e normas que são compartilhados. Empiricamente, por exemplo, ela é visualizada no conjunto de leis existentes em uma sociedade, as quais dão materialidade à sua normatividade. Mas, se a ordem social, enquanto coordenação cotidiana dos fins da ação de uma pluralidade de indivíduos, é expressão de valores e normas compartilhados entre os atores, a ação também o é. A dimensão normativa é o critério interno à ação que Parsons encontra, delimita, a partir de sua crítica ao utilitarismo. Em realidade, é o estabelecimento dos fins da ação que responde, também, por valores e normas compartilhadas entre os sujeitos. Esses valores e normas “pré-estruturam os objetivos da ação que são perseguidos pelos atores individuais, garantindo algum grau de sincronização de seus objetivos” (JOAS e KNÖBEL, 2017, p. 51), sincronização essa que produz ordem. Eles se produziram na

própria dinâmica de encontros, interações e relações que os indivíduos estabelecem na produção e reprodução da vida humana, dimensão fundamental já salientada, por exemplo, por Marx como condição primeira para que os homens façam a sua própria história. A ordem social que resulta, por essa via, da dimensão normativa da ação é uma ordem não-intencional, não produzida de forma consciente e deliberada pelos agentes. Muitas vezes essa normatividade opera em um nível pré-consciente. É essa dimensão normativa da ordem que é o objeto por excelência da sociologia para Parsons.

A “camada motivacional mais fundamental” (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 51) da ação não se localiza, como queria o utilitarismo, em consonância com sua imagem filosófica do sujeito, nos cálculos pretensamente racionais que estabeleceriam metas e objetivos à serem alcançados pelos indivíduos nas relações que eles estabelecem entre si. Normalmente, metas e objetivos relacionados com a maximização do ganho e a diminuição (ou ausência) da perda de recursos dos mais variados tipos (econômicos, políticos, culturais, etc.). A camada essencial de motivação da ação – no sentido de seu impulso, de sua efetivação – são as normas e valores partilhados pelos sujeitos em um determinado contexto espaço-temporal. A ação não é exclusivamente automotivada, expressão particular do indivíduo pensado em uma perspectiva atomista. Ela é, antes de tudo, definida por uma normatividade produzida anteriormente na dinâmica social, a qual atravessa os sujeitos em sua pretensão de racionalidade consciente orientando a ação, desestruturando-a.

Contudo, Parsons não diz que a ação orientada por cálculos racionais simplesmente não existe. Ela existe, e assume diferentes formas em diferentes culturas em virtude de que essas culturas produzem, por seu turno, diferentes sistemas normativos. A ação racional-utilitária também perde força analítica frente à diversidade da realidade social, entre diferentes sociedades, pois a pressuposição de que é justamente a racionalidade utilitária sua motivação essencial vai no sentido de uma uniformidade da própria ação. Agora, se é o sistema normativo que define os parâmetros da ação, e esse sistema varia entre diferentes sociedades, com diferentes culturas, analiticamente o pesquisador capta melhor a diversidade que as formas da ação possuem. Culturas diferentes, que conformam diferentes sistemas normativos, apresentam, por sua vez, diversos formas institucionais, que podem variar no tempo e no espaço.

Mas, na perspectiva parsoniana, em que se diferenciam valores de cálculos de utilidade? Na forma como eu os mobilizo na realidade social, nas relações que estabeleço com outros indivíduos. Valores são justamente aquilo do qual os indivíduos não fazem

cálculo de utilidade, ou não o deveriam fazer, sob pena de produzir um mal-estar social que dificulte as próprias relações sociais e os possíveis “contratos” entre os indivíduos. Os indivíduos não fazem dos valores meros meios para a exclusiva obtenção de algo, para atingir a um fim. Os valores são “fins em si mesmos” (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 54), princípios últimos que se eu (auto)questionar, colocarei minha autoimagem em risco. Desconstituo quem, com o tempo, me formei ser. Valores tem, assim, uma relação direta com a própria identidade dos indivíduos. Por fim, os valores são aquilo que me informam até onde minha ação vai, de onde, sob hipótese alguma, ela passa. Aqui se localiza a dimensão normativa dos valores, a prescrição que eles informam à ação. Empiricamente, podemos, por exemplo, identificar a ética como um valor que orienta a ação dos indivíduos.

Com a defesa acerca dos valores e normas compartilhados como orientadores primeiros da ação, os cálculos de utilidade (também existentes, como já descrito anteriormente) podem ser pensados como derivados desses valores, individual e coletivamente.

[...] segue-se então que as noções de utilidade podem emergir desses valores últimos, isto é, os cálculos da utilidade podem ser baseados em convicções individuais, mas também em convicções coletivas, pois eu posso determinar minha utilidade, meus fins, somente com base em valores. Portanto, valores e normas não podem ser sujeito a cálculos utilitários, porque são os elementos constitutivos dos próprios critérios que estabelecem os parâmetros para tais cálculos. Parsons acreditava ter resolvido o quebra-cabeça que minara o utilitarismo de forma fatal. O mundo social é quase sempre ordenado porque a ação humana é fundamentalmente moldada por valores e normas compartilhados (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 54).

Parsons encontrou, assim, novos elementos para propor uma teoria da ação renovada, que desse conta, enfim, do problema da constituição da ordem social. Da produção das estabilidades concretas que orientam a vida social. Parsons mobiliza em seu esquema as dimensões (das quais ele julga estarem corretas nessas teorias) já fornecidas pelo utilitarismo, como os objetivos e finalidades, e pelo positivismo, como a dimensão ambiental da ação (situação e contexto), A figura 1 demonstra, de forma simples, esse modelo, com a inserção das normas e valores como mediadores da ação dos agentes sociais.

Figura 1: Esquema da ação no funcionalismo parsoniano



Fonte: Elaboração do autor, 2021.

As normas e os valores como dimensões orientadoras da ação, ao sancionar os limites dos comportamentos individuais e coletivos, informar até onde alguma possível vontade irrestrita do(s) sujeito(s) pode(m) ir, desenha a sociedade no funcionalismo parsoniano, como um sistema de valores que produz a coordenação (constante e cotidiana) da ação. Ou seja, a ordem social. Os valores e normas, assim, funcionam, em uma metáfora com a Física, como uma espécie de força centrípeta, que “puxa” os indivíduos para dentro da sociedade. Ocorre, no funcionalismo parsoniano, uma afinidade teórica entre as ideias de ordem e sociedade, e vice-versa, típicas do funcionalismo em suas expressões tanto nas ciências biológicas (metáfora do organismo saudável que articula e ordena a diversidade do corpo natural) quanto na sociologia, que nasce com Durkheim (a sociedade pensada à semelhança do corpo biológico).

Compreendida a complexidade (e a riqueza) do argumento funcionalista de Parsons, passamos agora para a apresentação das teorias da ação política e da ação coletiva que, voltadas à sociologia do conflito, realizaram importantes críticas ao modelo parsoniano. Em comparação com a curta apresentação que fizemos do marxismo mecanicista, o funcionalismo de Parsons demandava uma maior e mais detalhada apresentação porque, em primeiro lugar, não só a sociologia da ação política, mas a sociologia em geral, ao longo do século XX, terá como horizonte de diálogo o seu modelo teórico. Hoje, por estarmos mais distantes no tempo histórico da proposição original desse modelo, o perdemos muitas vezes de vista. Mas, sua apreensão é importante para compreendermos melhor as críticas que a ele se produziram a partir, especialmente, dos anos 1950, e que ainda tem influência na sociologia contemporânea.

1.4 As críticas da sociologia política contemporânea ao marxismo e ao funcionalismo parsoniano

Nesse subcapítulo, apresentamos as duas principais correntes da sociologia da ação política e da ação coletiva desenvolvidas no século XX, as quais realizaram críticas, direta ou indiretamente, tanto ao marxismo (mecanicista) quanto aos argumentos de Parsons. Esse último, a partir da década de 1950 sofreria abalos importantes. Essas teorias são a Teoria do Processo Político (TPP), de matriz americana, e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), produzida originalmente no continente europeu, na França. Começamos com uma breve retomada da imagem que o marxismo e o funcionalismo possuem da ação política, para posterior apresentação dos argumentos críticos das teorias contemporâneas sobre eles.

No marxismo, em síntese, a ação política ocorre - tem seu lócus privilegiado - no interior do conflito central da moderna sociedade capitalista: o conflito entre capital e o mundo do trabalho. Manifestações, atos, protestos, revoluções, etc. são expressão de tentativas de determinados grupos sociais transformarem radicalmente o sistema social no sentido da equalização e da produção de maior equilíbrio das condições materiais de vida da classe trabalhadora – agente da mudança social por excelência, para Marx. A classe trabalhadora, o proletariado, é o grupo oprimido e subjugado pelas dinâmicas econômicas, que por sua vez produzem as dinâmicas políticas, da sociedade sob o modo de produção capitalista. Essa é, em síntese, a imagem da ação política e da conflitualidade social no marxismo.

Para Talcott Parsons (2010) e sua perspectiva funcionalista, que compreende a sociedade como um sistema de valores que tende à produção de processos de integração social, “absorvendo” os indivíduos na sociedade, através de uma normatividade compartilhada, a ação política – a dimensão da conflitualidade social mais geral - foi interpretada como uma forma de disfunção no interior do próprio sistema social. Possuir um horizonte de excessiva preocupação com a produção da ordem social, levou Parsons a pensar o conflito, o qual gera a ação política e se materializa em uma pluralidade de manifestações empíricas, como um fenômeno de potencial disruptivo do sistema social, pois ele perturbaria os também plurais processos de integração que a sociedade produz. Mobilizações sociais que, por exemplo, questionam normatividades estabelecidas – tanto no plano simbólico quanto no plano jurídico-legal - podem produzir rupturas nos mecanismos de integração que essas normatividades fundamentam. Obviamente, a

dimensão normativa da ação do modelo teórico parsoniano ao produzir orientações para a ação individual e coletiva, as quais podem se constituir como normas, regras e leis, não garante que na dinâmica social essas normatividades não venham a produzir ou não legitimem a produção de situações de opressão, dominação, arbitrariedade, injustiça, etc. O fato é que processos de integração social lançam mão de mais ou menos violência – material e simbólica – para sua efetivação. A ação política é um meio de pressão sobre esses processos. Parsons, porém, pensando sociologicamente a partir de seu modelo insiste em compreender a ação política e os movimentos sociais como elementos debilitadores da integração social sistêmica. Essa é, por sua vez, em síntese, a imagem da ação política e da conflitualidade no funcionalismo de Parsons.

Mesmo possuindo diferentes perspectivas teóricas, uma ligada ao conflito²⁷ e outra ao consenso/integração (funcionalista), o marxismo e o funcionalismo acabaram por compartilhar, possuir em comum, uma visão dos fenômenos de expressão da ação política como respostas dos agentes e grupos sociais à condições estruturais das sociedades em que esses agentes viveram. Seguindo o modelo marxista clássico da política como expressão das (concretas) relações sociais de produção, e o funcionalismo como a política (e sua conflitualidade inerente) apenas cumprindo sua função integradora do social, a dimensão da (autonomia da) ação dos sujeitos frente à forças que, para essas correntes, a determinam, ficou teoricamente abandonada.

Segundo Alexander (1998), essas concepções da ação política e da conflitualidade social, foram sendo, a partir da segunda metade do século XX, sociologicamente reinterpretadas. Criticando boa parte dos princípios dessas correntes, a sociologia contemporânea²⁸ logrou secularizar a interpretação tradicional da ação política. Nesse sentido, Alonso (2009) diz que as caracterizações do marxismo e do funcionalismo acerca da ação política e coletiva, de seus horizontes e objetivo reduziu as possibilidades de interpretação da complexidade da ação política e dos movimentos sociais no período pós-II Guerra Mundial. Esse incômodo com um limite da capacidade analítica da sociologia política estimulou o surgimento de novas teorias nesse campo.

²⁷ Por Sociologia do Conflito compreendemos as correntes teóricas que analisam o social a partir de uma imagem de que as sociedades apresentam desequilíbrios na distribuição de recursos, os quais impelem ao conflito de interesses entre os diferentes grupos pela obtenção desses recursos, demarcando a sociedade como um campo conflitual constante.

²⁸ Tratamos por sociologia contemporânea, aqui, um conjunto de autores que produziram suas perspectivas acionalistas e culturais-identitárias a partir da década de 70 do século XX. Hoje, essas perspectivas passam também por reformulações feitas por seus autores no sentido de conservarem seu potencial analítico em um mundo em constante transformação.

Com isso, na segunda metade do século XX, ocorre nas ciências sociais a emergência de um movimento de revalorização da ação social, das dimensões culturais e simbólicas como dimensões essenciais na interpretação e análise do mundo social, resultante, em grande medida, da crítica das premissas do marxismo e do funcionalismo.

Em um primeiro momento, o qual Alexander (1998, p. 1) define como “clássico”, em consonância com a produção da obra de Karl Marx, com os escritos – sempre marcados pelo calor dos acontecimentos – de Leon Trotski e de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin), que tem como pano de fundo histórico a sociedade capitalista industrial, falar em ação política e em ação coletiva remetia necessariamente ao processo revolucionário. Relacionado à ele, a quase inevitabilidade da violência como recurso passível de ser mobilizado na produção da mudança social. A tomada revolucionária do poder de Estado, constituindo uma nova classe no poder, foi o objetivo central desses movimentos. Esse momento “sociológico”²⁹ clássico, segundo Alexander (1998), foi secularizado, pois as análises sociológicas contemporâneas lograram retirar da ação política e da conflitualidade social a “teleologia revolucionária” (ALEXANDER, 1998, p. 3), a partir da forma como passaram a compreender esses processos sociais. Tomar a revolução como horizonte de inteligibilidade para a diversidade de manifestações da ação política não era, também, o melhor caminho, pois eles eram “episódios históricos raros” (ALONSO, 2009, p. 54), se comparados com a mais constante manifestação de outras formas de expressão da ação política, como protestos, motins, greves, etc.

A compreensão das causas da manifestação da ação política na realidade social esteve basicamente relacionada com a vivência concreta de uma situação de privação e a conseqüente consciência, que levaria necessariamente à ação prática, em direção à mudança dessa mesma situação. A experiência dessa situação de privação social, produzidas pelo modo de produção capitalista, seria uma dimensão intrinsecamente mobilizadora dos agentes. Essas ações por parte dos agentes seriam “como respostas práticas coerentes à distribuição desigual das privações sociais criadas pela mudança institucional” (ALEXANDER, 1998, p. 3) do processo histórico. Da existência de grupos com interesses opostos, surgiria a ação política, conformando o conflito social. Em síntese, o conflito central que teria a potencialidade de deslocar os

²⁹ Colocamos entre aspas o sociológico porque aqui estamos lidando com um conjunto de autores e textos que não tinham a perspectiva científica como horizonte, mas compunham-se mais como análises políticas de conjuntura e/ou de tarefas ao processo prático da transformação social revolucionária.

agentes da inércia social e, automaticamente, os colocar em movimento, mobilizar, seria o conflito entre capital x trabalho.

Ao contrário das perspectivas estruturais, o novo movimento teórico, nas palavras de Alexander (1987), as perspectivas surgidas nesse processo de renovação teórica, trazem ao primeiro plano os agentes sociais e suas capacidades de construção ativa da realidade social. Aparecem, de forma geral, capacidades de ação, competências estratégicas, habilidades de cálculo, de construções e elaborações culturais, de produções simbólicas, etc. Irrompem, nessas proposições, a preocupação com a intencionalidade³⁰ dos agentes sociais apreenderem, interpretar e produzirem³¹ os fenômenos sociais do meio em que vivem. Opera-se um deslocamento analítico da estrutura para a ação, e/ou das complexas relações entre uma dimensão e outra. Não obstante as animadas tentativas de renovação teórica, as proposições teóricas que surgiram desse movimento acabaram também, pendendo ora mais à estrutura, ora mais à ação. Isso, claro, não invalida o esforço teórico realizado por autores como Pierre Bourdieu, Alain Touraine, Anthony Giddens, entre outros.

Nesse movimento, os conceitos de estrutura e ação foram retrabalhados e associados, na sociologia política, como questões ligadas, respectivamente, às dimensões estratégicas e culturais-identitárias-simbólicas presentes na ação política e na ação coletiva. Sociólogos da América do Norte e da Europa (com reflexos teóricos na América Latina) se debruçaram sobre os movimentos sociais a partir de perspectivas que se constituíram orientadas por essa discussão entre estrutura e ação social. Essas perspectivas, embora se diferenciem com relação aos princípios teórico-metodológicos com que a ação coletiva devia ser analisada, lograram estabelecer uma perspectiva que ficou conhecida como construcionista³² (SILVA, 2001) dos fenômenos da ação política nas sociedades contemporâneas.

Essas perspectivas, em suas críticas do marxismo e do funcionalismo, passam a pensar a ação política e coletiva como resultados prováveis, não assegurados e automáticos, de uma “distribuição desigual das privações sociais” (ALEXANDER, 1998,

³⁰ Os debates sociológicos contemporâneos tem expandido essa identificação entre intencionalidade e agência.

³¹ A ideia de produção do social presente na obra do sociólogo francês Alain Touraine não significa simplesmente a participação passiva dos agentes sociais em seu contexto social. Pelo contrário, pressupõe uma participação ativa dos indivíduos na elaboração dos princípios de orientação do mundo social e nos meios de intervenção na sociedade (TOURAINÉ, 1995).

³² Ou construtivista, que é sinônimo. O construcionismo é a corrente filosófica que entende que o mundo é, apenas e/ou sobretudo, resultado de processos de construção. O mundo do conhecimento, um construto mental. O mundo da sociedade (mundo social), resultado de esforços construtivos da sociedade.

p. 3). Não obstante, ampliam o entendimento acerca dessas privações, e colocam que elas não são apenas de ordem material, mas ampliam-se para diversos campos de produção humana, como a moral - compreendida como o conjunto de representações de uma sociedade acerca do que é a ação correta - as privações culturais e simbólicas como por exemplo, as diferentes possibilidades (desequilíbrios) que os agentes sociais possuem de acesso à recursos da comunicação, da informação, do conhecimento, da ciência, etc.,. Também, privações de reconhecimento, de identidade e de acesso à justiça, entre outras. Com essas poucas questões citadas, percebemos a pluralidade de questões onde dinâmicas de desequilíbrio na distribuição de recursos e desrespeito à dimensões da pessoa humana se expressam na sociedade.

Segundo Alexander (1998), as teorias tradicionais de compreensão da ação política, não deixaram espaço para uma dimensão da contingencialidade desse tipo de ação, de sua possibilidade de existência, mais do que de sua indubitabilidade de efetivação no espaço público. É justamente essa “tensão entre possibilidade e realidade” que as teorias contemporâneas da ação política e coletiva inserem na discussão sociológica, cada qual à sua maneira (ALEXANDER, 1998, p. 12). Estabeleceram que era preciso diante das condições que a realidade social apresentava aos diferentes grupos políticos, cumprir uma série de “requisitos” e processos sociais para a conformação concreta dos fenômenos da ação política, tais como movimentos sociais, protestos, greves, etc. Existe, segundo elas, um espaço aberto, de probabilidades e chances, o qual é passível de preenchimento de significados e sentidos por parte dos agentes envolvidos em diferentes conflitos sociais e que tem interesse na conformação de ações coletivas, por também diversas motivações e razões.

O processo de efetivação da ação política pode ser compreendido, a partir de diferentes estudos (PEREIRA, 2014; SILVA, 2001), como um empreendimento conflituoso de cumprimento de orientações morais, éticas, simbólicas, culturais e políticas que desenha (sempre de forma contextual) a forma e o sentido que a ação política terá, delimitando suas fronteiras e, mais ainda, organizando e articulando sua caracterização. Com isso, da condição original, de um conjunto de indivíduos, de vivência de uma situação injusta, opressiva, humilhante, etc., até à materialização real de um agir coletivo, há uma série de empreendimentos que devem ser realizados pelos agentes sociais para que eles consigam, ao fim e ao cabo, constituir uma ação política

Desses esforços, sem ter como os esgotar, podemos pensar na identificação de uma questão central pelos agentes interessados, a constituição dessa questão em uma

problemática de luta social (apenas identificar uma questão não basta para a luta), a seleção dos elementos que os agentes venham a considerar relevantes para suas reivindicações - os quais são relacionados, muitas vezes, com as potencialidades desses elementos conquistarem apoio e legitimidade na e da sociedade em geral (PEREIRA, 2014) -; a identificação e delimitação de opositores e suas respectivas posições nos espaços em que a ação política do grupo se efetivará³³, as possíveis modificações de posições de seus opositores ao longo do tempo, etc. Todas essas possibilidades de iniciativas vão delimitando a existência ou não da ação política e a possível forma que ela assumirá na realidade concreta. Todos esses empreendimentos, claro, variam nos diferentes casos empíricos, fazem parte desse esforço social de constituição e reprodução da ação política e da ação coletiva. Contudo, esses empreendimentos são sempre provisórios e necessitam constantemente estar sendo reestimulados e reelaborados, a partir das diferentes situações em que os agentes se veem colocados.

Com o tempo, a sociologia política – ramo maior da Sociologia que se ocupa dos fenômenos da ação política - tendeu à uma separação entre teorias que, por um lado, focaram as dimensões estratégicas e de relação com o sistema institucional que os diferentes grupos sociais e políticos estabelecem para a obtenção de interesses diversos na arena pública. Por outro, surgiram teorias que caracterizaram os movimentos sociais como dotados de capacidades simbólicas e culturais por parte de seus agentes, e que se apoiaram³⁴ em orientações teórico-epistemológicas que valorizam, por sua vez, a ação social e a reflexividade dos atores, em oposição às determinações estruturais como foco de explicação da ação política (ALONSO, 2009). Essa divisão acompanhou certamente a divisão entre estruturalistas e acionalistas que marcou a Sociologia ao longo do século XX.

A capacidade de construir, articular, organizar e reproduzir ideias, orientações, projetos, objetivos, etc., constitui uma dimensão relevante para as teorias construtivistas da ação política e coletiva hoje e funciona como critério de diferenciação entre elas. Cada uma delas articula, de fundo, uma concepção epistemológica e teórica específica acerca da ação, com um nível de enfoque da sociedade, micro ou macro social (JASPER, 2012). Na confluência entre essas duas dimensões – capacidade de agência e

³³ Por exemplo, se for um grupo de defesa dos direitos homossexuais que for fazer, contextualmente, alguma ação no parlamento, identificar e analisar as autoridades que lá atuam e quais são suas posições ideológicas e práticas acerca da questão em que se vai, muito provavelmente, conflitar.

³⁴ Os desdobramentos contemporâneos da teoria dos novos movimentos sociais ainda compartilha da perspectiva acionalista, originalmente formulada por Alain Touraine.

nível de enfoque do social -, se situam as duas principais abordagens teóricas contemporâneas da ação política (JASPER, 2012) que expressam as orientações gerais que descrevemos nos parágrafos acima.

1.5 Ação política, campo conflitual e sistema político – A Teoria do Processo Político

Antes de entrarmos na TPP propriamente dita, descrevemos brevemente a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) como uma primeira tentativa contemporânea de renovação da compreensão dos fenômenos da ação política frente ao marxismo e ao funcionalismo parsoniano, que vai influenciar a TPP. Vamos focar em uma discussão mais consequente da TPP e da TNMS, em virtude de organizarmos a discussão a partir da apresentação dessas teorias, de seus limites e, ao final, de uma proposição analítica em diálogo com elas, mas ultrapassando-as, para analisar o objeto de pesquisa.

A TMR, produzida pelos sociólogos americanos Mayer Nathan Zald (1931-2012) e John D. McCarthy (1940), foi uma corrente teórica que deu ênfase ao “sentido e a organização” (ALONSO, 2009, p. 51) da ação política dos novos movimentos sociais surgidos na cena social dos anos 60 e 70 ao redor do mundo. De forma contrária à argumentos tanto do marxismo quanto da Escola de Frankfurt acerca da explicação da ação política, a qual era resultado de, no comentário de Alonso (2009, p. 50), “pilares psicossociais, amparando-se em emoções coletivas” marcadas pelo contexto tenebroso dos regimes fascistas da primeira metade e meados do século XX na Europa.

Vinculada, de forma mais ampla, à perspectiva da escolha racional, a qual ecoava do utilitarismo, a TMR sofreu uma série de críticas em virtude de ter enfatizado a quase exclusiva racionalidade dos agentes na consecução dos objetivos da ação política, o que fez com que, mesmo que “insurgindo-se contra teorias excessivamente culturalistas, a TMR foi parar no extremo oposto: inflou a faceta racional e estratégica da ação coletiva” (ALONSO, 2009, p. 53), desprezando, juntamente da dimensão cultural, a influência das condições concretas dos contextos sócio históricos em que a ação política se desenrola. Também, a TPP foi criticada embora com menos ênfase, por analisar fenômenos da ação política com pressupostos da Sociologia das Organizações, também de matriz (hiper)racionalista.

Na TPP, as ações políticas “buscam resultados práticos para suas demandas em interações de conflito com os atores estabelecidos no Estado” (PEREIRA, 2014, p.

31), daí a dimensão estratégica como central, em virtude de ser ela que orienta os militantes na elaboração para o que se irá fazer e como se irá agir frente ao adversário com quem se está em dinâmica (constante) de conflito. A dinâmica mesma do conflito determina os meios e táticas que os grupos assumirão; como em um jogo de xadrez, onde sua ação se dá a partir da forma como o adversário agiu e das condições proporcionadas na esfera do conflito pela forma como ele agiu. A TPP atenta para as possibilidades, limitações e estímulos que o poder político coloca para a constituição da ação política, por parte dos militantes, em sua diversidade de manifestações empíricas, da qual os movimentos sociais são uma dentre várias dessas possibilidades (ALONSO, 2009; PEREIRA, 2014). Segundo Pereira:

Essa formulação teórica mantém a ênfase na racionalidade dos atores presente na TMR, acrescentando a ela um novo elemento teórico central para a teoria norte-americana da ação coletiva, a concepção de que a mobilização só pode ser compreendida em sua relação com as instâncias institucionalizadas de decisão política (PEREIRA, 2014, p. 31).

Na interpretação de Alonso (2009), a TPP, se opondo “contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal” (ALONSO, 2009, p. 53) caracteriza a ação política e a ação coletiva como fenômenos relacionados com a estrutura de oportunidades políticas, os quais se expressam no conjunto de dimensões do ambiente social e do sistema político que uma sociedade apresenta. Mesmo sendo um conceito de contornos imprecisos, esse é o conceito central da TPP. A estrutura de oportunidades políticas pode produzir tanto estímulos quanto coerções no processo conformação da ação política.

Silva escreve que “esta abordagem tem como um de seus argumentos fundamentais a indissociabilidade entre a política institucional e a conflitualidade política que se desenvolve por fora das (e, por vezes, contra) as instituições.” (2010, p. 5). A compreensão da ação coletiva como resultado da interação entre Estado e sociedade é o que dá a ideia de processo político que nomeia essa perspectiva. Para além do “movimento” como objeto, o lócus da análise sociológica está na processualidade (que se dá no tempo³⁵) da interação entre as instancias da sociedade civil e do Estado. Por exemplo, a relação de um movimento social específico com a polícia. O processo de relação e estímulo mútuo entre esses atores dá materialidade ao processo político. A

³⁵ O tempo é uma das dimensões definidoras da estratégia de um movimento social. Avaliar, organizar e orientar a ação coletiva durante um período de tempo, em si, pressupõe a constituição de uma estratégia de ação.

institucionalidade, por exemplo, é um polo que, ao apresentar modificações, aberturas ou fechamentos, estimula ou inibe as possibilidades de conformação da ação política e da ação coletiva na realidade social.

Para essa corrente, o processo inicial de identificação entre os indivíduos (isolados em um primeiro momento), de produção de solidariedade social com potencial ao associativismo e à ação política, ocorre a partir de uma “combinação entre o pertencimento a uma categoria e a densidade das redes interpessoais” (ALONSO, 2009, p. 55) no interior dessa categoria. Essa combinação auxilia os encontros e aproximações entre os agentes, que podem, ou não, conformar a ação política. A TPP trata a ação política como resultado de probabilidades para sua ocorrência, e não de certezas quanto à sua conformação no espaço social. Nesse sentido, ela rompe com o mecanicismo da análise marxista clássica, que tinha uma imagem da inexorabilidade da ação política. Para a TPP, a ação coletiva só se conforma se encontra disponível, pelo lado dos agentes, estruturas de mobilização, que são favorecidas ou não pela estrutura de oportunidades políticas presentes na sociedade. A combinação entre estruturas de oportunidades e de mobilização, pode produzir “incentivos ou constrangimentos políticos, que delimitam as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” (ALONSO, 2009, p. 56) possíveis e disponíveis para a elaboração da ação política e de movimentos sociais, com o consequente desenvolvimento de suas lutas.

A perspectiva da ação política como processo dinâmico e analiticamente centrado no conflito da TPP rompe com a compreensão do sistema social do funcionalismo. Para a TPP, a sociedade não tende à ordem, e valores não tem papel necessariamente de produção de convergências sociais. Pelo contrário, eles podem ser mobilizados no interior do confronto político-estratégico de forma disruptiva. Diferentemente do funcionalismo, os autores da TPP não salvaguardam o modelo teórico frente à conflitualidade da realidade social. A TNMS fará a mesma crítica e operação semelhante frente ao funcionalismo.

No debate acerca da construção da ação política, as análises produzidas pela TPP permitem responder, por exemplo, questões como: Que circunstâncias político-institucionais favoreceram ou diminuíram as probabilidades de conformação da ação coletiva? Quais os cálculos e articulações orientadores das escolhas dos agentes e dos movimentos sociais, coletivamente, frente e entre diferentes cursos da ação? Quais escolhas e caminhos foram tomados/decididos pelos agentes em diferentes momentos de sua atuação, e por que? Acerca dos “cursos de ação” (ALONSO, 2009, p. 56), a TPP

permite nos questionarmos acerca dos cálculos, objetivos e interesses que definem diferentes escolhas, que produzem diferentes cursos de ação. Dentro de um mesmo curso de ação, diferentes cálculos e interesses estão presentes? Porque se opta por um caminho e não outro durante a atuação coletiva?

A TPP explica a ação política e coletiva de uma chave estratégica, e possui uma posição epistemológica realista diante dos fenômenos da ação política. Entretanto, as críticas à ela se dão justamente no questionamento desse realismo estratégico que guia sua interpretação da ação política. A TPP, metodologicamente, se interessa pelas dimensões de potencial universal da ação política, ou seja, pelos processos sociais que, segundo ela, estão sempre presentes em diferentes casos empíricos de contestação social e política. Essas dimensões universais permitiriam uma comparabilidade entre os diferentes modos de construção e reprodução da ação política. Entre as perspectivas teóricas mais importantes da sociologia política, a TPP é aquela que mais se preocupa em apresentar uma teoria que de cunho comparativa.

Por fim, cabe destacar também que ao focar na dimensão realista-estratégica, a TPP menosprezou, especialmente, “los deseos y los puntos de vista de los actores” (JASPER, 2012, p. 12). No quadro mais amplo das reformulações que ocorreram na sociologia política na segunda metade do século XX, a TPP se manteve, originalmente, mais atrelada à perspectivas estruturais de compreensão da realidade social – embora não seja uma perspectiva propriamente estruturalista. Jasper (2012) diz que algumas orientações teóricas da TPP não se sustentaram frente à um conjunto de pesquisas empíricas realizadas por pesquisadores posteriormente à formulação original dessa corrente. Entretanto, esse conjunto de críticas foram um estímulo para seus formuladores, que as utilizaram para “repensar el paradigma del proceso político desde una perspectiva más dinámica e cultural” (JASPER, 2012, p. 13), a qual atualmente está em desenvolvimento.

1.6 Ação política como expressão de dimensões simbólico-culturais – a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)

A TNMS se desenvolveu originalmente na Europa, articulando a ideia de que a segunda metade do século XX presenciou um conjunto complexo de transformações sociais que fizeram surgir novos atores sociais e políticos, de diferente caracterização das

lutas sociais que a primeira metade desse mesmo século havia produzido. A TNMS, certamente, não foi a única corrente a atestar tal fato e com isso propor renovações na teoria sociológica. Ela a faz, entretanto, no interior do tema da ação política e dos movimentos sociais.

Os primeiros cinquenta anos do século XX foram marcados por conflitos intensos entre os dois grandes grupos que, pela distribuição desigual dos recursos no interior do processo produtivo capitalista – amplamente conceituados capital e trabalho – constituíam interesses opostos e, justamente em vista disso, passavam a conflitar. Nesse período histórico, a ação política foi lida, reiteramos, basicamente como resultado de conflitos distributivos. Porém, a compreensão de Karl Marx especialmente acerca da própria ação política é, certamente, mais complexa que a que boa parte de seus seguidores, claro que não todos, nos legaram.

As “lutas de classes” (MARX, 2010, p. 40) ao se intensificarem no modo de produção capitalista, contudo, não são, e nunca foram, conforme Marx (2010), exclusivas desse modo de produção. Luta de classes, para Marx, são as lutas que se materializam a partir da consciência dos grupos oprimidos da desigualdade na distribuição dos recursos que uma determinada sociedade possui em seu modo de produção historicamente situado. Luta de classes, assim, é ação política. A luta de classes perpassa *todos* os modos de produção que a história da humanidade já conheceu. Ela constitui, segundo Marx, o fundamento que movimenta a história, que dá ao tempo cronológico conteúdo histórico, concretude e mobilidade (da vida humana, dos indivíduos, das sociedades). Essas lutas são aquilo que tiram os homens de seu imobilismo e os empregam em uma vida dinâmica. Passado, presente e futuro, desse modo, são lidos por Marx à luz da conflitualidade entre as classes.

Esse princípio de conflitualidade que se materializa na ação política dos homens ao longo de sua própria história, a TNMS lança mão para analisar um novo conjunto de fenômenos da ação política, situados na segunda metade do século XX. Ela amplia, porém, esse princípio de conflitualidade na análise de diversas outras manifestações do conflito social, para além dos conflitos distributivos. Esses novos movimentos sociais seriam, agora, marcados pela luta por demandas culturais, simbólicas, de identidade, reconhecimento, éticas, ambientais, entre outras.

A TNMS, conforme Pereira, para tentar dar conta dessa pluralização de demandas da ação política, se vincula à uma “crítica social e a defesa de identidades coletivas contestadoras, situando os objetivos dos ativistas no nível simbólico e nas

interações entre militantes e sociedade civil” (2014, p. 18). A TNMS se fundamenta em uma perspectiva das possibilidades de mudanças culturais que os movimentos sociais teriam a potencialidade e a capacidade de produzir no seio da sociedade. Essas mudanças, por sua vez não se reduziriam a ganhos imediatos, como às vezes o é uma demanda de trabalhadores por melhores salários, por exemplo. Esses tensionamentos culturais se dão em uma temporalidade que pode ser indefinida, e eles muito provavelmente não seriam controlados mais, a partir de determinado momento, por seus propositores originais, a depender da escala e profundidade com que se difundem pelo tecido social.

Frente à esses novos movimentos, marxismo e funcionalismo perdem força analítica justamente em virtude dessa pluralização de demandas, que seus quadros teóricos não haviam previsto e muito menos desenvolvido conceitos que pudessem, de forma satisfatória, dar conta. Assim, essas novas questões não encontravam ressonância nas categorias tradicionais dessas correntes tradicionais. No funcionalismo parsoniano, por exemplo, essas questões foram as que Parsons justamente deixou fora de seu modelo teórico. Se as agregasse, a própria existência de seu modelo teórico ficaria abalada. Pois, retomando a apresentação do funcionalismo que fizemos na primeira parte desse capítulo, poderíamos nos perguntar: como a pluralização de demandas sociais, que pressupõe um aumento de conflitualidade no seio da sociedade, poderia ser pensada em um modelo teórico que é, ele mesmo, a antítese do conflito? Essa pergunta em Parsons fica sem resposta.

Entretanto, a TNMS, de uma perspectiva cultural, critica o marxismo e o funcionalismo, mas mantém “o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflito” (ALONSO, 2009, p. 59), essa segunda dimensão vinda diretamente do marxismo, e compreende que

Os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e, portadores de uma imagem de sociedade, tenderiam a mudar suas orientações valorativas. Os movimentos sociais aparecem, então, como novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009, p. 61).

Uma das potencialidades da TNMS, em seu momento, foi ter reorientado o foco da análise: do Estado - e da tomada do poder - para a sociedade civil (ALEXANDER, 1998), pensando as potencialidades dessa esfera da vida social contemporânea na produção de tensionamentos culturais mais amplos a partir das disputas e conflitos que as

diversas formas da ação política – privilegiadamente os movimentos sociais - produziram na sociedade.

O conceito de movimentos sociais na obra de Alain Touraine é um conceito que opera de forma relacional no conjunto do edifício teórico toureïniano. Esse edifício foi apresentado no livro denominado *Production de la société* (Produção da sociedade), de 1973. Nesse livro puramente teórico Touraine propõe sua perspectiva da Sociologia da Ação ou acionalista, como ficou conhecida. Lembremos, ainda, que a proposição acionalista se dá no contexto mais geral de crítica à influência que o Estruturalismo conquistou na academia francesa até os anos setenta (DOSSE, 2018; DOSSE, 2021).

Com *Production de la société*, Touraine lograva arejar a rigidez conceitual e analítica do marxismo e do funcionalismo, com os quais debate de forma frontal no livro. A proposição não apenas de um conceito isolado de movimento social, para dar conta dos fenômenos plurais da ação política da realidade social de seu tempo, mas de todo um arcabouço teórico novo, que começa no nível mais abstrato da teoria social, tentava justificar a necessidade de apresentar não apenas conceitos parciais, mas proposições teóricas integrais, em substituição ao marxismo e ao funcionalismo, embora com eles pudesse uma ou outra vez dialogar e absorver parcialmente algo. O primeiro conceito que Touraine propõe para redesenhar a teoria sociológica é o de historicidade. A historicidade, segundo ele, é uma espécie de capacidade auto reflexiva que as sociedades possuem sobre si mesmas, na produção, orientação e avaliação dos processos que elas mesmas produzem. Relacionado ao conceito de historicidade, está o de ação, pois essa capacidade produtora do social só é possível em virtude do reconhecimento de que os agentes agem, atuam no mundo, por mais óbvio que isso possa parecer dito dessa maneira. Mas é justamente essa pressuposição da ação como elemento primeiro da ação dos indivíduos em sociedade que tensiona a reprodutibilidade do modelo funcionalista. Segundo Touraine,

Llamo historicidad a esa distancia que la sociedad guarda em relación a su actividad, y a esa acción por la que determina las categorías de su práctica. La sociedad no es lo que es, sino lo que se hace ser: por el conocimiento, que crea un estado de relaciones entre la sociedad e su entorno; por la acumulación, que retira una parte del producto disponible del circuito que desemboca en el consumo; por el modelo, que capta la creatividad en formas que dependen de la acción práctica de la sociedad sobre su propio funcionamiento. La sociedad crea el conjunto de sus orientaciones sociales y culturales mediante una acción que es a la vez trabajo e sentido (TOURAINÉ, 1995, p. 25).

Se percebe a abertura conceitual operada por Touraine comparativamente aos sistemas conceituais tanto do marxismo quanto do funcionalismo, no sentido de construir uma imagem de sociedade ativa, que se constrói através de diversos processos e a partir

de diversos recursos, como o conhecimento, por exemplo. Também, estamos diante da forma como devemos pensar a sociedade. Não como o que ela é, ou como se apresenta ser, mas a partir de como ela se faz ser o que é. Essa dinamicidade acerca do conceito de sociedade, através do conceito de historicidade, é uma inovação conceitual de Touraine. O conceito de movimento social se relaciona imediatamente ao de historicidade. Os movimentos sociais são uma forma de “acción clonflictiva de un ator dirigente o popular hacia el control social de los modelos y los recursos de una sociedad, es decir, de su historicidade” (TOURAINÉ, 1995, p. 17).

Basicamente, o deslocamento conceitual que Touraine realiza é o do objeto pelo qual os agentes constituem ações políticas e conflituam na sociedade. Indivíduos e grupos não constituem ações políticas somente na busca por recursos econômicos que equalizem uma questão distributiva ou amparados por valores integrativos³⁶, como no funcionalismo, os agentes sociais constituem ações política, nesse caso na forma de movimentos sociais, para a disputa da orientação geral da sociedade, de seu modelo e recursos, nas palavras do próprio Touraine. Esses modelos e recursos, como conceitos intermediários entre historicidade e sociedade, o auxiliam a pensar o processo de pluralização das demandas sociais surgidas na segunda metade do século XX. Na visão de Jaspers (2012, p. 22), a ação política, segundo a TNMS, estaria “más preocupados por desafiar los códigos dominantes que por obtener el poder político”.

A influência do funcionalismo em nível mundial e do estruturalismo no contexto francês dificultaram, por muito tempo, com que as perspectivas da ação na Sociologia se fizessem ouvir. Esse cenário só começou a ser tensionado, na França, juntamente da obra de outros pensadores³⁷ pela obra de Alain Touraine. Na companhia de outros pensadores, Touraine, ao adotar uma perspectiva antifuncionalista e antiestruturalista, aporta à Sociologia uma nova atitude intelectual, a qual permitiu arejar os modelos teóricos vinculados às perspectivas da reprodução social (PERALVA, 2019).

As pesquisas de Touraine com operários do setor automotivo no Chile e na França ao longo da década de 1950, publicadas em livro em 1955, com o título *L'évolution du travail aux usines Renault*, materializam essa nova abordagem teórica da ação, contra o funcionalismo. Touraine demonstra, através delas, que as decisões e escolhas dos trabalhadores não eram produtos do cumprimento de normas e valores. Pelo contrário,

³⁶ Isso não exclui o fato de que contextualmente os agentes sociais fazem isso. Mas não o fazem exclusivamente nas lutas sociais que estabelecem.

³⁷ Em especial, Cornelius Castoriadis (1922-1997) e Paul Ricoeur (1913-2005).

esses valores eram por eles usados como trunfos e recursos em suas disputas de classe no mundo do trabalho, perpassadas por desigualdades na distribuição do poder. Essa perspectiva entendia a presença de uma certa dimensão estratégica dos agentes sociais frente às normas e regras do espaço social no qual estavam inseridos.

De forma profunda, Touraine irá romper com a premissa funcionalista da conexão existente entre “a ação humana instrumentalmente racional e o aspecto racional do valor” (JOAS e KNÖBL, 2017, p. 448), do valor (racional) guiando a ação (pretensamente racional) para a conformidade com as regras. No limite, os valores guiando a ação na direção da confirmação do estabelecido, advindo daí, no esquema parsoniano, a produção da ordem social.

Por outro lado, Touraine se deparava com a força da filosofia de Jean-Paul Sartre, que ganhava terreno rapidamente na França dos anos 50 e 60. Comparativamente, Touraine estava mais próximo dela do que do funcionalismo, entretanto ele também se preocupava com o individualismo e as tendências anarquizantes do existencialismo sartriano (JOAS e KNÖBL, 2017). O existencialismo de Sartre pode ser caracterizado, de forma simples, pela busca de uma ética da liberdade responsável, na contramão da ética da liberdade liberal (burguesa). Contudo, confusões entre ambas, ou seja, a utilização da concepção de liberdade existencialista para justificar práticas ligadas à liberdade burguesa, preocupava Touraine. Essa confusão, no plano da ação política, não raro mobiliza a concepção filosófica da liberdade existencialista na justificação e na consecução de práticas políticas voluntaristas.

Touraine (1995), então, entre o conceito difuso de sociedade (categoria globalizante) e o de indivíduo (categoria utilitária, de pressuposição filosófica do sujeito egoísta), propõe o trabalho da sociedade, a atividade consciente dos agentes-sujeitos no mundo, como princípio filosófico-analítico para sua sociologia, que ficou conhecida como a perspectiva teórica denominada Sociologia da Ação, que embasa a TNMS em sua perspectiva simbólica da ação política e dos movimentos sociais.

Na discussão construcionista da ação política e da ação coletiva, as contribuições da TNMS nos permitem elaborar problemas que analisem as diferentes formas (que envolvem decisões, acordos, enfrentamentos, etc.) de produção destes tensionamentos culturais e das dimensões simbólicas e de produção e atribuição de sentido que os agentes sociais elaboram e mobilizam na consecução e caracterização de suas lutas sociais. Ela estimula a produção de pesquisas que analisem como a ação política se manifesta e se transfigura, e é, de diferentes formas, mobilizada na constituição da ação

coletiva e dos movimentos sociais. Em síntese, partindo de uma perspectiva acionalista, a ação social é um elemento atuante nos esforços de constituição da ação política.

Ainda, investigar como a ação social se manifesta na realidade empírica, nos discursos dos indivíduos e nas diversas lógicas de ação (DUBET, 1996; PEREIRA, 2014) que os agentes sociais mobilizam nas lutas sociais. Entretanto, mais do que tentar “encontrar” a ação social, pensando nela como algo que se expressa de forma clara e direta nas escolhas e decisões dos agentes sociais, interessa mais apreender como, de que maneira, estratégias e formas a ação social se manifestam e os motivos para sua ativação ou possível “resguardo” pelos agentes. Ainda, os momentos que os agentes privilegiam para a ativação ou reserva da intencionalidade, suas relações com outras dimensões do agir em sociedade, são uma dimensão fundamental para a compreensão dos processos de constituição da ação política e dos movimentos sociais. A mobilização, por ativistas e militantes, de dimensões que possam indicar a ação social depende também de uma capacidade interpretativa do pesquisador e da mobilização de metodologias que permitam apresentar, de forma clara, como se dá o processo de interpretação do mundo social e o lugar da ação social nessa interpretação. Isso é possível pelo processo de mediação entre a empiria e o referencial teórico que o pesquisador criticamente mobiliza.

Comparativamente à TPP, a TNMS não se preocupa com a identificação de mecanismos relacionados aos esforços de constituição da ação coletiva, como a TPP, a qual desenha um projeto metodológico nesse sentido. Entretanto, ambas perspectivas teóricas tem a potencialidade de lançar luz sobre os diversos processos e energias envolvidas na construção da ação política, e mobilizam diferentes conceitos para descrever e analisar esses processos.

Por fim, cabe lembrar que essas abordagens coexistem, hoje, na produção de pesquisas sobre os movimentos sociais, não sendo excludentes umas das outras. Entretanto, essas orientações possuem diferentes princípios teórico-epistemológicos que devem ser levados em conta pelos pesquisadores para que não se produza interpretações da realidade social que, no limite, possam se contradizer, em virtude da forma como substancialmente essas teorias pensam e caracterizam os movimentos sociais, e das dimensões da ação coletiva que cada uma, à sua maneira, focaliza.

1.7 TPP e TNMS – limites e possibilidades

Nessa subseção, apresentaremos brevemente os limites e possibilidades que as teorias contemporâneas da ação política e dos movimentos sociais apresentam.

Em síntese, as diversas pesquisas que mobilizam as abordagens contemporâneas da ação política, especialmente TPP e TNMS (FERNANDES, 2016; FERNANDES, 2020; ROJO, 2014; STEIN, 2011, STEIN, 2018; TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012) demonstram a existência de uma série de formas e modos pelos quais os agentes sociais constituem a ação política, a depender de dilemas e situações singulares que eles vivenciam, e vão entrando em contato ao longo de sua atuação política. Escolhas que tomam, espaços onde se inserem, dilemas que (refletem sobre) e tentam resolver, discursos que constroem, etc. são dimensões relevantes que são resultado de processos sociais que os agentes, envolvidos com a ação política, lidam constantemente.

Esses estudos, também, articulam em maior ou menor grau outras teorias substantivas da ação política e dos movimentos sociais, na medida em que elas igualmente auxiliam na elucidação de problemas e perguntas que cada pesquisa, em específico, levanta. A contribuição científica que essas pesquisas tem fornecido é a capacidade de demonstrar e analisar a existência de uma série de maneiras pelas quais os agentes sociais constituem a ação política, em sua diversidade de manifestações, dependendo de dimensões singulares vivenciadas em cada caso analisado. Poderíamos dizer que elas constituem, cada uma à sua maneira, um arcabouço descritivo e analítico dos processos prévios e intermediários³⁸ - temporalmente concomitantes, pois os processos da ação política não respeitam fronteiras temporais - que conformam e estão relacionados com o agir político.

Alguns trabalhos, especialmente os orientados pela TPP, constroem modelos de análise que permitem a comparabilidade entre as pesquisas, em virtude da existência de uma série de *mecanismos*, de caráter universal, que estão presentes em diferentes processos de constituição da ação política. Diferentes maneiras pelas quais os agentes vão constituindo a ação política, especialmente em seus processos de confronto com o sistema

³⁸ A questão da constituição da ação política dificilmente pode ser compreendida como dotada de uma temporalidade entre os processos sociais que a constituem, muito menos de linearidade. Normalmente, esses processos são concomitantes e complementares, mas nesse parágrafo tratamos assim de apresentá-los apenas como forma de introdução ao debate.

político (TARROW, 2009; TILLY & TARROW, 2015) podem apresentar mecanismos semelhantes. A identificação desses mecanismos ocorre na pesquisa científica. Por exemplo, uma luta social do movimento LGBT contra grupos conservadores, caso da pesquisa de Pereira (2018), que, a partir da análise do confronto político entre eles, encontrou como mecanismo central “processos de gerenciamento de coalizões governamentais” (PEREIRA, 2018, p. 7) como relevantes para análise desse confronto que envolvia movimentos sociais, representantes de ambos os grupos, e o Estado. Esse processo de gerenciamento se refere à forma como grupos políticos no poder administram aqueles atores que governam junto deles, com quem e como fazem alianças e ou excluem dos postos importantes do poder. Esse processo de administração, diz Pereira (2018), é relevante para analisar esse confronto político específico. Esse mecanismo, contudo, não serve somente para analisar esse caso, mas se presta também a ser um elemento que pode orientar a análise de outros processos de confronto político e, ainda mais, ser “encontrado” nesses outros casos, obviamente sem forçar a análise para “encontra-lo”. O conceito de mecanismo da TPP sem dúvida é um interessante conceito que possibilita uma perspectiva comparativa entre diferentes processos de ação política, caminho importante para o incremento analítico das ciências sociais. No Brasil, a TPP hoje praticamente domina a discussão acerca da ação política.

Do lado da TNMS, renovações importantes tem surgido nos últimos anos (BOUCHER; PLEYERS; REBUGHINI, 2017; NEVEU, 2015; PLEYERS, 2011; ROJO, 2014), com cada autor inserindo novas dimensões às quais julgam relevantes levar em conta na análise e caracterização dos processos de mobilização social contemporâneos. Geoffrey Pleyers, sociólogo de origem belga, por exemplo, retoma orientações centrais da TNMS e produz uma atualização de dimensões normativas, tal como o conceito de subjetivação, entendido como um processo em que os indivíduos “se constroem como sujeitos e atores” (PLEYERS & CAPITAIN, 2017). Pleyers é um tributário da Sociologia da Ação de Alain Touraine. Nesse sentido, a perspectiva de Pleyers, denominada Sociologia da Subjetivação³⁹, permite, ao focar os processos subjetivos dos agentes sociais - como agentes ativos - um diálogo com o campo da psicologia social no estudos da ação política. No capítulo seguinte, apresentamos esse debate, para

³⁹ Pleyers compartilha com outros pesquisadores do cenário da sociologia franco-belga essa perspectiva, não sendo seu criador, mas um articulador dessa concepção no tema da ação política e dos movimentos sociais.

delimitarmos claramente os contornos do conceito de subjetivação na tradição acionalista e, com isso, o articulamos de maneira específica em nosso objeto de pesquisa.

Da divisão teórica entre o processo político e a agência dos atores sociais, Pereira (2014) chama a atenção para tentativas teóricas contemporâneas que pretendem estabelecer “conexões entre a lógica prática de obtenção de resultados imediatos por parte de ativistas e militantes e a lógica simbólica de construção de uma crítica social abstrata e da luta pelo reconhecimento de identidades marginalizadas” (PEREIRA, 2014, p. 18). Essas perspectivas realizam uma crítica tanto da TPP quanto da TNMS, e trabalham com processos de constituição teórica que sintetizam tanto a dimensão estratégica quanto a dimensão simbólico-cultural. A própria Sociologia da Subjetivação, mesmo sendo tributária da TNMS, tenta engendrar uma articulação do tipo indicada por Pereira (2014). Como teoria em construção, permite experimentações que possam vir a lhe enriquecer teoricamente.

Nesse sentido, Jaspers (2012) identifica que a perspectiva macro, tanto da TPP quanto da TNMS, impediu de analisar o peso de “los micro fundamentos de la acción política” (JASPERS, 2012, p. 23). Essas concepções estão sendo reformuladas e tanto os autores propositores dessas orientações quanto pesquisadores formados nessas escolas inserem em suas concepções, sob diferentes formas, esses micro fundamentos, tais como questões ligadas à subjetividade e às emoções, entre outras.

Inevitablemente, el péndulo intelectual se ha alejado de los grandes paradigmas estructurales e históricos y ha regresado a la creatividad y a la agencia; a la cultura y el significado; a la emoción y la moralidad – el universo que Tilly rechazó como fenomenología. La acción como opuesta a la estructura. Las pequeñas cosas como opuestas a las grandes. Sin embargo, un péndulo no regresa exatamente al mismo lugar con cada balanceo. En lugar de un regreso a la gran fenomenología de Husserl o de Merleau-Ponty, la ruta es ahora colocar firmemente al significado y a la intención en contextos sociales, en arenas institucionales, en redes sociales y en formas de interacción que los estructuralistas consideraban importantes (JASPERS, 2012, p. 28).

Após um período profícuo de desenvolvimento tanto da TPP quanto da TNMS, que hegemonizaram o debate acerca dos movimentos sociais a partir dos anos cinquenta e sessenta, e efetivamente conseguiram renovar a sociologia política, essas teorias passam por processos de revisão e reformulação, em virtude da possibilidade que vinte anos de produção teórica e de pesquisa empírica permitiam aos propositores dessas correntes poder avaliar os limites e possibilidades que suas abordagens tinham então produzido (ALONSO, 2009). Também, outros pesquisadores vinham, durante esse

período construindo suas críticas à essas teorias, embora sem conseguir propor novas perspectivas que influenciasses de forma decisiva o debate sobre a ação coletiva e se afirmassem como orientadores do debate, embora suas contribuições não raro tenham apresentado possibilidades conceituais que complementaram essas duas grandes teorias aqui apresentadas. Em um movimento dialético, o campo de debates acerca da ação política e da ação coletiva, hoje, produz abordagens que, na medida do possível, sem descaracterizar as abordagens originais em seus núcleos teórico-epistemológicos, sintetizam a dimensão estratégica e culturalista-identitária (ALONSO, 2009) com o objetivo de dar conta de ambas grandezas e seus aspectos adjacentes, presentes nos diversos objetos de pesquisa que o mundo social “disponibiliza” aos sociólogos.

Uma convergência mínima entre os enfoques “objetivista” e “subjetivista” se estabeleceu em torno da tese de que movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores. As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas. [...] A partir dos anos 1990, as teorias dos movimentos sociais investiram, pois, em sínteses conceituais e abordagens integradas, ambicionando conjugar o estudo de práticas de mobilização e dos códigos culturais que as orientam e focalizando experiências peculiares de produção de sentidos e de identidades coletivas (ALONSO, 2009, p. 72 e 73).

Assim, a sociologia da ação política continua em constante reformulação em virtude do dinâmico contexto social e político, que apresenta novos problemas e manifestações sociais que não estavam presentes nos originalmente no tempo em que essas teorias que analisamos foram formuladas. Constituídas contra o funcionalismo e sua atitude de (auto)preservação do modelo teórico diante da complexidade da realidade social, não poderiam essas teorias contemporâneas cometer o mesmo erro em que denunciaram Parsons. Podemos dizer que elas não cometeram, e como apresentado nesse capítulo suas contribuições foram decisivas para a abertura da sociologia em um processo de incremento analítico da realidade social. Estamos em um momento, entretanto, em que premissas dessas próprias correntes começam a ser debatidas e atualizadas frente aos problemas sociais contemporâneos.

2. CONJUGANDO REALIDADE E SUBJETIVIDADE – O CONCEITO DE SUBJETIVAÇÃO COMO POSSIBILIDADE ANALÍTICA PARA A AÇÃO POLÍTICA

No primeiro capítulo, apresentamos o debate das correntes teóricas da sociologia da ação política, e finalizamos expondo algumas reformulações por que passam, atualmente, esses debates. Nesse segundo capítulo, delimitamos onde, no conjunto dessas reformulações, efetivamente nos situamos. Um dos pontos em que a teoria sociológica substantiva da ação política está em intenso processo de renovação é aquele em que essas teorias focam nos processos de “produção de sentidos e de identidades coletivas” relacionados à ação política (ALONSO, 2009, p. 73). Sem dúvida, as reformulações teóricas contemporâneas não se resumem somente à essa dimensão, mas tem nela uma de suas linhas-de-força atual em termos do debate acadêmico sobre ação política. Esse debate reformulativo, por si só, ocuparia para muito além do espaço de uma tese, em virtude dos inúmeros pesquisadores que dele participam e das também diversas questões que suscitam.

Nos situamos, singularmente, no interior desse debate, a partir da Sociologia da Subjetivação neoacionalista. Essa nova proposição sociológica não se reduz ao tema da ação política, mas tem reverberações substantivas na temática do conflito social e política contemporânea. O movimento que realizamos nesse capítulo responde, assim, à uma apresentação das principais proposições dessa teoria, até chegarmos na expressão da questão da subjetividade, delimitado no conceito de subjetivação, na sociologia substantiva da ação política. Nesse capítulo, vemos como se desenrola essa discussão e as tomadas de posição teórica que a corrente neonacionalista traz à sociologia da ação política. O conceito neoacionalista de subjetivação da Sociologia da Subjetivação é o que realiza a articulação dessa teoria no movimento de reformulações teóricas acerca da dimensão simbólica da ação política e dos movimentos sociais na contemporaneidade, acima lembrado. Sem dúvida, as reformulações teóricas contemporâneas não se resumem exclusivamente à essa dimensão simbólica da ação política, como vimos ainda no primeiro capítulo, mas tem nela uma de suas linhas-de-força em termos dos debates acadêmicos relativos à atual conflitualidade social e política mundial (JASPER, 2012).

A discussão do conceito de subjetivação de matriz neoacionalista se produz atualmente em várias instituições e centros de pesquisa sociológica pelo mundo, mais especialmente na França e na Bélgica. Muito em virtude desse debate se iniciar com os novos posicionamentos teóricos produzidos por Alain Touraine em suas últimas obras, os

quais influenciam pesquisadores na França, muitos deles antigos discípulos de Touraine e, mais recentemente, pesquisadores belgas, os quais, não raro, fizeram suas formações doutorais em Paris, com Touraine ou os seus discípulos os orientando.

Aqui, nessa parte introdutória desse segundo capítulo, realizo uma breve quebra da escrita em terceira pessoa, e me coloco como o protagonista do que relato, em virtude de ter sido uma experiência acadêmica por mim vivenciada, e que contribui para a compreensão da discussão teórica que apresento nesse capítulo. Me refiro à experiência de doutorado-sanduíche que realizei como parte da minha formação no curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS. Nela, foi onde eu entrei em contato com a Sociologia da Subjetivação, pois um dos objetivos do programa de doutorado-sanduíche é justamente para que os pesquisadores brasileiros possam ter contato com a produção acadêmica desenvolvida por nossos pares em outras partes do mundo, para que nós, se assim for possível, articulemos novas discussões às nossas pesquisas, as fazendo dialogar com a produção acadêmica internacional, e com isso incrementando a produção científica nacional.

O que se objetiva com o doutorado-sanduíche não é uma aquisição de teorias exógenas à realidade social que se estuda e a sua aplicação acrítica e forçada nos objetos dos sociólogos brasileiros. Pelo contrário, o encontro e o estudo de novas perspectivas deve servir para que eles sejam estimulados a, de forma criativa, delimitarem objetos de pesquisa inovadores e que deem contribuições relevantes à ciência, em âmbito nacional e internacional, porque em diálogo com a produção de outros países. É isso o que fazemos nessa tese, não sem os riscos inerentes à esse processo, que podem ser eles mesmos objetos de crítica científica dos pares no momento de defesa de uma tese. Esse é justamente o movimento para avançarmos cientificamente. Mas, vamos ao breve relato pessoal.

Eu realizei o doutorado entre 2015 e 2022. Durante o segundo semestre de 2017, participei de um edital público para a obtenção de uma bolsa CAPES de estágio-sanduíche no exterior, pelo qual acabei sendo agraciado com a bolsa de estudos. Dentro de algumas possibilidades, encontrei recepção no Grupo de Pesquisa Democracia, Instituições e Subjetividade (CRIDIS), da Universidade Católica de Louvain (UCL), em Louvain-la-Neuve, na Bélgica. Nessa universidade, fui acolhido academicamente pelo sociólogo belga Geoffrey Pleyers, um dos coordenadores desse grupo. Pleyers recebeu minha proposta de estágio com muito entusiasmo. Com o tempo, percebi que essa disposição não foi somente para mim, mas também havia sido dirigida a outros colegas

de outras partes do mundo que também estavam nessa universidade realizando estágios temporários de estudos. Isso faz do CRIDIS um grupo internacional, tendo interlocutores pelo mundo afora, não ficando restrito à Europa.

O CRIDIS é um grupo interdisciplinar de pesquisa criado em 2012 na UCL que objetiva, de forma ampla, desenvolver pesquisas acerca das relações entre a democracia, a sociedade e as formas de subjetividade contemporâneas. Esse grupo, em contraposição especialmente à sociologia produzida nos Estados Unidos, estuda uma pluralidade de objetos não apenas de um ponto de vista descritivo e explicativo, mas se inscreve em uma proposta avaliativa e normativa, que se preocupa não apenas em analisar a sociedade, mas também em apontar as potencialidades e possibilidades ainda não efetivadas nas formas de expressão social dos fenômenos que estudam. Ao longo do capítulo, destrinchamos esse argumento teórico. É através do tema da subjetividade que o CRIDIS objetiva articular na análise sociológica uma dimensão normativa. Os pesquisadores ligados ao CRIDIS, então, focam nas formas de expressão e nas metamorfoses da subjetividade nas mais diversas esferas sociais do tempo contemporâneo. A expressão da subjetividade, com suas constantes mutações, é um campo fértil, segundo a proposta desse grupo de pesquisa, para a apreensão sociológica das dinâmicas de relação entre a sociedade e a política (a democracia, especialmente⁴⁰). Mais ainda, a expressão da subjetividade nos diferentes processos sociais estudados pelos pesquisadores do CRIDIS, por um lado, informa descritivamente as características dessas relações e, por outro, aponta normativamente os limites e possibilidades que essas relações podem ter.

Uma apresentação breve da sistemática desse grupo é interessante, para compreendermos como se dão, em seu interior, suas pesquisas e seus debates. O CRIDIS é um grupo de pesquisa que abarca outros grupos de pesquisa menores, voltados a temas específicos da realidade social (direito, desenvolvimento, trabalho, cidades, relações empresariais, movimentos sociais, etc.). Temas esses estudados sob o grande prisma da expressão da subjetividade como indicador das relações entre a democracia e a sociedade. Esses grupos menores não são constituídos somente por sociólogos, mas por

⁴⁰ O horizonte de modelo político do CRIDIS é a democracia liberal-representativa, hegemônica na Europa ocidental. Para um sociólogo que nasceu e vive no Brasil, um país de histórico democrático recente e com variados percalços, a apreensão desse modelo político como algo garantido não é tão direta assim. Esse foi um dos pontos de tensão teórica e analítica que tive com o CRIDIS, e serviu para, nos encontros do grupo dos quais participei nos quatro meses em que lá estive, os provocar com essa dimensão da realidade latino-americana. Outros colegas, de países da América Central e Latina, apresentaram questões semelhantes, com cada um trazendo elementos das realidades sociais em que vivem.

pesquisadores de outras áreas do conhecimento, como economia, administração e psicologia, por exemplo. Esses grupos menores tem dinâmicas de reunião, debate e produção científica própria, mas são ligados à perspectiva geral do CRIDIS.

Ocorrem reuniões mensais do CRIDIS, onde os pesquisadores, que participam dos grupos temáticos menores, divulgam e debatem com os colegas do CRIDIS suas pesquisas. No período em que lá estive, percebi ser essa uma dinâmica intelectual e científica muito profícua. O CRIDIS funciona como o grupo que possui a perspectiva teórica norteadora que é desenvolvida por grupos temáticos menores. O tema da subjetividade na realidade contemporânea é estudado por diversos pequenos grupos, que tem no CRIDIS a referência principal. A pesquisa, em realidade, ocorre nos grupos menores, e não no CRIDIS. O CRIDIS funciona mais como um grupo de debates de uma grande questão proposta à priori, que embala a produção acadêmica dos grupos temáticos. Ter uma questão norteadora da produção científica de diversos grupos temáticos menores, permite uma comunicabilidade teórico-metodológica entre elas, que eram discutidas na reunião do CRIDIS, de periodicidade mensal. Os encontros dos grupos menores tinham sua periodicidade flexível, a depender do coordenador de cada grupo.

Um exemplo de um desses grupos menores é o que era coordenado pelo professor Pleyers, e que é voltado à questão da subjetividade na ação política e nos movimentos sociais contemporâneos. Esse grupo se intitula “Movimentos Sociais na Era Global” (Social Movements in the Global Age-SMAG). Me integrei tanto no CRIDIS quanto no SMAG, no momento do sanduíche. Participei de reuniões de ambos grupos, apresentando minha pesquisa em determinado momento em uma reunião do SMAG. Nas reuniões do CRIDIS participei mais como ouvinte, em virtude de ser um “visitante”. Assim como o CRIDIS, o SMAG também recebe pesquisadores de diferentes nacionalidades, dos diferentes continentes, os quais estabeleciam instigantes trocas intelectuais. O professor Pleyers, como dissemos, se mostrou um entusiasta de uma sociologia de múltiplas vozes.

Essa questão temática e teórica norteadora, acerca da subjetividade nos fenômenos sociais, com a qual todos os grupos menores se ocupam, permite, por exemplo, que pesquisas que tratem de movimentos sociais dialoguem com pesquisas sobre desenvolvimento econômico, porque compartilham, novamente, de uma questão geral comum. Isso não quer dizer que cada grupo menor não tenha sua autonomia e não trabalhe de forma criativa o tema da subjetividade nas realidades sociais que analisam. Pesquisadores do SMAG pensam a subjetividade no tema dos movimentos sociais de uma

forma, que é diferente da questão da subjetividade nas relações de trabalho, justamente porque a questão teórica proposta é sempre mobilizada na análise da realidade social, forçando cada pequeno grupo a mediar sociologicamente o tema da subjetividade em seu contexto de pesquisa.

Teoricamente, o tema da subjetividade tem no conceito de subjetivação sua expressão norteadora no CRIDIS. Mas, nem todos os grupos trabalham com esse conceito. No SMAG, a partir da proposição do professor Pleyers, esse conceito tem lugar central. De novo, nem todos usam o mesmo conceito e da mesma forma, porque lidam com realidade sociais diferentes. Isso acaba produzindo, talvez, ainda uma dificuldade de clareza conceitual entre os diferentes grupos. Mas, é parte do processo de tentar construir um projeto sociológico de análise normativa da realidade social, para além de uma proposição puramente descritiva. Também, o tema da subjetividade tradicionalmente apresenta maior fluidez na realidade social do que questões objetivas, de fácil apreensão objetiva, diríamos assim. Um exemplo: dizer que determinado agente possui um título acadêmico pode ser objetivamente comprovado com o próprio título acadêmico. Agora, como subjetivamente isso afeta esse agente, é uma questão de outra ordem. Foge de toda objetividade sociológica, normalmente simplificadora da realidade social. O CRIDIS e o SMAG lidam com essa segunda ordem de questões.

O tema da subjetividade, como dissemos, norteia as discussões do CRIDIS. Mas, cada grupo temático o compreende de uma determinada maneira, normalmente relacionada à forma como essa dimensão da realidade social aparece nos campos de pesquisa dos pesquisadores desses grupos. Essas diferentes caracterizações da subjetividade que aparecem nos trabalhos desses pesquisadores - aonde o conceito de subjetivação é uma das formas de caracterizar essa dimensão na ação política - compartilham, como grande orientação do CRIDIS, uma preocupação em realizar análises sociológicas nela agregando uma dimensão normativa. Contudo, essas análises, mesmo com a intenção de ir além de uma simples descrição da realidade social, respeitam a expressão dessa realidade nas formas como ela se apresenta ao pesquisador. Ou seja, a construção dos conceitos subjetividade/subjetivação não é um exercício de pura abstração de pensadores encerrados em seus gabinetes interpretando a realidade social de forma tão somente teórica, a partir de dinâmicas de transformação conceitual que respondem a princípios do próprio sistema de conceitos de forma autônoma frente à realidade social, metateoricamente. Longe disso. Suas construções são resultado de um diálogo incessante

e profícuo com a empiria produzida no mundo humano, em sua diversidade de manifestações.

Os conceitos de subjetividade/subjetivação discutidos no CRIDIS são expressão da “reprodução do concreto por meio do pensamento”, nas célebres palavras de Marx (2011, p. 54), desenvolvidas a partir de sua crítica à Hegel. Categorias abstratas que retiram da dinâmica concreta da realidade social sua matéria-prima. Esses conceitos são construídos com os pesquisadores indo em direção ao real, para sobre ele, e sua inerente complexidade, responderem. Os conceitos de subjetividade/subjetivação não são, assim, conceitos pré-estabelecidos, os quais de modo algum o(s) pesquisador(es) abrirá(ão) mão, mesmo se a realidade social estudada não expressar dimensões que podem ser compreendidas com o conceito de subjetivação. Essa relação realidade-conceito, entretanto, permite com que, diante da realidade social, o pesquisador articule aspectos dessa realidade com o conceito, com isso contribuindo também para a crítica e o alargamento conceitual da subjetivação. Esse é um caminho sociologicamente muito rico.

A Sociologia da Subjetivação, como podemos agora nomear, assim, pretende também realizar uma crítica às correntes no interior da Sociologia que, mesmo diante de fenômenos sociais contemporâneos cada vez mais heterogêneos, que não respondem à somente uma dimensão, mobilizam sempre (os mesmos conjuntos de) princípios filosófico-teóricos, com essa postura produzindo sempre as mesmas respostas para fenômenos sociais diversos, e que normalmente se dão em tempos e espaços também diferentes. Essas mesmas respostas surgem porque essas correntes, contrariando a historicidade da realidade social, persistem em seus princípios filosófico-teóricos, como se esses princípios também não fossem mutáveis, os aplicando de forma padronizada na dinamicidade do real. Realidades sociais diferentes, porque históricas, analisadas com os mesmos conceitos (que muito pouco ou nada mudaram ao longo do tempo) por pesquisadores de diferentes “gerações” de uma determina perspectiva sociológica se sustenta, em grande medida, pela desconsideração da dimensão histórica do real, a qual estimula, por sua vez, a historicidade conceitual. Não levar em conta a historicidade do real também é o caminho para não produzirmos inovações científicas que provoquem em nós e nos pares o deslocamento de posições teórico-metodológicas acomodadas, que a produção de uma ciência em um modus operandi tecnocrático pode resultar.

A Sociologia da Subjetivação, como dissemos, possui um núcleo normativo essencial, mas consciente de que essa normatividade não escapa das dinâmicas históricas concretas da vida social. O “dever ser” que algumas correntes da Sociologia

compreendem ser dimensão fundamental da análise da realidade social também está sujeito à critérios históricos de definição do que é o “melhor” caminho a seguir e orientar os fenômenos sociais.

A posição de preferir manter os conceitos em detrimento de uma realidade social que se demonstra inadaptada à ser apreendida analiticamente por eles é o oposto da Sociologia da Subjetivação, a qual está sempre aberta à especificidade dos diferentes objetos empíricos com as quais se depara. Se o sociólogo tem, mesmo que com as melhores intenções científicas, normalmente presentes no início da pesquisa, quando o pesquisador está começando a construir sua problemática, a pretensão de analisar uma realidade social determinada e ela acaba demonstrando não ser possível aprendê-la de forma adequada ou efetiva com o conceito de subjetivação, o sociólogo deve mobilizar e/ou construir outras categorias que descrevam e analisem melhor essa realidade.

O que pode acontecer, também, e em termos da produção das pesquisas na Sociologia isso é bastante comum, é que a partir da análise exploratória de uma realidade social, o pesquisador se depare com a multiplicidade de dimensões que o seu objeto possui, e ele mobilize determinado conceito para a análise de uma dessas dimensões. Isso não quer dizer que ele não irá analisar as outras, mas disso dependerá o recorte teórico que o pesquisador irá realizar. Nesse processo de recorte, realidade e conceito se retroalimentam.

Nessa tese, realizamos esse caminho de diálogo constante entre empiria e conceito, conceito e empiria. E, com isso, fomos capazes de apreender, na multiplicidade de dimensões da realidade social estudada, aquela em que o conceito de subjetivação nos auxilia analiticamente. Procuramos, assim, em diálogo com o real estudado, em sua complexidade, aquele aspecto específico que o conceito de subjetivação consegue sociologicamente iluminar. Aquelas dimensões dessa realidade que percebemos que esse conceito não possui algo a dizer, não forçamos a análise em virtude de uma intenção confirmadora de uma determinada “escola” sociológica. Na ciência, o pesquisador deve saber identificar até onde o conceito permite ao cientista ir em seu processo de análise da realidade social. Em síntese, até onde o conceito apresenta potencial analítico.

Mesmo o conceito sendo referenciado na produção de outros pesquisadores, pois não fomos nós que o criamos e propomos, o mobilizamos aqui de forma fértil, fruto do diálogo com a realidade social, apontando um caminho para a inovação conceitual que complementa a Sociologia da Subjetivação. Ao final desse subcapítulo, após a

apresentação das referências e características do conceito de subjetivação, voltamos à esse ponto para demonstrar como articulamos, em um movimento, teoria e empiria.

2.1 Crise da crítica, reconstituição normativa e intersubjetividade

A sociologia contemporânea está se reformulando. Nessa afirmação, infelizmente, não há nada de novo. Muito provavelmente, os mais de cem anos já passados desde a fundação, com Durkheim, da ciência da sociedade, nos permite dizer que a característica intrínseca da sociologia é que ela é uma ciência dinâmica, em constante transformação. Ela nasce com algo que é, ao mesmo tempo, sua melhor potencialidade e sua “camisa de força”: seu objeto. Ao constituir os fenômenos sociais como objetos passíveis de análise científica, ela se propõe à respeitar a singularidade própria desse objeto (que deriva em objetos, no plural). Eles, por sua vez, por virem de onde vem, se produzem onde se produzem, nas relações sociais, trazem consigo uma dinamicidade inerente que estimula a sociologia, se ela intenta dar conta de forma qualificada da realidade social, a ela também reformular-se, sob pena de não se diferenciar em termos qualitativos das outras formas de apreensão da realidade que o intelecto humano dispõe (como, por exemplo, a religião, o senso comum, etc.).

Desde o seu início, então, podemos dizer que a sociologia nasce com uma atitude *crítica* frente à realidade social. Pois é justamente essa qualidade crítica que comunica aos indivíduos que se lançam à empreitada intelectual sociológica que as suas formas categoriais, os seus conceitos, com os quais eles descrevem e analisam a realidade devem acompanhar a dinâmica própria dessas realidades. Mas, a atitude crítica da sociologia não se resume à isso. Ela possui um elemento qualitativo importante que a distingue de apreensões do real de caráter essencialmente descritivas. Esse elemento crítico é o seu potencial normativo (DE MUNCK, 2009). Normatividade que, como vimos no primeiro capítulo, o funcionalismo, uma das primeiras correntes da sociologia, já havia identificado. Lembremos, no funcionalismo moderno, a normatividade opera como um gerador de orientações para a produção de coordenação entre as ações dos indivíduos. Trata-se, no funcionalismo, da dimensão ordenadora da normatividade social. Mas, há uma outra dimensão dessa normatividade, de matriz teórica oposta ao funcionalismo. Tributária da filosofia alemã, essa normatividade é aquela que pretende articular na análise da realidade social uma perspectiva transformadora dessa mesma realidade. A décima primeira tese contra Feuerbach, de Marx, fundamenta essa posição.

Ela orienta o filósofo (e posteriormente os sociólogos) a não apenas analisar a sociedade, mas a agir sobre ela, a transformá-la. Tratam-se de normatividades diferentes, como queremos chamar atenção, mas sua presença se faz sentir em correntes teóricas opostas, tamanho seu peso intelectual.

Acompanhando a dinâmica social, em especial das sociedades ocidentais ao longo de sua história, essa dimensão crítico-normativa da sociologia também apresenta diferentes condições. A Sociologia da Subjetivação, com seu conceito correlato, é um projeto que se constitui em um contexto social específico, que coloca algumas questões relevantes para nosso debate.

Segundo De Munck (2009), atualmente, essa dimensão crítico-normativa está em crise, como resultado parcial da crise social mais geral do período atual. Seu diagnóstico, não à toa, encontra eco em outros autores do pensamento contemporâneo. Autores como Safatle (2008) e Sloterdijk (2012) defendem posições semelhantes, articulando essa leitura da crise social contemporânea com as dinâmicas (econômicas, políticas e sociais) do capitalismo neoliberal contemporâneo. No caso de Sloterdijk, de uma perspectiva heterodoxa frente às diretrizes tradicionais da Teoria Crítica, mas sem fugir do debate mais geral dessa corrente. Segundo Safatle (2008), por exemplo, vivemos uma espécie de retroalimentação entre crise social e crise da crítica, de difícil definição do evento-causa original. Fato é que, segundo o autor, o cenário social recente não deixa de fornecer aos intelectuais eventos que, em outros contextos, estimulariam a crítica e a proposição de alternativas políticas aos quadro social vigente. Entretanto, por diversas razões, a crítica não se produz.

De Munck (2009) diz que essa crise da crítica produz uma crise da própria sociologia. Essa crise possui, segundo o autor, duas dimensões fundamentais. Essas dimensões são de natureza filosófica e de natureza histórica, com relações entre ambas. O âmbito filosófico dessa crise é resultado do enfraquecimento da “filosofia da história” (DE MUNCK, 2009, p. 1) que conformou a sociologia em sua origem. Ou, como diria Habermas (1987), analisando a mesma conjuntura, a crise da teoria social em geral, e da sociologia em particular, se dá em virtude do esgotamento das energias utópicas que embalaram as filosofias modernas (kantismo, hegelianismo, marxismo, etc.) e, com isso, tensionaram as realidades históricas em seus contextos sociais e políticos, assim como, pela mediação de agentes sociais por essas filosofias influenciados, para muito além das intenções de seus propositores originais. Habermas analisa então que essas energias utópicas, organizadoras da experiência social especialmente durante o século XX,

perderam sua força original. Essa perda produz, por exemplo, reverberações no século XXI no surgimento pós-modernidade (DE SOUZA, 2008), com suas dimensões relativistas e céticas para com a possibilidade de apreensão da realidade social. Não sem implicações políticas conhecidas.

A dimensão histórica, por sua vez, se expressa no processo de desagregação do modelo do Estado de Bem-Estar Social (com suas consequências pelo mundo), de alguma forma acabava por socializar o Estado, o tornando mais permeável para as demandas da sociedade (DE MUNCK, 2009). Esse modelo também foi resultado da vitória aliada na II Guerra Mundial, com a emergência da URSS pressionando os estados da Europa ocidental a atender as demandas populacionais das sociedades europeias após o conflito. A luta de classes na porção ocidental do continente tinha o exemplo da força da revolução comunista não muito distante, fazendo com que as nações europeias remodelassem seus Estados com o objetivo de dar vazão às tensões e conflitos, especialmente, do mundo do trabalho. Mas, trinta anos após a adoção desse modelo, com o socialismo soviético vivenciando sua crise interna terminal, sob a liderança da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher (1925-2013), o Estado de Bem-Estar entraria em crise com o avanço da ideologia neoliberal, que se torna hegemônica na Europa. A Sociologia havia cumprido um importante papel nesse processo de socialização do Estado (DE MUNCK, 2009) como uma ferramenta de conhecimento e planejamento desses Estados na administração social. Com a crise e fim desse modelo socioinstitucional, a própria sociologia se desarticula e entra em crise.

Nesse contexto, defende De Munck (2009), a sociologia deve reestabelecer essa dimensão crítica, tendo consciência de que ela o faz diante desse cenário de desarticulação das dimensões filosóficas e históricas que, em grande medida, organizaram a experiência social ao longo do século XX. Dessa desarticulação se produz uma crise social profunda, de ausência de perspectivas que forneçam elementos para a produção de sentidos políticos e sociais aos indivíduos e grupos nessa segunda década do século XXI. Contudo, esse cenário não impossibilita a reconstituição crítica da Sociologia.

A Sociologia da Subjetivação intenta, assim, ser uma possibilidade desse processo de reconstrução crítica. É situando-se nessa intenção crítico-reconstrutiva que a Sociologia da Subjetivação começa, à sua maneira, a inserir a questão da intersubjetividade na análise sociológica. Inserir-la na análise do real é justamente a condição de possibilidade para a reconstituição crítico-normativa da Sociologia. A Sociologia da Subjetivação, cabe destacar, não é a única corrente sociológica que

mobiliza a defesa da dimensão subjetiva dos agentes sociais no estudo da realidade social. Desde Weber, que propõe, a partir de sua influência kantiana, a imagem de um sujeito movido por dimensões subjetivas, as quais produzem os sentidos que ele pretende no mundo, que estimulará a formação de outras escolas sociológicas que de sua abordagem decorrem, tais como o interacionismo simbólico, Alfred Schutz e a dramaturgia social de Erving Goffman. A Sociologia da Subjetivação aqui mobilizada, entretanto, bebe na dimensão dos agentes como produtores de sentido de Weber, mas não pela interacionista, mas pela da Sociologia da Ação, que defende uma capacidade de iniciativa do próprio sujeito frente ao mundo, e não necessariamente em interação. A capacidade de agir é, digamos assim, anterior ao estabelecimento de relações sociais. Elas se estabelecem justamente em virtude da capacidade de ação dos sujeitos. A capacidade de ação é pressuposta à priori da inserção dos sujeitos no mundo social.

O argumento de De Munck (2009) origina essa disposição teórica contemporânea. Segundo De Munck (2009), esse processo de reconstrução se sustenta em três bases diferentes, mas que devem ser articuladas de forma coerente, sem que uma delas reduza e tome maior espaço das outras. Estas bases são de ordem epistemológica, normativa e de crítica social (DE MUNCK, 2009). Dessas três bases, a sociologia, enquanto ciência, pode realizar quatro operações intelectuais, relacionadas à elas. Essa operações são: identificar uma realidade e a demarcar como social, em oposição a outros tipos de realidade existentes no mundo (natural, por exemplo); explicar a realidade social estudada, o que implica a mobilização e a articulação de uma teoria à essa realidade; indicar nessa realidade disfunções e/ou patologias que ela produz, sendo que essa tarefa pressupõe a descrição e a explicação da realidade, mas ultrapassa essas dimensões exclusivamente analíticas (descrição e explicação), e por fim; guiar uma intervenção na realidade social, com vistas à sua transformação (normatividade).

Desses quatro ofícios, a história da sociologia produziu duas abordagens, relativas à essas quatro operações. A primeira, De Munck (2009) chama de sociologia cognitiva. Esse tipo de sociologia realiza a primeira e a segunda tarefas, e nelas se detém. A sociologia crítica, por sua vez, é a que avança no trabalho de explicação do real, realizando um diagnóstico (que surge da análise explicativa) dos problemas dessa realidade, tendo pretensões de reformar ou revolucionar (como duas modalidades históricas da transformação social) essa realidade. A sociologia crítica, contudo, pressupõe as duas primeiras tarefas (identificar e explicar uma realidade social), pois se assim não fosse, ela seria puramente uma filosofia prática, que desse orientações à ação

em diversos âmbitos da sociedade (DE MUNCK, 2009). A sociologia é tributária de filosofias práticas da Modernidade, mas não se resume às elas.

Ambos os lados, sociologia cognitiva e sociologia crítica, não raro, trocam constantes acusações. Ora os sociólogos “duros”, que defendem privilegiar a “cientificidade”, acusam seus pares, que tem a normatividade como algo inseparável do fazer sociológico, de não conseguirem realizar análises que incorporem efetivamente a dimensão normativa. Ficam, sempre, à meio caminho do que pretendem. Por sua vez, os sociólogos ligados à normatividade, acusam seus pares “científicos” de, nessa ânsia cientificista, não obstante, produzirem apenas descrições da realidade social, não ultrapassando uma posição realista que não se preocupa em apontar os déficits da realidade social e suas possibilidades de transformação. Os sociólogos “puros”, dizem os normativos, são extremamente receosos de estabelecer relações causais (explicativas) na ausência, por exemplo, de dados empíricos que sustentem suas afirmações, indicando a existência real de relações de causalidade entre diferentes fenômenos sociais. Essa divisão possui internamente subdivisões, que produzem uma desagregação do espaço sociológico hoje.

Essa situação é, em parte, voltando ao que vimos antes, também responsável pela crise atual da sociologia. Essa crise, mesmo sendo resultado também da crise mais geral da atitude crítica na teoria social contemporânea, ela também se retroalimenta dessa situação de fragmentação. Sem a inocência de achar que os conflitos científicos serão apagados, essa situação pode ser transcendida, para que se proponha uma nova atitude crítica na sociologia. Essa transcendência, segundo De Munck (2009), pode ser alcançada, em primeiro lugar, colocando nossos esforços na reconstituição da integralidade das dimensões analítica e normativa, as articulando de forma coerente em uma perspectiva sociológica renovada. Essa reconstituição, informa o autor, deve ser feita introduzindo o conceito de intersubjetividade na ontologia da própria sociologia. O conceito de intersubjetividade deve ser um mediador na ultrapassagem de uma posição puramente objetivista na sociologia, a qual não apresenta dimensão transcendental alguma. Com o conceito de intersubjetividade, De Munck (2009) indica o eixo pelo qual pode se constituir a Sociologia da Subjetivação de matriz acionalista.

Cabe, agora, apresentarmos os contornos desse conceito de intersubjetividade da Sociologia da Subjetivação. Na sociologia, o conceito de subjetividade (levando-se também em conta sua dimensão socialmente relacional à qual a partícula *inter* remete), mais do que consensos, nos coloca diante de uma pluralidade de formas de o

compreender. Como mencionamos tanto acima quanto na parte final do capítulo 1, a Sociologia da Subjetivação e o conceito de intersubjetividade que nos orienta possuem suas diretrizes advindas do neoacionismo sociológico. No capítulo anterior, apresentamos o contexto e parte dessas diretrizes, as quais interessam à nossa pesquisa. Obviamente, não demos conta da totalidade da rica sociologia toureiniana, justificando que para a construção dessa tese isso não se faz necessário. Para isso, é mais produtivo selecionar e articular, com criatividade sociológica, dimensões dessa teoria com dimensões de nosso objeto empírico, constituindo assim nosso objeto sociológico.

Dizer que a Sociologia da Subjetivação é influenciada pelas diretrizes da Sociologia da Ação de Alain Touraine não implica, porém, que ela seja sua única fonte de inspiração. Ela guarda, também, bastante autonomia frente às orientações toureinianas, a depender do pesquisador que estamos falando no interior dessa perspectiva. Mas, um elemento comum a eles é o fato de que todos partem de uma sociologia da ação, e não de uma sociologia da estrutura. A tradicional e mais importante divisão teórica da sociologia também está em jogo aqui.

Mas, o que significa efetivamente dizer que se parte de uma sociologia da ação? Como isso influencia a imagem teórica que possuímos da realidade social e dos agentes que nela existem? E a quem, por exemplo, essa sociologia se diferencia? Muitas outras perguntas poderiam ser feitas para discernirmos a sociologia da subjetivação de outras matrizes teóricas, principalmente as não-acionistas, disponíveis na sociologia contemporânea. Mas, essas poucas indagações já nos permitem apresentarmos as diferentes formas de como é pensado o conceito de intersubjetividade nas duas principais perspectivas que com ele especialmente trabalham: o pós-estruturalismo de Michel Foucault (1926-1984) e a Sociologia da Subjetivação.

De um debate ao outro, o conceito de intersubjetividade vai se constituindo no conceito de subjetivação. O conceito de subjetivação, em realidade, pressupõe a presença da intersubjetividade nas relações sociais. A subjetivação expressa diferentes formas teóricas de intersubjetividade. Vejamos como ele aparece na discussão sociológica.

Nessa discussão, Martuccelli (2005) diz que o conceito de subjetivação compõe uma tríade de formas de compreensão do indivíduo sociológico. Ou melhor, juntamente dos conceitos de socialização e individuação, o conceito de subjetivação tenta teoricamente dar conta dessas figuras fundantes da experiência social: os indivíduos. Na contramão das explicações psicologizantes, a sociologia teria desenvolvido, segundo o

autor, esses três conceitos, os quais objetivam agregar a dimensão social à experiência que as pessoas coletivamente. Martuccelli participa, de forma mais ampla, do debate acerca das formas como a sociedade, em última instância, contra a explicação puramente psicológica, (con)forma os indivíduos (MARTUCCELLI, 2005). Nos interessa em sua discussão como ele conceitua a subjetivação. Os conceitos de socialização e individuação, ele diz, pertencem à outras matrizes teóricas⁴², podendo encontrar ou não pontos de contato com o conceito de subjetivação.

As correntes que se organizam em torno do conceito de subjetivação possuem um substrato histórico na delimitação desse conceito. Esse pano de fundo é o processo da Modernidade, que traz consigo, afirma Martuccelli (2005), uma dinâmica de idas e vindas entre a expansão dos (ou das formas de) controles (sociais, políticos, institucionais, econômicos, etc.) e esforços de emancipação. Para o autor, o estudo da subjetivação é indissociável de uma concepção de modernidade que, enquanto processo histórico-concreto, após seus primeiros desejos de liberdade, se mostrou submissa à uma expansão contínua de um processo de racionalização. Essa racionalização levou, por exemplo, a um desenvolvimento incremental de projetos de coordenação, planificação, e previsão constantes por sobre a vida das diversas esferas das sociedades ocidentais, tais como o a economia, o direito, a cultura, entre outros. Porém, a realidade histórica prova que essas forças de controle nunca operaram sem movimentos de resistência. Como diagnóstico da modernidade, falamos da presença de uma tensão entre essas dimensões.

As diferentes tradições do conceito de subjetivação ora localizam esse conceito para descrever os processos históricos que constituem sujeitos específicos resultantes de processos de sujeição (Foucault), ora de indivíduos que antagonizam com esses processos. Originalmente, a ideia de subjetivação foi pensada, diz Martuccelli (2005), por Marx, em uma matriz de conflitualidade para com os processos modernos por parte de um sujeito coletivo (o proletariado), os quais se efetivavam no âmbito do processo de produção industrial, como a exploração e a extração da mais-valia, por exemplo. A subjetivação apontada por Marx presumia uma intersubjetividade solidária oriunda do compartilhamento de uma situação de classe determinada nesse processo. Mas, adverte o autor, essa primeira concepção da subjetivação (que encontrava suas causalidades geradoras nas dinâmicas capitalistas), com força para engendrar um *sujeito coletivo* que encontrava na revolução política a via para sua *emancipação*, por diversas

⁴² Ligadas, por sua vez, à sociologias da ação ou da estrutura.

razões, se enfraquecerá, produzindo a crise do substrato normativo da sociologia. Justamente a crise que aludimos parágrafos acima.

Especialmente nos contextos dos anos sessenta e setenta do século XX, a face negativa da subjetivação (MARTUCCELLI, 2005) emergiu com toda força na revolução teórica operada por Michel Foucault. Por dentro de um projeto de crítica ao Estruturalismo, surgirá, na obra desse filósofo francês, uma visão desencantada e pessimista (MARTUCCELLI, 2005; DOSSE, 2018) da subjetivação. Não por identidade com os processos de sujeição e sofrimento operados pelas instituições modernas (como o manicômio, a medicina, o governo, etc.), mas por respeito à verdade histórica desses processos no interior dessa mesma modernidade. Foucault demonstra que por dentro dela se produziram formas de dominação que impediram, muitas vezes, o desenvolvimento de formas de subjetivação emancipatórias, como as filosoficamente pressupostas por Marx nos processos de luta social e política dos proletários modernos. A possibilidade da subjetivação emancipatória, com Foucault, dá lugar à subjetivação disciplinadora dos indivíduos modernos. Se expressa, de forma muito viva na obra de Foucault (2019), a tensão mencionada acima entre as dimensões emancipadoras e subjogadoras da modernidade.

Com Foucault, entram em cena as dimensões, intrinsecamente relacionadas, do poder e do saber como produtoras de processos de sujeição. Poderíamos dizer que, para Foucault há uma equivalência entre ambos, no sentido de que poder é saber, e saber é poder. Práticas e discursos de poder tem sua base em saberes específicos, assim como saberes tem sua legitimidade reforçada quando orientam esses discursos e práticas. O livro *História da Loucura na Idade Clássica* de 1961 inaugura o ambicioso projeto do filósofo francês em demonstrar a coexistência conflituosa, na modernidade, de dimensões redutoras das possibilidades das formas como os indivíduos (sujeitos) poderiam se constituir, e as práticas e saberes que os constituíram de forma determinada, independentemente de suas vontades. A obra de Foucault demonstra que o desenvolvimento da modernidade, em grande medida, conseguiu enquadrar as energias transformadoras as quais embalaram o seu surgimento ao longo de três séculos, XVII, XVIII e XIX.

Segundo Martuccelli (2005), a crítica de Foucault ganha influência na Europa muito em virtude da desconfiança social das promessas não cumpridas da modernidade. A derrota de processos revolucionários socialistas nos países ocidentais do continente, isolando a União Soviética no contexto internacional, expressam historicamente essa

questão. França, Alemanha e Espanha, por exemplo, viram suas tentativas revolucionárias frustradas. A subjetivação, desse modo, ficou sem um suporte coletivo. Essa subjetivação social pressupunha, também, um projeto ético individual, o qual se perde no processo histórico europeu.

A subjetivação, nos moldes de Foucault, é uma subjetivação resultante dos processos modernos que tiraram o véu de encantamento e otimismo que as diferentes sociedades ocidentais tinham com esse desenvolvimento histórico e suas promessas de emancipação. Foucault não funda a tradição de pensamento de crítica da modernidade, mas dela participa de maneira decisiva. Da intersubjetividade solidária de Marx, vemos em Foucault uma intersubjetividade que é resultado das padronizações decorrentes desses processos obscuros da própria modernidade. A constituição hegemônica, por exemplo, a partir de disputas entre saberes, da imagem moderna da loucura, que moldura o louco moderno, como processo social produzirá uma intersubjetividade que permite o reconhecimento desses sujeitos emoldurados a partir de determinados discursos hegemônicos (expressões de um saber-poder) sobre o que é loucura na modernidade.

Cabe mencionar, ainda, na interpretação de Martuccelli (2005), que a obra de Foucault, especialmente em seus últimos trabalhos, abandona sua carga pessimista com a modernidade e passa a querer demonstrar, mesmo que tortuosamente, as possibilidades de libertação que os “sujeitos sujeitados” pela modernidade podem produzir. Michel Foucault intelectualmente olha para a Antiguidade Clássica, em seus cursos no prestigiado Collège de France. Os cursos dos anos de 1981-1982 e 1983-1984, denominados, respectivamente, A Hermenêutica do Sujeito, e o O Governo/Cuidado de Si e dos Outros, nos primeiros séculos do cristianismo, tentando isolar um modelo ético que leva os indivíduos a procurarem sua própria técnica/maneira de vida. Foucault quer demonstrar que esse cristianismo (arcaico) fundamenta uma procura dos indivíduos de encontrarem em si mesmos as maneiras de agir e de se governarem no mundo. A temática do governo, desenvolvida por Foucault em cursos anteriores no mesmo Collège⁴³, retorna sobre uma perspectiva menos pessimista e mais focada nas possibilidades de emancipação do que de controle. Nesse sentido, um certo tipo de liberdade pode ser alcançada. Essa liberdade é, segundo o autor, “mais do que uma não-escravidão, mais do que uma emancipação que tornaria o indivíduo independente de qualquer restrição

⁴³ Especialmente os cursos Segurança, território e população, desenvolvidos entre 1977 e 1978, e O Nascimento da Biopolítica, dos anos seguintes, 1978 e 1979.

externa ou interna, em sua forma plena e positiva, ela é um poder que exercemos sobre nós mesmos” (FOUCAULT, 1984, p. 93).

Diferentemente dos cursos nos quais o governo aparece como um poder externo aos indivíduos, constituindo uma subjetivação sujeitadora, essa nova atitude identificada, por Foucault, no cristianismo primitivo, é um saber-poder que instaura uma relação-à-si do sujeito, lhe permitindo não se orientar no mundo (eticamente) por meio de discursos que codifiquem os seus atos e sua identidade (como havia aparecido em obras como História da Loucura e os quatro volumes de História da Sexualidade, que aparece originalmente em 1976), que produziam uma moral que justamente gerava a renúncia do indivíduo sobre si mesmo, mas por uma estética própria da existência, que se constitui como uma possibilidade dos indivíduos construir à si mesmos como sujeitos, mestres de suas vidas. Foucault (2010) nos fala, em última instância na constituição de um sujeito autônomo e ético, que se autoconstitui. Esse cuidado-de-si funciona também como um autocontrole individual que é produzido para além de discursos e regras que se impõe historicamente por sobre o sujeito. Ou seja, um espaço de escape de resistência e de emancipação por sobre as tentativas de assujeitamento das forças que operam na realidade histórica sobre os indivíduos.

Essa nova imagem do sujeito, dos estudos finais de Foucault - que viria a falecer em Paris no dia 25 de junho de 1984 em decorrência de problemas neurológicos agravados pelo vírus HIV - traz consigo também uma nova imagem dos conceitos de subjetivação e de intersubjetividade (que estão sempre relacionados). Um sujeito da resistência é resultado de um outro tipo de subjetivação, como se depreende dos dois tipos de subjetivação que Foucault analisa. Uma produzindo lógicas de assujeitamento e controle, e a outra constituindo fundamentos éticos para a conformação de um sujeito autônomo e que possa produzir resistências (políticas) às investidas dos poderes-saberes presentes na sociedade. A intersubjetividade dos primeiros, acima mencionamos. A do segundo tipo de subjetivação é a que fornece aos sujeitos a exploração de suas subjetividades individuais na conformação de projetos coletivos de resistência. É só a partir da subjetivação individual no sentido da produção de uma técnica de vida, de fundamento ético, que projetos de resistência social podem ser criados. Um, assim, é condição de possibilidade para a criação do outro.

Foucault (ano), então, podemos dizer, realiza uma trajetória conceitual acerca da subjetivação que apresenta modificações na forma como o autor desenhou esse conceito. Se inicia com um tipo de compreensão, crítico-pessimista da modernidade, e

finaliza (mesmo que por motivo de morte do autor, que provavelmente continuaria com novas investigações) com uma compreensão da subjetivação como uma ética de vida, encontrando no pensamento religioso primitivo seu fundamento. Muda também, como podemos ver, nesse movimento, a referência histórica do autor (embora não seu método de apreensão da história através de uma genealogia do poder-saber). Mudando sua compreensão do conceito de subjetivação, se altera igualmente a questão da intersubjetividade em sua obra, sendo diferente a forma como ela é pensada em cada um desses momentos teóricos de seu pensamento. A investigação minuciosa dessas modificações conceituais demandaria um olhar mais atento e um aprofundamento nos textos de Foucault, trabalho que foge ao escopo dessa tese. Importa à pesquisa, como o fizemos, demarcar as configurações que o conceito de subjetivação assume na contribuição pós-estruturalista foucaultiana.

A compreensão da subjetivação como um processo formatador de sujeitos específicos por dentro do projeto moderno de Foucault, entretanto, vai encontrar no trabalho de Alain Touraine uma de suas principais críticas. O trabalho de Touraine, como indicado no capítulo anterior, compõe as proposições sociológicas que conformaram o campo da Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Entretanto, Touraine não foi um sociólogo que trabalhou apenas com esse tema. Aludido anteriormente está o fato de que, teoricamente, o trabalho desse autor é uma crítica profunda das orientações teóricas do marxismo e do funcionalismo parsoniano. O trabalho de realizar uma crítica dessas correntes assume, em meados dos anos cinquenta, para Touraine, um projeto de redesenho amplo da própria teoria sociológica.

Nesse processo, o livro de 1984, intitulado *Le Retour de l'acteur* (O Retorno do ator), de Touraine, é o que marca um ataque crítico ao marxismo, ao funcionalismo e, agora podemos acrescentar, ao pós-estruturalismo. Às duas primeiras perspectivas teóricas, a crítica de Touraine (e posteriormente de autores que o acompanharam na renovação da sociologia contemporânea da segunda metade do século XX) se centrou em suas compreensões acerca do fenômeno da ação política e dos movimentos sociais, como mostramos no capítulo 1. O tema dos movimentos sociais interessou Touraine desde muito cedo em sua carreira, e ele efetivamente conseguiu fornecer uma matriz teórica inovadora para ser mobilizada nas investigações sociológicas acerca desse fenômeno social (DUBET, 2019).

Porém, anteriormente ao tema dos movimentos sociais de forma mais específica, a sociologia política já era um campo próprio de Touraine. Obras como *Vie et*

mort du Chili Populaire (Vida e Morte do Chile Popular), de 1974, *Lutte étudiante* (Luta estudantil), de 1978, e *Le Mouvement ouvrier* (O movimento operário), de 1984, são expoentes importantes de uma obra tematicamente multifacetada, mas teoricamente coesa. Essa coesão foi conquistada, avançando a discussão do capítulo anterior, para compreendermos a influência de Touraine na Sociologia da Subjetivação, também através da crítica à compreensão da formação dos sujeitos que o pós-estruturalismo de Foucault tinha apresentado. Nos anos cinquenta, Touraine debate com o marxismo e o funcionalismo, e no contexto pós-Março de 1968, volta suas baterias contra as ideias de Foucault. Segundo o autor (referencia), Foucault, ao creditar o sujeito moderno como resultado de um processo histórico de forças discursivas vinculadas à um saber-poder, havia apagado essa importante dimensão dos indivíduos, mas que com eles não se confunde, que é o Sujeito. Vejamos como Touraine compreende o Sujeito, para em seguida adentrarmos novamente no debate do conceito de subjetivação. Precisamos fazer esse passo a passo conceitual pois, no neoacionismo, o conceito de subjetivação (relacionado diretamente com o tema da ação política), é tributário no conceito de Sujeito de Touraine. Entre eles, há mais semelhanças do que diferenças.

O Sujeito, em Touraine, é um pressuposto filosófico-teórico que possibilita os indivíduos constituírem-se como ator, agente ativo de suas próprias vidas (TOURAINÉ, 2014; PLEYERS, 2006). Uma vontade que os anima nesse sentido. Não é uma escolha, mas algo que os indivíduos possuem. Pressupor teoricamente isso auxilia Touraine a identificar, antecipadamente, na análise da realidade, as forças de resistência social que operam por dentro dos diferentes processos históricos. Foucault, como vimos, somente de forma tardia identifica que essas forças coexistem nos processos sociais, até mesmo naqueles que demonstram ser os mais efetivos formadores de sujeitos e identidades específicas. Foucault (ano), no mínimo, na maior parte de sua obra, teria menosprezado essa possibilidade analítica e política.

Em *O retorno do ator*, Touraine propõe a retomada de uma compreensão dos atores sociais como agentes ativos, e isso só é possível pensando os indivíduos (sociais) a partir de um substrato filosófico fornecido pelo conceito de Sujeito. Nesse sentido, as ideias de Touraine bebem, embora isso não seja totalmente nítido, nas ideias de Immanuel Kant, quem inaugura na Filosofia o debate acerca das potencialidades e limites do sujeito (moderno), em especial acerca de suas faculdades intelectuais, tendo a Razão por faculdade superior, e também no que tange a capacidade de o próprio sujeito moderno

estabelecer, pela Razão, princípios de orientação ético-morais para sua condução no mundo.

O Ator, embasado filosoficamente no Sujeito, é um agente ativo, que recebe as orientações da sociedade de forma não-passiva e com elas interage de maneira dinâmica, a construindo. O Ator é, assim, um construtor da história (e da sociedade), que por isso mesmo não apresenta fatalismos ou cenários prontos, mas está sempre aberta em virtude desse processo de construção. O conceito de Ator opera na obra de Touraine uma primeira virada importante em seu pensamento. Essa virada será importante para entendermos o progressivo abandono do autor da categoria de movimentos sociais, enquanto categoria totalizante, para o foco nos indivíduos (como locus humano que compõem os movimentos sociais e a produção de toda e qualquer manifestação da realidade social). Essa mudança influencia diretamente a Sociologia da Subjetivação.

Pleyers (2006, p. 742), ao interpretar Touraine, diz que o autor identifica que, ao longo da década de 1990 e 2000, o indivíduo “tiene un espacio cada vez más importante; el desarrollo personal y la preocupación por sí mismo como valor central están presentes por todas partes”. Fato social que indica o individualismo moderno, relacionado e provavelmente reforçado pela hegemonia neoliberal do momento em que vivemos. Acompanhando atentamente o processo social de individualização contemporânea, Touraine, que em meados da década de oitenta tinha transitado da sociedade ao ator, em sua produção do século XXI, do ator, transitará à reflexão sobre o Sujeito. O que importa sublinhar aqui, por dentre as diversas formas pelas quais Touraine trabalhou a dimensão do Sujeito em sua obra - inicialmente a partir da capacidade tensionadora dos movimentos sociais, posteriormente com uma aposta no Ator (já ecoando o sujeito pessoal, e não mais coletivo), até o conceito de Sujeito propriamente dito – é que a perspectiva do sociólogo francês é inteiramente diferente da perspectiva foucaultiana, justamente por focar nas dimensões criativas dos atores sociais, independentemente da configuração que assuma nos diferentes período históricos.

Dubet (2019), por sua vez, analisando as obras mais recente de seu mestre, coloca que seus últimos livros lançados na França, os quais, em conjunto, compõe uma espécie de trilogia, intitulados, por ordem cronológica de publicação, *La fin des sociétés* (O fim das sociedades, de 2013), *Nous, sujets humains* (Nós, sujeitos humanos, de 2014) e *Le nouveau siècle politique* (O Novo Século político, de 2015) avançam o debate acerca do Sujeito para além da Sociologia, estando no campo da teoria social e da própria filosofia.

Como síntese, até aqui, desse segundo capítulo, em que estamos vendo o debate intelectual e o conceito central dessa tese, que é o conceito de subjetivação, vimos que ele é tributário de um diagnóstico de crise da crítica na Sociologia contemporânea que, por sua vez, leva à essa escola defender a reinserção da dimensão normativa nessa ciência, e a faz a partir dos conceitos, inter-relacionados de intersubjetividade e subjetivação, os quais direcionam a compreensão da subjetividade à um patamar distintamente sociológico, mesmo com a referência teórica da sociedade indo em direção aos indivíduos.

O conceito de subjetivação é o que permite, nessa mudança de locus, estimulada pela realidade social contemporânea, que a Sociologia não caia em posições analíticas psicologizantes, reducionistas, dos agentes sociais. No limite, posições analíticas desse tipo podem, politicamente, reforçar o individualismo neoliberal hegemônico nas sociedades ocidentais.

Feito esse percurso, agora vamos ver como o conceito de subjetivação é articulado com a ação política. No capítulo anterior, apresentamos as teorias sociológicas da ação política. Essas teorias são diferenciadas pelo foco em que cada uma delas coloca em uma dimensão da ação política - enquanto uma prática social -; se o foco está na dimensão estratégica (TPP) ou na dimensão simbólico-cultural (TNMS).

O conceito de subjetivação é um conceito que, como demonstramos, é discutido por diferentes abordagens teóricas, entre elas o neoacionismo. O neonacionalismo, por sua vez, é uma reformulação teórica da Sociologia da Ação, que com a sociologia dos movimentos sociais de Touraine, forneceu orientações teóricas à TNMS. É essa articulação conceitual neoacionista entre subjetivação e ação política que mobilizamos para analisar o objeto dessa tese. Ela é uma proposição que visa analisar a ação política tanto do ponto de vista estratégico quanto cultural-simbólico, em uma tentativa de síntese entre essas dimensões constituintes desse tipo de ação. A forma que essa proposição sintética assume depende de cada objeto empírico estudado. Assim sendo, a pesquisa empírica é o caminho pelo qual esse projeto teórico tenta se provar.

2.2 Subjetivação e ação política

A Sociologia da Subjetivação tem sido produzida a partir de estímulos que a própria realidade social contemporânea tem colocado à sociologia (BAJOIT, 2018). Com

o fenômeno da ação política e dos movimentos sociais, não é diferente. Proposição em desenvolvimento no grupo de pesquisa Social Movements in the Global Age - SMAG, ela acompanha as dinâmicas da ação política contemporânea, com os conflitos a eles associados. Um contexto específico, contudo, tem incitado os pesquisadores ligados à essa perspectiva a propor modificações nas formas sociológicas tradicionais de compreensão da ação política: as manifestações e movimentos de rua que marcaram tanto países ocidentais quanto orientais ao longo da década de 2010, e que mesmo acabados em termos de mobilização social, produziram consequências que reverberam, de forma específica, em cada país onde se produziram essas mobilizações.

Segundo Pleyers e Capitaine (2017), os quadros analíticos tradicionais que a sociologia política produziu não dão conta da compreensão efetiva desses novos atores sociais e de suas dinâmicas de ação política.

As teorias da participação, por exemplo, indo de seus enfoques mais instrumentais àquelas profundamente fundamentadas do ponto de vista filosófico (como em Habermas), preocupadas com o impacto nas instituições da participação social em processos deliberativos e, por ventura, decisórios, não são capazes de apreender a ação política desses atores e movimentos em virtude de que eles não se endereçam, necessariamente, às instituições políticas. Interessantes referentes teóricos para pensar experiências de ações política durante os anos 1980 e 1990, eles agora mostram seus limites. Instituições e agentes institucionais podem vir a ser tensionados por elas, mas as ações políticas levadas à cabo por esses movimentos de rua não objetivam a mudanças no e do plano institucional. Com relação ao tema da democracia, caro à essa tradição, dizem Pleyers e Capitaine (2017), eles demonstraram dela ter uma compreensão muito mais alargada do que a simples redução da democracia ao processo eleitoral ou quaisquer outros processos que se processem única e exclusivamente por dentro das instituições. Estudar possibilidades e limites comunicativos com vistas à transformação, por essa via, das instituições, não informa sobre as dinâmicas tensionadoras das ruas no segundo decênio dos anos 2000.

Nessa dimensão das intersecções entre a sociedade civil e o poder político, cabe também uma crítica à insuficiência analítica da TPP para pensar esse conjunto de mobilizações sociais contemporâneas. Em primeiro lugar, essas mobilizações não são - ou pelo menos não podem ser resumidas a - respostas à estrutura de oportunidades políticas (TARROW, 2009) que favorecem ou obstaculizam sua ocorrência. Também, ao intencionar correr por fora das instituições, tentam não relacionar sua dinâmica, no tempo

e no espaço, às dimensões institucionais e do sistema político. Por si só, podem pressionar o sistema de poder, mas, novamente, não pretenderam exclusivamente o fazer. Nesse sentido, focar na análise do processo político, ou seja, especialmente na dimensão estratégica que se manifesta na interação entre sociedade civil e poder político faz com que não se apreenda o que de inovador esses processos apresentaram.

Pleyers e Capitaine (2017) analisa que as ações políticas desenvolvidas no ciclo internacional de mobilizações sociais dos anos 2010 articulam, em suas reivindicações políticas e econômicas, por exemplo, uma dimensão ética. A especificidade dessas ações políticas residiria nesse aspecto ético. Ético no sentido filosófico mais amplo, relacionada à uma preocupação da responsabilidade, por parte dos indivíduos que participam e desenvolvem essas ações políticas, com relação à construção coletiva das condições sociais que permitam o futuro da humanidade na terra, em suas dimensões políticas, econômicas, culturais e ecológicas. O sentido dessas ações políticas reside, então, nessa dimensão ética dos indivíduos que nessas ações se engajaram.

Em termos de escala, o período viu mobilizações sociais massivas, com milhares de pessoas participando de atos e protestos em seus países e cidades. Mas, de forma paradoxal, o engajamento dessas pessoas nesse processo foi um engajamento de caráter muito pessoal (PLEYERS & CAPITAINÉ, 2017). Se fizeram presentes, sem dúvida, demandas sociais, mas expressadas fortemente pelos indivíduos que se engajaram nessas ações políticas. Defendem Pleyers e Capitaine (2017, p. 3) que o engajamento e a ação política verificada nessas mobilizações “trabalha profundamente o indivíduo em sua subjetividade e sua subjetivação”, em consonância com a compreensão da questão da intersubjetividade como referencial crítico da sociologia contemporânea.

O conceito de subjetivação, aqui, ao estar relacionado com o tema da ação política nesse contexto social concreto, que demonstra se efetivar através de um engajamento ético e pessoal (e vice-versa), é compreendido como a “maneira de se pensar e de construir à si mesmo como princípio de sentido” (PLEYERS & CAPITAINÉ, 2017, p. 3). O conceito de subjetivação mobilizado pelo autor bebe, assim, na ideia de Sujeito de Alain Touraine, como força dos indivíduos em constituírem-se como atores sociais. Ambos os conceitos pressupõem, e o de subjetivação à isso chama atenção, um esforço dos indivíduos na organização de sua experiência de ação, e de ação política, no caso daqueles que decidem realizar ações desse tipo.

Hoje, é no nível da subjetividade mesma dos indivíduos que se jogam uma parte essencial das questões dos movimentos sociais contemporâneos, e que se

localiza um dos principais polos de transformação da sociedade. É na relação-à-si, em uma ética pessoal e personalizada, e uma vontade de coerência que se localiza o sentido e o motor do engajamento de numerosos ativistas dos anos 2010 (PLEYERS & CAPITAINÉ, 2017, p. 4).

O conceito de subjetivação de Pleyers é produzido a partir de sua experiência pessoal de pesquisa com as mobilizações sociais dos anos 2010. Nesse fenômeno, o autor identifica que a subjetivação se expressa como uma vontade de coerência na ação política por parte daqueles que nela se engajam. Coerência entre o que se fala e o que se faz, o que se defende e a vontade de participar para tensionar o mundo no sentido justamente. É preciso compreender a subjetivação, ainda, como um processo. Ela, no espaço da vida dos indivíduos, não se realiza de forma plena, não é “conquistada” definitivamente. Pelo contrário, ela é “um trabalho, um esforço contínuo, em direção à uma lógica de ator, de criação, e à extensão de um espaço que permita com que essa lógica se manifeste. O resultado, contudo, permanece sempre provisório e evolutivo.” (PLEYERS & CAPITAINÉ, 2017, p. 5).

A subjetivação também não se confunde com um processo pacífico. Ela implica relações conflitivas do indivíduos consigo mesmos, mas também às organizações, às instituições e à sociedade (PLEYERS & CAPITAINÉ, 2017, p. 5). A subjetividade, por onde opera a subjetivação, é uma relação-à-si, na compreensão tradicional, por exemplo, da psicologia, mas igualmente uma relação do indivíduo com o mundo, a partir do tempo-espaço onde ele desenvolveu, no passado, e desenvolve suas ações, no presente. A subjetivação pressupõe, assim, um agente dotado de reflexividade acerca de sua própria experiência.

A subjetivação, entretanto, poderia se confundir com uma representação neoliberal do social, hegemônica em outras literaturas, em que apenas a ação e a responsabilidade individual valessem, de forma exclusiva, como horizontes de compreensão da vida em sociedade. O que resguarda o conceito de subjetivação de não se confundir com essa representação atômica do social é sua referência - filosófica - no conceito de Sujeito. A interpretação neoliberal, filosoficamente, repousa na ideia liberal de Indivíduo, como núcleo constitutivo da sociedade. A diferença entre ambas é que o conceito de Sujeito, de longa tradição na filosofia ocidental, articula em si a dimensão ético-moral, fazendo com que o ter como referência filosófico-teórica de compreensão dos indivíduos, coloque ao pesquisador uma imagem dos agentes humanos como produtores de ações que não levam em conta somente cálculos pragmáticos, mas

articulem em seu pragmatismo, porque disso também o sujeito é formado, dilemas morais que incrementam e complexificam essa imagem pragmática do sujeito.

A articulação entre pragmatismo e moralidade, sem dúvida, complexifica lidar com o agente humano. Entretanto, o compromisso da ciência com a verdade praticamente impede de analisarmos a realidade social engendrada por esses agentes de uma imagem deles tão redutora. Perceba-se que não se trata de apagar a dimensão pragmática dos sujeitos, pois fazer isso é cometer o mesmo erro analítico dos que praticamente não integram em suas análises a dimensão ético-moral. Ambas existem e se articulam na cotidianidade da vida individual e social.

A subjetivação também não é independente das relações sociais e de forças produzidas socialmente, como a dominação, por exemplo. A subjetivação pode se expressar contra as dimensões alienantes da vida social. O componente ético da ação política contemporânea (que pode ser encontrado em outros contextos de ação política, como demonstramos mais à frente nessa tese), muitas vezes se faz e se expressa contra os múltiplos processos de dominação que conhecemos. Na dialética entre as manifestações que o mundo social objetivo produz e a apreensão que os indivíduos-sujeitos fazem desses acontecimentos, a subjetivação opera mediando as relações entre um e outro, ultrapassando assim os debates infrutíferos e inoperantes entre o mundo objetivo e subjetivo (PLEYERS & CAPITAINE, 2017), e que se expressam em outras dicotomias sociológicas na literatura: macro-micro, estrutura-ação, etc. Como aludido anteriormente, o conceito de subjetivação tem a intenção de ultrapassar essa discussão estéril que a sociologia produziu.

Mas, se como dissemos, o conceito de subjetivação proposto pelo autor é produzido a partir de sua experiência pessoal de pesquisa com as mobilizações sociais dos anos 2010, devemos também nos perguntar se ele pode ser mobilizado para a análise de outros processos sociais onde a ação política seja parte fundamental do fenômeno. Quais seriam as possibilidades desse conceito auxiliar a análise de fatos que não as mobilizações sociais dos anos 2010? Ainda mais, esse conceito pode nos auxiliar no estudo de eventos que não tem relação nenhuma com os eventos nos quais ele foi proposto pelo autor em quem, tentando mobilizar nossa criatividade sociológica, nos referenciamos? A resposta à essas perguntas surgiu ao longo do processo de pesquisa, com a entrada em contato, de forma mais aprofundada com nosso objeto empírico, o qual nos sensibilizou para uma dimensão específica desse objeto que, sustenta essa tese, indica a expressão da subjetivação como vontade de coerência e produção de sentido como

afirma Pleyers. A dimensão que, em nosso objeto – o processo de ação política de indivíduos que começam a agir politicamente no contexto da ditadura militar no Brasil - se mostrou uma possibilidade de ser analisada através do conceito de subjetivação é a dimensão temporal da ação política. Para além de pensar a expressão da subjetivação na ação política de um ponto de vista temporalmente presente, nossa pesquisa agrega ao conceito de subjetivação o conceito de rememoração, o qual adiciona em nosso esquema teórico a dimensão diacrônica e transversal da subjetivação por dentro de todo o processo de ação política.

2.3 Subjetivação e rememoração

Nesse subitem do capítulo, apresentamos o conceito que completa o quadro teórico dessa tese. Trata-se do conceito de rememoração. Ele tem relações com a discussão sociológica acerca da memória, embora esses dois conceitos, rememoração e memória, não necessariamente se confundam. A rememoração se insere em nosso quadro analítico a partir de um estímulo que o campo de pesquisa, realizado com indivíduos que iniciaram sua ação política no contexto da ditadura militar, então agindo politicamente há pelo menos quarenta anos, produziu.

O debate acerca da memória na Sociologia, desde o seu início, demarcou uma posição teórica importante: a de que o fenômeno da memória possui dimensões sociais. Isso acontece porque, historicamente, o tema da memória esteve encerrado nas assim chamadas ciências da mente, tais como a Psicologia e a Psicanálise, não colocavam em primeiro plano a dimensão eminentemente social da memória. A própria Psicanálise, que em parte se pretendeu uma vertente crítica da perspectiva biologizante da Psicologia, não escapou de uma compreensão dos processos da mente dessa mesma perspectiva. Psicologia e Psicanálise demarcaram, podemos dizer, uma compreensão puramente subjetivista da memória como um fenômeno basicamente vinculado à dimensão interior dos indivíduos, desprezando, muitas vezes, toda e qualquer influência que pudessem ter os eventos externos na conformação da memória dos mesmos.

As ciências sociais, sem menosprezar a dimensão subjetiva da memória, encara essa discussão e demarca uma posição que defende que a dimensão externa, a sociedade, espaço no qual transcorre relacionamente a vida dos indivíduos, atua no processo de constituição de suas memórias, para muito além de um processo que responde

à dimensões puramente cognitivas/mentais. As ciências sociais em geral, assim, realizam uma crítica dessa apreensão subjetivista.

O pioneiro na abordagem social da memória foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) que ao longo da década de 1920, sob influência da escola durkheimiana, inseriu esse tema na Antropologia. Foi ele que logrou demarcar a memória com uma dimensionalidade social, e não apenas individual. Halbwachs propõe, a partir dos livros *La mémoire collective*, de 1950 e *Les cadres sociaux de la mémoire*, de 1952, o conceito de memória coletiva, pela primeira vez produzindo uma ruptura com a compreensão subjetivista da memória, inserindo a dimensão social como constituinte da memória que os indivíduos constituem ao longo da vida. Mesmo tendo inspirado pesquisadores na própria França, a influência de Maurice Halbwachs não foi suficiente para constituir, já em meados do século XX, um subcampo que se debruçasse sobre o fenômeno da memória de uma perspectiva externalista nas ciências sociais (CORDEIRO, 2020). Foi apenas nos anos oitenta que as ideias de Halbwachs foram retomadas, tendo elas influenciado trabalhos acerca da memória de uma perspectiva eminentemente sociológica. Nesse momento, conseguiu se constituir aquele subcampo temático anteriormente inexistente. Esse subcampo – ou campo substantivo - ficou conhecido, segundo Cordeiro (2020), como os Memory Studies.

Ele, por sua vez, produziu uma divisão interna, indicando a própria dificuldade em lidar sociologicamente com a questão da memória. De um lado, um grupo de pesquisadores, mais propriamente halbwachianos, colocou ênfase na dimensão coletiva da memória. A memória, para eles, é um fenômeno resultante de uma estrutura social historicamente constituída, fazendo desaparecer os sujeitos que a operam, menosprezando, assim, os aspectos biopsíquicos da memória. A memória coletiva teria uma espécie de autonomia própria. A pressuposição teórica dessa autonomia dada à memória coletiva resulta do fato de que ela foi pensada a partir dos moldes do fato social durkheimiano, com suas dimensões impositiva à vontade dos indivíduos e que opera de forma independente deles. Naquele momento, o conceito de fato social orientava metodologicamente, de forma hegemônica, a Sociologia e a Antropologia francesas. Na influência das ideias de Durkheim, se desenha uma compreensão funcionalista da memória, em virtude dela operar como força centrípeta dos indivíduos em direção à (conformação da) sociedade, possuindo assim uma dimensão integrado dos sujeitos à estrutura social.

De outra parte, há pensadores que, criticando essa abordagem, deslocam o conceito de memória coletiva desenhado como um fato social. Segundo eles, ela menospreza o caráter processual da memória coletiva. Esse segundo grupo deslocou o conceito de memória coletiva para o conceito de rememoração colaborativa (CORDEIRO, 2020), tentando dar ênfase à memória como recurso processual. Essa corrente defende que a memória, em si, é algo que não existe. O que existe, sim, são “processos de rememoração que podem ser colaborativos e distribuídos entre diversas pessoas e instrumentos” (CORDEIRO, 2020, pg. 117). Nessa compreensão, coloca-se ênfase nas dimensões externas (acontecimentos, eventos, relações, contatos, etc.) que estimulam o processo mental/cognitivo de reconstrução da experiência social passada. Ocorre, aqui, uma articulação complexa entre as dimensões externas do social e internas do sujeito que não respeitam necessariamente à regras de elaboração, pois o elemento criativo do sujeito pode instalar nessa relação uma instabilidade constitutiva. Em grande medida, essa é a compreensão na qual nosso problema de pesquisa se ancora. Estudar o processo de rememoração da experiência de ação política que militantes políticos brasileiros os quais têm, no período da ditadura militar no país, seu ponto de partida, se refere à essa imagem da rememoração como um processo sócio cognitivo que possui amparo na externalidade da trajetória individual e histórica de cada um deles. Como a análise das entrevistas de suas entrevistas demonstra, há a presença de elementos sociais, políticas e culturais em comum, embora o espaço da rememoração diga respeito também à cada um dos entrevistados, justamente em virtude desse espaço de criatividade autônoma dos agentes.

Segundo Cordeiro (2020), a partir da interpretação da obra de Halbwachs, na contramão dos intérpretes que realçaram a influência funcionalista do autor, essa segunda corrente vai se filiar mais à defesa da presença de dimensões fenomenológicas em seus escritos. Nessa posição fenomenológica está a compreensão de que a memória e a rememoração envolvem processos de atribuição de sentido à experiência social por parte dos indivíduos. O sentido de algo, de um objeto, é sempre um processo constituído pelo sujeito. O objeto, em si, é vazio de significado(s). Por essa via, filosoficamente, reside a possibilidade de um processo ativo do sujeito interpretar à sua experiência social (dotada de externalidades), e as articular com dimensões pessoais. Se afastando de Durkheim, aqui vemos a presença de premissas weberianas acerca do sujeito como produtor de sentido no mundo, mobilizado por suas motivações subjetivas.

É na articulação entre o recurso à memória e produção de sentido que o conceito de rememoração se constitui. Rememorar, segundo Cordeiro (2020, pg. 119) é “atribuir sentido que implicará em uma ação posterior”. Isso quer dizer que a rememoração não é apenas um lembrar o passado, do já vivido pelo indivíduo, mas é sempre um lembrar que tenta estabelecer nexos, mesmo que simbólicos, entre passado, presente e, possivelmente, o futuro. Aqui reside o embasamento da atribuição de sentido no passado para orientar os indivíduos na sua vida presente e futura, a ação posterior da qual nos fala Cordeiro (2020). A rememoração, assim, é uma via para a constituição sentidual da experiência. São os elementos externos (sociais) que fornecem ao sujeito os elementos pelos quais ele pode interpretar sua experiência.

No processo rememorativo, os campos da experiência dos sujeitos vão sendo apresentados e, pela atribuição sentidual, sendo relacionados uns aos outros por elementos que não possuem necessariamente relação, mas que é o sujeito (fenomenológico) articula. O sentido surge dessa articulação. Por sobre a experiência dos indivíduos no seio da sociedade, pode imperar a vontade de apresentar sua experiência social como algo que faça sentido tanto para si quanto para os outros. Nesse sentido, Cordeiro (2020, pg. 147) diz que elaborar “processos de conhecer o próprio passado são indissociáveis de conhecer a si mesmo”, envolvendo a constituição, por exemplo, de uma identidade para aquele que rememora. Rememoração e formação de identidade são processos inter-relacionados (CORDEIRO, 2020). O conceito de identidade não é foco dessa pesquisa, mas nas entrevistas realizadas não raro os sujeitos demarcam, por exemplo, suas posições político-ideológicas frente à outras perspectivas, indicando a dimensão política da identidade. Porém, a identidade não se esgota nessa dimensão.

O processo de rememoração opera um processo seletivo das memórias que foram se constituindo na inter-relação entre sujeito e mundo (social). Isso quer dizer que há uma série de lembranças que possuem, para o sujeito e a rememoração, maior relevância em sua experiência (CORDEIRO 2020). Rememorar é selecionar/recortar aspectos da experiência social, e não a apresentar em sua totalidade. Em realidade, essa seleção praticamente pré-consciente já está operando o processo fenomenológico que objetiva a produção sentidual da experiência (por sobre sua possibilidade de instabilidade). O sujeito rememorar a partir da elaboração e interpretação daquilo que seleciona para apresentar como tendo constituído a essência de sua experiência social.

Dessa forma, segundo Cordeiro (2020), a rememoração envolve invocar momentos e eventos da experiência social elaborando uma representação sobre eles.

Normalmente – e isso pode depender também da estratégia metodológica de cada pesquisa – a rememoração seleciona um ponto de partida. Isso tem uma consequência prática nessa pesquisa, que cabe rapidamente comentar. Mesmo estando focado na rememoração do processo de ação política pela qual os agentes se envolveram ao longo de suas vidas, a rememoração se inicia em outros campos – normalmente o familiar – que não envolvem a ação política propriamente dita. Nexos, ao longo do processo rememorativo, se estabelecerão, permitidos justamente pela rememoração primeira de outras dimensões da experiência social de cada indivíduo.

Não raro, no processo rememorativo, aparecem avaliações/julgamentos de situações presentes à luz de acontecimentos passados. A síntese entre acertos e erros cometidos ao longo da trajetória, especialmente no que concerne à ação política, é levado em conta para se continuar agindo nesse sentido. Isso se expressa nos processos rememorativos que analisamos nessa tese no sentido de que os sujeitos entrevistados iniciam sua ação política em um contexto social e político determinado, no caso o contexto da ditadura militar no Brasil - que será o que lhes fornecerá os elementos referenciais à sua ação política – e continuam agindo politicamente posterior à esse momento, encontrando novas opções políticas nas quais se engajar.

A sociologia neoacionalista que mobilizamos a partir do conceito de subjetivação não dialoga diretamente com a perspectiva memorialística de Halbwachs. contudo propomos nessa tese uma aproximação entre o neonacionalismo e o conceito de rememoração como processualidade memorialística no interior do qual vai se efetivando a produção de sentido da experiência social dos indivíduos. A subjetivação, compreendida como essa vontade de coerência dos sujeitos para com sua experiência encontra eco processo de rememoração, que também se constitui uma intencionalidade sentidual. Articular a compreensão processual da memória, a partir do conceito de rememoração, com a premissa fenomenológica do conceito de subjetivação, agregando a dimensão temporal, contribui para preencher uma lacuna da literatura sociológica acerca da ação política, que pouco aborda os nexos de sentidos constituídos pelos indivíduos em sua experiência. Ou melhor, a lacuna se dá na não-identificação, pela literatura, no recurso que permite a presença e a expressão da subjetivação operando por dentro do processo rememorativo. No capítulo de análise, demonstramos esse recurso, que denominamos de avaliação retrospectiva, operando como o articulado dos nexos/relações entre momentos da experiência social dos agentes entrevistados. Também, com isso, podemos ampliar o

conceito mesmo de ação política no sentido de inserir – somando-se às dimensões estratégicas e culturais – a dimensão temporal desse tipo de ação.

Ação política, subjetivação e rememoração, tais são os conceitos que apresentamos com o objetivo de compor nosso quadro de análise dos processos rememorativos de ação política de um conjunto de indivíduos que iniciaram suas inserções nesse tipo de ação contra a ditadura militar no Brasil.

3. DITADURA MILITAR NO BRASIL – CONTEXTO, DINÂMICA E PRINCIPAIS ATORES EM CONFLITO

Nesse capítulo realizamos uma descrição dos principais eventos históricos que ocorreram ao longo do período temporal no qual os agentes sociais estudados nessa tese efetivaram sua ação política, e nos marcos dos quais realizam, em grande medida, o processo rememorativo dessa experiência. Em síntese, descrevemos os eventos que fizeram parte da formação gradual do aparato institucional da ditadura militar (1964-1985), as formas de ação política constituídas como forma de resistência social ao regime ditatorial e o contexto mais geral da sociedade, cultura e economia brasileiras nesse período.

Para organizar a apresentação desses eventos, dividimos o capítulo em três seções que apresentam, cada uma, um conjunto de acontecimentos que se produziram em diferentes momentos no amplo período que vai de 1964 à 1985. Esses momentos são: de 1964 à 1968, marcado pelas primeiras medidas institucionais que modificam o sistema político brasileiro em direção a uma ditadura, com a promulgação do Ato-Institucional nº 5, em dezembro de 1968; depois, de 1968 à 1974, etapa marcada pelo aprofundamento da repressão política, com a derrota, em especial, das várias organizações clandestinas de esquerda que foram se conformando a partir dos anos 1960; por fim, o período que vai de 1974 à 1985, com a emergência de um novo ciclo de mobilização social a partir, em especial, de final dos anos 1970 que, em conexão com uma série de outros acontecimentos, acaba por produzir a crise terminal da ditadura militar. Essa demarcação não pretende acrescentar nada de novo à discussão historiográfica. Tarefa que não é o foco dessa tese, apenas mobilizá-la para compreendermos de forma mais acurada o objeto de pesquisa em sua dimensão espaço-temporal.

Contudo, gostaríamos de lembrar que, mesmo dividindo arbitrariamente os períodos temporais para descrevermos os eventos mais importantes da ditadura, é preciso que os compreendamos em sua processualidade, no encadeamento de eventos que estão umbilicalmente interligados, estimulam-se mutuamente e se produzem a partir da relacionalidade, na política, entre agentes, grupos, classes e seus representantes, diretos e indiretos. Isso faz com que compreendamos os eventos históricos não apenas em sua ocorrência “linear”, mas em sua ocorrência cruzada e múltipla. Como eventos que, também, se efetivam em uma determinada conjuntura, mas seguem reverberando para

muito além dela tanto em suas consequências, como constituindo-se em recurso concreto, acontecido, ao qual o processo de rememoração pode acessar.

3.1 Do golpe militar ao AI-5 – Formação do aparato institucional da ditadura e institucionalização da exceção

Da madrugada do dia 31 de março ao dia 1º de abril de 1964, o Brasil sofreu um golpe militar⁴⁴ sem resistência imediata do governo de João Goulart, conhecido popularmente como Jango. Esse apresentou, segundo Tavares (2014), até certa hesitação em saber o que fazer diante da ofensiva golpista, assim também como parcelas da população partidárias de Goulart e, por isso igualmente contrárias ao golpe, o qual resultou em vinte e um anos de uma ditadura governando a vida dos brasileiros e brasileiras. Jango, assim, é deposto, e viaja de Brasília para o Rio de Janeiro, e de lá para Porto Alegre, exilando-se definitivamente no Uruguai, onde falece em 6 de dezembro de 1976, teoricamente vítima de um infarto. Teoricamente porque suspeitou-se que ele poderia ter sido vítima de envenenamento no âmbito das medidas da Operação Condor. Essa operação foi uma articulação entre os aparelhos repressivos dos países latino-americanos governados sob ditaduras militares com vistas à cooperação na repressão política entre eles. No ano de 2014, no contexto das investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi realizada a exumação do corpo do ex-presidente Goulart, mas não foram encontradas substâncias⁴⁵ que comprovassem o envenenamento⁴⁵.

O golpe militar foi resultado de um longo processo de crise social e política que possui suas raízes históricas no Brasil que se constitui a partir da Revolução de 1930, levada à cabo por Getúlio Vargas, e que dá fim ao período da República Velha. Não podemos, no espaço desse capítulo, realizar uma descrição histórica tão extensa, sob o risco de perdermos o foco da discussão pretendida. Cabe mencionar, contudo, que a Revolução de 1930 é tomada como marco inicial das transformações que modernizariam o Brasil sob o modo de produção capitalista, complexificando, assim, a dinâmica da luta

⁴⁴ Essa tese não participa da discussão acerca do caráter não apenas militar, mas também civil, do golpe de 1964. Acreditamos, em acordo à historiografia que defende essa posição, de que o golpe teve certamente apoio de importantes setores da sociedade civil brasileira daquele período. Entretanto, usamos golpe militar aqui para indicar a prevalência no Estado, nas posições de poder, de agentes vinculados às Forças Armadas brasileira, em especial do Exército. O protagonismo desse período histórico em termos do domínio do poder é militar.

⁴⁵ Para um relato jornalístico acerca desse fato, ver:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141201_jango_exame_pai_ms

de classes na sociedade brasileira. A luta de classes não surge com a Revolução de 1930, mas a partir dela ganha novos contornos, com a participação ativa do Estado brasileiro mediando esse processo, não apenas como instância repressora da classe trabalhadora, mas como um agente presente nas negociações entre o capital e o trabalho. A dinâmica da luta de classes no Brasil a partir, então, da década de 30, produz novas questões e problemas que se expressam no plano político. Com isso, não queremos dizer que a luta de classes não influenciou a política brasileira antes da década de 1930. Porém, a partir dessa década, a relação entre luta de classes e política se intensifica no país, como reflexo também das dinâmicas de desenvolvimento do modo de produção capitalista no plano internacional. De 1930 à 1964, vai se constituindo uma crise social e política que terá desfecho com o golpe militar.

O governo de João Goulart se inicia em 7 de setembro de 1961, após a resolução da crise gerada pela renúncia do mato-grossense Jânio Quadros em agosto de 1961. Figura instável, Quadros governa o Brasil em um curtíssimo período de tempo. A posse de Goulart, o vice-presidente, que naquele momento estava em viagem oficial à China, tinha oposição dos militares. Nesse interím entre a renúncia de Jânio e a ausência de Goulart no Brasil, a Câmara dos Deputados empossa na presidência Ranieri Mazzilli, presidente da Casa, que, pela lei, ficaria no cargo somente até Goulart voltar de viagem. Porém, os militares informam Mazzilli que não aceitariam a posse de Jango, exigindo que o poder Legislativo decretasse que Jango estava impedido de assumir a Presidência da República. Os militares chegaram a ameaçar prender João Goulart assim que ele chegasse no Brasil.

Em vista disso, no mesmo mês de agosto, Leonel de Moura de Brizola (1922-2004), líder da ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), desde o estado do Rio Grande do Sul, organiza com emissoras de rádio locais a cadeia da Legalidade, como forma de pressionar para que o Brasil resolvesse constitucionalmente a crise institucional derivada da renúncia de Jânio Quadros. Brizola racha o Exército, pois consegue o apoio do 3º Exército, parte do efetivo da instituição sediado na região sul do país, comandado pelo general José Machado Lopes (1900-1990). Brizola terá o apoio da polícia militar do estado, conhecida como Brigada Militar, e da própria população civil que, sob seu comando, pega em armas em virtude da possibilidade de, já em 1961, ocorrer um golpe militar. Somada ao fato da tentativa de impedimento de Jango não encontrar apoio popular, parlamentar e, muito menos, consenso e suporte militar – pois a força das armas poderia derrotar efetivamente Brizola - João Goulart, já de volta ao Brasil, é empossado

presidente no início de setembro de 1961. A mobilização social para garantir a posse de Goulart foi um prenúncio da turbulência dos três anos seguintes da vida política brasileira. Esses três anos seriam marcados por forte instabilidade social e institucional.

Nesse período, o Brasil viveu um processo de radicalização política da luta de classes que, ao fim e ao cabo, acabou sendo decidido em favor das classes proprietárias do capital, tais como empresários e grandes latifundiários. O avanço, no governo Goulart, do movimento sindical e do movimento camponês expressam esse processo. A deposição do presidente Jango finda esse período de luta social e política aberta na sociedade brasileira, que a partir de 1964 passaria a sofrer pesada repressão do Estado, sob controle dos militares. As classes trabalhadoras, lembremos, desde os governos de Getúlio Vargas, que coloca o Estado como um mediador da luta de classes, vinha conquistando direitos e se constituindo como um ator relevante nas lutas sociais do país. O golpe de 1964 marca sua derrota na disputa entre as classes sociais no Brasil.

O golpe ocorre, como já dissemos, da madrugada do dia 31 de março ao dia 1 de abril de 1964, uma terça-feira, com movimentações de tropas do Exército sediadas em Minas Gerais com vistas à deposição de João Goulart. Essa movimentação faz com que Goulart, do Rio de Janeiro, vá para o Rio Grande do Sul, para pensar na reação que ele tomaria diante da tentativa de golpe. Entre a movimentação das tropas mineiras e a ausência de Goulart em Brasília, houve certa tensão acerca da possibilidade da eclosão de uma guerra civil no país (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019). Essa ausência também foi aproveitada pelos militares para acusar, de forma oportunista, que a presidência da república estava vaga. Havia divisão entre os próprios militares sobre essa ação, mas no fim prevaleceu o “espírito de corpo” (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019, p. 13) entre eles, e uma espécie de consenso - possivelmente conflituoso - predominou. Na esteira do consenso militar, sob sua pressão, veio o consenso do poder Legislativo, através da articulação realizada pelo senador Auro de Moura Andrade, do Partido Social Democrático (PSD), presidente do Congresso Nacional, também aceitando a vacância da presidência da república.

Na madrugada do dia 1 para o dia 2 de abril de 1964, em Brasília, Ranieri Mazzili voltava a tomar posse como presidente do Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, o general Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, apoiado por outros oficiais das forças armadas, se autodeclarava chefe do “Comando Supremo da Revolução”. Juntamente do almirante Augusto Rademaker e do brigadeiro Francisco Correia de Melo, formou uma

junta militar que era quem, efetivamente, tinha o poder, a despeito da investidura oficial de Mazzilli.

Na sequência, o governo norte-americano, sob a presidência do democrata Lyndon Baines Johnson (1963-1965) se prontificou a reconhecer o novo governo brasileiro. Isso pesou na decisão de João Goulart em não apresentar resistência ao golpe, pois muito provavelmente os Estados Unidos apoiariam os militares brasileiros e, no limite, poderiam invadir o Brasil e produzir baixas humanas de seus compatriotas. Também, por diversas razões⁴⁶, como o forte apoio da elite empresarial e da classe média ao golpe e cisões no interior da própria oposição (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019), a resistência social produzida em 1961 acaba por não se repetir em 1964. Segundo Tavares (2014), o golpe militar se consumou a despeito de um esquema institucional antigolpe que João Goulart havia constituído nos anos em que fora presidente, mas que não deu resultado. No dia 4 de abril de 1964, Jango viaja para a capital uruguaia, Montevidéu. Não ocorreu, assim, uma disputa armada pelo poder.

Em termos das relações internacionais, o Brasil era, para a diplomacia americana, ponto estratégico na disputa internacional da Guerra Fria, que envolvia diretamente os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a qual englobava um amplo conjunto de países do leste europeu, e apoiava outras tantas nações ao redor do globo que viviam oficialmente sob regimes socialistas. Era um mundo concretamente dividido ideologicamente, e a conquista ou perda de áreas importantes de influência era o que, em última instância, determinava as relações diplomáticas entre os países. O Brasil, como o país de maior dimensão (territorial, econômica, política, etc.) da América Latina, não ficou de fora dessa regra.

Começa o novo governo. Seus primeiros meses serão marcados pela institucionalização legal do regime e por uma intensa repressão, típica de processos golpistas que colocam no poder grupos políticos ideologicamente opostos aos que estavam no governo. A institucionalização legal começou com o Ato Institucional (AI) de 9 de abril de 1964. Após esse AI, outros dezessete, cada um deles impondo uma série de medidas do governo, seriam editados até o fim do regime militar no Brasil (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019).

O primeiro AI ainda manteve a Constituição brasileira de 1946 e resguardou a existência do Congresso Nacional. Ele ampliou os poderes do presidente da república,

⁴⁶ Não há consenso na historiografia sobre o que teria determinado enfim o golpe militar de 1964. Porém, algumas questões podem ser elencadas como catalisadoras do processo golpista.

o permitindo declarar estado de sítio, e lhe possibilitou aumentar a despesa pública brasileira. Para o Congresso Nacional, o AI estabeleceu prazos curtos para que ele analisasse emendas constitucionais e projetos de lei, sob pena de que se não analisados, estariam automaticamente aprovados. Isso tinha a intenção nítida de aumentar a independência do poder Executivo frente ao Legislativo. Por fim, como uma das principais medidas que indicavam o caráter de excepcionalidade das novas regras, foi criada uma série de mecanismos que possibilitavam ao presidente a cassação de mandatos legislativos nas instâncias federal, estadual e municipal, e a cassação de direitos políticos não precisava mais passar por apreciação do poder judiciário. Funcionários públicos podiam, através do AI, ser demitidos, aposentados e, se militares, transferidos para a reserva ou reformados (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019). O AI, com essas prerrogativas, iniciava o processo de repressão política, o qual se intensificaria cada vez mais, até a promulgação do AI-5, no final de 1968. De 1964 à 1968 se intensificará o processo de militarização do novo governo, com reflexos diretos na repressão política.

Sem demora, começaram os expurgos daqueles que o governo julgava serem seus opositores. Políticos, juízes, sindicalistas, militantes, intelectuais, funcionários públicos, ninguém foi poupado. Na burocracia civil do Estado, segundo D'Araújo e Joffily (2019), 1530 funcionários públicos perderam suas funções. Nas instituições militares, por sua vez, 1228 pessoas foram atingidas. Dos 91 generais da ativa daquele momento, 24 foram desligados (GASPARI, 2002). Da legislatura do Congresso Nacional, cinquenta parlamentares perderam seus mandatos, afetando diretamente a representação parlamentar de interesses ligados à esquerda na sociedade brasileira. Na sociedade civil, os sindicatos foram as organizações mais alvejadas, sendo que 409 sofreram algum tipo de intervenção, tais como prisão de lideranças e destituição de cargos dirigentes. Desses, 70% tinham mais de cinco mil membros (fontes). Esse dado da ideia do contingente da classe trabalhadora que foi, inicialmente, atingida com o golpe militar de 1964. No sindicalismo rural, 90% das organizações criadas entre 1963 e 1964 foram fechadas (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019). Essas organizações expressavam o processo de radicalização da luta de classes no Brasil nos anos anteriores ao golpe, especialmente no curto período de governo de João Goulart, como dissemos anteriormente.

Para dar fim à desorganização legal acerca da ocupação do cargo da presidência, o AI estabeleceu a convocação imediata de eleições indiretas para presidente e vice-presidente da república, para finalizar o mandato que terminaria no início de 1966. O próprio AI terminaria sua validade nesse prazo. Nessa eleição, realizada em um

Congresso Nacional já purgado, que dificilmente apresentaria alguma oposição ao novo regime, foi eleito o marechal Humberto Castelo Branco, e que começa o governo em 15 de abril de 1964. Como vice presidente foi escolhido o deputado federal mineiro José Maria Alkmin, do PSD. Com a eleição de Castelo Branco, oficialmente o golpe estava assentado. Castelo Branco conseguiu, naquele momento, ter o apoio de vários setores, civis e militares, que haviam apoiado o golpe. Esses setores, por se tratar de um período inicial, ainda não apresentavam divergências que pudessem colocar em risco os apoios ao novo regime político, facilitando a convergência em um nome para a resolução da instabilidade do poder presidencial. Mas, cisões nesse conjunto amplo e contraditório de organizações empresariais, políticas e militares não demorariam a surgir.

Elas, assim, logo vieram. Envolvidas, basicamente, com duas questões: a “amplitude, duração e aplicação das medidas previstas no AI” (D’ARAÚJO & JOFFILY, 2019, p. 21) e as eleições presidenciais e estaduais de 1965, como estabelecia a Constituição de 1946, ainda em vigor. Com relação à primeira, alas no interior das Forças Armadas brasileiras, mesmo após o expurgo de setores militares progressistas, defensores mais ferrenhos do novo regime, advogavam pelo aprofundamento da repressão na sociedade brasileira. Popularmente, essa ala ficou conhecida como “linha-dura”, grupo que seria o responsável pelo enraizamento das medidas de exceção levadas à cabo pela ditadura, como a prática ilegal da tortura, por exemplo. Para essa ala, a repressão política não deveria ser algo que o novo regime utilizasse apenas em seu processo de instalação, mas uma técnica permanente do governo na luta contra seus opositores. Eles defendiam que o prazo de validade legal do AI fosse prorrogado, assim como o aumento do mandato de Castelo Branco, para a manutenção da continuidade do poder dos militares. O general e ministro da Guerra de Castelo, Artur da Costa e Silva, representava esse grupamento (o qual internamente também possuía suas tensões).

Castelo Branco, contudo, não cede quanto ao prazo de validade do AI, mas, acaba por atender parcialmente as pressões da linha-dura, estendendo o prazo de seu mandato e, com isso, adiando as eleições presidenciais de 1965 para o mês de outubro de 1966. As eleições para governadores de estado ficaram mantidas. Essas eleições serão também um ponto de tensão futura ao governo de Castelo Branco.

O novo governo movia-se em um delicado equilíbrio entre afastar do poder e das esferas de decisão os quadros políticos do regime anterior, promover as reformas sociais e econômicas preconizadas pela “revolução”, não perder sua base de apoio civil e manter a coesão entre as distintas tendências das forças militares (D’ARAÚJO & JOFFILY, p. 21, 2019).

A base de apoio civil do regime era constituída por importantes organizações da representação patronal nacional, tais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, e a Sociedade Rural Brasileira, a SRB. Essas, claro, tinham interesse imediato nas reformas econômicas prometidas pelo novo governo. A classe política, que representava os interesses dessas organizações, com UDN e PSD à frente, e por isso estava preocupada com a possibilidade de, mesmo diante de um golpe levado à cabo por militares, ocupar posições importantes no poder, especialmente a presidência da república. As eleições de 1965, pensavam elas, era a possibilidade disso se concretizar. Atendendo a linha-dura, Castelo Branco as prorroga, abrindo uma primeira tensão entre os grupos que apoiaram o golpe militar contra Jango. Contraditoriamente, Carlos Lacerda⁴⁷, o carioca que era o principal nome da UDN, era próximo dos oficiais da linha-dura, os quais haviam, de forma aberta, lhe traído. A partir dessa traição, Lacerda passará a fazer pronunciamentos públicos críticos ao governo militar.

Concretamente, o governo Castelo Branco foi, com suas ações, de forma progressiva, abrindo espaço para a ala das Forças Armadas defensoras do modelo puramente ditatorial. A disputa acerca de um terceiro ponto de tensão entre o setores civis e militares, que era a condução dos Inquéritos Policiais Militares, os IPMs, demonstra como a linha-dura foi vencendo essa disputa. Os IPMs se constituíram como os instrumentos oficiais de investigação e perseguição dos cidadãos brasileiros considerados opositores políticos do golpe. Muitos oficiais que trabalhavam nesses processos eram os da linha-dura. Jornais e alguns políticos começavam a denunciar que na condução dos processos dos IPMs práticas ilegais de violência, física e psicológica, eram realizadas. Castelo Branco ordena então ao general Ernesto Geisel (1907-1996), o qual viria a ser presidente mais tarde, o quarto presidente militar, naquele então chefe de seu Gabinete Militar, que ele viajasse pelo Brasil para apurar essas denúncias. Depois de Geisel percorrer o país, investigando essa questão, o governo tira a posição oficial que diz que “que parte das torturas fora resultado do afã dos primeiros dias” (D’ARAÚJO & JOFFILY, 2019, p. 22) do golpe militar e, os casos que por ventura ainda houvessem, já estavam sendo investigados pelo Exército, sem apresentar provas dessas investigações.

⁴⁷ Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977) foi um jornalista e político brasileiro de orientação ideológica de direita. Fez carreira política como vereador, deputado federal e governador do extinto estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Lacerda foi figura de presença constante na política brasileira do século XX, sendo um opositor de Getúlio Vargas e de João Goulart.

Ao não indicar e punir veementemente os militares envolvidos com violência ilegal, Castelo Branco faz com que ele se sintam vitoriosos nessa questão. Muito provavelmente práticas de violência ilegal contra opositores do regime continuaram. A origem da violência como estratégia de repressão da ditadura militar tem sua origem aqui.

Em outubro de 1965 se realizaram as eleições para governador, as quais haviam sido mantidas por Castelo. Nessas eleições, quatro estados brasileiros elegeram governadores não-alinhados com o governo militar: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso. A tensão jurídica entre a Constituição de 1946 e o AI, que produzia um limbo legal que estimulava a linha-dura, faz com que eles exijam o cancelamento das eleições e a intervenção do governo federal nos dois estados mais importantes entre esses quatro: Guanabara e Minas Gerais. Em ambos os estados foram eleitos representantes do PSD que, mesmo sendo base de apoio, após um ano e meio do golpe, já apresentava quadros descontentes com o governo militar. Continua, assim, a crise do governo Castelo Branco com a linha-dura. Ela constitui o principal fator que vai determinar a institucionalização da exceção em 1968, com o AI-5. De 1964 à 1968 essa será uma crise praticamente permanente.

O general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, comandante do Estado-Maior do I Exército, sediado no Rio de Janeiro, apoiado por outros oficiais do Exército e da Marinha, intenta uma rebelião militar com vistas a pressionar o cancelamento da eleição para governador. O ministro da Guerra, o general Costa e Silva vai pessoalmente ao Rio de Janeiro para negociar e desarticular a rebelião. Costa e Silva é bem sucedido, pois é um oficial com quem a linha-dura se identifica. Desse episódio, ele sai como um possível nome para a sucessão presidencial, que aconteceria no ano seguinte, 1966. O ministro da Guerra é identificado como alguém que consegue segurar a tensão entre os militares mais moderados e os mais truculentos, produzindo uma coesão, mesmo que tensa, na instituição militar.

Essa crise tem seu desfecho com a aceitação da posse dos governadores eleitos pelos militares da linha-dura. Entretanto, os governadores permitiriam que o presidente indicasse os secretários de segurança de seus respectivos estados. Com isso, agradava a linha-dura, pois aumentava a ingerência do poder federal no tema da segurança, por onde se desenvolvia a repressão social. Nesse momento, para continuar atendendo a demanda da linha-dura, Castelo Branco também propôs uma Emenda Constitucional que reduzia poderes do Legislativo e do Judiciário (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019). Nessa emenda, abolia a eleição majoritária para presidente, passando

para uma eleição congressional. Essa questão fez com que vários apoiadores civis do golpe, como Carlos Lacerda e Juscelino Kubistchek ficassem descontentes, impossibilitando a aprovação da emenda no Congresso. Castelo praticamente sabia que não ia conseguir aprovar sua emenda. Em 27 de outubro de 1965, ele edita, então, o Ato Institucional Nº 2, o qual expiraria em 15 de março de 1967. A partir desse segundo ato, o primeiro, de 1964, passa a ser conhecido como AI-1.

O AI-2 aprofunda as tendências institucionais ditatoriais AI-1. Em especial, a concentração de poder ainda mais nas mãos do Executivo e, com isso, a militarização do governo. Como efeito do AI-2 veio a redução drástica do espaço de atuação da oposição, já frustrada com o fim das eleições presidenciais em sua pretensão de ser ainda possível dividir o poder com os militares. Nesse sentido, o AI-2 foi um banho de água fria na classe política civil. Além do mais, a eleição no Congresso seria nominal e aberta, ou seja, o poder Executivo saberia em quem cada parlamentar votaria. Logicamente, essa era uma medida tomada para maior controle do poder legislativo. Por fim, o AI-2 extinguiu os partidos políticos – plurais na representação de interesses - da sociedade brasileira.

A ditadura criava no lugar da pluralidade partidária, expressão da diversidade de interesses sociais, dois partidos, um de situação e o outro de oposição. O de situação era a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, e o de oposição, o Movimento democrático Brasileiro, o MDB, estava instituído o bipartidarismo no Brasil. O documento que estabelecia as regras para o estabelecimento dos novos partidos foi o Ato Complementar nº 4, de novembro de 1965. As condições que ele estabelecia para a criação de partidos era, deliberadamente, tão rígida que somente esses dois partidos foram constituídos e legalizados. A maioria dos políticos brasileiros se filiou à ARENA.

Com o AI-2, também, o Exército passava cada vez mais a mobilizar o argumento de que os riscos ao processo - que, segundo os militares, fora uma revolução – justificavam as medidas de fechamento e concentração de poder nas mãos do Executivo, controlado por eles. Porém, para comprovar a tese histórica que defende que os quatro primeiros anos do governo militar foram resultado de um equilíbrio sempre tenso entre posições que defendiam ações moderadas e outras que defendiam maior repressão social, mesmo atendendo a linha-dura com o AI-2, os oficiais diretamente envolvidos em insubordinações foram punidos e/ou dispensados em novembro de 1965. Castelo Branco encarrega Costa e Silva dessas punições. Ganhava a linha-dura, mas o governo também se fazia valer. E a tensão aumentava.

Se aproximava o ano de 1966, no qual ocorreriam as eleições para presidente. Um nome despontava, por ter sido o articulador para a baixa das tensões políticas nos primeiros anos do governo militar: Costa e Silva. Ele, então, passa a colocar seus esforços para ser o nome à eleição daquele ano. Pelo seu histórico de atuação com a linha-dura, com o qual era identificado, o general Castelo Branco apoia Costa e Silva, provavelmente também para não criar mais uma crise com esse setor. Para além da vitória de Costa e Silva, Castelo também empenhou-se em trabalhar para que a ARENA, o partido recém criado pela ditadura, ganhasse, pelo menos de forma majoritária, as eleições de 1966, que seriam também para governadores, senadores e deputados. Por essa época começou a ser pensada também a possibilidade de uma nova Constituição, que acabaria por vir em 1967, para organizar, quase que passando por cima, as diferenças jurídicas entre a Carta de 1946 e os AIs, em favor dos últimos.

No começo do ano de 1966, o governo edita o Ato Institucional nº 3, estendendo a eleição indireta, pela via congressual, a governadores e vice-governadores que, por sua vez, passariam a nomear os prefeitos das capitais brasileiras, os quais deveriam ser assentidos das e pelas assembleias legislativas (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019). A vitória governista nas eleições para governador, que aconteceram em 3 de setembro, foi conquistada a partir de uma série de manobras políticas por parte da ditadura, demonstrando que, dois anos depois do golpe, mesmo com os estabelecimentos repressivos dos AIs, a ditadura ainda tinha dificuldade em se estabelecer, em virtude da existência, mesmo que pequena, de uma oposição, especialmente nos processos políticos para além das fronteiras de Brasília. Essas manobras várias iniciariam uma crise do poder executivo com o poder legislativo, que sentia que estava concretamente perdendo suas prerrogativas para o executivo.

Em 3 de outubro de 1966, realizaram-se as eleições para presidente. Em virtude da crise dos militares com o legislativo, vários parlamentares, em sua maioria filiados ao MDB, deixaram o plenário do Congresso Nacional, em protesto. Nesse clima de tensão entre os poderes, o governo tenta aprovar no Congresso uma emenda constitucional “com o intuito de tornar permanente o conteúdo de Atos Institucionais” (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019, p. 27). O poder legislativo, especialmente nas pessoas dos líderes das duas casas, Adauto Lúcio Cardoso, da Câmara, e Auro de Moura Andrade, do Senado, demanda participar da elaboração do texto, para que ele não fosse exclusividade do Executivo. Castelo Branco, em resposta, cassa o mandato de seis deputados federais. A crise se acirra, e Castelo acaba fechando o Congresso Nacional dos

dias 20 de outubro à 20 de novembro de 1966, após sua invasão por militares em um ato de força do Exército.

Em dezembro de 1966, se torna pública a intenção do governo em produzir uma nova carta constitucional. O Ato Institucional nº 4, que convoca o Congresso Nacional, reaberto, mas de recesso de final de ano, para debater e aprovar a nova constituição. Deputados denunciam essa manobra de utilizar o AI-4 para convocar rapidamente uma Assembleia Constituinte e aprovar uma nova constituição, trabalho que dificilmente conseguiria ser feito em tão curto período de tempo, praticamente de duas a três semanas.

Em janeiro de 1967, a Constituição é promulgada em uma votação rápida, quase farsesca, no Legislativo. Até aqui, o governo se balizava na carta de 1946, constituída no contexto democrático. A nova constituição institucionaliza a ditadura.

A Constituição de 1967 concentrou no Executivo o poder de legislar sobre matérias de orçamento e segurança, reduziu a autonomia política dos Estados e municípios e confirmou o sistema de eleições indiretas para presidente e governadores. O texto restringiu os direitos de greve e de organização dos trabalhadores, instituiu a pena de morte para crimes contra a segurança nacional, ampliou os poderes da Justiça Militar e deu base jurídica para a censura à imprensa e às manifestações artísticas (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2021)⁴⁸.

Dois meses depois, em março de 1967, Costa e Silva assume a Presidência da República. Como vice-presidente, é eleito juntamente o mineiro Pedro Aleixo, da ARENA. Diferentemente de seu antecessor, o general Castelo Branco, o novo presidente tem à disposição um conjunto de “série de instrumentos legais recém-criados para prosseguir a escalada autoritária” (D’ARAÚJO & JOFFILY, 2019, p. 28). Não só a nova constituição, mas dispositivos como a Lei de Segurança Nacional (LSN) e a Lei de Imprensa (LI) estão à disposição de Castelo Branco. Identificado com a linha-dura das Forças Armadas brasileiras, Castelo tem novos recursos legais para o desenvolvimento da repressão política.

Assim que o golpe militar foi dado em 1964, pouco ou quase nada em termos de resistência social foi produzida. João Goulart, ao decidir exilar-se em Montevideu, acaba desestimulando seus partidários a produzir uma resposta ao movimento golpista. O novo governo em seu primeiro ano, também, desferiu forte repressão social em seus opositores, colocando muitas organizações e movimentos sociais na clandestinidade

⁴⁸ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/ditadura-impoe-a-sua-constituicao>. Acessado em 12/05/2021, 17:15.

como, por exemplo, a União Nacional dos Estudantes, a UNE. Essa histórica entidade de representação dos interesses dos estudantes no Brasil continuará, entretanto, atuando, mas com iniciativas menores, que escapavam à um controle governamental mais rígido. Com isso, ela perde, nesse primeiro momento, força de resistência e mobilização.

No lento tempo da política, serão os anos de 1967 e 1968 que produzirão as primeiras reações mais relevantes contra o regime militar. Especialmente 1968, quando ocorreram mais intensas mobilizações sociais contra o governo. Ainda em outubro de 1966 se formaria a Frente Ampla, articulada por Carlos Lacerda, com importantes lideranças políticas brasileiras. Entre elas: os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, o qual estava exilado em Portugal, e João Goulart, no Uruguai. Lacerda chega a conversar com lideranças do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seus opositores históricos, mas as conversas não chegam à um acordo, e o partido fica de fora do grupo. Essa frente promove dois grandes comícios, um em dezembro de 1967, em Santo André, no ABC paulista, e outro em abril de 1968, na cidade de Maringá, no Paraná (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019). Esses comícios são acompanhados de perto pelo Sistema Nacional de Informações, o SNI⁴⁹, e pelo Conselho de Segurança Nacional, o CSN⁵⁰, os dois principais braços da repressão política constituídos pelo militares depois do golpe. Porém, em abril de 1968, o governo militar, com a Portaria nº 177, coloca a Frente Ampla na ilegalidade. Deputados do MDB denunciaram o governo no sentido de que o Brasil caminhava definitivamente para uma ditadura.

Em 1968, o movimento estudantil, que havia perdido protagonismo pelas duras condições de repressão política do golpe, retorna à cena, organizando mobilizações estudantis pelo Brasil. No dia 28 de março daquele ano, em um protesto de estudantes na cidade do Rio de Janeiro, a polícia mata o estudante Edson Luís, de apenas 18 anos de idade. Menos lembrado, o estudante Benedito Frazão Dutra, presente no protesto, foi ferido à bala e levado ao hospital, mas não resistiu à ferida e veio, igualmente, a falecer.

⁴⁹ O Serviço Nacional de Informações foi criado através da lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964, ainda no primeiro semestre do novo governo. Ele tinha como função a coordenação e supervisão das atividades de informação e contrainformação tanto no Brasil quanto no exterior. Nele, concentravam-se praticamente todas as informações relacionadas com a oposição política ao regime militar.

⁵⁰ O Conselho de Segurança Nacional não é uma criação da ditadura, mas de Getúlio Vargas, que o elabora a partir do artigo 162 da Constituição de 1937. Porém, os militares, após o golpe, por uma série de mecanismos legais, alteraram bastante os objetivos originais desse órgão, os quais estavam ligados também à questão da indústria nacional. Com os militares, esse conselho passou a ter o objetivo de formular e conduzir o presidente da república nas questões relativas à segurança nacional. Passou a ser mobilizado, então, para as questões do trabalho de repressão.

Os estudantes pegam o corpo de Edson e o levam pelo centro do Rio de Janeiro, chegando nas escadas da Assembleia Legislativa, onde é velado.

Estimulados pelo caso da morte de Edson, uma semana depois, estudantes, realizam uma manifestação na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), reunindo em torno de cinco mil pessoas. No mesmo mês de abril, São Paulo assiste à outras manifestações de estudantes. Atos foram feitos no Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP, na Escola Politécnica da mesma universidade, e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em junho de 1968, centenas de estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), se reúnem para discutir as questões políticas do país e avaliar o que fazer. Na saída da reunião, a polícia reprime o ato com violência. Ressurgia, assim, o movimento estudantil no Brasil. Dele, solidários com os diversos casos de repressão violenta aos estudantes, políticos, intelectuais, artistas e outros representantes da sociedade civil, articulam um protesto no centro do Rio de Janeiro para o dia 26 de junho. O evento ficou conhecido como a Passeata dos Cem Mil, e foi a maior manifestação contra os militares desde o golpe em 1964. Subia a pressão social no Brasil.

Assim como o movimento estudantil, o movimento sindical havia sofrido um duro revés com o golpe. De participação política crescente desde a Revolução de 1930, com expressivas entidades atuando no governo de João Goulart, a classe trabalhadora sofre uma dura derrota, em um contexto internacional de ofensiva das lutas sociais em todo o mundo. No contexto internacional, por exemplo, o governo de Leonid Brejnev (1964-1982) retoma o protagonismo da União Soviética, após o período de Nikita Khrushchov (1953-1964), marcado por crises internas oriundas do processo de desestalinização da União. Quando a classe trabalhadora brasileira sofre uma derrota, no resto do mundo essa mesma classe está na ofensiva.

No entanto, em 1968, se produzem duas greves importantes que irão pressionar fortemente o governo militar. Uma em Contagem, no estado de Minas Gerais, e outra em Osasco, no Estado de São Paulo. Em Contagem, as eleições sindicais de 1967 dão a vitória à uma chapa oposicionista. Essa chapa tinha, para além da questão da crítica à política salarial, uma pauta de democratização da participação dos trabalhadores no sindicato. O presidente da chapa vencedora, Ênio Seabra, tem sua candidatura vetada pelo governo. O movimento grevista, mesmo assim, estoura em meados de abril, pegando o governo relativamente de surpresa (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019), em virtude das

diversas formas pelas quais desde 1964 os militares tinham desarticulado o movimento sindical. A adesão de trabalhadores da indústria é expressiva, mas após dez dias de negociações, o movimento termina. Serviu mais como um aviso de que o movimento sindical não estava de todo abatido.

Tanto foi assim que, na sequência do movimento em Contagem, Osasco também foi palco de um movimento grevista, agora no mês de novembro. Nas eleições sindicais de 1967, o trabalhador e estudante José Ibrahim, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, é eleito. O comando de greve monta comissões de trabalhadores nas fábricas da região, para descentralizar o processo grevista e garantir maior participação dos trabalhadores. Em comum com a greve de Contagem, estava a crítica à política salarial do governo militar, de pesado arrocho salarial às classes trabalhadoras.

Como o movimento anterior pega os militares de surpresa, no de Osasco o governo não hesita e o reprime desde a primeira hora. O governo invade com a polícia e militares a Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários, a COBRASMA, onde se reunia o comando do movimento grevista. Os agentes do estado espancam os grevistas e dissolvem o sindicato (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019). Nesse caso de Osasco, ainda havia articulações com o movimento estudantil, pois José Ibrahim era estudante. O mesmo, futuramente, iria aderir à esquerda revolucionária e à luta armada na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)⁵¹.

Os movimentos estudantil e operário deram, assim, nos anos de 1967 e 1968 demonstrações importantes de resistência social frente ao governo militar, se comparados com os três anos anteriores em que ficaram desarticulados pela força da derrota que sofreram em 1964. Porém, no jogo de forças mobilização popular contra o governo, esse último novamente vence. De 1968 à 1974, se tem um refluxo profundo nas lutas sociais de massa no Brasil, assumindo, como logo veremos, a dianteira da luta social as organizações clandestinas de esquerda e extrema-esquerda, vinculadas à luta armada. A ação política se desloca das mobilizações sociais de categorias classistas para pequenos grupos que se radicalizam em virtude do fechamento cada vez maior do regime e do aumento expressivo da repressão social por parte do Estado brasileiro. Alguns deles já

⁵¹ A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi um grupo de extrema-esquerda brasileiro que lutava contra a ditadura militar. Ela visava, em síntese, a instauração do socialismo no Brasil. Ela se forma em 1966, quando da união de dissidentes da organização Política Operária (POLOP) com militares do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Sua formação expressa (REIS, 2007) a dinâmica geral de formação e dissolução de grupos de extrema-esquerda no Brasil daquele período. Geralmente, eram organizações com um número muito pequeno de militantes que via de regra se formavam a partir da dissolução de um grupo anterior, podendo esse ser rearticulado com outro ou não.

existiam mesmo antes de 1964, muito pela dinâmica da Guerra Fria, mas essa forma de ação política vai ser relevante mesmo a partir de 1968.

Anteriormente à 1968 ocorreram atentados e ações de violência por parte da esquerda brasileira, mas não se tem estatísticas confiáveis sobre elas (GASPARI, 2002). Muito provavelmente, o governo as alterava. Em 1968, com o Brasil tensionado, assistindo as mobilizações estudantis e de trabalhadores aumentar a pressão sobre os militares, a VPR, em junho, realiza um atentado com bomba no quartel-general do II Exército, com sede em São Paulo capital. Em seguida, ela assalta o Hospital Militar do Cambuci, na mesma cidade. Em outubro, junto da Aliança Libertadora Nacional, a ALN, comandada por Carlos Marighella (1911-1969), seus militantes matam um capitão norte-americano chamado Charles Rodney Chandler, por eles acusado de ser um agente da CIA, a agência de espionagem dos Estados Unidos.

Os quatro anos anteriores, especialmente até o início de 1967, foram marcados por tensões dentro mesmo do seio militar, com os militares da linha-dura conquistando cada vez mais espaço no governo, e conflitos dos militares com o Congresso Nacional, o qual ainda possuía algum espaço de manobra para a oposição política, mesmo no sistema bipartidário. Comparativamente com a força das mobilizações sociais de 1968, essas podem parecer questões menores, mas que não deixaram de produzir impaciência e intolerância dos militares com a oposição. Chega o ano de 1968, que vê explodir as ruas em oposição ao regime. Estamos em dezembro de 1968, e nesse mês o governo edita, então, o Ato Institucional nº 5, o AI-5, o AI mais conhecido da ditadura militar, pois é ele que finaliza o processo de transformação do golpe em um governo ditatorial.

A historiografia registra como fato marcante para a tomada de decisão em favor do AI-5 o pronunciamento do deputado pelo MDB Marcio Moreira Alves no Congresso Nacional em setembro daquele ano. Marcio, em sua fala, criticou a invasão da Universidade de Brasília (UnB) pela polícia militar e diz que a sociedade brasileira deveria boicotar os desfiles de 7 de setembro, que se aproximavam (D'ARAÚJO & JOFFILY, 2019). Ele apela também para que mulheres não namorassem militares e condenassem o militarismo. Certamente, esse fato próximo da data de edição do AI-5 contribuiu para que os militares por ele optassem. Contudo, é mais certo que o conjunto de acontecimentos na sociedade brasileira até ali, dezembro de 1968, tenham contribuído mais ou menos para a decisão de fechar o regime de vez. “Todo esse aparato teve suas bases nos distintos assaltos aos poderes Legislativo e Judiciário, na crescente repressão

aos movimento sociais e na trama de uma legislação autoritária, criada passo a passo nos primórdios do novo regime” (D’ARAÚJO & JOFFILY, p. 43, 2019).

O AI-5 permitia ao Executivo decretar o recesso dos poderes legislativos em quaisquer um dos níveis federados e passar a ele a responsabilidade de legislar durante esse período de recesso imposto. Era, na prática, o poder executivo desviando a competência do poder legislativo para si. O Executivo podia, também, decretar, caso o governo achasse necessário, intervenção em estados e municípios, para controle do executivo federal; suspender os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro por dez anos (no máximo), para o inviabilizar politicamente; cassar mandatos eletivos em qualquer nível administrativo da federação, com a justificativa da oposição ao regime; suspender a estabilidade do vínculo empregatício de qualquer funcionário público, assim como os demitir e aposentar sumariamente; por fim, suspendia o habeas corpus para os crimes políticos, categoria de sentido amplo na qual foram enquadrados crimes das mais diversas naturezas e causas (GASPARI, 2002). Diferentemente de seus antecessores, o AI-5 não tinha data para expirar, e acaba durando dez anos. No dia da promulgação do AI-5, o Congresso Nacional foi colocado em recesso permanente. O primeiro período em que a historiografia identifica como o de construção gradual da ditadura se fecha, então, com o AI-5. Os anos posteriores serão marcados pela radicalização da luta política, fechadas as possibilidades de pressão e resistência social pelas vias institucionais no Brasil que, se não bastavam, na democracia liberal sempre foram uma fonte de abrandar os conflitos sociais.

Começava, assim, um segundo momento que podemos identificar que se inicia no ano de 1968 e vai até mais ou menos o ano de 1974, a partir de quando começava a se vislumbrar a possibilidade de abertura do regime militar.

3.2 Da intensificação da luta armada ao fortalecimento da repressão política, 1968-1974

Esse segundo momento da história da ditadura militar, na forma como a dividimos, foi marcado pela intensa repressão social que os militares lançaram sobre a oposição política no Brasil, já praticamente sem possibilidades de agirem politicamente, com vistas à obtenção de alguma vitória, por dentro do sistema institucional. De dezembro de 1968, com a edição do AI-5, ao final do ano de 1974, temos os anos mais violentos da repressão política no país. Para ser mais rigoroso, podemos dizer que os anos de intensificação da repressão social à esquerda brasileira se dará de 1968 à 1972, ano em

que praticamente a repressão desmembra todas as organizações da luta armada no Brasil. A exceção, foi a Guerrilha do Araguaia, que durou, essa sim, até 1974.

Esses cinco anos serão os anos de aprofundamento das ações de resistência social dos grupos de esquerda, de intenção revolucionária, de diferentes orientações por dentro mesmo desse campo ideológico, que lançam mão da luta armada como estratégia privilegiada de ação política. Aprofundamento porque os grupos da luta armada que surgiram no Brasil não surgem todos nesse período. Essa é uma confusão histórica que é bom deixarmos claro ao leitor. Alguns são anteriores mesmo ao golpe, e não refletem diretamente uma resposta à 1964. São, antes de tudo, reflexos da polarização política em âmbito internacional, no contexto da Guerra Fria (ROLLEMBERG, 2019), que teve reflexos no Brasil. Em realidade, não somente aqui, mas em toda a América Latina.

A vitória da Revolução Cubana de 1959, por exemplo, realizada por Fidel Castro, Che Guevara e um conjunto de guerrilheiros lutando na Sierra Maestra contra as forças estatais cubanas, sob o governo, apoiado pelos Estados Unidos, de Fulgencio Batista Zaldívar, inflama as intenções revolucionárias por todo o continente sul-americano. Um exemplo da intenção da luta armada anterior à 1964 é a relação das Ligas Camponesas ⁵²com Cuba. Segundo Rollemberg esse apoio era “material, logístico e ideológico” (2019, p. 52). A influência da Revolução Cubana na esquerda brasileira é, assim, anterior à 1964. O que ocorrerá, como dissemos, é um movimento de aprofundamento da escala da luta armada como forma de resistência ao regime militar.

Com relação à luta armada, para desfazermos algumas confusões, são importantes dois esclarecimentos. Primeiro, ela efetivamente foi uma forma de ação política mobilizada pelos militantes da esquerda brasileira naquele período. Na interpretação desse agentes, normalmente, encontramos a justificativa para o engajamento na luta armada como uma resposta ao fechamento completo das vias institucionais da oposição política realizado pelo AI-5 (ROLLEMBERG, 2019). Esse processo é uma verdade histórica. Segundo, a historiografia que foi se constituindo sobre as formas de resistência social contra a ditadura, assim que o regime ia se abrindo, *focou* nessa forma de ação política, específica, seu interesse (ROLLEMBERG, 2019). Isso fez com que os debates sociais – e mesmo as manifestações culturais realizadas no período

⁵² As Ligas Camponesas eram grupos de camponeses que tem sua origem ainda na década de 1940 no Brasil, por iniciativa do Partido Comunista Brasileiro. Eram entidades de camponeses formadas para a luta social entre o campesinato e os proprietários de terra. Em síntese, para a organização da luta de classes no espaço rural brasileiro, que na década de 1940 ainda assentava a maioria da população do Brasil.

democrático sobre elas – também destacassem essa forma (a luta armada) em suas análises. Isso pode ter dado a sensação de que essa teria sido a única forma que a ação política assumiu nesse momento.

Pode ter contribuído para isso, igualmente, a espetacularidade das ações dos grupos de esquerda naqueles anos. Espetacularização que estava, na maioria das vezes, em oposição ao número de indivíduos diretamente envolvidos nas ações que foram realizadas. Como eram ações em que o compartilhamento de informações entre os seus realizadores poderia colocar em risco a própria ação, ela envolvia um número diminuto de militantes. As organizações de esquerda que lançaram mão da luta armada, como demonstra a historiografia, nunca chegaram a ter uma escala média, muito menos de massa. Eram organizações que ficaram restritas às classes médias brasileiras, que tinham maior nível de escolaridade e, com isso, mais acesso à informações, ao conhecimento e à cultura.

Desfazendo confusões também do senso comum sobre o período e a luta armada, hoje em parte mobilizadas politicamente pela extrema-direita brasileira na tentativa de colocar a sociedade contra a esquerda, não foi a forma exclusiva de ação política desenvolvida nesse contexto. Podemos citar aqui várias outras iniciativas produzidas naqueles anos, das mais amplas e públicas às menores e, não raras vezes, secretas, de conhecimento apenas do pequeno número de pessoas que participavam da ação, em virtude da intensificação da repressão política (fontes). Greves, protestos (cada vez mais arriscados, em virtude da repressão), debates públicos, grupos de estudos, de leituras consideradas “subversivas”, etc. Essas ações, contudo, embora também controladas e reprimidas, não foram sempre com a mesma força que foi mobilizada contra a luta armada.

A luta armada no Brasil se desenvolveu, especialmente, a partir de uma série de divisões de grupos políticos de esquerda que estavam abrigados, até a década de 1960, no guarda-chuva do PCB, o partido político mais antigo do Brasil. Praticamente todas as organizações de esquerda que aderiram à luta armada saíram de militantes que originalmente eram engajados em suas fileiras.

O PCB foi fundado no Brasil em 1922, apenas seis anos depois da Revolução Russa, sob o impacto da vitória dos bolcheviques sob o reformista Governo Provisório, liderado pelo liberal russo Alexander Kerensky (1881-1970). Seu objetivo era a realização de uma revolução proletária no país, para a conquista do poder para realizar a

transição do capitalismo ao socialismo e posteriormente ao comunismo. A década de 1920 foi uma década de efervescência política e cultural no Brasil.

A história do PCB é de instabilidade quanto à sua legalidade no sistema político brasileiro. Durante o Estado Novo e a Ditadura Militar ele foi colocado na ilegalidade, mas seus membros continuaram a atuar clandestinamente. Pelos militares, ele foi colocado na ilegalidade já em 1964, e não em 1968. Para além da questão legal, o PCB sobreviveu à uma diversidade de crises internas que, não raro, produziram a saída e a expulsão de diversos de seus militantes. Se destacam, dessas crises, as que originaram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962, e as que formaram as diversas organizações ligadas à luta armada, a partir especialmente de 1968.

O PCB, à sua maneira, reproduzia internamente a dinâmica do movimento comunista internacional que, em 1922, se estruturava em torno da III Internacional, ou Internacional Comunista, fundada por Lênin em março de 1919. Assim, desde o seu início, o partido foi marcado por disputas internas vinculadas à questões políticas e intelectuais, as quais, no movimento comunista eram praticamente a mesma coisa. Defender, nele, determinada posição intelectual o demarcava politicamente. Não raro, debates acalorados, nos diversos congressos da Internacional produziram rupturas e remodelações do movimento em âmbito internacional.

Dentre os vários debates que a Internacional estimulava, como forma de qualificar a ação política de seus quadros, aquele acerca da forma como o partido (e seus intelectuais) deveriam pensar a especificidade da formação histórica de cada país, com a consequente constituição de sua realidade nacional, teve grande importância no PCB. Obviamente, na influência da Internacional, essa era uma reflexão que se realizaria sob o prisma das ideias de Marx e Engels. Inicia-se, assim, no PCB um debate importante acerca da formação social brasileira.

Nesse debate, dois intelectuais se destacaram: Astrojildo Pereira (1890-1965) e Otávio Brandão Rego (1896-1980). O primeiro é praticamente o fundador do PCB no Brasil. Ele faz isso após sua militância inicial no anarquismo, que se modifica em 1917 sob o impacto da vitória da revolução na Rússia. Será esse evento que fornecerá à Astrojildo Pereira um novo horizonte ideológico. A partir do esforço que ele realiza na formação do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, em 1921, outros grupos comunistas pelo Brasil vão se agregando, amadurecendo a formação do PCB um ano depois.

Por sua vez, Otávio Brandão Rego, entraria em contato com o marxismo justamente através de seu contato com Astrojildo. Ele se filia, então, ao Partido

Comunista Brasileiro em 1922, poucos meses após o partido ser fundado. Durante os anos 20, ele assumiu posição de destaque no partido, e foi eleito para sua executiva em 1923. Juntamente com Astrojildo, dois anos depois, funda um dos órgãos oficiais de agitação e propaganda do partido para as ideias comunistas, o jornal A Classe Operária. Se torna o seu primeiro redator. Otávio é quem se envolve mais diretamente no debate acerca da especificidade da formação histórica brasileira.

Em 1926, Otávio lança o ensaio *Agrarismo e Industrialismo*, que irá influenciar a discussão sobre o caráter social brasileiro realizada pelo PCB. Nesse texto, Brandão interpreta a realidade brasileira indicando as contradições que existem nela entre um setor capitalista agrário e feudal, ligado ainda ao imperialismo britânico, em declínio no mundo, e um setor capitalista de base urbana e industrial, relacionado ao imperialismo norte-americano, ascendente no contexto internacional. Ascendência que se confirma com a vitória aliada na I Guerra Mundial, a partir de 1918.

O ensaio de Brandão se situa no debate acerca das teses que defendiam a existência do feudalismo no Brasil, tal qual como se verificou na Europa. Feudalismo como orientação social resultante do modo de produção feudal, segundo Marx. Entretanto, o desenvolvimento do debate da especificidade histórica e da realidade social brasileira se dá nesses termos em virtude da transposição do marxismo mecanicista característico da III Internacional. Na década de 1930, ocorre um processo de proletarianização dos partidos comunistas, que significa a substituição de intelectuais dos quadros dirigentes dos partidos comunistas por operários ligados diretamente ao mundo do trabalho (industrial). Essa substituição inibe qualquer processo de renovação intelectual e teórica que pudesse tensionar o processo de aplicação acrítica do marxismo mecanicista e, com isso, arejar a análise da realidade social latino-americana. Um dos comunistas que é afastado de suas funções políticas nesse processo é o intelectual peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930).

Esse processo de imposição do marxismo mecanicista contribui à fixação do debate intelectual no interior do PCB acerca, como vimos, da questão feudal no Brasil. Feudalismo como modo de produção que, por sua vez, produzira relações sociais de tipo feudal. A interpretação do processo histórico europeu de passagem do feudalismo à modernidade era transposto de forma mecânica à análise do processo histórico brasileiro⁵³ (MAZZEO, 2022).

⁵³ Para esse debate, a editora Boitempo organizou um debate acerca das interpretações marxistas do Brasil, que pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=nY-2bFwwjpI&t=1421s>

Como sabemos, a dinâmica feudal constitui, historicamente, uma nova classe social, ligada à atividade econômica: a burguesia. Em determinado momento da luta de classes a burguesia percebe que o sistema feudal é um entrave ao desenvolvimento de novas forças e possibilidades de desenvolvimento de suas potencialidades enquanto classe. A permanência, por exemplo, de critérios tradicionais relacionados à linhagem familiar e nobiliária para o acesso ao poder a impedia de assumir o Estado e, com isso, destravar as amarras que impediam novas oportunidades políticas e de negócio. Estrategicamente, então, a burguesia se alia às classes populares para realizar o processo revolucionário com o objetivo de destruir a velha ordem feudal. Isso fez da burguesia, no processo histórico europeu, concretamente, uma classe com a qual houve possibilidades de aliança para a efetivação da mudança social na passagem do mundo social marcado por relações sociais feudais ao mundo moderno.

Na América Latina, ocorre a transposição mecânica da forma de compreensão do papel histórico revolucionário da burguesia. O PCB, desse modo, passará a defender que a burguesia brasileira, praticamente espelhando o caráter da burguesia europeia, também tinha um caráter revolucionário (MAZZEO, 2022). A Revolução (socialista) brasileira seria, então, realizada, em um primeiro momento, em aliança com ela. Não se passaria da condição feudal diretamente à condição socialista. Entre um momento e outro, a revolução burguesa iria acontecer, como etapa indispensável do processo histórico revolucionário de libertação nacional (MAZZEO, 2022).

O debate que se desenvolveu no interior do partido comunista sobre as características históricas fundamentais da burguesia brasileira, certamente, é mais amplo e rico do que foi apresentado aqui de forma sintética. O que interessa, para nossa apresentação do período que compreende os anos de 1968-1974, é que essa questão estará presente no processo de divisão da esquerda brasileira nesse momento (MAZZEO, 2022).

A vitória, em 1959, da Revolução Cubana – que a partir de 1961 se declara publicamente socialista - tinha sido conquistada no confronto armado com o Estado cubano. A esquerda brasileira, em seu conjunto, para muito além das organizações clandestinas, acompanha esse processo, o qual, na sua perspectiva contribui para a compreensão de que a luta armada era um expediente legítimo da ação política, quando de momentos de radicalização da luta de classes, como o Brasil vivia desde o início dos anos 60, radicalização que deitava suas raízes na década de 1930. Esse processo de intensificação do conflito de classes, portanto, era há tempos sentido pela esquerda brasileira. Não foi algo que pegou de surpresa esse grupo político (MAZZEO, 2022).

No interior do PCB, começam a surgir críticas, antes mesmo dos anos 60, acerca da insistência em não se avaliar a possibilidade da luta armada caso a conjuntura política e social do país a exigisse. Fato é que, quando o golpe é desferido pelos militares em 1964, não havia um esquema pensado e elaborado de resistência à ele. Lembremos, o próprio João Goulart, provavelmente, não resistiu ao golpe justamente porque à esquerda brasileira ele não pode recorrer como força de resistência. Não ia realizar a resistência sozinho (MAZZEO, 2022).

O partido, diziam alguns de seus militantes, possuía uma leitura errada da realidade nacional, e por isso estava errando em sua prática política. Esse erro acerca da análise da realidade brasileira estava relacionado à concepção de burguesia à qual o PCB possuía. Essa imagem, era tributária do debate intelectual do partido, fortemente influenciado pela orientação do marxismo mecanicista da III Internacional, anteriormente apresentado. É aqui que a concepção de uma burguesia nacional aliancista não se verificava na realidade concreta do país (MAZZEO, 2022).

Quem dará voz, oficialmente, à essa crítica é o geógrafo marxista Caio Prado Júnior (1907-1990), que a apresenta como tese no V Congresso do PCB em 1960. Essas teses depois seriam publicadas em um livro de título *A Revolução Brasileira*. A tese de Prado ia na contramão da suposta existência de uma burguesia nacional. Caio Prado defende que desde os tempos do Brasil Colônia, se constitui no país uma burguesia mercantil que não possui um projeto nacional, de desenvolvimento do Brasil. A revolução brasileira, assim, não se faria em aliança com essa classe, justamente porque ela, como o PCB acreditava, não existia. A revolução brasileira seria uma revolução democrática de corte socialista, levada à cabo pelos comunistas e os trabalhadores. Prado, contudo, tem suas teses derrotadas no congresso. Isso aprofunda a percepção de que o partido efetivamente adotava uma linha teórica e prática incorreta frente à realidade da luta de classes brasileira (MAZZEO, 2022).

Por sua vez, esses críticos teriam sua visão confirmada com a efetivação do golpe de 1964, quando a burguesia nacional se alia com a burguesia estrangeira, e acaba traindo a sociedade brasileira. Seus militantes culpam o partido pela “desmobilização dos trabalhadores no momento do golpe” (ROLLEMBERG, 2019, p. 61). Diziam mais, acusavam o PCB de ter, do período que vai dos anos 30 aos anos 60, realizado um movimento em direção à uma posição reformista, não raro se aliando com a direita, na figura do getulismo, em alguns momentos de sua história. “Assim, os interesses burgueses

continuavam impondo-se, em troca de favorecimentos econômicos imediatos” (ROLLEMBERG, 2019, p. 61) à classe trabalhadora.

No início de 1961, ainda antes do golpe, muito influenciado pela vitória da Revolução Cubana, ocorre, então, a primeira ruptura no partido, e surge a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária). Foi a primeira organização marcada pela escala de pouquíssimos indivíduos, típica do período. Como dissemos, o número de pessoas engajadas nessa forma de ação política era inversamente proporcional à espetacularização de suas ações. A ORM-POLOP reunia, em seu início, em torno de vinte pessoas, dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Dela, surgirão outros grupos, em um processo de constante fragmentação político-ideológica, de rupturas e rupturas das rupturas (REIS, 2007).

Para além da fragmentação, esses grupos tinham em comum a intenção de recuperar o marxismo-leninismo como ideologia orientadora da ação política. Essa posição legitimava para esses grupos a opção pela luta armada. A Revolução Russa era o horizonte originário de ação política desses grupos. Também, esses grupos pensavam-se enquanto vanguarda, a liderança que encabeçaria a coordenação das classes trabalhadoras na efetivação do processo revolucionário. Sobre o tema da vanguarda também havia discordância quanto à forma que a ação política deveria tomar, tais como as discussões sobre a guerrilha urbana e rural e o foquismo (REIS, 2007).

Era tarefa da vanguarda política de esquerda trabalhar a *consciência* da classe trabalhadora, em direção à *necessidade* da revolução brasileira. Esse tópico vinha do importante debate no interior do marxismo acerca do papel da consciência no processo de mudança social. Esse tema está, certamente, nos escritos de Marx e Engels, mas ganha força mesmo com a publicação do livro *História e Consciência de Classe*, escrito entre 1919 e 1922, e publicado um ano depois, em 1923. Seu autor é o marxista húngaro György Lukács (1885-1971).

A POLOP, no contexto do golpe em 1964, decide por organizar uma guerrilha como forma de resistência aos militares. Seus militantes se reúnem em Copacabana, no Rio de Janeiro. Porém, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1957, e que passava a ser o centro de referência do governo no levantamento e organização da repressão social (FIGUEIREDO, 2015), desbarata a tentativa do grupo. Na transição do ano de 1966 para o ano de 1967, militantes da POLOP aderem à Guerrilha do Caparaó, uma tentativa guerrilheira que foi liderada por outro grupo surgido no período, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

O MNR era formado essencialmente por militares que haviam sido cassados pelos AIs do regime militar. Eles decidem pela luta armada, influenciados por Leonel Brizola que estava, nesse momento, exilado no Uruguai, junto de Jango. Esse grupo chegou a ter apoio de Fidel Castro, e alguns de seus integrantes foram à Cuba realizar o treinamento de guerrilha. Lá, entraram em contato com o método foquista, que basicamente defendia a constituição de pequenos focos guerrilheiros, os quais iam somando forças no desenvolvimento da luta contra seus oponentes. A luta vitoriosa da Revolução Cubana tinha sido desse tipo. Em 1966, eles tentam um foco guerrilheiro próximo ao Parque Nacional do Caparaó, em Minas Gerais. Em 1967, a polícia militar desse estado descobre a tentativa e prende os militantes nela envolvidos. Pouco a pouco, todas as iniciativas armadas desse período entre 1968 e 1974 serão derrotadas. O governo tinha nas mãos um amplo aparato institucional para a repressão social, constituído especialmente de 1964 à 1968.

Em 1967, em Minas Gerais, é criado o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a partir de uma ruptura da POLOP. Esse era um caso de ruptura da ruptura, que anteriormente citamos. A POLOP vinha da ruptura com o PCB, e ela própria, ao se romper, cria uma nova organização. A ex-presidente do Brasil, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff inicia na luta armada neste grupo, o COLINA.

A COLINA realiza uma série de iniciativas políticas. De sua formação à primeira ação armada leva dois anos. Quando falamos da formação desses grupos, porém, estamos falando de um processo instável, porque eles se deram sempre sob o peso da repressão. Articular ações levava tempo justamente porque a comunicação entre seus integrantes era errática. Muitas vezes, encontros planejados tinham que ser desfeitos por decisões unilaterais de seus integrantes, sem a possibilidade de comunicar aos outros da impossibilidade de reunião em virtude, normalmente, da suspeita de se estar sendo seguido. Para não colocar em risco os outros integrantes do grupo, se desistia. No calor da hora, da comunicação com os outros militantes. Isso ainda era mais difícil quando se tratava da comunicação intermunicipal e interestadual. Não raro, também, muitos militantes não conheciam todos os integrantes de sua organização, por uma questão de segurança. Isso vale até hoje. Muitos deles não sabem até os dias atuais quem foram seus companheiros na luta contra a ditadura.

A primeira ação da COLINA ocorre, então, em 1969. A organização realiza um atentado ao sindicato dos bancários, que estava sob intervenção da ditadura em razão da greve que a categoria realizava nesse ano. Seus militantes lançaram bombas nas

residências de um delegado de polícia e do interventor federal envolvidos na intervenção. Segundo a organização, essa ação era para demonstrar apoio ao movimento grevista, que vinha duramente sendo reprimido pelo governo.

O grupo também acaba por assassinar, em julho de 1968, o major alemão Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagen (ex-combatente do exército nazista na II Guerra Mundial), que é confundido com o major boliviano Gary Prado, o qual estava envolvido na morte de Che Guevara pelas forças do Estado na Bolívia em 1967. Os militantes João Lucas Alves, Severino Viana Colon e José Roberto Monteiro realizaram a ação. A confusão aconteceu em virtude de que ambos majores estavam no país realizando um curso na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, no Rio de Janeiro, próximo ao Jardim Botânico da cidade. O governo, então, intensifica a repressão sob o COLINA, e tem dois integrantes, responsáveis pela morte de Edward, capturados, torturados e mortos nas instalações do DOI. Amílcar Baiardi foi o militante que ficou responsável por redigir o texto no qual o grupo iria assumir o atentado. Mas, frente à confusão nas mortes, eles não assumem. O que, em realidade, não importava muito para a ditadura em se tratando da repressão social.

Em Belo Horizonte, o grupo é desarticulado em ações que foram comandadas pelo coronel do Exército Octavio Medeiros. Dessa repressão, o COLINA se desfaz, e alguns de seus integrantes que conseguiram escapar da ditadura vão se unir à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) ainda em 1969, formando a articulação de ambas, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). A dinâmica de rupturas e produção de novas identificações, que levavam à formação de novos grupos a partir de outros já existentes, se verifica no caso da fusão da COLINA com a VPR. A existência curta no tempo do COLINA seguia a regra acerca desses grupos naquele período, que duravam muito pouco tempo em virtude da eficiência da repressão social.

A VPR, por sua vez, se forma em 1966, pela reunião de dissidentes da POLOP com militares do MNR (REIS, 2007). O MNR acaba em 1967. Entretanto, essas datas de “início” e “fim” das organizações também são sempre imprecisas, em virtude de não serem início e fins formais, mas fruto da dinâmica entre a repressão e os militantes. Uma organização deixava de existir pelo simples fato de que seus integrantes não conseguiam mais se comunicar ou parte deles tinha “caído”, como os próprios militantes relatam. Isso serve para chamar atenção aqui de que, quando tratamos desse momento da ditadura onde a repressão política se intensifica, é muito difícil lidarmos com datas precisas de quando algo começava e/ou terminava.

A VPR, mesmo tendo se “desfeito” e constituído, na fusão com o COLINA, em VAR-Palmares, nome que homenageava o quilombo de Palmares (REIS, 2007), símbolo de resistência social no período escravista, posteriormente volta a se organizar, “saindo” novamente da VAR-Palmares. O caso de constituição da VAR-Palmares, com a posterior reorganização da VPR, que em teoria havia deixado de existir, indica a dinâmica de instabilidade desses grupos políticos.

De sua fusão com o Comando de Libertação Nacional (Colina), deu origem à VAR-Palmares (em homenagem ao Quilombo dos Palmares). A VPR se recompôs posteriormente, deixando a VAR-Palmares. Com forma de financiar sua luta, a VPR realizou diversos roubos à banco, os quais a organização chamava de expropriações. Ela realizou, também, o sequestro de autoridades estrangeiras no Brasil, como estratégia para abrir algum canal de negociação com a ditadura. Essa tática chamava a atenção dos governos dos respectivos países das autoridades sequestradas para o nível de repressão social existente no Brasil daquele período. Principalmente, para pressionar o governo a libertar presos políticos. No mês de março de 1970, em São Paulo, a organização sequestra o cônsul do Japão, Nobuo Okuchi. Em dezembro do mesmo ano, sequestram o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.

Em 1970 ainda, a VPR organiza um treinamento de guerrilheiros no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. A área é descoberta pelo DOI-Codi, e a partir daí o governo mobiliza tropas para desmantelar a organização.

Essa tática de sequestro de autoridades estrangeiras não era nova no conflito político entre a esquerda e o governo militar. No segundo semestre de 1969, a Dissidência Comunista da Guanabara, organização que logo adota o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), sequestra o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Desse sequestro, participa também a Ação Libertadora Nacional. Esse sequestro também foi acompanhado de perto pela mídia, que torna pública, na ocasião, a existência da ALN. Esse sequestro inaugura uma nova possibilidade de ação política à oposição à ditadura militar, pois pela primeira vez ele era utilizado como recurso à ação política. Porém, ela não fica sem resposta do governo. Ele edita, em setembro de 1969, uma Lei de Segurança Nacional. Essa lei vai estabelecer a pena de morte no Brasil, de forma inédita (TEIXEIRA DA SILVA, 2019).

Dessa ação, as organizações redigem uma carta que exigia do governo brasileiro a libertação de quinze presos políticos em troca da libertação do embaixador. No manifesto, também, o MR-8 denunciava a tortura que o governo brasileiro praticava.

A carta foi escrita por Franklin Martins, que futuramente foi ministro das comunicações nos governos Lula.

O governo militar, naquele período liderado pela Junta Governativa Provisória, em virtude da morte do general Costa e Silva, cede às demandas da organização. O governo realiza uma reunião com o corpo diplomático brasileiro e com os órgãos da repressão, os quais avaliam a possibilidade do MR-8 matar o embaixador e isso abalar fortemente as relações do Brasil com os Estados Unidos. Os militares, assim, libertam os quinze presos. No que a organização tem a confirmação de chegada dos presos políticos ao México, a organização liberta Elbrick. Porém, na saída da casa onde os militantes estavam usando como cativeiro, seus carros são seguidos pela repressão. Mesmo assim, os sequestradores conseguem a despistar e não são pegos.

A VAR-Palmares, por sua vez, realiza a sua ação mais espetacular em julho de 1969. A organização consegue roubar, na casa do médico Aarão Burlamaqui Benchimol, um cofre contendo em dinheiro mais de 2,5 milhões de dólares. Esse cofre pertencia ao ex-governador do estado de São Paulo, Adhemar de Barros. Aarão era irmão de Anna Gimel Benchimol Capriglione, secretária e suposta amante de Adhemar. O sobrinho de Anna, Guilherme Schiller Benchimol, era da organização, e repassa à informação da existência e localização do cofre à VAR-Palmares.

Em 1969, a organização planeja o sequestro do ministro Delfim Neto, naquele então o civil mais poderoso da ditadura militar, pois comandava a pasta da Fazenda. Delfim tinha relações importantes com o empresariado nacional, apoiador do governo. Porém, essa ação não ocorre. Semanas antes dela militantes da VAR começaram a ser presos pela repressão. Dilma Rousseff chegou a ser acusada de que iria participar dessa ação, mas ela diz que nunca chegou a tomar conhecimento desse plano. Provavelmente em virtude da dificultosa comunicação a que já nos referimos. Ideias e planos naquele contexto eram abandonados muitas vezes antes de serem discutidos coletivamente dentro das organizações.

No ano de 1972, a VAR-Palmares, juntamente da ALN (da qual logo falaremos), assassinaram o marinheiro inglês David Cuthberg. Comemoravam-se os 150 anos do processo de independência do Brasil, realizado em 1822, e representantes da Marina da Inglaterra estavam no país para acompanhar as comemorações que o governo militar preparava. Exemplar da radicalização política em âmbito mundial daquele contexto, as organizações arremessam panfletos dentro do carro onde ele havia sido morto à tiros, os quais diziam que o ato realizado pelos brasileiros era em apoio à luta dos

irlandeses do Exército Republicano Irlandês, o IRA, contra o domínio britânico. O ato havia sido feito “em solidariedade” à luta do IRA. Meses depois, integrantes da VAR-Palmares são mortos pela repressão no Rio de Janeiro. A partir de 1972, porém, a organização será completamente desmantelada pelo governo, tendo suas lideranças assassinadas nos porões dos órgãos repressivos.

Cabe destacar ainda, na apresentação do contexto de radicalização da ação política do final dos anos 60 e meados dos anos 70 no Brasil, aquela que talvez seja a mais conhecida organização da luta armada do período: a ALN, liderada pelo comunista baiano Carlos Marighella. Marighella, assim como muitos militantes desse período histórico, inicia sua vida política em torno da década de 1930. Se filia ao PCB e vive intensamente a vida política do partido e, conseqüentemente, do país. Na década de 60, ele irá romper com o partido por sua recusa em apoiar a luta armada como estratégia possível à ação política para a esquerda brasileira. A ALN surge de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro.

Segundo Rollemberg (2019), Carlos Marighella participa, em meados de 1967, da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas). Essa conferência discute as possibilidades de levar a revolução aos outros países da América Latina, na esteira da vitória revolucionária cubana. É nesse momento que Marighella rompe com o partido comunista, contrário à luta armada. Com a derrota do MNR, o qual recebia o apoio de Cuba, Marighella irá estreitar os laços com o país governado por Fidel Castro, que procurava novas possibilidades para a luta guerrilheira no continente. De 1967 à 1970, vários militantes irão à Cuba receber o treinamento de guerrilha naquele país. A ALN foi uma das principais organizações a apostar no foquismo no Brasil.

Contudo, as relações entre Cuba e a ALN, especialmente com a figura de Marighella, não foram sempre tranquilas. Marighella prezava, acima de tudo, pela autonomia que a organização teria que ter, pois ela atuaria em um contexto social, político e geográfico completamente diferente de onde tinha se dado a luta cubana. Ele sabia que tentativas de imposição de estratégia para a luta política por instâncias superiores, no interior do movimento comunista internacional, tinha produzido, por exemplo, a derrota do PCB contra os grupos conservadores brasileiros. Isso se deu, também muito em virtude do PCB estar ligado de forma umbilical às diretrizes da III Internacional.

Assim como a VPR, que com a ALN forma a dupla de organizações mais destacada em termos das ações armadas realizadas no período, a ALN realizou assaltos à instituições bancárias e sequestros de autoridades, com o intuito de trocar sua libertação

pela liberdade de presos políticos. Dentro do limite de atuação daquele contexto, essa estratégia de ação política, predominou no horizonte imediato dos militantes da luta armada, que sabiam que nos cárceres da ditadura seus companheiros estavam sendo torturados e mortos. Um dia a mais ou a menos preso, poderia significar a separação entre a vida e a morte para muitos deles.

Nesse sentido, dos quatro sequestros de embaixadores realizados pela esquerda brasileira naquele período, a ALN participa de dois deles. O primeiro foi o do embaixador estadunidense Charles Elbrick, em conjunto com o MR-8. Depois, o do embaixador alemão Ehrefried Von Holleben, que consegue a libertação de mais 44 presos políticos. Ambas foram vitórias importantes da esquerda contra o regime militar, em um momento de completo fechamento das vias institucionais à oposição política.

Em 1969, acompanhado sempre de perto pela repressão, Carlos Marighella acaba sendo morto em uma emboscada organizada pelo delegado da polícia paulista, Sérgio Paranhos Fleury. Fleury se tornaria o mais famoso torturador daquele período. Depois da morte de Marighella, o jornalista paulista Joaquim Câmara Ferreira assume a liderança da ALN. Joaquim, por sua vez, morre em outubro de 1970, após ser torturado pela repressão, em São Paulo. Em 1971, dissidentes da ALN, os quais tinham realizado treinamento guerrilheiro em Cuba, criam o Movimento de Libertação Popular (Molipo). Mais uma vez, um pequeno grupo surgindo de outro pequeno grupo, embora a ALN tenha sido uma das maiores organizações de esquerda no contexto da ditadura militar. Do Molipo, grande parte de seus militantes foi morta até 1974, ano em que o governo brasileiro tinha desmantelado praticamente todas as organizações clandestinas de esquerda surgidas a partir da década de 1960 no país, com ou sem conexões internacionais. À exceção da Guerrilha do Araguaia.

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro brasileiro que tem características distintas das organizações que até aqui apresentamos, em virtude de sua matriz ideológica orientadora ser ligada à influência do pensamento de Mao Tsé-Tung e à forma com que a luta social foi desenvolvida pelos comunistas chineses, até a vitória da Revolução Chinesa em 1949. Essa influência remonta à divisão produzida na esquerda brasileira a partir da ruptura sino-soviética, nas relações entre a União Soviética e a República Popular da China, a partir de tensões surgidas entre eles durante os anos 50. Entre 1956 e 1957, essas tensões chegam ao ápice, e se tornam públicas em 1960 (ROLLEMBERG, 2019). Essas tensões, por sua vez, eram ligadas às diretrizes que a III Internacional, sob o stalinismo, colocavam ao processo revolucionário chinês. Aqui, com

suas especificidades, ocorria processo semelhante às diretrizes da Internacional ao PCB. Em síntese: tentativas de imposição da direção do processo revolucionário, específico de cada país, por parte da entidade organizativa dos comunistas em âmbito mundial, comandada por Moscou.

O fato é que a ruptura entre Moscou e Pequim representou uma nova possibilidade de ação política aos comunistas no mundo todo, até então presos na ortodoxia soviética (ROLLEMBERG, 2019). O maoísmo se apresentava como uma nova possibilidade político-ideológica. O PCB, seguindo às orientações da Internacional havia abandonado a luta armada como estratégia política. A vitória dos comunistas chineses tinha se dado, assim como em Cuba, justamente por causa da luta armada, na estratégia de luta prolongada defendida por Mao. Essa estratégia, basicamente, defendia a necessidade de, de alguma forma, os revolucionários manterem o apoio da população, a qual auxiliará os revolucionários na guerra contra seus oponentes. Essa guerra muito provavelmente será uma guerra de um longo período de anos. Com isso, a vitória da revolução tinha que necessariamente levar em conta o apoio (sustentado) das pessoas para a causa revolucionária.

Em fevereiro de 1962 é convocada, por uma dissidência do PCB, a Conferência Nacional Extraordinária. Esses dissidentes votam e aprovam um estatuto novo ao partido recém-criado. Elegem, também, um novo Comitê Central e passam a se proclamar como o seguimento do PCB, mas usando uma nova sigla, PC do B. Esse racha se origina de uma série de críticas e diferenças internas dos militantes do PCB contra as denúncias surgidas a partir do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, três anos após a morte de Josef Stálin, pelo Secretário-Geral do PCUS, Nikita Khrushchov (1894-1971). Khrushchov passa a denunciar os crimes cometidos por Stálin enquanto esse governou a URSS. O 20º Congresso estremece o movimento comunista internacional. Nele, é definida a linha pacífica para os processos revolucionários ao longo do globo, na concepção etapista, que primeiro deve responder à uma luta para desestruturar o sistema feudal e posteriormente a dominação imperialista sobre os diferentes países. Isso, como já vimos, se aplica ao Brasil. A insistência do PCB em não orientar os comunistas à luta armada se relaciona com o reforço dessas orientações no 20º Congresso.

A divisão interna do PCB se efetiva quando, também, o partido altera o seu nome de “do Brasil”, como originalmente era, para “Brasileiro”, retira de seu programa político qualquer referência ao marxismo-leninismo. Por isso, o novo partido, coloca “do

Brasil” no nome, porque ele assim originalmente o era. Os dissidentes, liderados por três importantes comunistas brasileiros, João Amazonas (1912-2002), Maurício Grabois (1912-1973) e Pedro Pomar (1913-1976), saem do partido fazendo uma crítica “à esquerda” ao PCB. Essa crítica era uma crítica direcionada ao revisionismo no interior do movimento comunista, que naquele então se configurava como uma crítica ao período stalinista. Os dissidentes denunciam o PCB, e por tabela o movimento comunista internacional, de estar passando por um processo de direitização. Os três comunistas citados acima acabam sendo expulsos do partido.

Essa ruptura se dá em um contexto em que, no sistema internacional, o maoísmo era uma nova possibilidade à esquerda. Acerca da crítica da linha pacífica, o PC do B olha para a experiência dos comunistas chineses. Se a Revolução Chinesa tinha sido vitoriosa a partir de uma longa luta de guerrilha, a vitória seria armada, e não pacífica. Militantes do PC do B, dias antes do golpe de 1964, foram à China e lá realizaram treinamento político-militar (ROLLEMBERG, 2019).

A Guerrilha do Araguaia se materializa dessa percepção de parte dos comunistas brasileiros. A guerrilha que tinha se desenvolvido para atuação urbana tinha muita influência do voluntarismo dos guerrilheiros cubanos. O foquismo se aplicava tanto às áreas rurais quanto às áreas urbanas, mas era pensada estrategicamente para uma luta política rápida, de curta (ou curtíssima) duração. Era pensada para se tomar o poder quase que de assalto. O maoísmo, ao contrário, trabalhava com uma percepção de conflito longo, fruto da experiência concreta dos comunistas chineses. Sobre isso, também:

Até 1969, o PC do B atuou, simultaneamente, no campo das lutas legais e clandestinas. Somente a partir de 1969, centrou-se na defesa da luta armada, embora a defendesse desde 1962. Entretanto, opunha-se ao foquismo cubano devido ao caráter militarista e ao desprezo da participação dos movimentos sociais e da direção do partido [...]. Respaldo no maoísmo, o PC do B definia que a luta armada deveria ser desencadeada do campo para as cidades, priorizando a construção do partido nas áreas rurais. Esta posição poupou o PC do B da dizimação da qual as demais organizações foram alvo e explica a razão pela qual entre 1972 e 1974, era a única que continuava a fazer a luta armada: a Guerrilha do Araguaia, região ao sul do Pará de onde se iniciaria a guerra popular (ROLLEMBERG, 2019, p. 69).

Essa guerra popular seria a guerra prolongada brasileira. Em virtude dessa perspectiva de que a luta contra a ditadura duraria um longo tempo, a Guerrilha do Araguaia tem seus primeiros movimentos no final da década de 1960. A perspectiva da chegada da vitória provavelmente viria na década seguinte. A ditadura, de conhecimento dela, a partir de 1972 mobiliza esforços para a dismantelar. Em 1972, praticamente todas as organizações da luta armada, ainda mais as que atuavam no espaço urbano, já haviam

sido desfeitas pelos militares. O Araguaia dura um pouco mais porque se instala em uma área interiorana, rural que, em comparação às cidades, era uma área de difícil acesso, o que por sua vez dificultava o trabalho de logística da repressão. Quando ela chega e realiza suas primeiras ações, os mais antigos militantes que se envolveram nesse foco guerrilheiro já estavam ali há mais ou menos cinco ou seis anos, preparando a guerrilha.

A guerrilha nunca ultrapassou o número de cem militantes envolvidos com suas ações. A repressão por sobre ela foi tão intensa que menos de vinte pessoas sobrevivem. Entre os sobreviventes estava o futuro presidente nacional do PT, José Genoíno. Ele foi detido em 1972, no primeiro momento da repressão sobre o Araguaia. A repressão à essa tentativa guerrilheira foi na fase mais violenta do regime militar, sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), terceiro presidente militar e representante da linha-dura do Exército. Houve vários confrontos entre as forças da repressão e os militantes do PC do B, com um saldo negativo aos últimos. A maioria deles foi morta em confronto ou após suas prisões pelos militares. O momento final da repressão ao Araguaia ocorre entre 1973 e 1974, a partir de quando a tentativa guerrilheira está completamente desmantelada. Entre seus participantes, há alguns militantes que são considerados desaparecidos políticos. O fim do Araguaia marcava, em definitivo, a luta armada no país.

A Guerrilha do Araguaia, diferentemente das guerrilhas urbanas, ficou em grande medida desconhecida da sociedade brasileira naquele então. O governo realiza a repressão física e, mais ainda, impõe pesada censura sobre o tema nos jornais. Informações sobre ela, apareceram, com posteriores estudos lançados, quase vinte anos após sua ocorrência, no contexto democrático da Nova República.

No tocante à luta armada como forma de ação política mobilizada por parte da esquerda brasileira contra a ditadura militar, outras organizações surgiram, não apenas as que apresentamos aqui. As que trouxemos nessa breve análise são as mais representativas e exemplares da radicalização da conflitualidade política daquele período. Praticamente todas elas foram resultado de discordâncias, as quais produziam rachas em grupos tradicionais da esquerda brasileira até os anos 1960, especialmente o PCB, que hegemonizava esse campo político no período histórico analisado. Exemplos de outras organizações que surgiram no período, poderíamos citar: a Ala Vermelha do PC do B, a Ação Popular e o Partido Operário Comunista (REIS, 2007).

Entre as causas, que são diversas, para a derrota e o fim das tentativas de resistência armada contra a ditadura, Rollemberg (2019) imputa duas questões principais:

do lado dos militantes, o descolamento de sua luta do conjunto da sociedade brasileira e a tortura como ferramenta de obtenção de informações e, com isso, eliminação dos militantes e suas organizações. No caso da primeira, a separação produzida entre a luta armada e a sociedade brasileira é relacionada, em grande medida, com a concepção da luta de “vanguarda”, que direcionava o início da luta à um pequeno grupo político que com o tempo produziria as condições da consciência da necessidade da luta para o conjunto da sociedade. Isso não ocorreu (ROLLEMBERG, 2019). A segunda foi possível, por sua vez, pelo processo de aperfeiçoamento da institucionalidade da repressão que desde 1964 vinha sendo constituída. Quase dez anos depois, especialmente no caso do Araguaia, essa institucionalidade se apresentou em toda sua “eficiência”.

O fracasso das experiências de luta armada contra a ditadura, aos poucos, deslocará a compreensão de que a derrota da ditadura não viria a partir de uma derrubada do governo com base na força (TEIXEIRA DA SILVA, 2019). As consequências sociais e humanas dessa luta fará com que a oposição política ainda existente na institucionalidade se concentrasse na política clássica de articulações e negociações com a ARENA, aguardando, mesmo sem deixar de pressionar o regime, a conjuntura política melhorar. Se percebia que o espaço institucional era a única via possível de oposição ao regime, pelo menos naquele momento. Essa conjuntura melhor não demoraria a surgir, em meia década a sociedade civil brasileira voltaria a atuar fortemente, e essa oposição institucional seria um canal relevante na mediação e articulação das lutas das ruas com o poder institucional, de âmbito decisório.

A partir de 1974, até 1985, uma série de eventos, abarcando as presidências dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) (substituto de Médici) e João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), sucessor de Geisel e o último dos presidentes militares, colocariam fim à vinte e um anos de regime ditatorial no Brasil. Esse momento, analisamos na parte final do presente capítulo.

3.3 De meados da década de 70 à abertura – tensões entre o poder e a ação política da sociedade civil

O período que vai de 1974 à 1985 é caracterizado por dois movimentos que, pouco a pouco, irão se inter-relacionar e influenciarem-se mutuamente. Um no âmbito do

poder e da institucionalidade, e outro na ação política e na luta social no seio da sociedade. Sob essas duas dimensões pesaram, sem dúvida, mudanças importantes no contexto político internacional das décadas de setenta e oitenta no grande contexto da Guerra Fria. A inter-relação dos acontecimentos produzidos no cenário internacional com a dinâmica social e política brasileira do período será permanente.

Da articulação desses três (amplos) fatores, segundo Teixeira da Silva (2019, p. 316) se produz uma situação que pode ser descrita como de “crise das ditaduras”, que levariam ao seu fim. Resistência social, desde o golpe de 1964, havia se produzido. Porém, nenhuma dessas iniciativas, articulada com outras dimensões da vida social e política, tinha conseguido abalar as estruturas dos regimes militares, não só no Brasil, mas pelo continente sul-americano. Essas crises terminais se produziriam, então, durante os anos setenta e os anos oitenta.

No ano de 1974, o regime iniciado em 1964 estava completando dez anos de existência. Desde a instalação aberta do modelo ditatorial, ancorado no AI-5, a sociedade brasileira podia votar diretamente apenas para deputados, senadores, vereadores e uma parte dos prefeitos do país. Em 1970 realizam-se eleições no Brasil e os grupos de oposição à ditadura com muitos de seus líderes exilados, presos e/ou impedidos⁵⁴, em protesto pregam a abstenção no processo eleitoral, o qual segundo eles era uma fraude e apenas servia para dar um falso verniz “democrático” à ditadura. Nesse contexto, a ARENA obtém uma expressiva vitória eleitoral frente ao MDB. No Legislativo federal, praticamente dois terços das cadeiras da Câmara foram conquistadas pela ARENA, assim como 59 das 66 cadeiras existentes no Senado Federal naquele momento⁵⁵. Em síntese, a hegemonia da ditadura estava garantida pelos próximos quatro anos, até 1974, quando se realizariam novas eleições.

1974, contudo, é o ano que marca uma virada na tendência de apoio eleitoral ao governo na sociedade brasileira. Entre 1970 e 1974 o governo militar praticamente não havia sido incomodado em termos da atuação da oposição na institucionalidade e muito menos em temas de mobilização social. Isso não quer dizer que, na dinâmica social do país, dez anos após o golpe, certo acúmulo de medo, cansaço e insatisfação com o regime não viessem se produzindo. Estavam. E isso se materializará na derrota eleitoral do governo quatro anos após ter visto sua hegemonia, na base da repressão social, confirmada nas urnas. Das eleições realizadas em 15 de novembro daquele ano, o MDB

⁵⁴ Resultado do período de intensificação da repressão política da ditadura.

⁵⁵ Atualmente, são 81 cadeiras.

elege 16 senadores, de 22 vagas disputadas. Por 21 representantes, o mesmo partido acaba não obtendo a maioria da Câmara. Conquista, das 364 vagas em disputa, 161. Esse era o primeiro impulso das “ruas” contra o governo desde as mobilizações de 1968, ímpeto ainda expressado apenas no voto. O governo Geisel, oito meses após iniciado, diferentemente de seus antecessores, terá de lidar com uma maior presença da oposição na institucionalidade.

À esse conjunto de disposições sociais contra o regime militar que vinham se acumulando na sociedade brasileira, e que se expressam na vitória eleitoral do MDB, somam-se os efeitos econômicos, no país, da crise do petróleo, resultada da derrota dos países árabes Egito e Síria para Israel na Guerra do Yom Kippur, em 1973. Esse conflito compõe o (amplo) conflito árabe-israelense devido à instituição do Estado de Israel no território da Palestina em 1948. Os países árabes derrotados, grandes produtores de petróleo, composto base do modelo energético-industrial mundial, aumentam subitamente os preços do barril, provocando um aumento dos juros internacionais devido à maior busca por empréstimos dos países compradores. Esse aumento dos juros no plano internacional diminui os empréstimos ao Brasil, produzindo um desequilíbrio na balança de pagamentos brasileira, a qual se agravará com a continuidade do projeto de protagonismo estatal na economia, iniciado por Médici, e que Geisel continuará.

A crise do petróleo é praticamente ignorada pelo governo Médici, deixando para Geisel a resolução de questões que com ela surgiriam. Diretamente, o aumento do endividamento e da disponibilidade monetária (que levaria à inflação), pressionando, no custo de vida, a classe média brasileira, classe importante de apoio ao governo militar. Disso, o governo Geisel verá o aumento do descontentamento da sociedade civil para com a ditadura, como veremos adiante. Outros fatos do cenário internacional, adentrando a década de setenta (e oitenta), influenciarão no processo de crise terminal da ditadura.

Terminando o governo Médici, do final de 1973 ao início de 1974, chegava o momento dos militares escolherem um novo nome para a presidência da república. Fruto de negociações entre a ala “moderada” e a linha-dura, que havia emplacado os últimos dois presidentes, se chegará ao nome, para a sucessão, do general Ernesto Geisel (TEIXEIRA DA SILVA, 2019)⁵⁶. Seu nome é resultado de negociações entre a linha “moderada” e a linha-dura dos militares. Era a primeira vitória, relativamente tranquila,

⁵⁶ Gaspari (2016) tem uma interpretação diferente, e diz que Geisel foi escolhido de forma unilateral por Médici. Entretanto, na política, mesmo em momentos ditatoriais, dificilmente sucessões de poder se dão de forma monocrática, há sempre um nível de tensão entre os grupos que orbitam o poder.

do projeto que o general Golbery, que tinha em Geisel um aliado, tinha para o processo de abertura política. As vitórias subsequentes da ala de Golbery e Geisel dentro das Forças Armadas não seriam tão simples, a ponto do país presenciar atentados terroristas da extrema-direita militar em resposta ao processo de distensão do regime. Golbery tinha, também, o apoio do irmão de Geisel, Orlando, também general do Exército brasileiro.

O novo presidente, começa, assim, seu governo já com protestos do setor empresarial, historicamente base de apoio do regime, o qual defenderá cada vez mais a diminuição da presença do Estado na economia brasileira. Diante de um quadro de retração econômica nacional, o qual pressiona os salários da classe trabalhadora, que nos anos setenta já vive majoritariamente nas grandes cidades do país onde os custos de vida são mais altos, essa situação, em pouco tempo, estimulará movimentos de protesto e questionamento do governo, dando início à um novo ciclo de lutas sociais no Brasil.

Derrota eleitoral, situação econômica se deteriorando e possibilidade de emergência de mobilização social contra o governo são lidos pelos generais Geisel e Golbery do Couto e Silva como indícios relevantes de que um esgotamento do regime militar estava no horizonte. Com isso, ambos começam a sinalizar a intenção de uma abertura “lenta, gradual e segura” que devolvesse o poder às mãos de representantes civis. Geisel, em seu discurso de posse já diz que tinha a intenção de abrir a ditadura militar. Eles pretendiam fazer essa abertura a partir de um processo de reconstitucionalização do regime militar (TEIXEIRA DA SILVA, 2019), o qual não significava necessariamente a volta da democracia no Brasil, como acabou historicamente ocorrendo. Tanto é que em momentos anteriores, especialmente em 1967, na sucessão de Castelo Branco, e em 1973-1974, na sucessão de Médici, essas reconstitucionalizações foram tentadas, malograram em virtude da vitória dos militares da linha-dura. Esse projeto de reconstitucionalização iniciado por Geisel, especialmente a partir de 1975-1976, como veremos, será o que acabará sendo ultrapassado (e aprofundado) pelo ressurgimento da luta social que, reverberado em parte pela institucionalidade, dará cabo à ditadura e reestabelecerá a democracia (eleitoral) como modelo político no país, processo que descreveremos mais adiante.

A vitória eleitoral, em 1976, do Democrata Jimmy Carter à presidência norte-americana, após dois governos de representantes Republicanos mais conservadores (Richard Nixon e Gerald Ford), ajuda a criar algumas condições para o enfraquecimento das ditaduras militares no cone-sul. Carter altera as diretrizes das relações internacionais americanas, marcadas pelo apoio aos golpes militares na América Latina. Também - e

esse foi um fator expressivo de desgaste da posição belicista dos Estados Unidos no cenário internacional daquele período - a investida, com a consequente derrota, das tropas americanas na Guerra do Vietnã, em meados dos anos setenta. A vitória eleitoral Democrata também é tributária da derrota do país, sob o comando dos Republicanos, no conflito. O desgaste da imagem internacional do país era tamanho que ele havia perdido espaço de influência na Europa, com um relativo avanço das relações da União Soviética e da China com o velho continente (TEIXEIRA DA SILVA, 2019). Na realpolitik da Guerra Fria, isso significava que era preciso novas iniciativas para a retomada dessa influência.

Assim, a necessidade de recuperação da hegemonia global dos Estados Unidos, abalada com derrota militar no continente asiático, impunha uma virada das relações internacionais norte-americanas, que ocorrerá na presidência de Jimmy Carter. O presidente eleito, com o auxílio de seu assessor de segurança nacional, de origem polonesa (por isso o nome “soviético”), Zbigniew Kazimierz Brzezinski (1928-2017), formula como princípio dessa virada à credibilidade. Se pretendia arrefecer a posição de agressividade e imposição bélica dos interesses norte-americanos e passar a defender os direitos humanos como dimensão norteadora das relações internacionais do país. A credibilidade nesse processo viria da não-contradição entre discurso e prática, ou pelo menos a produção de uma aparência de não-contradição. Também, esse elemento de credibilidade pretendia ser produzido por uma espécie de extensão da dimensão moral e ética, que os americanos julgam historicamente ser um elemento central de sua cultura⁵⁷, às relações exteriores do país.

A partir desses princípios da credibilidade e da ética, Carter estende aos países latino-americanos a crítica que era dirigida ao principal opositor dos Estados Unidos no contexto internacional daquele então, a União Soviética. Basicamente, a denúncia americana de que do lado de dentro da Cortina de Ferro ocorriam violações dos direitos humanos e a liberdade de expressão e organização não existiam (TEIXEIRA DA SILVA, 2019). Assim, Carter não dará mais apoio incondicional às ditaduras militares instaladas na América Latina ao longo das décadas de sessenta e início da de setenta, com estímulo e ajuda diplomática, financeira e militar praticamente irrestrita, como haviam feito os três últimos presidentes americanos⁵⁸. O período de apoio à golpes tinha se encerrado. Isso força o governo brasileiro à adaptar-se à essa nova realidade. Geisel, que já vinha

⁵⁷ Segundo Teixeira da Silva (2019), essa ideologia se reveste de uma dimensão mítica.

⁵⁸ Lyndon Baines Johnson, Richard Nixon e Gerald Ford.

acumulando problemas sociais, políticos e econômicos no plano interno, terá também um contexto internacional marcado pela adversidade.

Essa “nova” sensibilidade do governo americano para com a questão dos direitos humanos faz com que o governo Carter, subsidiado por uma série de denúncias de exilados brasileiros em solo americano, advirta o governo brasileiro para que trate dessa questão (TEIXEIRA DA SILVA, 2019). Porém, o presidente Geisel responde, nesse primeiro momento, afrontando as orientações americanas ao Brasil, sob o pretexto de perda de soberania do país às exigências políticas externas, como se isso não tivesse sido a tônica histórica da política brasileira desde há muito. Geisel utiliza a questão da produção energética nuclear para bater de frente com Carter. O governo brasileiro assina um acordo nuclear com a Alemanha, em clara desconsideração à Casa Branca. O Brasil tinha um histórico de compra de empresas americanas nessa área, e o acordo com os alemães desconsidera, intencionalmente, esse histórico. A isso, somaram-se outras questões que friccionaram as relações entre Brasil e Estados Unidos a partir de meados dos anos setenta como, por exemplo, o não-reconhecimento pelo Brasil da China Popular.

O acordo com a Alemanha foi assinado em 1975, e a advertência do governo americano ao governo brasileiro sobre a questão dos direitos humanos ocorre em 1977. É nesse intervalo de um ano e meio, dois anos, em que se produz o relativo abalo entre os dois países, que o governo americano se vê estimulado a ouvir as denúncias dos exilados brasileiros nos Estados Unidos, assim como de outros grupos de pressão acerca dessa questão no exterior e no Brasil. Com relação ao papel do contexto internacional na crise terminal da ditadura militar no Brasil, os anos oitenta reservam outros acontecimentos que, mais adiante no capítulo, analisamos.

A abertura política pode ser sintetizada em um conjunto de medidas tímidas de liberalização do regime militar. No governo Geisel, porém, essas medidas faziam parte de um plano muito inicial, e de muita oposição no interior do próprio Exército, de retirada dos militares, enquanto instituição, do poder. Essa distensão não se realizava por “apreço” democrático do penúltimo general a governar o país, mas como uma tentativa de dar, diante dos sinais evidentes de crise do regime militar, uma saída “honrosa” aos militares do poder, desgastados, principalmente, por dez anos de forte repressão política e ausência de liberdades democráticas.

Nesse sentido, o processo de abertura política contará com dois grupos políticos como agentes principais: o grupo militar constituído em torno dos generais Geisel e Golbery, interessados, como já vimos, na reconstitucionalização do regime; no

plano civil os políticos ligados ao MDB, que naquele momento agregava praticamente toda a oposição política à ditadura existente na sociedade brasileira, da direita à extrema-esquerda (REIS, 2007), o qual paulatinamente ia “renascendo” como polo forte de oposição à ditadura, e políticos ligados à ARENA⁵⁹, de onde partiram intensas negociações em direção à abertura política. Essas articulações se intensificam, especialmente, depois que o partido racha entre dois grupos, liderados, por um lado, por José Sarney de Araújo Costa (1930) e, por outro, por Paulo Salim Maluf (1931) (TEIXEIRA DA SILVA, 2019). Mais adiante veremos o papel desse racha nas articulações políticas que levaram ao fim da ditadura militar.

É da dinâmica do jogo político entre o poder militar e os grupos civis que se processará, e se concretizará, enfim, a abertura política brasileira (rumo à democracia). Ao jogo que se processa por dentro das instituições, somar-se-á a pressão das ruas, que terá na campanha das Diretas Já, em 1983 e 1984, seu ápice. Obviamente, com os militares controlando o ritmo e as diretrizes do processo, e a oposição pressionando para catalisar a abertura política, em uma disputa marcada por avanços e recuos de ambas as partes, típica da disputa política no âmbito institucional. Pode-se dizer que entre 1974 e 1978, sob o governo Geisel, o governo militar esteve à frente do processo de abertura. De 1979, com a campanha da Anistia, à 1985, sob o governo do (oscilante) Figueiredo, a iniciativa do processo de abertura esteve mais nas mãos da oposição civil.

O ponto inicial dessa disputa (cada vez maior) entre o poder militar e a oposição civil institucional, segundo Teixeira da Silva (2019), se dará já no processo eleitoral indireto que elege Geisel presidente, em 1973. O MDB, mesmo sob forte controle do governo, começava a perceber que socialmente havia espaço para lançar uma ofensiva e ir tensionando a ditadura. Essa ofensiva, também, era resultado da heterogeneidade dos grupos ideológicos que atuavam dentro do partido naquele momento. O partido, assim, lança a candidatura do político paulista Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992), em afronta direta ao governo. A candidatura, como esperava o partido, é derrotada pela chapa que elege Geisel. Porém, ainda em 1973, o MDB força a percepção, na população, da participação de um civil concorrendo às eleições. Essa aposta vai se mostrar fundamental, pois no ano seguinte, 1974, como vimos mais acima nesse capítulo, o MDB conquista uma importante vitória eleitoral nas eleições para o poder

⁵⁹ Após a revogação do AI-5, em 1978, e da reforma partidária, que põe fim ao bipartidarismo da ditadura, a ARENA se torna o Partido Democrático Social (PDS). Essa mesma sigla sofreria alterações ao longo do tempo. Hoje, grande parte de seus quadros compõe o Democratas (Dem).

legislativo. A ditadura, munida de informações produzidas por seus órgãos oficiais, percebia apoio social ao governo do general Geisel que se iniciava, momento em que normalmente presidentes tem mais apoio, se vê surpreendida pela vitória da oposição para o Legislativo. Essa vitória do MDB será também o evento que marca um reforço de grupo da linha-dura, que tinha negociado e aceito a nomeação de Geisel como candidato à presidente.

A cisão entre o “projeto” de abertura de Geisel e Golbery e a linha-dura militar se aprofunda. Eles denunciavam que a vitória do MDB favorecia os comunistas, que como estratégia de ação política, em virtude do PCB ainda estar na ilegalidade, tinham se filiado ao MDB para, a partir dele, conquistar parcialmente seus objetivos no interior da abertura política, tal como a anistia aos perseguidos e presos políticos. Os militares consideravam os comunistas aqueles que estavam estimulando o MDB a agir de forma mais efetiva na oposição. Com isso, a linha-dura intensificará os ataques contra eles. Ofensivas da repressão foram realizadas nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. No seio dessa ofensiva, em outubro de 1975, em São Paulo, o Exército levou preso e, sob tortura, matou o diretor de jornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog (1937-1975), militante do PCB. A ditadura divulga que Herzog teria se suicidado na cela em que estava, mas o laudo da perícia paulista desmente a versão do governo. Como o corpo havia sido encontrado, era praticamente certo que o corpo, já morto, havia sido colocado no local onde e na forma em que estava para dar a impressão de suicídio⁶⁰.

A sociedade civil brasileira, meio ano após a afirmação de Geisel de que iria distensionar a ditadura, mas vendo a continuidade da repressão e do terror militar, passa a denunciar Geisel de que suas intenções eram apenas retóricas. O presidente se vê diante de uma encruzilhada, em que é pressionado por setores importantes da oposição social e política à ditadura, e ao mesmo tempo tem que controlar a indisciplina dos oficiais da linha-dura, a qual levou à morte de Herzog. Ele, então, para dar uma resolução rápida, mesmo que parcial, à esse problema, demite o general Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército. E parcial porque uma investigação acerca da morte de Herzog não aconteceu (TEIXEIRA DA SILVA, 2019).

⁶⁰ Herzog era judeu, de família judia do leste europeu. Sua nacionalidade era iugoslava. Sua família foge do leste europeu em virtude do antisemitismo croata. Por ser judeu, sua tradição religiosa orienta que pessoas que tenham cometido suicídio sejam enterradas em um local separado. O corpo, então, é preparado por judeus para o funeral. Nesse grupo, estava presente o rabino luso-americano Henry Sobel (1944-2019), líder da comunidade judaica de São Paulo, que denunciou, também, que no corpo de Vladimir havia marcas nítidas de tortura.

Resultado da impunidade do caso Herzog, a extrema-direita militar inicia uma ofensiva para desestabilizar o processo de abertura política, que naquela altura ainda tinha produzido ações muito tímidas nesse sentido. O que já foi suficiente para a linha-dura partir para o ataque. Começa, em 1976, uma série de atentados à bomba contra a sociedade civil brasileira levados à cabo pro eles. Surgem grupos, como por exemplo a Aliança Anticomunista Brasileira, que provavelmente era composto por militares de menor patente alinhados à linha-dura e dispostos a realizar esses atentados.

Três anos após a crise do petróleo, faziam-se sentir os efeitos econômicos e sociais da forma como o governo havia administrado seus efeitos até então. A crise “adiada” por Médici, começava a comprimir o custo de vida dos brasileiros. Geisel, então, delega ao seu ministro do Planejamento, o paulista João Paulo dos Reis Veloso (1931-2019), um plano para mitigar os (fortes) efeitos da crise econômica. Veloso lança, então, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tem forte caráter desenvolvimentista nacional, e foca na construção de infraestrutura para o país, como estradas e usinas hidrelétricas. Nas relações internacionais, contudo, perdem espaço as empresas estrangeiras, desagradando sobretudo a Casa Branca, pela diminuição da presença empresarial americana em solo brasileiro.

Os três primeiros anos do governo Geisel são, assim em conjunto, de uma produção permanente de pressões e impasses. Em abril de 1977 ocorrerá o que acabou sendo a última tentativa de imposição autoritária da ditadura por sobre o poder legislativo. O MDB, fortalecido pela vitória eleitoral de 1974 e acompanhando a conjuntura desfavorável ao governo, impõe uma série de obstáculos à projetos do governo no Congresso Nacional⁶¹, fazendo com que Geisel feche o Congresso e imponha o que ficou conhecido com o Pacote de Abril.

É nesse contexto que passarão ao primeiro plano políticos que acabariam, pela atuação destacado nesse processo, por simbolizar o fim da ditadura militar no Brasil. A também favorável conjuntura ao MDB, faz com que o político paulista Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992) passe a ser a liderança da oposição, se colocando a missão de bater de frente com as atitudes autoritárias que Geisel, como um presidente militar, também apresentava, e que em momentos de disputa imperava. Dessa disposição de Ulysses em enfrentar a ditadura militar sairia a liderança política que levaria o Brasil à produzir uma nova Constituição.

⁶¹ Esses projetos faziam parte do processo de reconstitucionalização do regime militar.

Ulysses foi o responsável por articular o MDB como grupo para realizar à oposição aos militares, tentando impedir que parlamentares isoladamente fizessem o enfrentamento ao regime. O presidente ainda podia cassar mandatos, pois o AI-5 ainda estava em vigor. Enfrentar isoladamente o Executivo poderia levar a perda, então, dos mandatos, o que significava uma perda importante no poder de fogo contra a ditadura. Ele, entretanto, em virtude dessa disposição de enfrentamento com o poder militar, não foi, no processo de abertura política, a figura que realizaria as negociações com o governo militar. Esse papel foi cumprido pelo mineiro, de longo histórico político, Tancredo Neves, então deputado federal eleito em 1974 pelo MDB. Ambos pressionariam, cada um à seu modo, o governo de Geisel, na catalisação do processo de abertura política. No governo de seu sucessor, Figueiredo, eles ganhariam ainda mais importância.

Se do setor civil vinha a pressão por acelerar o processo de distensão da ditadura, da esfera militar vinham as ações para constranger e até impedir tal processo. Representante da linha-dura dentro do governo, o Ministro do Exército de Geisel, general Sílvio Couto Coelho da Frota (1910-1996), tentando desestabilizar Geisel para se fazer sucessor da presidência da república, denunciava de forma sensacionalista que os comunistas tinham cargos no governo. Geisel, então, diante de mais uma afronta da linha-dura (a primeira tinha sido a morte de Herzog), demite Frota, com o intuito de passar um recado aos militares oposicionistas da abertura de que ele faria valer sua autoridade contra eles. Em paralelo, a crise econômica ia se intensificando e a imprensa de esquerda, diante do clima de abertura, ia denunciando seus efeitos nas condições sociais da população brasileira (TEIXEIRA DA SILVA, 2019).

Em 1978, estoura a greve dos trabalhadores do setor metalúrgico do ABC paulista, a maior campanha grevista da história brasileira até então. O governo, assim, via-se acuado pelos dois polos da luta de classes, o empresariado e os trabalhadores. Também, um conjunto amplo de entidades representativas, de forte expressão da sociedade brasileira, começavam a novamente pressionar o governo militar. O site Memórias da Ditadura, traz uma breve descrição desses grupos:

Além dos estudantes, entidades representativas da classe média, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) romperam com o regime. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade máxima da Igreja Católica no país, também foi importante para a oposição, confirmando o espírito de luta que já dava o tom de muitas comunidades católicas dos bairros populares (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2018)⁶².

⁶² Disponível em: <http://memoriasdeditadura.org.br/panorama-da-resistencia/>. Acessado em: 01/02/2021, às 16:02.

Como resposta à essa e outras pressões sociais, em outubro de 1978, o governo Geisel, finalmente, revoga o AI-5. Mais um passo na abertura do regime militar que, a partir de 1968, havia nele se estruturado para levar à cabo o aprofundamento da repressão, constituindo, de 1968 à 1974, literalmente, um estado de exceção no Brasil. A revogação foi feita através da emenda constitucional nº 11, que em seu artigo 3º revogava todos os AIs que os militares tinham editados. Essa revogação reestabelece o habeas corpus no Brasil. Com ele, prisões arbitrárias – e por conseguinte a prática ilegal da tortura – sofreriam um forte golpe, para desgosto da linha-dura. O fim do mais pesado instrumento da repressão social e política no Brasil impulsionará um novo ciclo de lutas sociais, em virtude da garantia de que sem o AI-5 o recurso à violência arbitrária por parte do Estado se enfraqueceria.

Terminado o ano de 1978, terminava também o governo Geisel. Ele passa à história, assim, como o governo que inicia o processo de abertura política, que segundo ele e Golbery do Couto e Silva, era para ter sido um processo controlado e orientado até o fim pelos militares. O governo de Geisel, contudo, ocorreu ainda em sua totalidade sob a institucionalidade ditatorial, apenas com a revogação do IA-5 como ato mais enérgico nesse processo. Porém, sem o saber, ao escolherem o general João Batista de Oliveira Figueiredo à sucessão presidencial, pelo seu caráter errante e provavelmente impaciente com o ambiente da política, que no parlamento e nas ruas retomava força, acelerarão a abertura política, como veremos.

Em 1979, então, se elege no colégio eleitoral general João Batista de Oliveira Figueiredo, o chefe do SNI do governo Geisel, que disputa contra o general Euler Bentes Monteiro, do MDB. Sua vitória, que dificilmente não aconteceria, garante, assim, a continuidade do processo de abertura política sob comando dos militares. Lembremos, a linha-dura havia praticamente sido derrotada no plano institucional, com a desarticulação deles por parte de Geisel de posições importantes na estrutura do governo. A demissão do general Frota coroa esse processo. O novo presidente toma posse em 15 de março de 1979. Ele governará sob um contexto social e político tão conturbado quanto seu antecessor. O mesmo quadro social de pressão popular e resistência interna dos militares, somado à problemas do contexto internacional.

Porém, na década que se iniciava, dos anos 1980, o país conviveu ainda com os atentados terroristas que, na década anterior, a ala radicalizada dos militares havia iniciado. Esses atentados se intensificam porque foram fechadas, à eles, a possibilidade

de acesso ao poder institucional e principalmente à Presidência da República. Mesmo a linha-dura tentando desestabilizar a lenta abertura política, o general Figueiredo lhe dá continuidade (GASPARI, 2016).

Das ruas vinha, cada vez maior, a pressão pela produção de uma lei de anistia aos perseguidos políticos pela ditadura. Não muito tempo depois do golpe em 1964, em questão de meses, já começam a aparecer na imprensa escrita pressões para anistiar os perseguidos das primeiras listas da repressão levada à cabo pelos militares com o AI-1. Os jornalistas fluminenses Alceu de Amoroso Lima (1893-1983) e Carlos Heitor Cony (1926-2018) são os primeiros a levantar a ideia de anistia na imprensa brasileira. Em 1967 a Frente Ampla (composta por importantes lideranças políticas daquele contexto) lançam uma campanha nesse sentido, e em 1968, a União Brasileira de Mães, entidade criada por mães de perseguidos e desaparecidos políticos, levanta campanha semelhante. Ambas, no entanto, fracassam. Em 1971, um grupo de políticos mais combativos ligados ao MDB, publica a Carte de Recife, documento que inclui, entre suas demandas, uma defesa da anistia aos perseguidos políticos. Em 1973, em seu discurso como “anticandidato” à Presidência da República, Ulysses Guimarães, despontando como liderança central da oposição, diz que o MDB defende a anistia. No final do ano de 1974, dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, reúne pessoas das mais variadas linhas políticas e propõe a organização de uma ampla campanha pela anistia no Brasil. Essas iniciativas não produziram, isoladamente, a anistia legal, mas compuseram o histórico processo de luta da sociedade brasileira em sua conquista.

Com a revogação do AI-5 no final de 1978, a mobilização popular só fazia aumentar. Já em janeiro de 1978, no Rio de Janeiro, se articula o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). A formação desse comitê estimula a formação de outros vários centros de luta pela anistia pelo país, com a campanha ganhando densidade social a partir de 1978, ainda sob o governo Geisel⁶³, em seu último ano. O CBA era composto por uma pluralidade de agentes sociais de oposição à ditadura. Familiares de mortos e desaparecidos no primeiro ciclo de lutas contra o regime - embalados por demandas como informação, reparação e justiça -, liberais, a esquerda brasileira em geral e setores progressistas da Igreja Católica, no embalo da Teologia da Libertação, corrente do

⁶³ Geisel chegou a tentar desestimular a campanha da anistia, de forte potencial de mobilização social, com a revogação de diversos dispositivos repressivos instituídos com o AI-5 e até aquele momento ainda válidos, como tentativa de que a campanha perdesse força e sentido. Não perdeu e a mobilização seguiu forte.

cristianismo crítico com raízes na história da realidade sul-americana. No Brasil, um nome expressivo dessa corrente era o padre catarinense Leonardo Boff (1938), importante intelectual da esquerda humanista católica.

A campanha pela anistia, assim, ganha força. Em agosto de 1979, o presidente assina a lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, que ficou conhecida como a Lei da Anistia⁶⁴, anistiando os perseguidos pelo regime militar. Presos políticos foram libertados e exilados em diversas países do mundo, puderem, com a lei, voltar ao país. Figueiredo a faz de forma monocrática, sem negociar o conteúdo dessa anistia com a oposição. A intenção do presidente era a de retomar o protagonismo político que a sociedade civil vinha conquistando. Em dezembro de 1979, também, o governo edita a lei 6767, reinstituindo o pluripartidarismo no Brasil.

Nesse processo, a extrema-direita militar continua realizando atentados pelo país. Em outubro de 1979, uma bomba explode o carro do jornalista carioca Hélio Fernandes, opositor da ditadura (TEIXEIRA DA SILVA, 2019). Em agosto de 1980, uma bomba explode na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e na sede do jornal Tribuna Operária. Bancas de jornal se tornam alvos de incêndios criminosos, como forma de pressionar a venda de jornais da oposição de esquerda à ditadura, como o Tribuna (TEIXEIRA DA SILVA, 2019). Essa dinâmica de intimidação da linha-dura perdurará, especialmente, por toda a primeira metade da década de 1980. Em 1981, ocorre o fato mais conhecido do terror militar no Brasil. O atentado à bomba no espaço do Riocentro, no Rio de Janeiro, onde estava acontecendo um show em comemoração ao 1º de Maio, Dia do Trabalhador. Uma das bombas que seria utilizada no atentado acaba explodindo no colo do sargento Guilherme Pereira do Rosário, o matando. Guilherme servia no I Exército, no Rio de Janeiro. A sociedade civil pressiona o governo para que investigue o acontecido, mas o governo não o faz. Abre-se uma crise no seio do governo, que é vencida pela linha-dura, daí a não investigação do caso.

A oposição militar, ainda, no contexto da luta pela anistia, pressiona o presidente Figueiredo no sentido de que a anistia deveria incluir também os agentes do Estado, em clara contradição com a essência de processos de anistia pelo mundo. Muitos deles, envolvidos em crimes e violações dos direitos humanos cometidos no período, especialmente na fase mais aguda da repressão sob o governo Médici (1969-1974), tinham autointeresse na anistia. De forma oportunista, se lançaram na “defesa” de uma

⁶⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm.

pauta que havia surgido no bojo das lutas sociais levadas à cabo pela sociedade civil brasileira, para saírem impunes e não precisarem encarar os tribunais na institucionalidade democrática. Por seu turno, esses mesmos grupos acusaram as organização de extrema-esquerda que lançaram mão da luta armada como estratégia de resistência à ditadura de terroristas que também ficaram impunes. O resultado foi, como passou conhecida à história, uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. Um processo que, segundo especialistas, não resolveu a questão central de todo e qualquer processo de anistia política, o perdão e à efetivação da justiça daqueles brasileiros que lutaram contra um Estado autoritário e que suprimiu as garantias e liberdades individuais básicas. Alguns que, por isso mesmo, optaram por formas de luta radicais diante da impossibilidade de vias formais e democráticas de expressão e pressão das arbitrariedades cometidas pelos governos militares.

No contexto internacional, a eclosão da Guerra Irã-Iraque trará um segundo choque no preço do petróleo internacional. Esse conflito foi travado entre o Irã e o Iraque entre 1980 e 1988, em virtude da invasão dos iraquianos – com o objetivo de conquista territorial - no território do Irã, que um ano antes havia realizado uma revolução que colocou no poder os líderes islâmicos xiitas conhecidos como aiatolás, revertendo a influência norte-americana sobre o país. Saddam Hussein (1937-2006), presidente do Iraque, acreditava que o Irã, desorganizado pelo conflito revolucionário não apresentasse condições de resposta à ação militar iraquiana. Porém, o ataque do Iraque é repellido pela Guarda Revolucionária do Irã. O conflito armado, ao longo do tempo, agrega questões nacionalistas e religiosas. A guerra termina, oito anos depois de iniciada, sem um vencedor, e com muitas vidas perdidas em ambos países do conflito.

Em termos econômicos, o cenário internacional é de recessão econômica mundial, que se abaterá nos países da América Latina, entre eles o Brasil, e produzirá a “década perdida”. Nesse contexto, os Estados Unidos aumentam os juros para empréstimos internacionais, e a situação de grande endividamento do Brasil se complica, ainda mais quando da necessidade da busca de fontes de financiamento para os projetos nacionais. O “milagre brasileiro”, com taxas de crescimento do país de mais de 10% ao ano, se encerrava. O governo, mesmo tendo trocado a equipe econômica na transição do governo Geisel, não dá conta da resolução da crise econômica, assiste-se ao aumento da pobreza e o Executivo declara a moratória da dívida externa em 1983. O número de subnutridos, levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 71 milhões, sendo 13 milhões de crianças (TEIXEIRA DA SILVA, 2019).

Se colocava um conjunto de circunstâncias para que a oposição aumentasse a pressão para o fim da ditadura. De 1983 à 1985, Figueiredo perde protagonismo no processo de abertura, o qual passaria a ser protagonizado pela pressão das ruas, em certa medida vocacionada nas instituições pelo MDB.

Em 1983, o deputado federal do MDB do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira (1952-2006) apresenta no Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, a qual objetivava a reinstauração das eleições diretas para presidente da República no Brasil. A sociedade brasileira começa a mobilização para sua aprovação, no que se transforma em uma das maiores campanhas de mobilização social que o Brasil conhece em sua história. A campanha ficou conhecida como as Diretas Já, em alusão à retomada do direito de voto direto para presidente no país. Nas Diretas Já, o jovem Partido dos Trabalhadores (PT), que havia sido criado em 1980, é um dos agentes mais ativos. Mesmo com a ampla mobilização, a PEC é derrotada na Câmara dos Deputados em abril de 1984. Faltaram apenas 22 votos para que a PEC fosse aprovada na Câmara. Como não foi, ela não seguiu ao Senado. A sociedade brasileira pressiona para que a abertura política não fosse somente um acordo de elites políticas.

A proposta de Diretas já representava um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país (TEIXEIRA DA SILVA, 2019, p. 345).

A declaração da moratória da dívida externa brasileira, em 1983, e a continuidade da impunidade dos atentados da extrema-direita militar corroíam a popularidade do general Figueiredo. Setores civis (apoiadores do golpe) e militares abandonavam o presidente, que praticamente imobiliza o governo, pois está também sem recursos para destravar a crise econômica e social. Figueiredo, assim, acaba se isolando e passa delegar funções. Por ausência e inércia, o presidente deixa o espaço livre para que a oposição, nas ruas e nos gabinetes, passe a conduzir o processo de abertura política.

A derrota da PEC das Diretas faz com que a oposição busque uma outra saída para a eleição do presidente do Brasil. O mandato de Figueiredo se encerraria em março de 1985, e parecia não estar no horizonte a vontade de Figueiredo de fazer um sucessor. Sua substituição seria ainda por votação indireta. Será Tancredo Neves quem realizará as articulações para uma espécie de continuidade do processo da abertura por dentro das instituições. Tancredo havia saído do MDB e, em dezembro de 1979, fundado o Partido Popular (PP). Em 1982, Tancredo, levando consigo quadros do PP, o funde ao MDB,

dando origem ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Apesar de o PP possuir certa unidade, de direita conservadora, o governo envia ao Congresso um conjunto de reformas eleitorais que proibiam as coligações entre os partidos e estabelecia o voto vinculado. O eleitor, assim, só poderia votar em candidatos de um mesmo partido. Isso foi produzido pelo governo em razão do receio de crescimento da oposição, que nesse momento já se pluralizava, com o surgimento do PT como um exemplo desse processo. Frente à essa legislação, os quadros do PP deliberam e decidem em se incorporar novamente ao MDB, em 1981. Os divergentes no PP acerca dessa decisão, foram para o PDS, ex-ARENA.

O caráter que tomariam as negociações e articulações para abertura definitiva do regime militar pode ser exemplificado no acolhimento do político maranhense José Sarney pelo PMDB. José Sarney era uma antiga liderança da ARENA e do PDS, defensor do golpe militar em 1964 com histórico público de apoio às medidas mais autoritárias da ditadura. Sarney, por sua vez, volta ao agora PMDB em virtude de um racha que se produz no PDS, pois o paulista Paulo Maluf atropela a intenção de Sarney de concorrer à presidência, lançando ele também sua candidatura. O nome de Maluf tinha força em virtude dele ser apoiado, naquele momento, pela linha-dura, e se ele viesse a ganhar a eleição indireta para presidente, abriria a possibilidade do (lento) processo de abertura sofrer retrocessos, ou mesmo uma transição completamente caótica. O PT, nesse jogo de articulações, critica a posição do PMDB em estar fazendo o jogo das elites políticas que queriam uma transição exclusivamente pactuada, que não produzisse nada em termos de responsabilização militar e civil pelos atos da ditadura, como a lei da anistia a pouco tinha concretizado.

A processo de abertura política passava, assim, das mãos do presidente Figueiredo, que havia sido escolhido por Geisel e Golbery justamente para dar continuidade ao processo iniciado por eles, aos políticos civis que haviam, muitos deles, atuado dentro dos limites políticos impostos pela ditadura nos últimos vinte anos. Em realidade, muitos deles estavam na política até anteriormente ao golpe militar. Tancredo Neves, José Sarney, Paulo Maluf, Marco Maciel, Franco Montoro, Miguel Arraes, Brizola, entre tantos outros. Seria, em síntese, fruto da articulação civil de forças de oposição com políticos ligados ao regime. Os personagens daquela dinâmica da primeira década de oitenta na política brasileira, em termos da oposição ao regime militar, foram vários e de diferentes orientações ideológicas. O projeto maior era a devolução do poder aos civis.

Nesse contexto, ocorrem as eleições de 1985 para presidente, e os militares não lançam candidato. Figueiredo parecia não ver a hora de sair do poder, tanto é que não realizou a cerimônia tradicional de passagem da faixa presidencial para aquele que viria a ser seu sucessor, José Sarney, literalmente abandonando a vida política brasileira. Das eleições realizadas em 15 de janeiro de 1985, sagra-se vencedor no colégio eleitoral o candidato do PMDB, Tancredo Neves, que derrota Paulo Maluf.

Entretanto, em março do mesmo ano Tancredo adoece. Há algum tempo, reclamava de dores abdominais, no que é aconselhado por médicos para fazer alguns exames. Na desconfiança com a extrema-direita militar, Tancredo decide somente anunciar publicamente sua doença no dia 15 de março, no dia da posse, quando estariam em Brasília chefes de Estado de outras nações que acompanhariam a cerimônia de devolução do poder aos civis no Brasil, dificultando qualquer possibilidade de uma nova ruptura institucional. Um mês depois, em 21 de abril, falece aos 75 anos de idade, mais da metade vividos na política. José Sarney, eleito vice na mesma chapa, se torna o primeiro presidente civil do país, mesmo que sob voto indireto, desde 1964.

Na esteira da agitação cidadã da eleição de um presidente civil, a sociedade civil brasileira, incluindo aí partidos como o PT, na defesa da realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, que substituísse a Constituição de 1967 do regime militar por uma que estabelecesse novas bases à institucionalidade e aos direitos civis no Brasil. Se a abertura política seria um processo pactuado, articular uma assembleia constituinte poderia permitir inserir, nesse pacto, algum grau de demandas populares (TEIXEIRA DA SILVA, 2019), um momento em que a própria sociedade civil se diversificava. O próprio Tancredo havia, nas negociações que tinha realizado com as demais forças políticas, se comprometido com um processo constituinte. Mas, acaba sendo José Sarney quem enfim instalará a Assembleia Constituinte.

A partir de fevereiro de 1987 começam os trabalhos no Congresso Nacional, os quais se encerram um ano e meio depois, em 22 de setembro de 1988, com a nova constituição brasileira estabelecendo o sistema democrático-representativo como novo sistema político no Brasil. Ulysses Guimarães, quem dirá que a sociedade brasileira tem “ódio e nojo à ditadura”, foi o presidente da assembleia constituinte que legou ao Brasil a “Constituição Cidadã” de 1988. Com a eleição de Tancredo, o poder voltava à mãos civis, com a Constituição, enterrava-se legalmente mais de vinte anos de institucionalidade ditatorial, derrotando a extrema-direita militar em sua intenção de uma ditadura que não tivesse prazo para acabar.

4. AÇÃO POLÍTICA, REMEMORAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DE AGENTES SOCIAIS NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR

Nesse capítulo procedemos à análise das entrevistas realizadas com oito indivíduos que iniciaram sua ação política no contexto da luta contra a ditadura militar no Brasil, a fim de demonstrar como opera o processo rememorativo com relação à experiência de ação política e, a partir dele, a expressão da subjetivação nesse processo social. Abaixo, apresentamos um quadro síntese dos entrevistados. As características presentes no quadro se desdobram na análise das entrevistas.

Entrevistado	Idade	Formação	Profissão	Gênero	Interior/capital	Inserção na ação política
1	80	Ensino superior	Advogado	Masculino	Interior	Movimento estudantil
2	80	Ensino médio	Aposentado	Masculino	Interior	Brizolismo/PCB
3	72	Ensino médio	Aposentado	Masculino	Interior	Movimento estudantil/PCBR
4	70	Ensino médio	Aposentado	Masculino	Capital	Movimento estudantil/AP
5	73	Ensino médio	Funcionário iniciativa privada	Masculino	Capital	Movimento estudantil/Ala Vermelha do PC do B
6	71	Ensino superior	Professora universitária	Feminino	Capital	Movimento estudantil
7	69	Ensino superior	Político	Masculino	Interior	Movimento estudantil
8	76	Ensino superior	Juíza do Trabalho	Feminino	Interior	Movimento estudantil

Quadro 2: Características dos entrevistados (Elaboração própria)

4.1 Entrevista 1

A entrevista de número 1 foi realizada com um agente que começa a agir politicamente, no contexto da ditadura militar, no movimento estudantil, mas, acompanhando as condições históricas do período, se insere na Vanguarda Popular Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Essa organização surge, assim como outras organizações que optaram pela luta armada, da dinâmica de desagregação da esquerda brasileira no período posterior ao AI-5, em virtude da condição de ilegalidade produzida por esse Ato. A desagregação da esquerda, de seus partidos e movimentos organizados,

desemboca, como relatamos no capítulo anterior, em sua reorganização em diversos grupos de ação armada para fazer frente às forças do Estado no período mais repressivo da ditadura. Após sua ação política na luta armada, vai se inserindo em outros espaços de ação política, como o Partido dos Trabalhadores, onde chega a concorrer a cargo eletivo de deputado, mas não se elege.

Em sua entrevista, o agente começa rememorando o contexto familiar sobre a atuação política de seu pai, sendo essas suas primeiras lembranças acerca da política. Rememora que seu pai foi funcionário da extinta Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS)⁶⁵, a partir de onde seu pai se inseriu na atividade política, sob a influência do trabalhismo e da figura de Getúlio Vargas. Naquele então, no sindicalismo brasileiro militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) atuavam por dentro do trabalhismo, se identificavam como trabalhistas para não serem perseguidos, mas em sua atuação prática respondiam ao PCB. A política assim, se fazia presente em sua casa desde a infância.

Entrevistado 1: [...] eu sou de maio de 1942, e décimo quinto filho do casal né, ele operário, ela dona de casa, ele operário da viação férrea. O pai nessa altura era um militante sindical, com uma consciência muito clara da luta de classes, embora nunca tenha aderido ao comunismo.

Rememora, acerca dessa disputa ideológica, um evento que ocorreu com seu pai, relacionado à participação dele em uma greve dos trabalhadores da Viação Férrea ocorrida em 1936, a qual demonstra a distância de seu pai da ideologia comunista, com a qual ele, futuramente, se identificará. Se produz, na rememoração, um indicativo da identificação política de seu pai que serve à comparação da posição futuramente assumida pelo entrevistado. O sentido da opção do entrevistado começa a ser estabelecido ainda quando ele não está tratando de si mesmo.

Entrevistado 1: [...] o pai tinha participado da grande greve dos ferroviários em 1936, em Passo Fundo ele teve, inclusive eu tomei conhecimento que ele participou de uma assembleia em que os trabalhadores estavam discutindo os problemas dos pelegos, dos fura-greves que faziam com que o trem se movimentasse, e o pai nesse momento ele exercia a função de motorista do engenheiro-chefe, do engenheiro da região, motorista. Os carros da viação férrea eram carros normais que eram adequados para os trilhos, o carro, o chassi né, a parte de baixo, colocava o, rodavam. E eu sempre cresci ouvindo o acidente que o pai teve, em que o engenheiro subiu a barreira, o carro capotou em um trilho, que voou e caiu por cima deles, o pai conseguiu sair, o engenheiro não saiu, e o pai viu um cidadão, um cavalo correndo de perto, pediu socorro e o cara não socorreu, e o engenheiro morreu. E aquilo ficou

⁶⁵ A Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) foi uma empresa estatal controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 1920 e extinta em 1959, a qual ligava praticamente todas as regiões do estado por comunicação férrea, quando foi encampada pela administração federal, a partir da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). A RFFSA, por sua vez, foi uma empresa estatal federal brasileira de transporte ferroviário que cobria boa parte do território nacional, tendo sua sede administrativa na cidade do Rio de Janeiro. A RFFSA foi extinta em 1999.

pesado muito no pai. Eu digo há uns dez anos atrás, minha irmã mais velha, que tinha diferença de mim de vinte e quatro anos, ela contou a história, quer dizer, houve a greve e estavam discutindo o que fazer com os pelegos, porque eles já faziam alguns dias de greve, e, é que o partido na época seriam os comunistas, o partido comunista ou o partido como um todo, teria proposto de descarrilhar os trens e, enfim, de fazer atos mais violentos, e o pai interveio se colocando contra dizendo que qualquer ato que provocasse um acidente grave, morte e tal, ia atingir terceiros, pessoas, passageiros, e não os pelegos, e o pai ganhou a assembleia. [...] e como os comunistas na época atuavam muito dentro do getulismo, não existia ainda o PTB, o pai passou a ser um pouco de inimigos deles.

Acerca desse episódio, o agente rememora que esse ocorrido tem influência na forma como ele foi visto pela família quando ela soube de sua inserção na ação política, identificando-se como comunista. Novamente, a rememoração antecipa a questão de sua opção político-ideológica, na intenção de produção sentidual.

Entrevistado 1: Então quando eu começo a militar e que surge a história que eu sou comunista, isso pesou neles, é algo que eu não sabia, pesou neles porque assim, comunista estava associado à um comportamento belicoso, a um comportamento assassino, matar alguém [...].

Aqui, percebemos a expressão, no processo rememorativo, da descrição de um evento de sua trajetória biográfica que lhe permite elaborar uma relação entre a posição ideológica assumida em determinado momento de sua trajetória e a recepção e percepção, especialmente de seus familiares, acerca dessa opção assumida em determinado momento de sua experiência de ação política. Essa leitura é feita pelo recurso da avaliação retrospectiva, ou seja, de posse de informações já ocorridas, podendo o entrevistado produzir nexos entre passado, presente e futuro, que dão sentido à experiência social que, em si, não possui sentido intrínseco. O sentido é dado pelo agente social, simbolicamente.

Acerca de sua infância, ele rememora a presença da política em sua casa e no estímulo que esse ambiente teve em sua pessoa:

Entrevistado 1: Eu cresci em Alegrete, eu não nasci em Alegrete, bom, não nasci em Alegrete, o pai depois de Passo Fundo vai para Alegrete, eu estudei lá em Alegrete, e com as posições políticas do pai que era sempre um getulista, admirador de Getúlio. Eu me lembro dele, eu pequeno, colocando eu e minha irmã em cima duma mesa para a gente gritar Viva Getúlio Vargas! são coisas que eu me lembro. A mãe católica, religiosa, carola, nos conduzindo sempre para a igreja, mas nunca deixou de se discutir política dentro de casa, com vizinhos, com tudo, com os ferroviários, então nós sabíamos da zona, no bar, nos trilhos, a gente morava no recinto da viação férrea. Eu saberia dizer qual casa era PTB, quem eram os comunistas em Alegrete, tinha comunista em frente de casa que largava foguete no dia do aniversário do Prestes, tudo isso, quer dizer, nós crescemos dentro da atividade política. [...] É óbvio que nem todos os irmãos, todos nós seguimos a vontade de fazer política. Eu comecei a ter vontade de fazer aquilo.

Lembra que em virtude da difícil vida no interior e na busca de trabalho, sua família se muda para Porto Alegre, onde perde sua mãe. Em Porto Alegre, entra em contato com operários de fábrica, pois vai morar em um bairro, naquele então, fabril da cidade. A colocação, pela rememoração, do elemento da característica social do bairro, já antecipa à questão do mundo do trabalho e da disputa de classes, que orientará sua formação posterior de esquerda. A antecipação de algumas dimensões-informações no relato rememorativo preparam o terreno para a produção sentidual de, nesse caso, escolhas que surgirão posteriormente na rememoração. Mundo do trabalho é um elemento constitutivo da questão política para esse agente social. Quando ela aparecer, mais à frente, terá sentido em virtude, também, de que o elemento do mundo do trabalho já apareceu na rememoração.

Entrevistado 1: Quando nós viemos para Porto Alegre, a minha mãe faleceu repentinamente, eu tinha onze anos, nós viemos em mil novecentos, final de 1953 para Porto Alegre, e aqui o pai resolveu não voltar mais para o Alegrete, nós fomos morar no bairro Navegantes. Qual que era a característica do bairro Navegantes na Época? A indústria de tecidos Renner, ele tinha indústria de tecidos e sapatos, máquinas de costura, e outras coisas lá que resolveu fazer, e tinha tecidos Guaíba. Então morava em um bairro rodeado de operários, a característica desses operários era alemã, origem alemã, polonesa, tcheco.

Da morte de sua mãe, rememora que se aproxima de uma irmã, que atuava politicamente e lhe passa essa dimensão da vida como uma “luta”. Estabelecendo um nexos entre passado e futuro, pelo recurso da avaliação retrospectiva, circunscreve as raízes de sua ação política ainda na influência familiar.

Entrevistado 1: [...] principalmente depois da morte do pai, foi a minha irmã Olinda, que era minha madrinha. Dezenove, vinte anos mais velha que eu, sempre uma pessoa muito inteligente, muito sensível, e ela, ela era ferroviária na época e depois ela foi para o estado, e ela participava das lutas do sindicato da viação férrea. É isso mesmo, meu pai faleceu eu tinha treze anos, por aí. E quando eles faziam greve ela ia para os piquetes, e ela me levava junto. Então, ela de certa forma me influenciou mostrando assim ó: não basta crer, tu tem que lutar e ela ia, e era uma das poucas mulheres que iam para essa luta [...].

Ingressando na adolescência, relembra a morte de Getúlio Vargas e a consciência do registro desses eventos, dos quais não possuía controle, mas que lhe chegavam de sua cotidianidade. Avalia que foi “registrando” as movimentações políticas daquele contexto, dando a entender que isso teve influência em sua vida política. Retrospectivamente, estabelece um nexos entre passado e presente, no sentido de produção sentidual via o estabelecimento desse nexos:

Entrevistado 1: Morte do Getúlio em 1954, quer dizer, a gente tá, a gente tá há oito meses, dez meses em Porto Alegre, manifestações em Porto Alegre em tudo que é lugar, meu pai chorando, minha irmã, as trabalhistas choravam, os

udenistas batiam palmas, né. E começa comícios na rua, perto, eu não perdia nenhum, e fui registrando as coisas, sem querer, eu fui registrando, sem querer.

Nesse contexto aparece pela primeira vez no processo rememorativo o tema do imperialismo, que, com o tempo, será um estimulador menos difuso para a ação política. Contudo, rememora o primeiro contato com essa palavra, demarcando que nesse momento não tinha consciência do que ela significava. Novamente, pela rememoração, indica os estímulos que o contexto histórico foi lhe fornecendo. Essas indicações permitem com que, chegada a hora da escolha pela ação política, ela não seja um ponto fora da curva da experiência social do entrevistado. A mobilização dessas indicações só é possível pelo recurso da avaliação retrospectiva, que vai relacionando à elas as escolhas realizadas ao longo do processo social pelo agente social. No momento mesmo das escolhas, essas avaliações não foram feitas. Esses nexos são agora, pela rememoração, estabelecidos.

Entrevistado 1: Então eu me lembro de um cara subir em uma caixa de, aquela época diziam engradados de cerveja, de bebida, de madeira, bem na esquina de casa, e fazer um discurso sobre a morte do Getúlio e falar sobre imperialismo, e aquilo tudo ficando na minha cabeça, eu não tinha doze anos, aliás eu já tinha doze anos né, mas era doze anos.

Na rememoração, surge o evento marcante da morte de seu pai, que complicará a situação da família, em virtude da ausência dos, por ela, responsáveis:

Entrevistado 1: Óbvio que que o que que ocorreu com a morte do pai, o pai morre em seguida, em 56, eu arrecém tinha completado quatorze anos, se a nossa situação era uma situação de família pobre né, ela o baque foi muito maior ainda, a essa altura muitos já tinham crescido, mas nós éramos cinco irmãos menores e a pensão que ficou pra nós, depois nós vimos que estava toda errada, a pensão que ficou para nós era um salário mínimo, e aí, houve uma situação muito pesada de vida, fome mesmo, eu não ter roupa. Então eu fui trabalhar, eu comecei a trabalhar, primeiro enquanto estudava, enquanto eu terminava o ano, eu estava no colégio, eu fui estudar, eu trabalhava em um bar de garçom, eu carregava lixo na rua, que não tinha lixeiro na rua, eu fiz diversas coisas.

Na continuidade do relato rememorativo, o entrevistado reavalia a situação de vida e à ela articula uma primeira consciência de que a vida não seria somente algo prazeroso. Pelo contrário, a sociedade lhe colocaria uma série de problemas e lhe poderia ser hostil, com a conseqüente necessidade dele ter que se afirmar perante o mundo. Nesse processo, relembra a dimensão religiosa que sua mãe possuía e que, retrospectivamente, traz no relato para tentar compreender e produzir sentido em sua própria trajetória. O sentido, mais uma vez, é estabelecido na produção de nexos de elementos vividos de forma dispersa na experiência social, mas que pela avaliação retrospectiva se conectam.

Entrevistado 1 Eu, nunca, eu não vou dizer assim quem eu tive a raiva do mundo, talvez né pela religiosidade da mãe e pelos princípios, mas eu tinha consciência do que o mundo não era bom para mim, ou seja, que eu tinha que cavar o meu espaço.

Em virtude de ter que trabalhar para ajudar economicamente a família, o entrevistado vai estudar no turno da noite, na escola Protásio Alves, onde começa a ter contato com pessoas que estavam também ligadas à ação política.

Entrevistado 1: [...] quando eu fui estudar de noite, fui estudar no colégio Protásio Alves, terminar o ginásio. Lá eu era o único menor na sala de aula, escola noturna, eram onze de trinta de quarenta anos, predominantemente eles eram uma turma ligada ao PSD, mas tinha professor como o Sereno Chaise⁶⁶, foi meu professor de geografia, que era do trabalhismo [...]. Nesse processo eu começo a conviver com adultos que também faziam política, ocupavam cargos nos governos, no tesouro, e como eu era estudioso, eu trabalha durante o dia, eu era “boy”, na época era “boy”, e eu estudava de noite, meu final de semana era estudar, minha adolescência eu não soube o que foi futebol, jogar, era estudar, estudar, porque eu tinha consciência que eu tinha que estudar para superar aquele tipo de vida que eu tinha.

A escola, depois da família, se mostra um outro importante espaço para sua ação política, pois é ali que figuras históricas começam a entrar no horizonte social do entrevistado. Eles trazem questões político-ideológicas que o entrevistado rememora como relevantes.

Entrevistado 1: E eu nesse processo eu também aprendi muito sobre política, então por exemplo os trabalhistas, mesmo os não-trabalhista, no colégio noturno não perdiam as palestras do Brizola todas as sextas-feiras na rádio Farroupilha, que era ali na praça da Alfândega, a gente saía do colégio e ia para lá ouvir o Brizola. Então eu vou me inteirando, então, entendendo o que é nacionalismo, o que que é imperialismo.

No mesmo sentido, reiterando a figura de Brizola como importante na sua relação com o mundo político-ideológico. O recurso à seleção de figuras históricas como relevantes em sua ação política fornece balizas para a produção sentidual do que politicamente se viveu. No presente, seleciona e apresenta, na rememoração, a relevância dessas figuras:

Entrevistado 1: [...] o Brizola acho que ele me influenciou muito, muito mesmo né com as, como eles chamavam, não lembro como é que chamavam, tinham um termo pejorativo que eles usavam. Mas ele começa a colocar a questão do imperialismo, que foi a primeira consciência que eu tive, quer dizer, havia países que, então o Brasil naquele momento para mim, quer dizer, não evoluía nossa situação, então estava associada ao imperialismo, à exploração, da CEEE, da Telefônica, então tudo isso a gente vai vibrar com a nacionalização. Então a primeira consciência, eu acho que ela tem muito mais uma consciência de nacionalismo do que uma consciência do socialismo.

⁶⁶ Sereno Chaise (1928-2017) foi um advogado e político brasileiro. Histórico militante trabalhista, foi prefeito de Porto Alegre, depois cassado pela ditadura militar. Foi, também, vereador e presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre e deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, durante as décadas de 50 e 60. Foi amigo pessoal de Leonel de Moura Brizola.

Terminado o período do, naquela época assim denominado, ginásio, muda de escola e vai para o colégio Júlio de Castilhos, onde rememora, na continuidade de sua trajetória, a presença constante das discussões políticos-ideológicas nesse espaço. Chega no Julinho – espaço esse mais dinamizado em termos políticos do que os que tinha vivenciado até então - já com os registros do mundo social e político que anteriormente apresentou no processo rememorativo. Com isso, a questão político-ideológica, agora, faz sentido.

Entrevistado 1: Quando terminou o Protásio Alves equivalente ao ginásio, eu vou para o Júlio de Castilhos, que eu queria ter feito o ginásio no Julinho, mas não podia porque o Julinho não tinha ginásio noturno, só tinha o científico. Eu vou para o Julinho, bem, e a primeira coisa, primeiro ano que eu entro, 1959, havia a discussão já do racha no PCB, do PC do B, e eles levavam isso para o grêmio estudantil, levavam para a sala de aula, e eu então começo a identificar os debates, as discussões, o que que era socialismo, o que que era comunismo.

O entrevistado rememora que, nesse momento de sua vida, já é um leitor habitual, tendo contato com nomes conhecidos da literatura brasileira e mundial. Relembra esse fato logo após rememorar acerca de contatos com os debates político-ideológicos, estabelecendo relação, agora, entre um interesse cultural geral e esse tipo de debates, pois essa cultura geral vai, para ele, “ampliando o universo”. Ao mesmo tempo que amplia seu universo cultural, a rememoração busca o ambiente familiar para relacionar com esse novo momento. Passado e presente, retrospectivamente lidos, estabelecem uma relação entre eles. Relação possível pelo registro, também subjetivo, dos diferentes momentos da experiência social do entrevistado. À compreensão do conceito de ação política podemos estender uma dimensão temporal, que trabalha no redesenho da ação política desenvolvida na cotidianidade do tempo em que se deu, mas retrospectivamente lida acrescida de outras dimensões. Nesse processo, as dimensões estratégicas ou culturais – apresentadas em suas respectivas teorias no capítulo 1 – podem ganhar novos contornos daqueles realmente realizados no tempo mesmo em que a ação política ocorreu. A subjetivação, como vontade de coerência, constituição do princípio de sentido da experiência se mostra justamente aqui, através das avaliações retrospectivas que permitem os nexos entre diferentes momentos da experiência social.

Entrevistado 1: Obviamente que nessa altura eu lia muito, estimulado pela minha irmã, eu lia muito, ganhava muitos livros, e, mas eu não lia política, lia literatura, José de Alencar, Machado de Assis, Érico Veríssimo, literatura nacional, eu ganhava de presente. Pouca coisa eu avançava sobre. No Julinho em função do curso de francês, inglês, que eu começo a entrar para a literatura estrangeira, portuguesa, com um professor de português, conhecer, e aí vai ampliando o universo. Então quando começam a falar sobre socialismo,

comunismo, eu também começo a ver e começo a ler outras coisas, então aí é um processo. Eu volto a dizer assim, o germe disso daí tava lá na família.

Relembrando acerca das diferentes opções político-ideológicas que seus irmãos realizaram, chama a atenção para a pluralidade de orientações ideológicas - por onde, retrospectivamente relaciona com a religião - que seus antepassados lhes legaram, avaliando, a partir desse mesmo recurso, o que resultou isso em sua ação política. Insere no processo rememorativo uma interpretação de sua trajetória que parece contradizer a opção que fez em determinado momento de sua vida pelo comunismo, quando do momento da opção pela luta armada. Contudo, essa opção por ser um “democrata radical” surge justamente de uma leitura retrospectiva de que é “mais do que um comunista”, ou seja, a segunda opção surge justamente da primeira. Há uma relação entre uma e outra, uma é condição de possibilidade para a outra. Nessa relação, se expressa, transversalmente, a vontade de coerência da experiência que é a subjetivação.

Entrevistado 1: Esse, esse, esse ecletismo foi familiar, religioso, a minha mãe carola o meu pai, a minha vó que eu conheci, paterna, do candomblé, filha de escravos né, nasceu na escravatura é, quer dizer, e na política idem, então o germe para mim tá lá, quer dizer, eu tenho, eu sou mais que socialista, mais do que comunista, eu sou um democrata radical.

Da rememoração da família, que interrompe parcialmente o relato acerca da escola – o relato rememorativo não é necessariamente linear -, o entrevistado volta à rememorar acerca do espaço escolar como um espaço formador para a ação política. Esse processo é marcado pela apreensão da terminologia político-conceitual mobilizado pela esquerda brasileira naquele momento. Quando do momento do processo rememorativo apresentar a tomada de posição político-ideológica do entrevistado, os outros momentos já rememorados contribuem para o estabelecimento sentidual da experiência social e política do mesmo.

Entrevistado 1: Então nesse processo no Julinho, para mim é o processo de formação para a militância, quer dizer ali eu começo a entender perfeitamente o significado do imperialismo, da luta política, obviamente eu começo a tomar partido.

Se nas escolas em que estudou, a política se apresentou na forma dos debates entre os diferentes grupos ideológicos daquele então, o entrevistado rememora que o fato de, aos 19 anos, se alistar no Exército, o coloca em contato, pela primeira vez, com a política prática, realizada pelas figuras históricas que participaram ativamente da dinâmica política que desembocaria no golpe militar de 1964. A rememoração busca

novamente a referências em figuras históricas pelas quais a lembrança estabelece ter gravado sua experiência social e de ação política.

Entrevistado 1: Eu me alistei no Exército e fui ser soldado da Polícia do Exército, e foi outro fator muito interessante, eu fui servir em 1962, época do parlamentarismo. Constantemente, durante as eleições, ameaça de que iam jogar bomba no Tribunal Eleitoral, ia nós lá como soldados e tal, era a força federal, não tinha a Polícia Federal, garantir a segurança do TRE. Morreu o Brochado da Rocha, lá fazer guarda de honra. O comandante do III Exército tinha a gente que fazia a guarda do gabinete dele. E eu via muitos oficiais falando em política. Comandante do III Exército, eu tava lá, chamava-se Jair Dantas Ribeiro, foi o último Ministro da Guerra do Jango, ele conversando. Eu atendi o telefone do Brizola para conversar com ele, no gabinete. Então a política parece que me perseguia, entendeu.

Inserido na discussão política no espaço da escola e da atividade política institucional, pela lembrança o agente diz que essas coisas foram o estimulando à rever posições, especialmente aquelas legadas pela vivência familiar, notadamente no campo da religião. Retrospectivamente, estabelece um nexo entre o passado desde o presente a partir de uma interpretação que vai no sentido de uma autocrítica do que herdou culturalmente da família no passado. A relação entre essa herança e uma ruptura posterior é possibilitada pela avaliação retrospectiva. Novamente, essa relação não existiu no momento em que as coisas se passaram. Contudo, no presente, tendo já vivenciados as duas, opera a subjetivação as inter-relacionando.

Entrevistado 1: E nesse processo eu começo a, em primeiro lugar, em função da literatura, uma série de livros que eu tinha lido, eu começo a questionar minha religiosidade, aquela que eu herdei da mãe, as crenças, os ritos, começo a questionar os ritos da igreja, é, eu vejo padre alcoólatra, um outro padre que eu não percebi na época, depois eu vim saber que ele era pedófilo [...].

O processo de reavaliação da influência religiosa segue:

Entrevistado 1: Eu cresci descrendo nos rituais do cristianismo, então nesse período eu começo a querer conhecer outras religiões, não tava em questionamento para mim a existência de um ser divino, criador do mundo ou não. Tava o tipo de religião. Então como eu já tinha estudado em colégio luterano, eu vou para o colégio, eu vou procurar a questão dos negros na família, a história humana, eu começo a ir procurar a umbanda, o candomblé, essas coisas. Aí através de amigos, colegas, eu vou parar no, na época se chamava o esoterismo, as orientais, no espiritismo. E eu começo a procurar em todos os lugares.

Após realizar a avaliação retrospectiva acerca da herança religiosa familiar, lembra sobre o processo que é a “tomada de consciência”, a qual diz ser uma resultante de sua dinâmica de vida relacionada à experiência do colégio Júlio de Castilhos. A vivência nessa escola tem peso tão relevante quanto à sua trajetória de vida anterior. O que viveu nessa escola é ressignificado à luz dos eventos anteriores, na produção de uma relação entre eles, mais do que

de ruptura. A ruptura é elemento que reforça o sentido, e não que rompe com ele. Essas rupturas já vinham sendo feitas anteriormente.

Entrevistado 1: Então o processo de tomada de consciência minha como indivíduo existencial, no mundo, a relação com o mundo, a relação, as dúvidas, ela tá associada, de um lado, a o meu conhecimento, a minha leitura, a minha vivência, e por outro lado a minha a experiência no Julinho.

As questões religiosas, separadas até então do âmbito da política, o encontram no andamento da trajetória do entrevistado. Retrospectivamente, o agente social consegue relacionar o incômodo que sentiu na política com relação à visão que ela tinha da religião, ou que a religião tinha nesse espaço. Percebe essas questões após 1964, quando começou a agir politicamente com mais intensidade, fazendo com que não tenha se identificado, em princípio, com os “comunistas”, mesmo já estando na ação política em termos mais gerais. A rememoração desses incômodos demonstra que o processo de ação política é efetivado não sem tensionamentos para o agente. Porém, ele compõe o campo sentidual da experiência, expressado na rememoração. Eles não colocam esse horizonte em cheque.

Entrevistado 1: E quando eu começo a me aproximar dos comunistas, bem interessado que eu tava, principalmente depois de 64, eu descubro também o primeiro preconceito do lado, da esquerda né, quem era cristão não poderia ser comunista, que era a questão que, quem era ateu, quem era teísta não poderia ser comunista porque o comunismo estava associado ao ateísmo. Então eu não entrei.

A rememoração chega no golpe de 1964, e o agente relembra o status de sua condição naquele momento. Trabalhando em um banco, se envolve com as questões sindicais, e ali identifica que havia gente mais “avançada”, para se referir àquelas pessoas em que a ação política já estava vinculada à grupos organizados, que balizavam essa ação em outras instâncias, como o sindicato dos bancários. Surge, na rememoração, a relação da possibilidade de um golpe de Estado no Brasil aliado ao “imperialismo”, categoria à qual já conhecia, e que apareceu anteriormente no processo rememorativo - e que a partir dali mobilizava como recurso conceitual, e não mais apenas uma palavra de ordem (como em seu primeiro contato com ela). A relação entre o golpe de 64 e o “imperialismo”, a rememoração apresenta como sendo uma relação direta. A mobilização de recursos político-conceituais auxilia na produção e apresentação sentidual da experiência de ação política. Rememorar sobre a primeira questão “imperialismo” objetiva ser mobilizada, para dar sentido, à continuidade da própria rememoração, quando aparece um evento resultante, para o agente, dessa categoria militante/conceitual. Aqui, a subjetivação transversaliza a rememoração, permitindo o estabelecimento dos nexos entre recursos

conceituais adquiridos ao longo da vida e a leitura do contexto social e político que o agente viveu.

Entrevistado 1: Em 64 quando dá o golpe, eu já estava bem mais avançado, eu saí do quartel, eu fui ser bancário, trabalha no Sul Banco, e frequentando o bancários, surgiu a luta pela reposição salarial, e eu vou participar, eu três meses de bancário, deu a greve e eu tava na greve. E nessa, no outro dia quando terminou, eu fui demitido, no sul banco. Mas aí a gente, se forma um grupo dentro do sindicato dos bancários. Nesse grupo a gente começa a discutir a conjuntura. Obviamente tinha gente mais avançada, em termo né, de conhecimento, de análise, identificaria depois que tinha gente do partido comunista, e começa a se discutir a conjuntura política, o golpe já se percebendo que ia ocorrer, qual era o interesse do golpe, naquela época para nós o golpe estava associado ao imperialismo americano, pronto.

A rememoração rapidamente vai do golpe ao surgimento, no horizonte político do entrevistado, de ações armadas. Essas surgem de um grupo de acompanhamento da conjuntura, e de indivíduos provavelmente envolvidos com organizações clandestinas que já colocavam essa possibilidade de ação, mesmo antes do AI-5.

Entrevistado 1: Após 64, o golpe a gente foi para a rua, corremos da polícia, enfim, planfetiamos, e já nessa época 64 mesmo a gente começa pequenos grupos a se reunirem, ah lógica que tinha alguém por trás orientando, alguém que chegava. Mas a gente começa a se reunir, a discutir, a pensar que tipo de resistência. Em determinado momento veio a proposta, que era uma proposta, de um ato militar mesmo, que era a tomada de um paiol do quartel, para tomar armas.

O entrevistado, em um primeiro momento, diz que não aderiu a proposta, após um levantamento das condições concretas para o ato, especialmente acerca de que se as pessoas envolvidas com o grupo de conjuntura possuía ou não treinamento militar. A rememoração permite trazer à tona que a escolha para a ação política armada possui resistências, não se produzindo necessariamente em um primeiro encontro do indivíduo com um respectivo grupo. A questão de possuir treinamento militar faz sentido aqui porque foi rememorada anteriormente. O processo rememorativo produz sentido, transversalizado pela subjetivação.

Entrevistado 1: Eu olhei para o grupo e já tinha umas informações, e resolvi perguntar para o grupo quem tinha, e aquilo era uma proposta imediata né, para ocorrer em um mês, dois meses depois. Quem tinha experiência com armas ali, descobri que no grupo o único que tinha experiência com armas, tinha prestado serviço militar era eu e um outro, porque veio lá do interior e tal, o pai tinha arma, mas experiência militar mesmo, ninguém tinha. E eu ao mesmo tempo questionava esse tipo de ação. Eu não tive dúvida, dizendo que eu não iria.

Desse momento de negativa para a ação armada, o entrevistado lembra que não se vinculou à grupos organizados, ficando envolvido com questões profissionais. O contexto é ainda pré-AI-5. Momento esse que já havia produzido repressão social pela ditadura, com

Atos Institucionais já lançados no sentido de acomodação do novo regime político, como apontado no capítulo anterior.

Entrevistado 1: E, bom, fiquei um pouco afastado, mas procurando atividades, discussões e tal, e nessa altura faço concurso para o Banco do Brasil, aprovado no Banco do Brasil, assumi no Banco do Brasil em Garibaldi em 1966, tinha desistido de estudar medicina [...].

A perspectiva profissional do concurso se vincula com a desistência do curso de medicina, que ele diz também ter descoberto não ser o seu perfil, em virtude de um trabalho temporário que consegue em um posto de saúde, do qual acaba não gostando. Porém, a vontade de realizar o ensino superior permanece, e ele opta pelo curso de Filosofia. Nesse período, também, volta a procurar algum grupo político, encontrando pessoas do MDB, oposição à ditadura à época. Na rememoração, diferentes eventos – o MDB, o ensino superior, o contexto internacional e o congresso estudantil - surgem articulados. Retrospectivamente, essa articulação é possível de ser realizada pelo entrevistado.

Entrevistado 1: Aí o banco do Brasil tinha feito concurso, me chamou, eu vou para o Banco do Brasil, eu vou para Garibaldi e bom, e agora o que fazer?. É, bancário, tudo bem, era ótimo o salário, muito melhor que hoje, aí deu vontade de estudar matemática, bom Garibaldi é distante de Caxias do Sul, não me lembro quantos quilômetros, uns sessenta, estrada de chão, era longe. Aí fui fazer filosofia, Caxias do Sul, 1968 entrei na filosofia, bom 68 não precisa dizer o que era 68 no mundo inteiro. E em Garibaldi tava tentando me aproximar do MDB, porque tinha uns caras bons lá. Aí logo o que que deu, o pessoal começa a discutir os congressos da UNE, aí eu não tive dúvida né, eu ouvi, acabei saindo delegado da faculdade, um dos delegados da faculdade de filosofia da Universidade de Caxias do Sul, na UCS.

Surge no processo rememorativo congresso da UNE de 1968, na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo, do qual participa. O relembra como o ponto de inflexão entre a negativa anteriormente dada pela luta armada e, diante da ausência da possibilidade da luta social por meios democráticos, passa a assumir a luta armada como uma possibilidade. A escolha por um novo tipo de ação política deve encontrar uma justificativa para que se preserve o sentido da narrativa dessa experiência. O contexto internacional, especialmente do continente da América Latina, também é rememorado como relevante na direção da escolha futura pela luta armada. A escolha pela luta armada assim está justificada, e não aparece como uma exceção na trajetória do agente. Podemos notar também que a rememoração anterior prepara o terreno para a apresentação – justificada - dessa escolha.

Entrevistado 1: Aí eu, eu fui pra Ibiúna. No congresso de Ibiúna, todo mundo foi preso né. Lá em Ibiúna, é quando eu tive clareza de que toda a minha visão de luta de resistência contra a ditadura, no centro acadêmico, na faculdade, no MDB, onde quer que fosse, tava morta, não tinha mais chance de qualquer

coisa. Então eu volto de lá com a visão clara de que era preciso buscar alternativas mais fortes pra lutar contra a ditadura. Obviamente influenciava aí a Cuba, a guerrilha da Bolívia, a América Latina tava em polvorosa, a Argentina tinha focos. Era Nicarágua, no Peru, todos os lugares tinha esses focos.

Concatenando na rememoração a principal consequência da repressão sofrida no congresso, que foi a imediata prisão, em Porto Alegre a família se vê obrigada a resolver essa questão. Nisso, conhece um indivíduo que lhe ajudará, espreitando suas posições.

Entrevistado 1: Então na volta eu por acaso, minha família, meus irmãos buscaram um advogado conhecido para orientar quando eu tava preso, o que tinha que fazer, esse advogado era o Carlos Araújo. Então eu vou conversar com ele, e aí vamos bater papo e tal, começamos a bater papo e tal sobre, no almoço, o que eu pensava do futuro, não tardou para eu dizer para ele “olha agora eu acho que só a luta armada”, e ele “tu tá achando isso?”. E ele perguntou para mim: “tu acha que essa luta aí é só de comunista?” “Não, é a luta de todos, e eu digo inclusive da Igreja [...].

É Carlos Araújo quem lhe leva à um outro tipo de ação política, justificada pelo entrevistado, pelas condições de fechamento do regime político no Brasil. A justificação é uma operação que aparece não apenas uma única vez. O horizonte sentidual da ação política é reafirmado. A rememoração rapidamente apresenta os eventos do congresso estudantil, a repressão da ditadura e o contato com a perspectiva da luta armada, os encadeando como eventos que vão se sucedendo, uns levando aos outros. Pela avaliação retrospectiva, o agente produz esses encadeamentos, ausentes no processo de vivência real desses eventos. Os encadeamentos são produzidos à posteriori via rememoração, justamente porque na vivência de cada um deles não se tem a perspectiva do que virá a seguir na experiência social.

Entrevistado 1: E aí começou um processo com o Carlos, eu vinha pra Porto Alegre, participar de reuniões, e com os operários, não existia a Var-Palmares ainda, era “ó pontinho”, e daí o ingresso então já numa organização que tinha como norte, como método, lutar contra a ditadura era a luta armada.

Rememora que a formação da VAR-Palmares, como apontado no capítulo anterior acerca da dinâmica da esquerda brasileira especialmente após 1968, respeitou o processo de divisões e fusões dos grupos de esquerda naquele período.

Entrevistado 1: Ah, eu acho que no primeiro momento lá na primeira organização que eu participei efetivamente foi a VAR-Palmares, isso foi em 1968, quer dizer quando eu venho de Ibiúna, ela não existia ainda como organização a VAR, ela, eram diversos grupos, então aqui tinha a organização que ficou conhecida como ó pontinho, porque ela não tinha nome e o pessoal colocava ó e pontinhos, ela não tinha nome, era o racha do pessoal do POC, do POLOP, coisa e tal.

O processo rememorativo informa que a formação acadêmica formal passará a ser prejudicada pela sua escolha, mas não diminui a influência da filosofia em sua vida. Retrospectivamente, avalia que se produziu um processo de articulação entre a dimensão das ideias e da política prática. A rememoração, articulando elementos que se produziram concomitantemente, de forma difusa – especialmente na dimensão da aquisição intelectual – produz um horizonte de sentido, expressando a subjetivação. Na sequência da rememoração, a escolha, de 1968 em diante, do entrevistado indo desenvolver uma ação política na VAR-Palmares.

Entrevistado 1: A faculdade começa a ir pras cucuias, na filosofia eu encontro muito amparo na discussão, vamos chamar assim centristas, democráticos na época, que eram, nos davam aula de, os pré-socráticos, ou mesmo a filosofia mais existencialista, traziam textos do Sartre, ou discutir os, o, ai como é o nome dele, da Idade Média, o francês, antecessor do existencialismo, o Descartes, e enfim, e aparece como professor expulso da UFRGS, o Gerd Bornheim⁶⁷, introdução à metafísica, mas na verdade era introdução ao pensamento dialético, e a minha prova com ele foi, foi falar sobre a dialética do geral e do soldado, foi quando eu me dei conta que alguém tava percebendo que eu já estava em algo mais [...].

Acerca desse professor, rememora que sua importância está na apresentação que ele faz das ideias de Karl Marx por parte de “alguém de fora” da ação política, com uma leitura mais aberta frente à alguma organização de ação prática. A rememoração lhe permite trazer a informação de que já estava na ação política naquele momento, e o contato com esse professor mais tensiona sua escolha do a estimula. Avalia, retrospectivamente, que mesmo assim levou algo da reflexão do professor para a ação política, relacionado à insatisfação com o sistema social e econômico vigente:

Entrevistado 1: [...] na faculdade de filosofia, eu acho que o Gerd Bornheim foi o fundamental, e ele não era, o Gerd Bornheim tinha uma trajetória como sendo de direita na filosofia, e ele vai, nesse período, ele começa a se colocar para nós como um estudante do marxismo, e ele apresenta primeiro para nós o Marx como, como um pensador econômico, e não como um pensador. Eu acho que ele foi muito, embora eu já tivesse feito a opção nessa altura, inclusive pela luta armada, mas eu acho que ele vai me trazer uma outra, um pensamento sobre o marxismo, de alguém de fora, sabe, alguém que não está militando, alguém que não é do quadro do partido, alguém que não tá subordinado à uma elaboração, ele vai colocar bem claro que é, esse tipo de sociedade ela não serve, mas ele te aponta também a função do pensamento, do questionamento.

No processo rememorativo, surge a luta armada, a influência de um docente na filosofia, com a conseqüente articulação, via avaliação retrospectiva, da relação entre ambas. Reiteradamente o recurso retrospectivo é mobilizado no sentido de encadear e dar

⁶⁷ Gerd Alberto Bornheim (1929-2002) foi filósofo e professor de filosofia brasileiro. Natural de Caxias do Sul, havia sido expulso pelos militares da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1969. Após esse período, passa a dar aulas na UCS, em Caxias.

sentido à experiência vivida. O tensionamento com os valores cristãos, que a rememoração busca na lembrança de sua vida familiar, que havia sido rememorada anteriormente, dando sentido à rememoração futura, pois assim os elementos se concatenam.

Entrevistado 1: O que que colocava para mim essas questões? E esse processo, ainda então quando eu luto, quando eu vou para a luta armada, chega um determinado momento que eu começo a me dar conta do que seria a luta armada, tá. Seria a prisão, e muito mais do que a prisão, me colocava com clareza de que viria era também, eu poderia ser morto, mas eu poderia matar também, ou seja, entrou ali o choque com a formação cristã né, da solidariedade, e com a realidade do processo, eu, eu acho que isso teve muito a ver com o Gerd Bornheim, certamente com os outros também, na faculdade.

Na instabilidade da rememoração, o entrevistado posiciona, após essas avaliações, a lembrança da decisão pela luta armada, que aparece novamente, já tendo dito que ele havia optado por ela. Reforço das posições anteriormente apresentadas se mostram, assim, um recurso à produção sentidual. O entrevistado, pela rememoração, volta temporalmente e coloca:

Entrevistado 1: E eu entrei então, e então, não sei quanto tempo levei, não foi muitos dias, eu fiz a opção, tem todas as consequências, e eu vou ter que arcar com todas essas consequências ou eu vou ter que desistir, que para mim era muito pior, desistir de lutar, desistir de acreditar naquilo que eu queria construir, então eu faço essa opção.

A escolha pela ação política traz consigo algumas rupturas. No campo da ideologia, elas são ligadas à religião. Curiosamente, a rememoração coloca que a ruptura é “total”, mas não de “diálogos”. Diz que rompe, mas coloca um porém. A contradição compõe a vontade sentidual do relato, indicando a subjetivação. Esse recurso da rememoração, de apresentar rupturas produzidas, já havia aparecido anteriormente. Sua repetição pode indicar que a rememoração não se desvia da produção de sentido da experiência, mesmo sob todas suas condições adversas. Também, se desenhava uma melhora da situação de vida. A ação política é feita nesse contexto, com o horizonte da rememoração comparando-a com a difícil situação de sua infância e adolescência, o que não é suficiente, segundo o relato, para lhe tensionar ideologicamente, pelo contrário, vivenciando um fortalecimento da posição ideológica de esquerda.

Entrevistado 1: Terceiro foi que eu não podia mais conciliar determinadas coisas que eu fazia que na verdade eu achava que eram dúvidas né, ainda sobre a religiosidade, sobre Deus, sobre as concepções, então a ruptura aí é total, não significando rupturas de diálogos, dentro daquele papo com o Carlos eu começo a entender perfeitamente, entender melhor o cristianismo olhando de fora, e não como cristão, né. É, a ruptura que também tinha vindo com o fato de ser uma vida muito apertada economicamente, e de repente ser funcionário do banco, os colegas comprando carros, tinha gente que fazia coleção de ternos, e aí de repente, eu já estava comprando mais camisas, mais coisas. Eu

nunca tive dinheiro para usar desodorantes. Eu nunca tive dinheiro para usar perfume, de repente eu tava usando, e isso me levou à essas rupturas muito mais com o sentido prático da vida, o ideológico, porque o ideológico eu vinha num crescente, então não havia a ruptura, houve foi o fortalecimento, né.

A ação política na VAR-Palmares dura pouco tempo, pois ela é desmantelada pelo Estado no ciclo repressivo pós-AI-5. O maior número de organizações e ação da luta armada, como mostramos no capítulo 3, é resultado desse ciclo, assim como por ele será derrotada. Uma perspectiva metodológica de entrevistas rememorativas nos permitiu, como demonstra o trecho a seguir, questionamentos acerca desse tipo de ação, que a historiografia normalmente não apresenta, por ter um caráter mais descritivo. Na entrevista rememorativa, surge o que segue:

Entrevistado 1: O que que muda para mim? É a experiência, se antes eu tinha alguma resistência com a luta armada, a experiência da luta armada mostrou para mim, não pela tortura, eu antes de ser preso, em janeiro de 1970, janeiro e fevereiro, eu começo a repensar a luta armada, dentro da Var-Palmares, dentro da militância [...].

Participar de uma organização da luta armada não necessariamente colocou militantes da ditadura em ações armadas concretas. A opção pela organização se dava, mas até chegar a participar de alguma ação desse tipo dependia de muitas condições contextuais, especialmente acerca do nível de repressão para com a organização. O entrevistado não chegou a participar de nenhuma delas, embora tenha auxiliado a organização com questões logísticas. É dessas organizações, ainda dentro da organização, que ele rememora que surge o questionamento da opção por esse tipo de ação política. Pela rememoração, identificamos que a ação ocorre simultaneamente ao seu questionamento pelo agente.

Analisa retrospectivamente que vivenciou uma situação em que foi contrário à uma ação, em virtude de um desconforto com a possibilidade de produzir a morte de inocentes. Se por um lado houve, como afirma o entrevistado, um fortalecimento ideológico, na prática, a possibilidade de matar essas pessoas, pela questão moral, lhe fizeram ser contrário à organização. Há aqui uma contradição entre a organização e o agente, que na rememoração conseguem aparecer relacionados, não desestruturando o relato.

Entrevistado 1: [...] responsável pela organização, e por atos em toda a região ali de Caxias do Sul, com previsão de ir para uma área de treinamento, de ações militares e tal, eu começo a questionar, por um simples fato, Festa da Uva de 1970, o Médici vai a Caxias do Sul, e olha agora o por que eu falei da história do meu pai, e eu não conhecia a história do meu pai ainda nessa época. Vai à Caxias do Sul um companheiro, vem com a proposta de um grupo, jogar, a gente faria molotov, e jogaria, entraria no hotel onde o clube, onde ia ser servida a janta para o Médici, entraríamos por trás porque não conhecia lá, e

jogáramos bomba para matar o Médici e tal. Eu de imediato disse não, o Médici vai ser salvo, porque ele vem rodeado de gente para isso, pode ser que vá morrer o segurança dele, pode ser que vá morrer o cozinheiro, o garçom, o pessoal que tiver lá.

Posteriormente rememora que o questionamento da luta armada se intensificou após o período em que esteve preso pela segunda vez. Ele começa ainda quando ele estava em ação e, pelo evento da prisão, se intensifica. Assim, diz:

Entrevistado 1: Bom, quando eu saio da cadeia, a reflexão maior, quer dizer, se aquilo já tinha iniciado, enfim, o processo de luta armada não havia condições de ser conduzidos aqui no momento, nós estávamos sendo dizimados, era um infantilismo a gente estar querendo enfrentar as Forças Armadas, toda a organização policial, até pela postura das pessoas com quem a gente convivia né, tu era clandestino da tua própria família né [...].

No mesmo sentido, acerca do questionamento da ação política na luta armada, que aparece na rememoração:

Entrevistado 1: E na época isso foi, tivemos que discutir fortemente isso. A partir disso eu comecei a questionar isso. O que que poderia levar uma espécie de luta armada onde tu tem que jogar bomba, tu tem que fazer tiroteio, e que tu acaba envolvendo muito mais pessoas que nada tem a ver, não vou chamar de inocentes ou ingênuos, mas pessoas que nada tem a ver com aquela luta, que não são responsáveis pelo processo que tá ocorrendo, e como ficaria isso?

No processo rememorativo, continua acerca do questionamento da luta armada e de uma perspectiva revolucionária, que a organização trazia, pois encontra na realidade concreta, nas pessoas, uma incompreensão sobre a visão da realidade que ele e a organização possuíam, especialmente sobre a ditadura militar. Ao questionamento das ações armadas, onde entrava a dimensão moral, se soma à verificação da visão das pessoas de fora da organização acerca do momento político daquele então:

Entrevistado 1: [...] e eu tinha reuniões na casa do colega, e ele reunia os operários, de diversas fábricas para conversar, e era assim, era uma, como é, couroaria, com pelegos, eles pintavam pelegos, então tava tudo sentado assim, um porão, um casarão enorme, os pelegos, e essa companheira, eram só homens, e essa companheira, bonita, com umas pernas muito bonitas e de minisaia. Ela sentada, que em eu tô aqui, nos pelegos, largo assim, e ela tá de minisaia, e eu começo a observar que o comportamento dos homens mudou, naquele dia. Quando terminou, a gente fazia aqueles tais de balanço e tal, e a gente, a gente tava introduzindo eles para começar a luta armada, para eles entrarem, e eles falavam. Então quando eu já tinha perguntado para eles, outro dia eu perguntei para eles sobre a, como é que eles viam como é que iam derrubar esse regime, e eles: só no pau, só no pau. Aí eu disse: porque só no pau? Aí eles: não, é porque a gente tem que tirar esses comunistas do governo.

Da rememoração da opção pela ação política na VAR-Palmares, passa ao relato do questionamento que se fez pela opção pregressa, e chega no período, após a intensificação da repressão social, com suas consequências para os envolvidos na

organização. Retrospectivamente estabelece um nexos entre esses momentos, mas que vão acontecendo de forma concomitante na realidade social.

Desse processo, rememora que outros militantes da organização começam a repensar a ação política do grupo, transicionando para a proposição de novas perspectivas políticas, no que o entrevistado acompanha, percebendo que não estava sozinho em repensar o tipo de ação política adotada. O entrevistado não deixa claro na rememoração a época que isso aconteceu, mas provavelmente tenha sido a partir de meados dos anos 1970, com a esquerda armada já praticamente derrotada pela ditadura militar. Os termos vagos acerca do tempo desses acontecimentos indicam esse período mencionado. A proposição de novas perspectivas, na rememoração, se articula com a derrota sofrida anteriormente.

Entrevistado 1: Nesse tempo, surge uma proposta que depois foi bem elaborada pelo Carlos Araújo, que era como, não era abandonar, ele não propunha o abandono da luta armada, mas ele a construção de um partido do povo, um partido popular que a gente deveria estar presente em todos os momentos e movimentos, voltar para dentro do sindicato, voltar para dentro, mesmo com minoria, dos movimentos de vila, e construir, indo, construir alternativas, que estava muito parecido com o que a igreja estava fazendo, e eu achei interessante a proposta que eles discutiam. Então eu escrevo um documento, que eu falo porque a luta armada naquele momento ela não estava colocada como fundamental do processo e tal.

A experiência de ação política da VAR-Palmares vai ficando para trás. Questões da vida, como a necessidade de trabalho, vão se impondo novamente na vida do entrevistado. Porém, a rememoração lhe possibilita articular esses dilemas com o desejo pela continuidade da ação política.

Entrevistado 1: quando eu faço esses questionamentos dentro da VAR-Palmares, depois eu saí da cadeia, fiquei um tempo meio solto, eu tive que sobreviver né também, buscar trabalho, o Banco do Brasil me demite com justa causa, buscar trabalho, me metamorfosear, em termos de aparência, virar vendedor, coisa que eu achava que era coisa de picareta. É, é, futebol, coisa que eu nunca tinha me envolvido, daqui a pouco ter que ir todos os dias em futebol, chegava nas empresas e tinha como saber como foi o jogo e tal. Eu, nesse período eu comecei a sentir angústia de não estar organizado, e aí uma coisa dentro de toda essa história, eu fiquei dependendo do que eu chamo de pensamento coletivo, pensamento coletivo, eu não construo, se eu estiver conversando contigo, trocando, debatendo alguma coisa, pode ter certeza, por mais antagônico que seja nossa discussão, alguma das coisas que tu disser, elas serão incorporadas, e eu faço isso com muita tranquilidade, eu nunca tive vergonha de dizer, né.

Rememora que, no contato com outros militantes, encontra no Movimento pela Emancipação⁶⁸, o MEP, uma possibilidade de continuar agindo politicamente. O MEP ainda era uma organização clandestina nesse momento, e só deixaria de ser após a Lei de Anistia, em 1979. A ilegalidade da organização política não impede o entrevistado de seguir atuando.

Entrevistado 1: e aí eu passei a organizar o MEP aqui no estado, aqui, Caxias, e vieram outros, e através dos bancários, enfim eu fui construindo aqui uma referência, em 88, o Raul Pont, o pessoal ligado à DS então cria a tendência socialista no MDB, o Raul me convida e nessa altura o Raul sabia que eu estava ligado à uma organização, e aí eu vou para participar, e criamos, eu participei da formação da tendência socialista, na fundação da tendência socialista, embora sabendo a presença ali fortemente do trotskismo, e a gente tava em uma posição na época em que o MEP construía uma crítica ao trotskismo e ao stalinismo, e até na tese do Pila, que tinha escrito um trabalho, que ele falava que o Trotski e o Stálin eram primos entre si né, eles tinham o mesmo denominador comum e tal, e estavam sustentados muito no autoritarismo. Só que eles negavam isso com a herança de Lênin, e eu nessa época começo a questionar o Lênin.

Aparece nesse trecho questionamentos de autores que anteriormente haviam balizado o entrevistado. O processo de questionamento de influências intelectuais acontece concomitantemente ao processo de mudança de ação política. O MEP não advogava a luta armada. Com diferentes objetivos para a ação política ocorre um processo de crítica e busca de novos referenciais.

O agente rememora que do MEP vai para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que naquele período congregava a oposição à ditadura, e era composto, em vista disso, por diferentes tendências e orientações político-ideológicas, embora fosse hegemônico pela direita e centro-direita. No MEP começa a proposição de um partido político dos trabalhadores, e o entrevistado rememora que leva ela para dentro do MDB, onde é aceito, no setor jovem do partido. Nesse momento, as fronteiras de saída de uma organização e entrada em outra eram fluídas, com não raro atuações concomitantes em diferentes grupos, processo que era facilitado pelo abrandamento da repressão política, que com o governo Geisel começa lentamente.

Entrevistado 1: Eu começo a questionar o Lênin, ou seja, baseado no próprio Lênin, concepção de organização, não poderia ser necessariamente, e ela poderia ser popular, então, quando eu começo a colocar a questão do MDB e eles aceitam, eu vou para o MDB, porque aí dentro do MEP começa a ideia da construção de um partido dos trabalhadores.

⁶⁸ O Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) foi uma organização clandestina de esquerda, de orientação marxista, que atuou no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Foi uma organização que, derrotada a luta armada, mesmo em termos organizativos ser nos moldes das antigas organizações, já não advogava a luta armada, mas tinham como objetivo final a revolução.

Sobre esse processo, na lembrança aparece a relação da ação política anterior com as novas perspectivas de luta política que se abriam. Pela lembrança, o agente estabelece uma conexão entre um momento e outro, justificando as novas escolhas realizadas na luta política:

Entrevistado 1: [...] a minha experiência na luta armada e a minha capacidade de analisar o mundo real prático frente às vontades da gente, também me dava, e quando eu vou para a tendência socialista no processo de criação, e eu apresento a proposta que a tendência socialista a tendência era ser continuar no PMDB, tinha companheiros que achavam que o PMDB ia ser um partido revolucionário, a condução da luta da, e eu defendo a construção de um partido dos trabalhadores, eu levanto a ideia [...].

Na conjuntura política da época, em que a oposição à ditadura unificava diversas correntes político-ideológicas no Brasil, o entrevistado lembra a criação da “tendência socialista” no interior do MDB. A partir da segunda metade dos anos setenta, o Brasil veria o ressurgimento das mobilizações políticas da sociedade civil, que culminariam nas lutas pela Anistia:

Entrevistado 1: [...] e o MDB constrói uma tendência socialista⁶⁹, começam a construir, enquanto isso já é em 1978, enquanto os trabalhistas começam a se articular para a construção do PTB, enquanto isso tava o boom das lutas democráticas, tava se lutando pela Anistia, luta pela liberdade de organização dos partidos políticos, a legalidade das organizações estudantis, quer dizer era todo o processo, era o governo Geisel, quando os processos de lutas democráticas estava crescendo bastante [...].

Desse ressurgimento, o entrevistado lembra que o que se dá é uma pluralização das lutas sociais, que vão se produzindo de forma autônoma e que, como a história prova, se encontraram em alguns momentos. A ideia de uma constituinte para substituir a constituição da ditadura, de 1967, aparece no relato. Acerca desse processo das lutas sociais, coloca:

Entrevistado 1: [...] então eu fui ver, como o Olívio em Porto Alegre, em 1977 ou 78 não tenho certeza, o Olívio dá uma entrevista defendendo a constituinte, assembleia constituinte, que começa a tomar, crescer a luta pela constituinte, o fim das intervenções nos sindicatos, enfim pelas liberdades, em São Paulo o comando de greve no ABC também começa a entender que sem uma organização política o operariado também não avançava, que tinha que discutir o poder, e nessa altura já alguns deputados e vereadores pelo Brasil, dentro do MDB, mas que tinham uma visão, então isso tudo começa a configurar.

Da discordância do MEP com relação à defesa de uma constituinte, resulta a saída do entrevistado da organização. A abertura política iniciada no governo Geisel vai estimulando a formação de novos grupos políticos, e o Partido dos Trabalhadores vai ganhando corpo, atraindo para si os grupos de esquerda que estavam ainda dispersos no

⁶⁹ Naquele momento histórico, o MDB agregava a militância de esquerda brasileira, a começando a organizar novamente após o período mais repressivo do regime militar.

processo de reabertura política ou que se situavam dentro do MDB. O MEP, à essa altura, havia trocado de nome para Movimento Comunista Revolucionário (MCR). São esse tipo de organizações e seus militantes que o PT passará a atrair, estabelecendo uma nova dinâmica política. Esse processo o entrevistado rememora:

Entrevistado 1: [...] e o crescimento do PT é interessante, ele vai forçando essas organizações que por mais forte que fossem, elas começam, mesmo não querendo, tendo que entrar, ou seja, se subordinar a agenda do partido, então isso obviamente implica em audiências, nas discussões internas, e disputa interna pela direção do partido [...].

Na ação política de novo tipo, partidariamente organizada, se adaptando à democracia que estava renascendo no Brasil, o entrevistado rememora que esse movimento foi produzindo novas adaptações de sua parte, como foi sendo nas “transições” que realizava a cada novo grupo político com o qual se relacionava, com ações políticas de tipos também diferentes. A rememoração lhe possibilita também, mobilizando sua experiência passada, avaliar criticamente o partido o qual estava construindo.

Entrevistado 1: [...] dentro do PT eu vou sempre, o PT sempre, geograficamente as correntes de direita e de esquerda, e para nós que tínhamos vindo com aquela visão revolucionária, leninista, de organização, de condução para a luta armada, de preparação espiritual, vamos dizer assim consciência, adquirir consciência da luta revolucionária, prevalecia então para nós quem não estivesse nesse campo, era a direita, então nesse período a direita para nós era os sindicalistas, a articulação sindical, e aqueles que fechavam com eles, pouco a pouco isso vai mudando e eu vou entendendo que mesmo dentro do PT, as articulações e as correntes políticas elas não tinham bem clareza, e por outro lado, todo mundo começava a disputar o poder, uns porque achavam que o poder dentro do partido era dar ao partido a direção política revolucionária, enfim para conduzir, a luta por um governo dos trabalhadores, outros porque viram a possibilidade de poder mesmo, para mandar.

A rememoração realizada lhe concede a possibilidade de avaliar seu posicionamento na atualidade, verificando o processo transformativo pelo qual passa, e se inserindo em posições que anteriormente criticava:

Entrevistado 1: [...] mas isso me coloca claro o seguinte né, eu, por exemplo hoje na atual conjuntura, eu acho que radicalizar no sentido de aprofundar aquilo que nós temos que fazer é uma coisa, agora, sectarismo partidário, a esquerda se dividindo, micro grupos, mostra claro a incapacidade de enfrentar isso, tanto que a minha análise é que nós ainda vamos ter ainda um bom período de enfrentamento, então naquele momento lógica lá da VAR-Palmares eu acreditava que era a luta armada, eu chegava a sonhar, acordava de noite, sonhando, eu fazendo treinamento, nós fomos fazer treinamento lá no rio das Antas, eu comprei revolver ilegalmente para mim, eu comecei a, eu fui fazer judô, eu fui fazer brevê, eu já gostava, eu me sentia, eu sempre pensei em ser piloto, eu fui fazer o brevê, fazer curso de pilotagem, cheguei a passar na prova teórica, não fiz a prova prática porque eu fui preso, aí perdi o prazo. Então assim, eu tinha esse desejo, eu tinha sim, eu tinha muita vontade, agora ele vai

se transformando, e aquilo que eu criticava nos velhos comunistas né, que a gente chamava pejorativamente de reformistas, eu sou um deles hoje.

4.2 Entrevista 2

A entrevista de número 2 foi feita com um indivíduo que inicia sua ação política no contexto do início da década de 1960, contexto esse marcado pelas articulações, especialmente em Porto Alegre, onde passa a viver a partir de sua juventude, entre trabalhistas, sob a liderança de Leonel Brizola, e comunistas, organizados, respectivamente, no PTB e no PCB. O entrevistado opta pela orientação comunista, se vinculando ao PCB, agindo politicamente, inicialmente, dentro dessa articulação. Rememora a Campanha da Legalidade, na qual participa ainda jovem. Participa da iniciativa dos “grupos de onze”⁷⁰. Com o golpe de 1964, passa a atuar na clandestinidade, sob as orientações de Brizola, no Movimento Nacionalista Revolucionária, o MNR. Com a ida de Brizola para o exílio, o MNR praticamente se desfaz e seus militantes passam a formar outras organizações de esquerda. O entrevistado vai para a Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. Estando nessa organização, acaba preso pela ditadura, sendo solto em uma lista de presos políticos que foram libertados em virtude do sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi em São Paulo, ação realizada pela VPR e pela ALN. Essa trajetória aparece em seu processo rememorativo.

O entrevistado inicia rememorando sua origem, a data em que nasceu e o local de onde é natural. Pela rememoração, vincula sua história pessoal com a história política do estado do Rio Grande do Sul. A rememoração, de saída, já demarca a relação entre a vida do entrevistado e a história social e política mais geral. Essa demarcação só ocorre, assim como na entrevista 1, em virtude da rememoração se alimentar do já vivido, o lendo com o domínio de saber o que já se passou. O estabelecimento de uma relação entre a vida individual e a vida social (histórica) será retomada à frente, justamente objetivando a produção de sentido da experiência (subjetivação). Com ela, também, a rememoração delimita o entrevistado como alguém que se julga relevante no processo histórico.

Entrevistado 2: Eu sou natural de um município chamado Júlio de Castilhos, nasci em 1942, e esse município tinha o nome de Vila Rica, antigamente, e

⁷⁰ Os Grupos de Onze Companheiros, que também era chamados de Comandos Nacionalistas, foi um movimento com o intuito de arregimentar pessoas para a militância política criados por Leonel Brizola a partir de 1963. Foram uma espécie de tentativa de organização política de militantes para a disputa política naquele contexto. Brizola, após ter sido vitorioso na campanha da Legalidade, percebendo a possibilidade de que novos golpes de Estado fossem tentados, como de fato ocorreu, cria esse movimento com o intuito de organizar a sociedade brasileira para novas tentativas golpistas. Essa tentativa de organização política não consegue evitar a vitória do golpe de 1964, Com isso, praticamente não há, informações oficiais acerca desses grupos, pois muitos documentos relativos a eles foram destruídos pelos próprios indivíduos que deles fizeram parte para que esses documentos não servissem de informação para a repressão política pós-1964 (BRANDALISE & HARRES, 2016).

veio a ser transformado nesse nome de Júlio de Castilhos porque foi lá que nasceu o nosso amigo aqui, o governador, que naquele tempo chamava de presidente do estado, então eles mudaram o nome da cidade, de Vila Rica pra Júlio de Castilhos em homenagem ao governador, acho que ele era vivo ainda quando fizeram isso.

Continua a rememoração acerca da história de sua cidade, a qual tem sua origem, em sua interpretação, na história da Guerra do Paraguai⁷¹. Novamente, aparece o recurso da inserção das questões de sua vida pessoal com a história mais geral. A busca do sentido pela rememoração se dá a partir dessa estratégia de articulação ente dimensão micro e macro operando na experiência social e posteriormente de ação política.

Entrevistado 2: Durante assim a guerra do Paraguai, tu deve ter ouvido falar que houve batalhões, assim chamado de batalhões de voluntários da pátria, quase todas as cidades do Brasil tem uma rua chamado voluntários da pátria. Esses voluntários eram negros escravos, que iam para a guerra sob a promessa de carta de alforria, como tinha aqui nos Farrapos, como não tinha soldo, e a razão era uma coisa assim, a promessa de manter os negros ali era de no fim da guerra, receberem uma carta de alforria para se tornarem não mais escravos.

Rememora que foi uma cidade fundada pelos soldados brasileiros negros da guerra do Paraguai, que estando no território paraguaio lá se depararam com uma cidade de mesmo nome. O processo rememorativo não necessariamente respeita a verdade histórica factual, e as imprecisões na rememoração indicam esse processo. À localidade/cidade que os negros deram o nome de Vila Rica não é lembrada pelo entrevistado, o que coloca em dúvida a veracidade desse processo histórico. Para quem foi feito o pedido para que eles colocassem o nome dessa localidade, “a terra deles”, também não é especificado. Contudo, a instabilidade presente no processo rememorativo não o coloca em cheque, como verificado também na entrevista 1. Essas instabilidades – no caso aqui a possível contradição entre verdade histórica e fato histórico interpretado – são justamente o que compõe o horizonte sentidual produzido pela rememoração. A subjetivação se expressa na articulação dessas diferentes dimensões.

A mudança do nome da cidade também ganha um ar ligeiramente diferente do início da rememoração, dando a entender que quem mudou o nome da cidade para Júlio de Castilhos foi o próprio Júlio de Castilhos, e não o ente difuso “eles”, anteriormente apresentado. Contudo, a rememoração se encadeia, e o entrevistado afirma: “foi o lugar onde eu nasci”.

⁷¹ A Guerra do Paraguai foi um conflito militar ocorrido de dezembro de 1864 à março de 1870. Foi uma guerra travada entre o Brasil, Argentina e Uruguai, articulação denominada Tríplice Aliança, contra o Paraguai. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai. Tem, entre os seus motivos principais, disputas territoriais envolvendo Brasil e Paraguai em seus processos de formação política e geográfica nacional.

Entrevistado 2: E esses negros chegaram no Paraguai e andando por lá, naquela guerra que durou muito tempo, eles viram uma cidade muito linda chamada Vila Rica, que existe até hoje, é a segunda cidade do Paraguai, e aí quando voltaram aqui para a terra deles, que era, ah, então, é, eu não me lembro como era o nome antes, eles pediram, pediram, até que conseguiram botar o nome da cidade de Vila Rica, quando chegou o Júlio de Castilhos, mudou, aí ficou sendo Júlio de Castilhos, foi o lugar onde eu nasci.

De sua história pessoal, rememora, agora articulando a atividade profissional de sua família com uma avaliação retrospectiva que caracteriza o território do Rio Grande do Sul em sua dimensão simbólica continental. Em sua rememoração se inserem conhecimentos históricos que ele adquiriu posteriormente à vivência dos fatos narrados. Com isso, a rememoração objetiva se legitimar como dotada de conteúdo científico, para além da pura vivência pessoal. A rememoração – armada de conteúdo histórico - diz que pela disponibilidade de terras que essa condição colocava, sua família foi uma família de “camponeses”.

Entrevistado 2: Mas a minha família era uma família de camponeses, como é que eu vou te dizer assim, era milhares de hectares, as dimensões daquele tempo não são as mesmas de hoje, tanto que aqui nós, a gente era chamado de continente de São Pedro, pela imensidão. Eles entravam, os portugueses e os espanhóis entravam aqui pela lagoa dos Patos, ali onde eles chamavam de Rio Grande, onde na verdade é a foz da lagoa, e vinham entrando, isso aqui era um pampa infinito, a perder de vista.

Acerca de sua família, a rememora também a articulando com a questão do êxodo rural que as famílias do interior do estado, impelidos pela urbanização e a dificuldade da vida no interior, realizaram. Relaciona, lendo retrospectivamente, de novo, sua vida pessoal para com a história social do seu tempo. Aparecem na rememoração dimensões de conhecimento literário, para além da discussão histórica. O recurso literário, assim como o recurso histórico, objetiva dar sentido à narrativa.

Entrevistado 2: E aí era o continente de São Pedro, e eu sou daquele tipo de família, tu conhece o romancista nosso aqui, o Cyro Martins, ele é o nosso grande romancista, as pessoas fazem muito culto do Erico Veríssimo, mas na verdade o grande romancista gaúcho se chama Cyro Martins, era um médico psiquiatra lá de Quaraí, e ele tem uma trilogia famosa, que se chama o gaúcho a pé. E ele narra esse processo, um processo histórico, de como é que o gaúcho, o homem do campo, de pouca terra, ou tentando ser empregado das grandes estâncias, como é que eles vão sendo expulsos do interior e vem vindo para as cidades para formar esses cinturões de miséria que todas as nossas cidades tem.

Sua família participa desse processo de saída do campo para cidades de maior porte, e vem para Porto Alegre. Porém, o entrevistado interrompe essa memória, e traz outra questão familiar, de âmbito propriamente pessoal, que se deu antes da vinda para a capital. A rememoração, como vimos, apresenta essa instabilidade constitutiva, não respeitando necessariamente uma narração “cronológica” do vivido, embora

normalmente essa dimensão prevaleça. Sua mãe falece com ele ainda jovem, e seu pai, com muitos filhos para criar, o coloca em um seminário. Retrospectivamente, o entrevistado consegue avaliar que isso foi feito sem o seu pai lhe perguntar se queria ou não isso, apreciando e compreendendo no presente a escolha passada de seu pai, diante da difícil situação em que se encontrava. A compreensão presente do ocorrido passado permite a aceitação por parte do agente daquilo que ele não parece ter gostado à época. A rememoração apresenta esse desgosto a partir de uma “conformação” por parte do entrevistado, não colocando em xeque a narração em virtude dessa contrariedade. O sentido da narração se mantém pela transversabilidade da subjetivação.

Entrevistado 2: E a minha família é daquelas que vendeu as terras que tinha lá, digamos de média propriedade, e a gente veio para a cidade, era o destino da, se tu olhar no cancionero gaúcho, tem muita coisa que se refere à isso, na música, e o Cyro Martins tem essa trilogia famosa. A trilogia do gaúcho a pé. O meu pai ficou viúvo, e ele me colocou, achando ele né, não perguntou se eu queria ou não, viúvo com oito filhos pequenos, já pobre, me colocou em um seminário, na quarta colônia.

Dos oito filhos, o entrevistado rememora que não foi o único desses oito à ir para um seminário. Seu processo pedagógico formal se inicia no seminário, pois avalia de forma retrospectiva que foi nesse espaço que ali que se produziram “as primeiras coisas que eu aprendi na vida”. A contrariedade primeira da ida ao seminário se torna, no presente, um momento positivo. O horizonte sentidual, assim, se produz.

Entrevistado 2: Ele me colocou em um seminário lá, em Vale Veneto, que é um lugar, não chega a ser um município, é um lugar, que hoje é ligado administrativamente, então outro município da quarta colônia chamado São João do Polêsine, ali tá cravado de pequenos municípios, tem uma densidade grande ali. E eu fui pra Vale Veneto, para um seminário para estudar para me formar padre, ele não tinha muita alternativa, eu tenho uma irmã que ele colocou em um convento de freira, minha irmã foi freira durante dez anos. E outros, alguns ele conseguia, naquela época havia colégios internos, que hoje não existe mais, alguns ele conseguia botar em colégios laicos. Mas a maioria não, e os seminários eram os que aceitavam adolescentes para estudar de graça para ver se, eles precisavam expandir as vocações né. E eu fiquei, me formei, e as minhas primeiras letras e tudo, as primeiras coisas que eu aprendi na vida foi no seminário.

Em uma avaliação retrospectiva, o entrevistado, mesmo tendo afirmado que o seminário foi um espaço de aprendizado, isso não foi o suficiente para que se produzisse, em sua pessoa, a “vocação” para ser padre, objetivo da instituição. Essas contradições, para além de não colocar em risco o processo rememorativo, é apresentada em virtude de que a vida, tomando o caminho da ação política, possuiu também algumas rupturas. O entrevistado percebe essa não vocação ao longo de seu processo de formação naquele espaço religioso.

Entrevistado 2: Só que eu não tinha muita vocação para padre né, e aí tu vai andando, e tu vai estudando, não tem, quem não tem não tem né.

Do período do seminário, volta para Júlio de Castilhos. Nessa altura, sua família ainda está lá. O processo rememorativo começa a entrar na questão de sua posterior identificação político-ideológica, trazendo a figura da pessoa que lhe estimulou nesse sentido. A seleção de uma pessoa como referência, assim como na entrevista 1, auxilia a contextualização da experiência social do entrevistado. Naquele então, sobre o encontro com essa pessoa, não sabia do que se tratava. A afirmação de que essa pessoa era “comunista” é feita retrospectivamente, e com o intuito de dar sentido a questões posteriores de sua trajetória. A rememoração vai preparando antes o que logo será também rememorado. Aqui, a subjetivação opera.

Entrevistado 2: E aí eu tô lá em Júlio de Castilhos e lá tinha um único comunista, que era casado com uma prima-irmã do meu pai, porque uma cidade típica de fazendeiros né, com uma classe média pequena, e uma diferença brutal entre os mais ricos, e esse comunista, que era o único da cidade, ele tinha o nome de Hugo Canfield, eu não sei se esse nome era alemão, mas era comunista, e era conhecido, ele não fazia segredo para ninguém. E ele tinha uma fundição, era muito ligado à trabalhar com ferro e essas coisas, também a única da cidade, e ele me chamou, o Hugo me chamou e disse “vem cá guri eu quero falar contigo”, e tu me aparece aqui, e “eu já vi que para padre tu não presta”, “porque que tu não aguentou lá?” e eu disse “ah Hugo eu não tinha vocação para aquilo né, eu não senti, senti que não era, se eu fosse ser um padre eu ia ser um padre fajuto”. E ele “não, tudo bem, se não tinha, não tinha”, “e o que que tu vai fazer agora?”, olha eu disse “aqui não dá, não tem mais condições né”, a minha família tava muito destroçada porque morreu a mãe e tal, as crianças foram cada um pra um lado, “eu vou pra Porto Alegre, tem uma tia minha, eu vou tentar a vida lá”.

Dessa conversa, se produz uma indicação para que o entrevistado, vindo à Porto Alegre, procurasse uma pessoa na capital. Dessa rememoração, o entrevistado comenta que ao falar sobre isso fica “emocionado”, indicando no presente um acontecimento passado que lhe foi marcante. A relação passado-presente, permitida pela rememoração, aparece claramente aqui. Ela permite a reinterpretação de eventos passados e a demarcação dos eventos vividos como mais ou menos memoráveis/marcantes para o agente. Na rememoração experiência social, se produz uma hierarquia da importância dos eventos narrados. Ela auxilia na produção do horizonte sentidual, pois organiza o conjunto de vivências e eventos presenciados ao longo do tempo.

Entrevistado 2: E ele disse “eu vou te dizer o seguinte, tu toma muito cuidado com Porto Alegre, porque lá tu pode ser alguém na vida ou pode se tornar um bandido, é muito fácil, lá tem muita droga, tem muito roubo”. E ele disse “eu vou te apresentar, vou te dar um bilhete, vou te encaminhar para uma pessoa lá”, na hora assim ele pegou um papel, lá na fundição, me mandou um bilhete, e eu disse que ia ficar na casa de uma tia minha que morava ali no bairro Azenha, e aquele bilhete eu nem sabia quem era né. Era uma mulher. Aí cheguei na casa da minha tia ali, e deu dois, três dias perguntei daquele

endereço, era aqui na Venâncio Aires, aí fui lá. Cego. Quem era a pessoa que ele me apresentou? Eu fico muito emocionado com isso cara, porque ele me apresentou a poetisa Lila Ripoll⁷².

Retrospectivamente, ele realiza uma interpretação da figura de Lila Ripoll, a articulando com outros momentos e posições político-ideológicas distintas à posição comunista. Novamente, como havia feito com a história de seu local de origem, articula a figura de Lila com a história da política gaúcha. Avalia retrospectivamente acerca dos ataques que o Partido Libertador (PL) recebia de seus adversários, utilizando uma categoria contemporânea para se referir à acontecimentos do passado. O passado lido à luz de elementos adquiridos de forma posterior (conhecimento histórico) operando para a produção sentidual da experiência. Indica um processo de transição política-ideológica de quadros do PL para o PCB, do qual Lila Ripoll foi expoente.

Entrevistado 2: A Lila Ripoll eu tenho aí a antologia completa das obras dela, ela era comunista de carteirinha como se diz, era irmã do Valdemar, e todos eles oriundos do Partido Libertador⁷³, os maragatos, as maragatos foram os federalistas assim chamados, que eram acusados de querer estabelecer a Monarquia, aquilo é uma fake news histórica, idiota, o partido Libertador, os maragatos, foi o partido que deu mais quadros para a formação do Partido Comunista.

Rememora que é a figura de Lila Ripoll que o inicia acerca da orientação político-ideológico do comunismo. Relembra o momento do encontro com ela, assim que lhe conheceu, e a forma direta com que conversaram sobre o assunto. Na impossibilidade de verificação da verdade histórica pela rememoração, que é sempre uma interpretação daquilo que efetivamente ocorreu sob a ótica retrospectiva, podendo respeitar mais ou menos a verdade histórica, o entrevistado diz que, mesmo ainda muito jovem, já estava interessado na figura de Josef Stalin, o líder bolchevique da União Soviética, naquela época, final dos anos 50 e início da década de 1960, já falecido. Stalin faleceu em 1953. Novamente, a rememoração mobiliza a questão da produção de mentiras por parte de opositores políticos por sobre figuras ou instituições históricas.

Entrevistado 2: Bom, a Lila era comunista, e ela me recebeu e tal, eu, imagina, eu tava com 17 para 18 anos, sentei, ela me deu uma xícara de chá, ela era professora de piano, música, viúva, e me pediu que eu contasse minha vida para ela assim como eu tô te contando a minha rapidamente, e ela assim para mim “qual é a curiosidade que tu tem?” eu digo “olha professora, eu tinha muita vontade de conhecer a vida do Stalin, porque dizem que esse cara foi um tirano tremendo”, um cara que comia com talheres de ouro, e que o vaso

⁷² Lila Ripoll foi uma poetisa e comunista brasileira. Nasceu em Quaraí, em 1905, e faleceu em 1967 em Porto Alegre, aos 61 anos de idade. Na zona norte da cidade de Porto Alegre há uma rua que leva seu nome, em sua homenagem.

⁷³ O Partido Libertador (PL) foi um partido político gaúcho que existiu durante dois períodos, de 1928 a 1937 e depois entre 1945 e 1965. Ele era defensor de um sistema parlamentarista de governo e do modelo político-administrativo federalista. Com o golpe do Estado Novo é colocado na ilegalidade e com a volta da democracia no Brasil, em 1945, se reorganiza.

sanitário dele era feito de puro ouro, e ela disse assim “para tu ver como se espalham mentiras e falsidades ao longo da história”. “Tu falou em um nome muito importante para nós, que é o nome do camarada, Josef, não sei o que, Josef Stalin”.

A rememoração desse encontro parecer condensar o processo de contato do entrevistado com ideias e conhecimentos os quais ele até então não conhecia. Certamente, a aquisição desses conhecimentos foi processual, mas na rememoração, através do recurso de demarcação de eventos relevantes na trajetória do agente, aparecem como se tivessem todos vindos de uma vez só. A rememoração realiza o esforço de abreviação do processo temporal, para que de alguma forma ela dê conta das várias dimensões da trajetória do agente no relato apresentado. O horizonte sentidual aqui trabalha a partir do encurtamento do vivido via eventos marcantes. A subjetivação é expressa na apresentação desses eventos. Nesse sentido, o processo rememorativo indica que o mundo das diferentes teorias e da filosofia se abre ao agente com este evento em específico:

Entrevistado 2: [...] e daí ela me deu uma biografia do Stalin, primeiro livro, essa biografia foi feita por uma alemão, Stefan Zweig, esse cara era um judeu alemão que veio morar no Brasil, ele se matou aqui, veio morar em Petrópolis, foi ele que escreveu um livro muito famoso chamado Brasil um país do futuro, e ele fez uma biografia do Stalin, foi a primeira coisa que eu li, e aí ela, ela fazia assim, eu tinha que ler, a Lila propôs né, “isso á pra de noite”, porque de dia eu tava trabalhando, e ela também, “era para de noite”, eu lia um trecho semanalmente, quinzenalmente, eu tinha que ir lá para comentar com ela o que a gente tinha lido e ela fazia a interpretação, até que um dia ela me disse assim “olha, tu não gostaria de reunir mais um grupo de gurizada, teus amigos ali, para a gente formar um grupinho, trazer aqui”, ah, foi pra já eu consegui cinco ou seis caras, e começamos a frequentar a cada dela, e a estudar marxismo-leninismo, e isso aí começou a misturar filosofia direto né, Feuerbach, Max Weber, o Manifesto Comunista, os socialistas utópicos, aí veio tudo né, materialismo histórico, materialismo dialético.

Acerca dessa abertura ao mundo das ideias filosóficas, o processo rememorativo reitera, pela via retrospectiva, a importância da figura de Lila Ripoll na vida do entrevistado, agora articulando a questão da “formação teórica”. Articula que sua identificação como comunista vem desse processo de formação, que Lila lhe proporcionou. A questão da “emoção” reaparece, indicando um vínculo entre a formação teórica e a subjetividade envolvida nesse processo. Da criação de nexos entre esses diversos elementos da experiência, se objetiva o sentido mesmo do relato rememorativo.

Entrevistado 2: Eu graças a presença da Lila Ripoll na minha vida eu tive uma formação teórica bastante sólida, na tenra, na melhor idade que a gurizada tem para aprender que é por volta dos seus dezoito, vinte anos né. E por isso eu me tornei um comunista de carteirinha até hoje. Essa mulher para mim é uma emoção muito profunda, porque ela era uma poetisa muito, muito querida, naqueles tempos né. Hoje a Lila não seria, esse tipo de poesia, não, hoje as coisas, os tempos são outros.

No sentido da relação entre opção política e afetividade, o entrevistado indica novamente a correlação entre esses processos. Com isso, o “partido” passa a organizar sua experiência no mundo. A ação política, claro, inclusa.

Entrevistado 2: Ah não, eu imediatamente após a Lila ter entrado na minha vida, e o carinho e a ternura, e a maneira dela ser, ela era uma mulher dessa idade quando eu conheci, e eu era um pirralho de dezoito anos, e ela não tinha nenhum problema de sentar comigo e ficar ali três, quatro horas conversando entende. E ela pegou esse grupo de amigos que eu levei, isso nos determinou, dois, três, quatro meses depois, a gente já entrasse direto para o partido comunista. E isso se transformou em militância, não era uma coisa assim abstrata, e naquele tempo o movimento comunista era muito unificado, não havia tido ainda o grande cisma, não tinha. O partido era, pra ela, e pra nós, passou a ser a figura, a entidade mística que orientava a nossa vida, e nós fomos criados dentro desse partido com essa disciplina e com essa visão de mundo.

Da opção política, na rememoração apresentada sua dinâmica de forma muito intensa, o entrevistado a articula com a “conjuntura política”, tentando estabelecer uma ordem lógica no relato, Essa tentativa indica a intenção sentidual que a rememoração possibilita e que expressa a subjetivação. Feita a opção pelo comunismo, está apto à atuar politicamente. Uma especificidade histórica aparece, que é a articulação entre trabalhistas e comunistas, “com uma dupla militância consentida entre os dois partidos”, no caso, PTB e PCB. Oficialmente vinculado ao PCB, na cotidianidade da ação política, ela se desenrolará sem fronteiras programáticas muito rígidas, embora as diferenças ideológicas existissem. A rememoração de que a ação política era ideologicamente orientada por um grupo mas praticada por dentro de outro objetiva, mesmo sob essa contradição, o sentido da ação política. As contradições da experiência concreta de ação política não são escondidas pela rememoração.

Entrevistado 2: Juntando com isso a conjuntura política né, que que era a conjuntura política da época? Era muito conturbada, era a Legalidade, isso aí tu deve ter tudo aí, nem precisa falar. E eu entrei pro partido e o partido tava dentro do, evidentemente, o partido, é uma coisa engraçada, o Partido Comunista do Brasil nunca teve juventude organizada, não tinha, não teve nunca, quem tinha era o antigo PTB, aquele lá do Getúlio, mas nós, no decorrer dessas lutas, começando pela legalidade, a gente meio que formou um conglomerado entre trabalhistas e comunistas, com uma dupla militância consentida pelos dois partidos, porque tínhamos um problema comum a resolver, que era, era de evitar o golpe né [...].

O golpe mencionado é o de 1961, que acaba derrotado. É no contexto da crise política aberta com a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, que a ação política do entrevistado se intensifica. A articulação com os trabalhistas é narrada a partir de uma avaliação retrospectiva acerca dos trabalhistas contemporâneos, para demarcar deles distância e dar sentido à escolha da ação política com os trabalhistas daquele tempo.

Novamente, as contradições da ação política concreta são levadas em consideração pela lembrança.

A lembrança da instabilidade política daquele ano de 1961 também é lembrada com uma avaliação retrospectiva sobre a acusação de que João Goulart, pertencendo à burguesia agrária do país, fosse acusado de “comunista” por seus opositores. O sentido é procurado apresentando essas contradições.

Entrevistado 2: [...] quando o Jânio Quadros renunciou, aquilo reforça nossa militância, e nos alarga os horizontes porque a gente começou a se juntar com a juventude do partido trabalhista, não é essa merda de hoje aí, tu tem bem certeza que não tem nada a ver aqueles trabalhistas com essa coisa de hoje né, e eu me lembro bem que em determinado momento dessa trajetória, o pessoal do PTB, o Plauto Rocha, que era o líder deles, da juventude, mais outros caras que eu não me lembro muito dos nomes, olha cara, já começou a reunir gente, e já o homem renunciou, e já o nosso presidente não podia assumir, que era comunista, tava na China, foi mandado pra lá em missão, um dos maiores fazendeiros brasileiros, eles diziam que o cara era comunista, não deixaram, não queriam deixar assumir porque ele ia implantar o comunismo no Brasil.

A lembrança interpreta a derrota do golpe tentado pelos militares em 1961, adicionando informações específicas, ligadas à vivência do entrevistado no acontecimento, do porque essa derrota ocorreu. A lembrança, retrospectivamente, consegue avaliar as articulações que esses grupos político-ideológicos tinham com as forças militares.

Entrevistado 2: Eles queriam matar o Brizola, só não mataram porque o Brizola em um gesto de muita ousadia levou para dentro do palácio do governo o cardeal, o arcebispo, e deixou o cara meio, não sequestrado, mas tava meio lá, porque é do lado ali né, e ali tem uma comunicação, não sei se tu sabe, ali tem uma cripta, na catedral ali, que se comunica com a rua do Arvoredo ali, com a rua Fernando Machado, e se comunica com o palácio por porões subterrâneos. Então o arcebispo tava lá dentro do palácio, e o pessoal da Base Aérea⁷⁴, com o qual a gente já tava perfeitamente entrosado, sargentos né, não permitiram que os caras bombardeassem o palácio. Eles tinham dois problemas, os sargentos iam boicotar os aviões e eles iam bombardear o arcebispo, tu entendeu. Aí não aconteceu, e foi possível acabar com aquela história daquele golpe, daquele primeiro golpe, nós nos formamos assim.

Sobre o movimento da Legalidade, acrescenta um momento em esteve diretamente envolvido, lançando mão da caracterização política relativa à esse movimento, do que ela era para aqueles que agiram politicamente para a derrota da tentativa de golpe produzida naquele então.

Entrevistado 2: E pra nós o momento culminante foi quando houve uma revoadada de gente, saímos ali do mata-borrão, e cercamos o Palácio porque correu o boato de que o comandante do III Exército ia visitar o governador, e aí a gente achava naquele contexto, já tinha uma junta militar formada, que ele

⁷⁴ A Base Aérea referenciada na fala do entrevistado é a base da Aeronáutica situada na cidade de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre.

ia lá para prender o Brizola, quando na verdade ele foi lá para aderir à Legalidade, e nós cercamos lá e não ia deixar ele sair, claro, não ia deixar sair, mas ele não foi com tropa, ele foi com uns três ou quatro carros, aquele carros pretos, e ele aderiu, e aí aparece o Brizola, com a mulher, com a dona Neusa, o arcebispo, e o general Machado Lopes⁷⁵ numa daquelas janelas do Palácio, e ele faz esse comunicado para nós que o General tinha acabado de declarar ao seu apoio à Constituição, porque era disso que se tratava, apoiar a Constituição só, tinha um presidente e um vice, o presidente renunciou, quem é que tinha que assumir?

Movimento da Legalidade vitorioso, a rememoração prossegue, acompanhando os acontecimentos. A vitória dessa campanha é avaliada como parcial, pois o presidente João Goulart é pressionado para adotar o modelo parlamentarista no Brasil, lhe retirando poderes. Porém, na rememoração, o interlocutor avalia que a própria sociedade brasileira não desejava aquele modelo. A demarcação da inexistência de um desejo social acerca do modelo parlamentarista se articula, posteriormente, com a avaliação, retrospectiva, da derrota política sofrida em 1964. A rememoração já prepara o terreno da produção sentidual de algo que acontecerá posteriormente.

Entrevistado 2: Nós continuamos com a militância no partido, o governo do Brizola terminou, o Jango foi pra Brasília, ele para assumir ele teve que assinar aquele acordo né, sabe que acordo que ele assinou né, com a junta militar, para implantar o regime parlamentarista. Aqui ninguém queria que ele assinasse, o Brizola não queria, fez um escarcel, não queria que ele assinasse, mas ele assinou, e colocou, e botaram o regime parlamentarista, e imediatamente depois de assumida as rédeas do governo, o presidente João Goulart começou a articular um plebiscito, para ver se era aquilo mesmo que o povo queria ou não, porque ele foi colocado na ponta da baioneta, ele disse “eu quero saber se é isso que o povo brasileiro quer ou não”. Claro que não queria.

O processo rememorativo encadeia a descrição do momento pré-golpe de 1964, avaliando, de forma retrospectiva, a sensibilidade de Brizola acerca da continuidade de articulações para uma nova tentativa de golpe de Estado no Brasil. A sensibilidade do líder político opera como elemento sentidual para quando o golpe se consumir, na rememoração ele se apresenta sem surpresas. A subjetivação transversalmente vai encadeando os fatos.

Entrevistado 2: E o Brizola vai para o Rio de Janeiro, termina o mandato dele aqui e ele vai para o Rio de Janeiro, que que ele vai fazer no Rio de Janeiro, se ele era um gaúcho típico? Ele foi lá, se candidatou a deputado federal pelo Rio, transferiu o domicílio pra lá e se candidatou à deputado, fez na época seiscentos mil votos. E ele foi pro Congresso e sentiu que tavam tramando, viu que, tudo leva a crer que tavam conspirando contra o presidente.

⁷⁵ José Machado Lopes foi um general brasileiro, nascido no Rio de Janeiro em maio de 1900, e falecido na mesma cidade em março de 1990. Integrou a Força Expedicionária Brasileira durante a 2ª Guerra Mundial integrou a FEB, posteriormente se tornando o comandante do III Exército, sediado Porto Alegre. Fez oposição à tentativa golpista de 1961, se tornando uma das figuras mais importantes no apoio militar à Campanha da Legalidade.

Brizola mesmo deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, vinha à Porto Alegre, em virtude do contato político com a militância trabalhista e comunista. O agente rememora um desses encontros, reiterando sobre a sensibilidade de Brizola a respeito da conjuntura política do país:

Entrevistado 2: A partir de um determinado momento diz o Brizola pra nós, a gente conversava muito em privê com ele, além dessas coisas publicas né, a gente, a gurizada da juventude trabalhista, como nós, os jovens comunistas, íamos muito conversar em privado com ele. E ele diz assim “olha eu acho, eu não posso dar um prazo, mas eu acho que eles tão preparando uma coisa muito complicada, e o presidente tá muito indeciso”.

Da conjuntura conturbada, o entrevistado rememora que Brizola mobiliza à formação dos Grupos de Onze Companheiros, pois a tentativa de João Goulart de montar um “esquema militar⁷⁶” era, por Brizola, vista com desconfiança. Na rememoração, aparece uma dimensão estratégica da ação política, pois o agente traz uma suposta fala de Brizola que explica o motivo desses grupos serem formados por onze indivíduos. A explicação dessa estratégia objetiva, mesmo com sua derrota pelo golpe de 1964, apresentar um sentido para a ação política como resistência social. A instabilidade prática da política não impossibilita a produção sentidual do relato rememorativo, transversalizado pela subjetivação.

Entrevistado 2: [...] e aí o Brizola disse para nós assim “não dá pra se basear nesse esquema militar porque ele é muito desconexo, e a gente não tem acesso, eu que sou deputado federal não chego em um quartel a qualquer hora, entro e falo com um general, não é assim que a banda toca, eu tenho que pedir audiência, nós temos que fazer uma organização nossa”. E aí ele propôs esse modelo, não sei se tu já ouviu falar de organizar o povo em grupos de onze pessoas. Qual que era a ideia do Brizola? Vamos nos organizar em grupos de onze, “já vou explicar pra vocês porque onze”, “porque o povo brasileiro gosta muito de futebol, é fanático por futebol, e onze é o número exato de um time completo de futebol, então nós vamos organizar o povo em grupos de onze, e em cima desse grupo fazer uma progressão geométrica, vocês formem um grupo, vejam quem vai ser os mais aptos para coordenar o grupo, discutam, estudem, vejam a realidade, leiam os jornais, se informem bem, e depois cada membro do grupo saí e forma um segundo grupo, e assim sucessivamente”, e o que que isso ia formar? Uma multidão.

O entrevistado previamente na rememoração havia dito que a ação política dos comunistas, naquele contexto, era desenvolvida praticamente junto com os trabalhistas que, pela liderança de Brizola, tinham maior protagonismo político. Contudo, surge na rememoração um fato acerca da orientação que o PCB dá ao entrevistado (e

⁷⁶ João Goulart, tendo assumido a Presidência da República após uma tentativa de golpe, tenta articular um esquema militar que basicamente era a colocação de comandantes militares em postos-chave que impossibilitassem mais uma tentativa golpista, ou se ela fosse tentada, realizariam uma contraofensiva rápida e possivelmente vitoriosa.

provavelmente deu à seus outros militantes) sobre os grupos de onze de Brizola. A rememoração, assim, demarca uma diferença entre a ação desses dois grupos político-ideológicos, valorizando a orientação do PCB, do qual o entrevistado fez parte. Para além da inexistência de contradições, a política é feita com elas. O relato rememorativo as espelham.

Entrevistado 2: E aí o partido nos chamou e disse “olha nós estamos observando a evolução desse trabalho que vocês tão fazendo, nós achamos que o trabalho é válido, é meritório, mas tem um erro aí, ele tá pedindo, reunir o grupo, mas como é que vocês fazem?” bom, vamos reunindo a gurizada e tal, quando tiver onze caras, fazemos uma ata de fundação, com o nome de cada um, o endereço, quem sublinha, os dois primeiros da lista, que eram os dois responsáveis, e pega essa ata e envia para a Mayrink Veiga⁷⁷, e aí o partido disse “não façam isso, é um erro grave, e se der um golpe de estado eles vão pegar tudo isso”, e foi o que aconteceu, muita gente aqui no Alto Uruguai aqui foi presa por causa disso sabia? Por causa dos arquivos dele lá na rádio, porque quando deu o golpe, primeira coisa foram lá e pegaram, acabaram com a rádio, e nós, eu não mandei, por essa advertência que o partido nos fez eu não mandei.

A rememoração segue, e traz, novamente, a lembrança de um encontro com Brizola em que o entrevistado continua lembrando acerca das advertências dessa liderança política acerca da possibilidade de um golpe de Estado. Eis que a rememoração chega no derradeiro momento, depois de encadear, a partir da rememoração e sua instabilidade, os eventos que vão levando à esse fato politicamente relevante. A avaliação retrospectiva acerca da sensibilidade de Brizola para a política é reiterada.

A efetivação do golpe de 1964 contribui à elaboração da avaliação retrospectiva, que se alimenta de ter em posse, no presente, do que efetivamente se passou.

Entrevistado 2: Aí o Brizola vai e diz assim, mandou nos chamar, olha o homem quer falar com a gente, ele chegou de Brasília, tá cansado, mas ele quer ter uma coisa que ele quer transmitir pessoalmente, e pediu para nós ir lá, que fosse alguns do partido comunista e alguns trabalhistas. Não me lembro onde foi o lugar que ele nos conversou. Disse “olha companheiros, tá cada vez pior, a articulação dos golpistas tá muito forte, e o presidente continua batendo cabeça, tô muito preocupado, então eu quero propor para vocês, vou começar a anunciar a partir de amanhã na rádio, para nós fazer um congresso dos grupos de onze aqui no banhado do colégio, vamos ver quantos somos, porque não vai dar tempo de ficar organizando eternamente, isso vai, antes que a gente consiga, antes que o galo cante eles saem”, ele tinha essa visão assim né, e nós começamos a preparar esse congresso, e já lá, conseguiram até patrão e mato para fazer uma terraplanagem lá, e aí, porque os grupos não eram gaúchos, eram nacional, eram de todo o Brasil, mas com mais força no Rio Grande do Sul, porque aqui era a terra dele, e com mais força no Alto Uruguai, lá no Alto Uruguai, porque lá tinha uma herança muito forte da coluna Prestes, então nós

⁷⁷ Rádio Mayrink Veiga foi uma rádio do Rio de Janeiro fundada no ano de 1926. Foi uma rádio em que apareceram talentos da Era do Rádio, quando esse era o principal canal de comunicação da sociedade brasileira. Durante a década de 1930 foi líder de audiência no país, especialmente a capital fluminense. Em 1961, ela participa movimento da Legalidade e, posteriormente, defenderia as Reformas de Base de João Goulart. Com esse histórico, após o golpe de 1964, o presidente Castelo Branco a fecha.

começamos a preparar, eu mesmo fui lá no banhado do colégio duas ou três vezes, tavam fazendo uma terraplanagem, pra reunir, era milhares de grupos de onze que ele pretendia reunir, para dar uma demonstração de força, o golpe veio antes né, nós não conseguimos fazer o congresso, iniciando o ano né, em 1964.

No pós-golpe, o entrevistado relata certa apreensão pela ausência da figura de Brizola, e pela lembrança diz que “o Brizola aparece, mas já aparece no Uruguai”, pressupondo que nesse tempo em que ele ficou desaparecido, Brizola deveria estar em contato com outras figuras históricas para sair do país ou tentar algumas ações de resistência. Essas até foram tentadas. Porém, a derrota é lembrada a partir dessa avaliação retrospectiva que sentencia que “não dava mais”.

Entrevistado 2: Aí, na sequência desses acontecimentos, passou um mês e pouco, eu não sei te dizer exatamente quanto tempo passou, o Brizola aparece, porque ele era o nosso grande líder né, só que a gente não sabia nada dele, mas passou um mês e pouco, o Brizola aparece, mas já aparece no Uruguai, entende, ele já tava lá, o Jango mandou buscar, o Jango tinha um avião, uma avioneta e um piloto. E ele mandou buscar o Brizola aqui, o avião desceu aqui na praia de Cidreira, e levou, e o Brizola foi, porque ele tava, ele ficou na casa do professor Lemos ali na Duque de Caxias, e qual era a visão que o Brizola tinha na época, ele achava que dava para organizar um contragolpe, ele tinha essa ideia fixa na cabeça, e não dava mais, mas ele tentou muito, muito, e nós todos juntos e aqui houveram pelo menos de três a quatro tentativas de contragolpe, sérias, misturando paisano com militar, principalmente com os brigadianos, porque o coronel Leme que tinha sido o chefe, comandante em chefe da Brigada no tempo do Brizola era um cão de guarda do Brizola, então a Brigada tava toda ela nessa tentativa aí, e nós, os paisanos, a gente já tinha também tarefas definidas, pra quando, no dia do estouro do contragolpe a gente já sabia o que fazer, o meu grupo, tinha que tomar aquele quartel ali o 18 RI, em frente ao, do lado da igreja São Jorge ali, e assim sucessivamente.

O processo rememorativo indica a desistência dessas primeiras tentativas de resistência. O agente credita esse processo de desistência à articulação dos militares com o “serviço de inteligência” dos Estados Unidos.

Entrevistado 2: Nós passamos muito tempo, nós perdemos quase todo o ano de 64 nessas tentativas, e o serviço de inteligência, aí entrou o serviço de inteligência americano né, aí eles, eles abortaram todas as nossas tentativas. Claro que nenhuma deu certo, a tal ponto que nós paramos, e aí o cara que nos coordenava aqui disse “olha tu vai lá e fala pro homem que não tem mais essas tentativas de contragolpe, não tem, não tem, tem muita gente presa, e dá errado, eles tem um serviço de inteligência”, porque os americanos nisso eles são muito bons, eram muito bons, agora não sei se são, acho que são ainda, o serviço de inteligência, deve ser um dos melhores do mundo ainda né.

Com a saída de Brizola do país⁷⁸, que era quem orientava a ação política da militância trabalhista e comunista, lembra o agente, fica sem uma referência. Dos remanescentes dessa militância, se produz o processo de fragmentação da esquerda

⁷⁸ Em princípio Brizola se exila no Uruguai, indo posteriormente para a Europa.

brasileira que, na avaliação retrospectiva do entrevistado, “não tinha outra”, desembocará na ação política via luta armada.

Entrevistado 2: [...] e nós aqui ficamos meio que, era uma organização que não tinha comando, aconteceu tudo isso né foi aí que eu, e quase todo mundo do MNR, fomos nos reagrupando em São Paulo e fundamos a nossa organização que foi a Vanguarda Popular Revolucionária, concomitantemente à isso, o Marighella tava trabalhando sem que a gente soubesse pra sair do Partido Comunista e fundou a Aliança Libertadora Nacional, ALN, e aí começou a luta armada, não tinha outra, não tinha muito outra, nós começamos a abrir fogo mesmo, maio de 68 foi a revolta estudantil, é nós começamos no início de 68, ou no segundo semestre de 67, porque foi muito difícil tu reaglutinar tudo nessas condições né.

Ainda acerca do trecho acima, a rememoração é instável acerca de quando exatamente eles iniciaram “a abrir fogo mesmo”. Também, não especifica se quando começaram a fazer ações armadas a organização já havia sido criada. Uma hipótese que podemos levantar, mas que não foi investigada no escopo dessa tese, em realidade é uma pergunta que a investigação aqui realizada suscitou, é qual o papel que um contexto político conturbado – no caso da ditadura militar, onde a violência estava presente – joga na produção das lembranças/memórias sobre esse contexto e as consequências que ele pode ter no processo rememorativo daquela experiência.

Com relação à rememoração da luta armada, a estabilidade se apresenta na avaliação retrospectiva que é feita sobre ela. Na rememoração, aparece as divergências das táticas de ação política adotadas, relacionadas às influências histórico-teóricas de cada grupo que se originava dos outros grupos – normalmente partidos – anteriormente existentes, mas com a ditadura colocados, paulatinamente através dos AIs, na ilegalidade. O AI-5, por sua vez, jogava sua ação política na clandestinidade.

Entrevistado 2: Pois é rapaz, a luta armada, esse problema, complicado, porque o PC do B, nessas alturas já tinha separado, o PC do B achava que a gente era um bando de estudantes, porra loco, indisciplinados, que eram uns aventureiros, e nunca quiseram conversar conosco, nem articular, nada, e começaram a fazer escondido, eles levaram quatro cinco anos preparando a guerrilha do Araguaia, mas a gente sabia e não sabia ao mesmo tempo. Que eles não queriam que a gente soubesse, e quando estourou o problema lá, que foi aquele genocídio que eles sofreram lá, nós não pudemos nem ajudar, porque não sabia nada, então o PC do B não conta nisso aí, porque eles achavam que eles tinham a verdade suprema da revolução, eles eram apoiados pelos chineses, era aquela teoria da guerra popular prolongada, do cerco da cidade pelo campo, e a nossa linha era a do foco guerrilheiro, que foi, o foquismo, que foi teorizado por um francês chamado Régis Debray, que baseava basicamente a teoria do foco era muito simplista né, formar uma coluna de homens com um programa na cabeça e um fuzil na mão e vai guerra de movimentos, guerra de coluna, tipo guerra coluna Prestes assim, mas a coluna nossa nunca foi de cavalaria, já não dava mais também, não dava pra repetir a coluna Prestes, a coluna Prestes foi feita em 1927, agora nós tamo em 67, e nós fomos pra esse lado do foco guerrilheiro, tanto nós como a ALN.

O entrevistado rememora que a VPR se origina especialmente de militares e civis de esquerda orientados por essa articulação entre o trabalhismo e o comunismo, que com a ausência forçada de Brizola. A maior identificação com o a ALN de Carlos Marighella, se comparada com o PC do B – justamente resultado de um racha do PCB -, se dá porque ambas organizações (VPR e ALN), foram construídas por quadros do PCB. A rememoração coloca que ambas organizações eram diferentes “vertentes” de uma luta social essencialmente comum.

Entrevistado 2: O que que nós tivemos, nós ficamos com a nossa organização, que era a Vanguarda Popular Revolucionária, e o Marighella ficou com a ALN que era um pessoal dissidente do Partido Comunista, a gente não tinha nenhuma, como é que eu vou te dizer, nenhuma divergência fundamental, eram diferentes vertentes do movimento social e do movimento político que levava à formação dessas duas organizações. A nossa organização que era considerada militarista, porque ela vem da juncado dos sargentos, dos marinheiros, dessas viúvas do Brizola que ficaram sem organização, tanto que o nosso principal organizador em São Paulo era um sargento do Exército, que morreu aqui no parque nacional do Iguazu.

O entrevistado rememora sobre a ação política da VPR, trazendo em primeiro plano a estratégia dos sequestros de embaixadores para pressionar a ditadura militar. Com eles, a esquerda brasileira conseguiu libertar presos políticos que, ao saírem dos cárceres do regime, em geral, iam para exílio. O próprio entrevistado, preso em São Paulo, é libertado a partir de uma dessas ações.

Entrevistado 2: Que que a VPR fez assim de coisas mais importantes? O primeiro sequestro de embaixador que houve aqui pra libertar preso, onde saíram quinze companheiros, foi feito pelo MR-8, que era uma pequena organização que havia no Rio de Janeiro, tiraram ali quinze presos, entre os quais quem era liderança de massa né, foi o Zé Dirceu, que era presidente da União Estadual de Estudantes em São Paulo, Gregório Bezerra, que era um grande dirigente, das Ligas Camponesas do nordeste, e depois a VPR sequestrou mais três embaixadores, sequestrou o embaixador japonês quando eu saí, eu tava preso, quando sequestraram o embaixador americano eu já tava preso, mas eu não era um cara conhecido, eu nunca fui líder de massa na época, nas sombras, então eu não tinha como entrar naquela lista. [...] E a VPR se notabilizou por esses sequestros, primeiro nós tiramos, deixa eu ver uma coisa, vinte, com mais cinquenta, setenta, nós tiramos setenta e cinco presos da cadeia, nesse sistema aí, de gente, gente condenada, torturada, não, eu tava no corredor da morte.

Da rememoração da opção, como ação política, da luta armada, surge uma avaliação retrospectiva a respeito da ditadura, possibilitada pela experiência da derrota já vivida.

Entrevistado 2: A nossa luta foi uma luta, sempre digo, a luta contra a ditadura foi uma guerra suja, porque nós nunca tivemos o direito de enterrar os nossos mortos, sabe como é que o Marighella foi enterrado né, eles só tiraram ele da sarjeta, que ele caiu assim, que a polícia matava e ia embora né, não levavam nem para o IML, como seria de, seria de, até a lei manda, bom a polícia mata

um cara aí, um bandido qualquer, o que que eles fazem com o cadáver, eles são obrigados à levar pro IML, mas lá eles não levavam nada, deixavam.

Nesse mesmo sentido, avaliando retrospectivamente.

Entrevistado 2: [...] e até hoje tem muita gente que apoia isso sabe, esses dias encontrei um velho aí, bom não bato mais boca, com a idade que eu tenho né, nem devo, mas a ditadura militar brasileira foi isso né, e foi um regime de muita corrupção, isso eu posso te garantir assim, eles dizem que não né.

4.3 Entrevista 3

A entrevista de número 3 foi realizada com um agente que inicia sua ação política, assim como os outros entrevistados, no contexto da ditadura militar. Na juventude, acompanhando tangencialmente o movimento estudantil, posteriormente engajando-se no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR. O PCBR foi resultado de um racha realizado em 1968 no Partido Comunista Brasileiro, realizado especialmente por figuras como o jornalista Mário Alves, o historiador Jacob Gorender e o militar Apolônio de Carvalho. Sua origem respeita a dinâmica de divisões da esquerda brasileira naquele período. Em sua orientação política defendia a criação de um novo partido marxista que remodelasse a orientação do PCB, sobretudo acerca da exigência a de uma aliança com a burguesia para posterior revolução socialista, conhecida como etapismo, ou seja, a articulação com a burguesia seria uma etapa necessária à ocorrência do processo revolucionário de esquerda. Paradoxalmente, o PCBR defendia também que a revolução socialista não se daria de forma imediata, mas a partir de um trabalho que articulasse a guerrilha rural, a qual oficialmente o partido não chegou a concretizar, e a atividade de conscientização da população (de massa) urbana. Mesmo sendo um racha do PCB, os horizontes político-ideológicos e a linguagem mesma acerca da política eram muito semelhantes.

Contudo, a entrevista realizada com um agente que participou do PCBR, apresenta mais a instabilidade da ação política instabilidade sob as condições da repressão, exemplificada na rememoração acerca das tentativas constantes de estabelecimento de contatos com lideranças do PCBR, do que o efetivamente realizado pelo partido. Se destacam entre essas ações, assaltos à banco como forma de financiar a luta contra a ditadura, realizada na clandestinidade. Ações essas que eram realizadas, muitas vezes, a partir da articulação de agentes das outras organizações clandestinas, como, por exemplo, a ALN. Com isso, o PCBR, sofre intensa repressão da ditadura entre o período dos anos 1968-1974, apresentado no capítulo anterior como o momento mais repressor da ditadura militar. Durante esse período o PCBR será praticamente desmantelado.

Após a instável participação no PCBR, o entrevistado rearticula sua ação política a partir do contato com representantes da Igreja Católica influenciados pela perspectiva social da Teologia da Libertação, orientando sua atuação para o trabalho de, em suas palavras, “formação”. Com isso, o agente entre em contato com temas como o

mundo sindical, a educação popular e, posteriormente, a economia solidária. A partir do envolvimento com esse trabalho de formação política, vai se articulando com diferentes organizações, especialmente no meio sindical. Nesse processo, se aproxima do Partido dos Trabalhadores e, com a eleição de Lula em 2002, vai trabalhar com os temas anteriormente citados no governo federal. Passemos à análise de seu processo rememorativo.

A rememoração tem como ponto de partida a lembrança de seu contexto geográfico de origem. De saída, ela produz a elaboração de uma interpretação acerca da contradição do nome do lugar com a realidade concreta daquele espaço.

Entrevistado 3: Eu sou de uma cidadezinha do nordeste, de uma região chamada de Brejo né, e lá você tem o litoral, zona da mata, você tem o agreste, você tem o sertão, então o brejo é uma região, a palavra brejo significa oásis em árabe né, o que é uma coisa assim paradoxal porque é uma região com muita água né, muitas frutas né, são vales, serras, que ficam entre o agreste que é o semiárido, e o sertão, então fica ali no meio, e eu nasci lá, Brejo da Madreus o nome.

A rememoração apresentada permite ao entrevistado aprofundar uma interpretação da história social de onde nasceu, processo comum com outras entrevistas analisadas, como no caso da anterior à essa. Assim, o agente, pela rememoração, comenta também acerca de características históricas do local. Com isso, aparecem os personagens que socialmente constituíram a região. Indígenas, fazendeiros, escravos e portugueses aparecem, e tentando se aproximar do que foi, em parte, o processo de formação histórica do Brasil, o processo rememorativo diz que aquele espaço produziu a “mistura” entre esses grupos.

Entrevistado 3: [...] é uma cidade construída por uma ordem religiosa, até hoje duas ordens disputam quem realmente que levantou a cidade, e era uma cidade habitada pelos índios xucuru-cariri, era a nação indígena de lá, tinha fazenda de fazendeiros né, então tinha muito escravos, o brejo tinha muitos escravos, tanto que lá tem uma cadeia que é a segunda maior cadeia de Pernambuco, a primeira era de Olinda, que era exatamente por isso, devia ter seiscentos, setecentos escravos, e os fazendeiros tinham muito medo de revolta e essas coisas, então tinha esse lado da repressão muito acentuado, e o outro de europeus que chegaram lá, que era um portugueses, então a mistura de índio xucuru com negros e portugueses né.

Contextualizada as macro dimensões geográficas e históricas, o processo rememorativo concede à possibilidade de rememorar a dimensão micro da vida familiar, especialmente no período da infância. Aparecem seus pais e suas respectivas filiações, com a rememoração, selecionando para apresentar o que ela estabelece mais relevante para contextualizar melhor sua experiência familiar.

Também, estabelecida anteriormente na rememoração que a região não era concretamente um brejo, pelo contrário, apresentava fartura em termos de natureza, essa característica reaparece, articulada na forma como o entrevistado aproveitou isso em um determinado período da vida. A caracterização rememorativa anterior em relação à essa compõe um horizonte de sentido. Ambas, articuladas, se retroalimentam. Sem a primeira, essa segunda não se sustentaria.

Entrevistado 3: Eu nasci lá em 1º de outubro de 1950, que meu pai tinha vindo do campo, a família dele, tinha um sítio né, um sítio é uma pequena fazenda, e minha mãe era filha de um comerciante, que tinha uma espécie de um bar que vendia de tudo, desde cachaça, bacalhau, bacalhau na época era, bacalhau pra pobre digamos assim, bolacha, essas coisas assim, uma mercearia, a gente diria hoje né. E eu nasci lá em 1950, já tem setenta e um anos, e fiquei por lá, a vida era muito boa né, uma boa parte eu passei no sítio da minha vó, porque os meus pais tinham a casa e tinham o comércio, eles tinham uma loja, vendia várias coisas, guarda-chuva, chapéu, na época todo mundo usava chapéu, calçados, e coisas de mercearia, perfumes, e não sei o que, e tecido sobretudo né, calçados também, então praticamente tinha de tudo ali. E eu ficava um tempo no sítio né, porque já tinha outros irmãos, e eu ficava com a minha vó, mão do meu pai, a vida no sítio era uma maravilha né, a época o sítio era, como tinha as várzeas, tinha muita água, um clima muito bom, então era muitas frutas, frutas assim que você não conseguia imaginar, aquelas frutas lá do nordeste, e a vida era ali, com os, os filhos dos moradores pra cima e pra baixo.

A rememoração traz uma ruptura com o período da infância, marcado pela boa vida no “sítio”, em virtude da necessidade de uma irmã sua continuar os estudos em um nível que a cidade em que moravam não apresentava escolas aptas nele. A caracterização do sítio como um espaço prazeroso, se reforça de sentido quando ele tem que ser abandonado. O processo rememorativo não dá exatidão do ano em que essa ruptura ocorreu, apenas indica que isso se passou entre o fim da infância e o início de sua adolescência. Articulada à essa inexatidão, a rememoração realiza uma comparação entre as características do local de origem, de onde saem, e a cidade na qual chegam. Comparação que complementa o sentido da caracterização anteriormente rememorada. O processo rememorativo apresenta uma instabilidade, mas logo retoma uma dimensão onde as informações apresentadas possuem mais exatidão. O procedimento da comparação com informações em que o agente possui uma memória mais fixa auxilia a rememoração a afastar-se da inexatidão. O processo rememorativo, instável, normalmente procura se afastar dessa instabilidade. No terreno onde as informações falham, a rememoração normalmente se distancia dele.

Entrevistado 3: [...] até quando foi necessário começar os estudos, aí eu vim pra cidade né, e aí a vida na cidade, isso foi até uns dez anos, quando meus pais saíram, porque tinha uma irmã que precisava seguir os estudos e a cidadezinha não tinha colégio, se fazia, chegava em um nível de estudos, aí você parava né, e aí se mudou para outra cidade, uma cidade maior, que é a segunda de

Pernambuco, que é Caruaru, possivelmente nós chegamos por lá em 1961, por aí assim, e aí você já tinha uma outra cidade né, o agreste, é a capital do agreste, é seco, que não tinha água, então você não tem indústria, o problema de falta de água era permanente, então era outro tipo de cidade.

É nesse ponto que aparece, pela primeira vez, na rememoração algo relacionado, de maneira geral, à política. Apresenta-se, especialmente, os diversos grupos vinculados à esquerda que o processo rememorativo diz que já realizam sua ação política anteriormente à 1964. O PCB como referência da esquerda brasileira naquele período aparece. Da lembrança dos grupos que ali já agiam politicamente e que se deparam com o golpe de 1964, a rememoração descreve que o entrevistado, pela idade que tinha à época, não foi afetado por esse evento. Seus pais, em um primeiro momento, não lhe fazem chegar a ocorrência do golpe de 1964.

Entrevistado 3: [...] o que você tinha por ali era minifúndios né, pequenos minifúndios, era uma cidade que nesse período tinha uma certa tradição de luta, você tinha lá o Partido Comunista Brasileiro, pessoal da Igreja, que já vinha da JUC, era a JUC principalmente, a faculdade de Direito, aí você já tinha um, toda uma discussão, porque era o período do Jango né, era o período do Jango né, então tinha uma geração de esquerda que vinha do período do Juscelino, então a cidade tinha um debate político e cultural muito interessante, tinha poetas, gente de teatro, então essa área cultural era muito interessante, ligada à universidade, e classe operária, principalmente tinha uma grande indústria, mas não tinha trabalho, e esse pessoal do campo, enfim, aí a partir de, isso é, quando houve o golpe, quando houve o golpe eu tinha, 1964, eu tinha treze anos, então foi uma coisa que, como muita gente da minha geração, passou simplesmente, com doze, treze anos, não tava metido com política, nem tavam meus pais, não tinha relação com a política, meus pais eram pessoas simples, e trabalhavam, e queriam que os filhos estudassem, e enfim, era, era o senso comum na época, uma classe média baixa digamos assim né [...].

Da ausência da relação de seus pais com a política, a rememoração apresenta outras pessoas do âmbito familiar que agiram politicamente em seu tempo. Novamente surge uma inexatidão acerca de quem foi esse “parente”, de que parte da família ele vinha. Esse tal parente teve um irmão que também se envolveu politicamente. Diz que isso era de conhecimento seu núcleo familiar. Contudo, não a ponto de, nesse sentido, os influenciar. No fluxo rememorativo, a apresentação dessa relação de parentes pela política antecipa a descrição da produção do interesse por política desse mesmo núcleo, quando passado o momento imediato do golpe, as informações sobre o ocorrido começam, via rádio, a chegar para eles. A rememoração estabelece, desse modo, a política como um pano de fundo do conhecimento familiar, o que permite posteriormente rememorar acerca de como o evento político que marcou aquele período os alcança. A rememoração trabalha expressando a constituição de sentido, antecipando temas que posteriormente serão rememoradas relacionados à experiência social do entrevistado.

Estabelecido, via rememoração, que o evento chega ao seu núcleo familiar, é possível ao entrevistado acompanhar, ainda que de modo difuso, a situação social e política do período.

Entrevistado 3: na cidade, na época do Estado Novo tinha um parente que era médico, que teve preso, tinha um outro que morava em Pesqueira, na época, ali em 1935, quando houve o Estado Novo, 1937, ele teve um irmão que participou daquela revolta popular em Natal, quando o Partido Comunista assumiu o poder por três dias em Natal né, e esse irmão dele foi preso, foi muito torturado, então a gente sabia de coisas assim que eles contavam, mas não tinha muita ideia, mas é muita rápida a evolução, porque em 1965 já quando depois do golpe, um ano depois do golpe meu pai, e amigos, e parentes tavam sempre ali no rádio, escutando o rádio falava muito, da destituição do Jango, do próprio Arraes⁷⁹ que era o governador, e falava de Goiás também, o Mauro Borges que tinha, enfim então você tinha uma notícia, eles comentavam, e falavam sobre tudo aquilo, e daí você começa aí a acompanhando um pouco.

O processo rememorativo chega à adolescência e à lembrança do período no espaço escolar, praticamente dois anos após o golpe – chegando à adolescência as memórias já apresentam mais exatidão. Surge na rememoração o movimento estudantil, que atuava contra as orientações da ditadura. A ação política com esse movimento é realizada a partir das iniciativas que o movimento estudantil organiza, especialmente na escola em que o entrevistado e a irmã estudavam. A rememoração apresenta essas iniciativas com o intuito de articular o entrevistado na ação política desse movimento, ainda de forma inicial. O horizonte da ação política, anteriormente rememorado como um presença difusa, ganha contornos mais claros.

Entrevistado 3: [...] mas 1966 aí já modifica né, porque aí já, desde o, o secundário, que a gente chamava do científico, você passa a ter um movimento estudantil que já começava uma agitação né, então não tinha como, não tinha como você ficar fora disso, e além do mais do ponto de vista cultural também tinha todo o problema da repressão, minha irmã terminou o secundário, a turma dela queria o Chico Buarque de paraninfo né, aí foi proibido o Chico Buarque, aí aquela coisa né, a política dos militares de censura, aí você não conseguia comprar livros, tudo isso, logo em seguida ao golpe, depois liberaram muito dessas coisas, até 1968, então ali você já tava envolvido, com os estudantes né, era o 7 de setembro, a gente não queria desfilar no 7 de setembro, fazia um bagunça terrível, de manhã quando cedo que saía pra, eu não sei hoje como é, mas pra ir ensaiar o desfile né, saía cinco da manhã pra fazer aquilo logo cedo, e a gente fazia uma bagunça total naquele negócio, o colégio botava de, o bedel, aí botava um sargento né, e a gente começava a fazer gozação, chamava de sargento tainha, tudo, então você tinha ali uma movimentação, que era as primeiras coisas né.

⁷⁹ Miguel Arraes (1916-2005), ex-governador de Pernambuco. Arraes se elege governador desse estado em 1962 pelo Partido Social Trabalhista (PST), que tinha o apoio do PCB e de alguns setores à esquerda do Partido Social Democrático (PSD). Derrota João Cleofas, da UDN, que representava as oligarquias canavieiras de Pernambuco. Os militares, após o golpe de 1964, o obrigam a renunciar, no que ele se nega, em virtude disso sendo preso no dia 1º de abril daquele ano.

Identificamos que a rememoração, na questão da contextualização sócio-histórica e familiar, apresenta um ritmo mais lento, sem apresentar uma espécie de preocupação em chegar em determinado ponto do relato rememorativo da experiência de vida do agente. Contudo, quando o entrevistado, passa a rememorar os eventos que se relacionam com o tema da política e com o evento político organizador de sua ação nesse sentido – a saber, o golpe militar de 1964 -, especialmente a partir da mudança da família para Caruaru, a rememoração ganha um ritmo acelerado, com o entrevistado alinhando na rememoração um ano a ano, e como cada um deles foi lhe afetando em termos do contato e da opção pela ação política. A rememoração, expressando a subjetivação, se preocupa em estabelecer nesse ano a ano o que vai influenciado o entrevistado, na conformação de sua escolha peça ação política contra a ditadura por dentro de uma organização clandestina. O fato do entrevistado saber que a entrevista se interessa, em maior medida, por sua atividade política – dimensão que foi comunicada à todos os entrevistados nos contatos que o pesquisador realizou para entrevista-los – parece influenciar esse relato rememorativo em específico em, nesse ponto, apresentar menos instabilidade acerca das informações fornecidas, assim como em apresentar um ritmo maior quando temporalmente o relato chega no período da ditadura propriamente dito. O evento político organizador da experiência é um estimulador à constituição de sentido. Dessa forma, da rememoração de aspectos do ano de 1966, o relato vai à 1967, selecionando a memória da questão da “leitura” que ao entrevistado se descortina. Retrospectivamente, ele avalia que o contato com determinado autor e obra lhe permitem qualificar a compreensão do contexto histórico do país. A difusionalidade de compreensão do contexto social e político permite a constituição de sentido de um momento posterior, onde essa mesma compreensão vai se incrementando.

Entrevistado 3: É 1967, aí já tem muita leitura, muita leitura, porque circulavam muitos documentos, e em 1967 liberaram um pouco os livros que tavam censurado, eu me lembro, eu entrei em uma livraria à prestação os doze volumes do Caio Prado Júnior né, da Brasiliense, capa dura, aquilo ali dá uma base muito boa porque é estudos sobre o Brasil, além da questão da lógica dialética, uma visita que ele fez à Rússia, mas basicamente estudando, estudando o Brasil nas obras dele né, a economia, a formação histórica, as lutas populares, então aquilo dava.

O processo rememorativo, colocado o contato com a leitura enquanto ferramenta de qualificação da compreensão gradual do contexto histórico que rodeava o entrevistado, propicia a rememoração de outros fenômenos que naquela quadra histórica estavam se produzindo. Mudanças na política, na sociedade, na cultura, no comportamento são apresentados na rememoração após o início do processo de entrada

nas leituras relacionadas à esses temas. Para dar sentido à possibilidade de instabilidade da memória – ou seja, se distanciar da instabilidade-, a rememoração vai de um conjunto de informações que possibilitem à compreensão subsequente de outro, que normalmente agrega elementos anteriormente não apresentados. São rememorados elementos de fatos e/ou personagens internacionais, com a rememoração indo no sentido da confirmação da abertura de horizonte cultural do agente. Rememoração se direciona, assim, à constituição sentidual do que está apresentando (subjativação).

Entrevistado 3: Então a gente, tinha a leitura do que vinha do colégio, dos professores, e uma leitura paralela, além de muitos documentos que circulavam né, então essa época aí você já tinha ideias sobre, sobre Cuba, o Vietnã, as lutas que tavam ocorrendo, e toma um espaço enorme na vida da gente a figura do, do Che Guevara né, e na cultura era toda essa música popular, Cinema Novo, Glauber, aquilo, a gente tava sempre acompanhando aqui, o Caetano, é, o pessoal do samba, e os Beatles também, os Beatles tinham um peso enorme também, principalmente o Lennon, mas no início eram todos eles, então tinha uma coisa de comportamento que tava mudando profundamente né [...].

Da dimensão macro das mudanças, a rememoração seleciona a relação delas com a dimensão micro da vida cotidiana do entrevistado. Confirma-se novamente a abertura de horizonte cultural, reforçado pela lembrança de que isso afeta o seu próprio comportamento com aqueles com os quais vivia. A ação política, em primeiro lugar, foi uma ação difusa contra valores e comportamentos tradicionais naquele então.

Entrevistado 3: E já tinha uma rebelião contra os pais né, eu me lembro, eu cheguei em casa, e se entrava na sala, tinha uma televisão, em cima tinha um retrato do meu pai, em uma moldura, naquela que você coloca em um suporte, eu tirei, e botei o Che Guevara, você imagina, quando ele chegou em casa, então você tinha uma coisa assim, a coisa da religião, já não tinha mais interesse, em casa você tomar benção não sei o que, tudo, então você já tinha uma ruptura nesse campo também, que ela era, ela era muito importante.

1966 e 1967 são os anos em que o processo rememorativo elenca em suas intensidades, exemplificadas na rememoração, da primeira lembrança do golpe de 1964, das descobertas intelectuais, da percepção da dinâmica de transformação social daquele período. Através do processo anteriormente descrito – de um conjunto de informações viabilizando à rememoração subsequente de outro – o entrevistado chega ao ano de 1968, rememorando sua articulação com a disputa política propriamente dita. De uma vez só, aparecem as disputas com a direita política, a existência de discussões a respeito das formas da ação política, as diferentes organizações de esquerda, compondo assim um horizonte sentidual propiciado pela rememoração (subjativação).

Entrevistado 3: E aí 68 sim, 68 já tava, já tinha discussões, eu ia acompanhando o movimento estudantil, participava, tinha os quebra-quebra com o pessoal da TFP, Tradição, Família e Propriedade, no centro da cidade tudo né, mas a gente se antenando né, ir pra um canto, conversar aqui e ali, e

tinha um pessoal que no colégio que eu tava já tava organizado né, nessa época já tinha discussões, qual o caminho, se é a luta armada, se é o caminho pacífico, do Partido Comunista, principalmente, as leituras, e circulavam muitos os documentos, clandestinos, das organizações, então lá tinha uma presença da Ação Popular, o Partido Comunista [...].

Da dimensão macro à micro, a rememoração apresenta a inserção do entrevistado na ação política no quadro histórico do período, com o surgimento de um contato que se estabeleceria com ele acerca da possibilidade de ingressar no PCBR, um racha do PCB. Retrospectivamente, o entrevistado consegue fazer uma leitura do processo de formação do grupo, vinculando a história do grupo com outros momentos históricos de “luta” na região que a organização pretendia agir politicamente. Essa leitura da formação do grupo só é possível pela rememoração.

Entrevistado 3: [...] e foi surgindo então o PCBR, isso aí dependia muito de como as articulações se davam em Recife né, e eu tinha um, no colégio alguém que tava duas classes na minha frente, e que vivia muito em Recife, e depois foi estudar em Recife, mas tava sempre em Caruaru porque ele era de lá, e enfim, em determinado momento chama pra gente fazer uma conversa, com as pessoas que vinham de fora e aí então você vai ter, o PCBR tinha sido fundado em 1968, com a reunião em Niterói, abril de 68, e tava então se estruturando, então essa conversa que eu fui, era com gente já na clandestinidade, eram quadros do, dois quadros do PCBR, pra um trabalho que eles iam desenvolver ali na zona da mata, que é uma área de sindicatos rurais, camponeses, tinha muita tradição de luta, Palmares, Catende, era essas cidades das usinas de cana-de-açúcar, onde havia tido muita luta antes do golpe, muita repressão ocorreu ali, então tava se tentando reestruturar alguma coisa.

Da miríade de organizações surgidas no período, se inicia o processo de escolha de uma delas, para possibilitar a continuidade da ação política. Anteriormente difusa, agora com um nome oficial que organizaria a experiência dessa ação para o entrevistado. Retrospectivamente, a avaliação que o PCBR organiza a ação política aparece. Comparativamente, e esse foi um elemento presente em outras entrevistas, o movimento estudantil sempre foi de uma ação política difusa, em virtude provavelmente de sua dimensão/escala ser muito grande. As organizações clandestinas organizam a experiência também por que sua escala (número de indivíduos) diminui. A rememoração, via avaliação retrospectiva, de que, agora, seria “um outro tio de militância” objetiva, por comparação, dar sentido à esse novo momento da ação política pela qual o agente decide se engajar. O trecho abaixo indica esse processo de mudança organizativa da ação política:

Entrevistado 3: Então a gente começa um outro tipo de militância, que a gente se afastava do movimento estudantil, que se participava das lutas que tinham tudo, mas não tinha algo de tá ligado à um órgão estudantil, alguma coisa assim, ali, então ali a gente começa algo diferente, você começa a delimitar a sua área, de ter praticamente toda semana contato com um responsável da organização, pra desenvolver uma série de atividades [...].

O processo rememorativo, porém, mesmo intencionando a demonstração da organização da ação política a partir do engajamento produzido no PCBR, não elimina a continuidade concomitante, mesmo que em um curto período de tempo – ao longo do ano de 1968 até dezembro do mesmo ano - da participação em atos ainda ligados aos estudantes. A questão da difusão da ação política nesse grupo aparece. A lembrança do que faziam no ano de 1968 confirma um momento da rememoração anteriormente apresentado, relacionado com o tema da mudança e questionamento de valores tradicionais. Mudança começada antes, lembrada antes, continuada, a rememoração a busca novamente.

Entrevistado 3: [...] e aí, depois de 1968, em dezembro quando tem o Ato 5 aí o quadro é muito mais complicado né, nós fizemos o capeta em 68, não ter o 1 de maio pra nosso colégio, primeiro de maio não, o sete de setembro, o diretor disse, “essa gente não, nós não vamos desfilar, porque é uma bagunça essa gente aí nós vamos passar vergonha”, fazia o diabo dentro do colégio né, e já tinha um pessoal assim de tirar professor, questionar professor de religião, o que depois seria moral e cívica, essas coisas, então a gente ficava ali em cima pra desmoralizar os caras, com perguntas, discussões, tinha uns que inclusive desistiam né. E o pessoal que botava uns artefatos, umas pequenas bombas no banheiro, aí explodia aquilo era uma coisa, era isso a coisa do movimento estudantil.

Contudo, em seguida, o processo rememorativo realiza rapidamente a comparação entre os diferentes tipos de ação política: “a organização era outra história né”. Retrospectivamente, essa avaliação é possível. A partir desse processo de organização, aparecem as iniciativas e os contatos que a organização ia começando a fazer.

Entrevistado 3: [...] e o partido, a organização era outra história né, então primeiro era, se chamava o esquema rural, esse trabalho a ser desenvolvido por camponeses na zona da mata, com camponeses, também nas cidades, pra ter os pontos de apoio, então lá a gente tinha, é, o pessoal da universidade, você tinha gente de igreja, padre, que davam apoio, você tinha, é, poucos trabalhadores, tinha contato com um químico, com um outro cara que era camponês, tudo, ali então a gente, pessoal da área de cultura, a gente ia montando as coisas devagar né, devagar porque a repressão era muito grande, e super clandestino né, super clandestino, eu por exemplo tinha contato com esse cara que era o responsável, depois eu soube o nome dele, Luis Alves Neto, que já vinha lá de Moçoró, era bancário, foi do Partido Comunista, com o golpe ele terminou se deslocando, e terminou lá pela zona da mata, Gravatá, ele vivia ali próximo, e era um profissional, era um cara clandestino, e era um profissional, vivia o, ele, recebia recurso para fazer o trabalho, ele era procurado pela polícia, ele e a esposa dele [...].

Apresentada a opção pela ação política no PCBR, o entrevistado rememora acerca da localização dessa organização nos conjunto de debates e estratégias desse tipo de ação política. A rememoração descreve as intenções assumidas da ação política da organização. É esse processo, contudo, que permite ao entrevistado avaliar a dificuldade

de concretizar essas intenções. Aparece, acerca dessa dificuldade, a repressão estatal como elemento articulado à essa ação.

Entrevistado 3: [...] e o PCBR a linha que tinha definida não era de luta armada imediata, era de preparar pra luta armada né, é uma coisa que devia ter uma sustentação popular, então no campo, a ideia que tinha naquela região era os comandos de engenho, que era uma ideia de ter uma organização autônoma no meio operário e camponês, então ali reunir cinco, dez camponeses, engenho, isso era muito difícil, esses caras que tinham esses contatos, era muito difícil, porque você entrar numa área daquela era muito difícil, esse companheiro ia, ia vestido quase como um camponês, porque, eu por exemplo, se entro ali numa cidade dessas naquela época, era descer do ônibus, de um automóvel, você tava imediatamente preso porque, porque eles viam que você não é, você não é daquela área né, era muito difícil.

Da questão da repressão, a rememoração relaciona diretamente esse tema com a questão das “quedas” que o PCBR teve. Daí, a apresentação da possibilidade de um “racha” no seio da organização, relacionado justamente com a questão da opção pela luta armada, diante da pressão da repressão política. A divisão, segundo o entrevistado, teria se dado por uma tensão entre pessoas mais antigas ligadas à ação política, e a ala “mais jovem” do PCBR. Para delimitar essa diferença, a rememoração se direciona à figuras históricas que compuseram a organização, com seu histórico progresso de ação política, estabelecendo uma linha de continuidade de sua ação no momento anterior ao PCBR, em outros momentos históricos, e no contexto mesmo desse grupo, nos anos 60 e 70.

Entrevistado 3: Então a organização todo ano tinha uma queda grande, grande de, principalmente em Recife, e em Recife também tinha, como em outras capitais, um pessoal que decidiu avançar a questão da luta armada, então essa foi uma discussão, ali em 1970, de que o PCBR possivelmente ia rachar em nível nacional, porque as grandes lideranças que eram o Apolônio de Carvalho, militante que lutou na Espanha na resistência contra o fascismo, na França, era um coronel, ele, o Jacob Gorender, que era um professor de São Paulo, e que lutou na Força Expedicionária Brasileira, os caras com muita experiência, viveram na Rússia, essa coisa toda, anos e anos de militância, eles achavam que não deveria se partir pra luta armada imediata, mas tinha um pessoal mais jovem, um pessoal mais jovem, e mesmo o principal dirigente que era o Mário Alves, que era um jornalista, um grande intelectual, era baiano também, eles eram amigos, e que achava que não, a gente tinha que apressar, ele na verdade era pressionado pelo pessoal mais jovem da organização.

Continuando a rememoração, em um esforço sentidual, a parte mais jovem da organização, anteriormente citada, é apresentada em sua posição socioeconômica e meio de origem. Meio de origem que é expandido para outros locais do país onde se criaram organizações clandestinas.

Entrevistado 3: Ele andou então pro Recife, andou pelo nordeste, e lá as bases tavam agitada, a maioria da militância era classe média, estudante, aí, claro que você tinha operários, camponeses, mas a base mesmo da resistência armada à ditadura veio do meio estudantil, em todos os locais.

O processo rememorativo mobiliza a figura de um dirigente do PCBR para ampliar a descrição daquele contexto histórico, com a apresentação de outros personagens daquele então, vinculados à outras organizações. Avaliando retrospectivamente, o entrevistado realiza uma interpretação do processo pessoal e político de uma liderança da esquerda brasileira daquele período, delimitando um ponto específico na vida dessa liderança como o momento de sua mudança de posição. Intenciona, assim, na busca do sentido da rememoração, a articulação entre uma diversidade de manifestações que, na realidade histórica, se deram, na maior parte das vezes, em separado. O trecho abaixo exemplifica esse esforço de constituição de sentido do relato:

Entrevistado 3: [...] o Mário Alves também andou em Cuba né, então ele possivelmente nessa reunião que seria em 1970, em 70 ia se dar essa discussão, possivelmente, não sei, a gente não sabe. O que ocorreu é que eles foram presos antes dessa reunião. O Mário Alves foi assassinado, em janeiro de 1970, isso depois dos militantes terem feito um assalto, e já começaram a fazer as ações armadas, porque o pessoal do Marighella, a Ação Libertadora Nacional já em 1967, já tinha essas ações, o Marighella andou naquela grande reunião que houve em Cuba, e quando ele voltou já tava decidido né, à época o que tinha ainda era uma discussão em torna da corrente revolucionária, antes desses atos, antes de criar o, 66, 67 era isso, a corrente revolucionária, que reunia todos os quadros e grupos que discordavam do pacifismo do Partido Comunista, ou do PC do B, e aí eram as dissidências né, ocorrendo, e tavam discutindo o que que nós vamos construir, como vai ser a luta, mas quando o Marighella voltou de Cuba ele já, já tava na outra linha, que não era mais construir um partido, era uma linha diferente, toda a complexidade da, do que o Marighella tentou construir no Brasil, ao passo que o PCBR era de você ter um partido né, partido com outra estratégia etc. etc., que não fosse à coisa do velho partidão, e aí então o Marighella saiu na frente, e depois foram surgindo outras, dos nacionalistas, militares, a VPR, a Var-Palmares, MR-8, então foram surgindo muitos grupos, muitos agrupamentos, rachando o PC do B com a Ala Vermelha, surgiram muito e muitos grupos assim, grupos pequenos, que se juntavam por uma questão técnica, tática, pra desenvolver uma ação, desde sequestro, assalto à banco, tudo isso né.

Da rememoração da pulverização da esquerda brasileira e suas escolhas em termos de ação política - processo que se dá com mais intensidade entra 1968 e 1970, mas que tem iniciativas antecedentes à esse período, como o entrevistado relata – o interlocutor traz à lembrança do processo de “queda” das lideranças do PCBR, o que dificulta a ação da organização. A rememoração traz um elemento pitoresco acerca do PCBR em específico, que teria produzido na repressão um sentimento de “ódio”. O entrevistado, assim, produz uma justificação à posteriori do próprio processo de queda da organização.

Entrevistado 3: Bom, e aí o, em 1970 houve essa queda, que eles prenderam praticamente o comitê central, poucos escaparam, mas mataram o Mário Alves, prenderam o Apolônio, prenderam o Gorender, e outros dirigentes também, daí veio um segundo, um segundo comitê central, mas aí esse pulso, essa pulsão pelas ações armadas ela já tinha, já tinha tomado conta. Eu por exemplo não tinha treinamento militar, e tava com esse quadro, que era o meu responsável,

o Luís e a esposa dele, a Natália, a Natália em Moçoró, antes do golpe ela trabalhou na questão da alfabetização na linha do Paulo Freire, nas cooperativas, então, era uma outra concepção política né, e enfim, essa coisa do militarismo tomou conta, e o partido começou a realizar ações né, de um tipo ou de outro, até tentou sequestrar o cônsul japonês em Recife, mas o PCBR tinha uma coisa que toda ação armada tinha o azar de envolver um policial, um policial, e isso eu acho que alimentou um ódio muito grande na repressão.

O entrevistado rememora acerca da possível principal consequência que o contexto de repressão política operada no ano de 1970 produziu em sua vida, lhe forçando à se mudar para o estado do Rio de Janeiro. Aquele contexto foi marcado por uma intensificação da repressão social, que praticamente era realizada sem critérios legais, aparecendo na rememoração a dimensão da simples identificação de um indivíduo com outro que a ditadura suspeitava estar envolvido com alguma organização, já bastava para o governo poder pegar qualquer pessoa. A rememoração nesse momento se prolonga, articulando um conjunto de informações e situações, que desembocam em sua partida atribulada, juntamente de sua companheira, para o Rio de Janeiro. Da profusão de informações, a manutenção de um relato com sentido se dificulta, mas ao fim, desemboca em um evento que finaliza um período de sua vida. O longo trecho a seguir apresenta essa rememoração:

Entrevistado 3: Então em 1970 surgiu a ideia desses grupos todo, de formar uma frente revolucionária popular, era pra enfrentar as eleições de 70, com a palavra de ordem do voto nulo, “eleição é a tapeação, luta armada é a solução”, era isso, era esse o slogan, e voto nulo né, e em 70 a repressão então prendeu no Brasil todo pessoas que já tinham sido presas, e pessoas que eles suspeitavam, fizeram um arrastão nesse negócio, e Caruaru que era uma cidade pequena onde eu tava prenderam quarenta pessoas, a esquerda toda em Caruaru não tinha quarenta pessoas, mas fizeram, foi um arrastão, se tu já foi preso, tava solto, qualquer coisa, eles foram lá e prenderam, suspeitavam devido à campanha do voto nulo né, e foi presa gente nossa né, simpatizante, que era um nível que a gente tinha, um cara com quem você tentava ganhar, passava documento, e vários mandaram avisar ó, avisa o Cláudio que só perguntam por ele aqui, que eu levava uma vida com uma namorada que tinha sido da AP, antes do golpe, e enfim, a igreja, era católica, porque tinha sido da JUC, Juventude Universitária Católica, e ali a gente levava, ela era professora, e eu não vivia muito na festividade né, conversava com as pessoas no centro da cidade tudo, e os contatos, o contato que eu tinha era uma coisa clandestina digamos assim, quando encontrava alguém, o cara andava do meu lado, a gente tinha as precauções, então era gente de fora né, mas com a, com o pessoal mais festivo que tinha na cidade eu não tinha contato, porque era cara que vivia falando, fazendo discurso, não sei o que, não sei o que, e a repressão fichava essa gente né, e se essa gente te visse e você tá com eles nos bares tudo, a repressão “então esse cara também”, mas eles tinham, tinham as dúvidas né, e na mesma época, tinha caído, sido preso, um camponês desse comando, e ele sabia, tinha um contato tal, em Caruaru, mas não sabia o meu nome verdadeiro, então a gente juntou os pedaços, eu sentei com o, com o pessoal, eles disseram “bom, tem dois caminhos, ou ir pra clandestinidade, e os dados que nós temos aqui é que dura seis meses esse negócio, em seis meses o pessoal tá caindo

quando tá clandestino, ou ir pra outros estado”, que é o que eles faziam muito, aí você como é que você faz, vê um lugar que você possa ir, e aí tinha parentes da minha esposa no Rio de Janeiro, aí nós viemos pro Rio de Janeiro, uma saída, uma epopeia pra sair de lá de ônibus, essas coisas todas, mas chegamos no Rio [...].

Diante da mudança geográfica para fugir da repressão e continuar a vida, o entrevistado rememora acerca da ajuda que buscaram no novo estado. O processo rememorativo estabelece uma relação entre a ajuda buscada no Rio e contatos políticos prévios de sua esposa ainda na região nordeste, com o entrevistado estabelecendo sentido entre ações de diferentes momentos de sua vida. Relações que são passíveis de serem construídas retrospectivamente.

Entrevistado 3: E tinha um pessoal de igreja, a gente foi buscar apoio, e fomos, a minha esposa foi ver o Dom Eugênio Sales, eu fui com ela, mas fiquei fora, ela quem entrou pra conversar, e ela disse que a primeira pergunta que ele fez é se ela tinha sido de algum grupo, e ela disse que tinha sido da Ação Popular, era o pessoal de esquerda da igreja né, o Betinho, aquela turma toda, e ela teve muita, muito contato com o Fernando Santa Cruz, Eduardo Colier, todo um pessoal que foi assassinado nos anos 70 pela ditadura, porque era um pessoal da AP e, alguns foram pra APML, que era um racha pra luta armada da AP né.

A rememoração vai de uma situação de dificuldade para um conforto inicial propiciado pela ajuda da igreja. O processo rememorativo seleciona a questão do contato com algumas obras e leituras que pode conhecer e fazer a partir desse contato. Da instabilidade a rememoração vai à uma situação mais estável, facilitando seu percurso de realização. Comparativamente, o parágrafo acima, quando a rememoração se detém sobre o processo de mudança, a própria rememoração se mostra, ela também, mais instável.

Entrevistado 3: [...] era uns padres que tinham sido presos, porque eram muito ligados aos movimentos populares, a repressão pegou esse pessoal e nós fomos lá e encontramos ele, padre Agostinho Preto, um cara que vivia com esse negócio de pastoral operária, uma figura, era gaúcho inclusive, de Encantado, mas vivia no Rio, e lá ele, é, ali eles passaram a dar um apoio, nós fomos também à CNBB, era o Dom Ivo, Dom Aloísio, esse pessoal todo, e lá tinha gente que apoiava, Justiça e Paz, tudo, eu tava desempregado, de vez em quando eles ajudavam, e minha esposa eles conseguiram colocar em um colégio, em Santa Tereza, e ela tinha um cargo bom na diretoria inclusive, e eu pegava muito livro, chegava uns livros interessantes pro Dom Ivo Lorscheiter, o Teologia da Libertação veio em espanhol pra ele, e lá tinha uma senhora chamada dona Cecília, era secretária dele, e ela “ó, chegou esse livro Cláudio, eu acho que é interessante, e o Dom Ivo não tem tempo pra tá lendo isso agora, leva, depois você devolve”. Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido, em espanhol também, que era proibido aqui né, e aí eu começava a ter acesso a umas obras interessantes assim, que me impactavam muito né.

A primeira metade da década de 1970 é rememorada como a mais turbulenta da vida do entrevistado, segundo a rememoração analisada até aqui. Turbulência que instabiliza o próprio esforço rememorativo. No período intenso da repressão, a

rememoração não se demora. Com isso, o entrevistado rapidamente direciona a rememoração para o que ele avalia ser uma “outra etapa na vida”. Muda, em síntese, a forma da ação política pela qual se engajará e passará a realizar a partir desse novo momento. Se anuncia na rememoração o relato das mudanças sociais e políticas que o próprio Brasil começaria a passar a partir da segunda metade da década de 1970. Nessas mudanças, o processo rememorativo foca em inserir, nelas, o entrevistado. Ele relata:

Entrevistado 3: 1975 daí, acabou, e eu comecei outra etapa na vida né, esse padre me botou pra um estágio em um centro ecumênico de documentação e informação, que era um organismo de igreja, ecumênico, e era latino-americano, tinha gente espalhada pelo mundo inteiro, exilado daqui, dali, e eu fui pra documentação desse, e lá a gente começou a produzir, lendo os jornais, começou a produzir material que mandava pra Europa sobre, pros exilados, exilados, operários exilados, não eram muitos mas eles eram bem organizados, sobretudo na França, e pra comissões de fábrica de São Paulo, como a Wolks através do Frei Romeu Dávila, que tinha o Instituto Vergueiro em São Paulo, fazia formação, e era uma documentação enorme também, e aí começou a mudar, 1975, quando eu fiz aniversário em 1975, vinte e cinco anos, aí eles me contrataram, e em 1975 com esses padres, a gente já tava fazendo formação, formação, formação de base, viajava de um canto pra outro, onde era possível de fazer.

Acerca desse processo, a rememoração continua:

Entrevistado 3: [...] e em 1975 exatamente quando eu fui contratado foi criada a Comissão Nacional da Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra, e aí com esse padre em 1975 a gente fazia trabalho de formação nos bairros, de vez em quando em outro estado, acompanhava a oposição metalúrgica de Volta Redonda, então eu comecei, aquele livro que eu li do Paulo Freire, 1971, que era do Dom Ivo, me deu um impacto aquele negócio né, eu digo pô mas tá fazendo um troço de vanguarda né, com a boa vontade, toda uma série de valores, o engajamento, mas o povo não tava nem aí com esse negócio, e aí eu começo, nesse centro, tem um grupo de educação popular, gente que tinha trabalhado em Pernambuco com o Paulo Freire, e outros que trabalharam no MEB no Maranhão com os camponeses, e gente que tinha contato com o Conselho Mundial das Igrejas em Genebra onde tava o grupo do Paulo Freire né, tava o Marcos Arruda, o pessoal, Claudio Ceccon, então tinha um grupo grande ligado ao Paulo Freire, e ali a gente, e tinha uma documentação né, que eu era, trabalhava ali, o que entrava de material, não tinha censura pra aquilo, aí entrou coisa do Mariátegui, que eu não conhecia, e na época eu já vivia ligado em alguns marxistas heterodoxos né, como Ernest Bloch, essas coisas assim, a própria Escola de Frankfurt, e ali entrava material da América Latina toda né, porque esse centro era uma articulação latino-americana, e tinha encontros, porque tinha uma sede também em São Paulo, no colégio Sion, que foi onde fundaram o PT depois.

O processo rememorativo começa a seguir uma linearidade na descrição dos eventos vividos. A estabilização política constante após a segunda metade dos anos 70 no Brasil é rememorada com mais estabilidade. Essa estabilidade estimula a própria rememoração a lembrar que se tratava de um processo de reorganização do que se havia perdido no momento mais repressivo.

Entrevistado 3: Em 1976 a gente já circulava pelo Brasil, eu vim aqui em Caxias, e aqui nós tivemos uma primeira reunião que juntou as oposições sindicais, e Caxias em um centro chamado Condor, e um padre chamado Orestes, e um outro, que foi até deputado esse padre, ele faleceu o ano passado, é o pessoal que articulava, era da Ação Católica Operária, aí eu comecei, Pastoral Operária, JOC, acompanhar a JOC Nacional, fazer formação onde era, reorganizar esse negócio, e o debate era muito análise de conjuntura, o socialismo, a questão do partido, o que é a sociedade, era esse o debate, então a vida ali passou a ser totalmente diferente, era andar pelo Brasil, nunca tive trabalho localizado, nosso trabalho era nacional, e o pessoal da oposição sindical que tava fora do Brasil mandava muito material pra nós, eu virei especialista em comissão de fábrica, oposição sindical.

A rememoração relaciona diretamente a narração da retomada de ações da sociedade civil, a questão da anistia política, parte e resultante desse processo. Aqui a entrevista chega no que a historiografia desenha como o terceiro momento cronológico do período da ditadura, apresentando no capítulo anterior.

Entrevistado 3: [...] e também em São Paulo, bom aí quando vem a Anistia, já em 1978, esse pessoal todinho, era uma rede no Brasil, nós chegamos a montar oito centros de educação popular, em oito estados né, a sede era no Rio. Então ali começamos a receber dinheiro desses organismos da Europa, centrais sindicais tudo, em 78 fizemos um trabalho imenso no Brasil, vários estados, discutir a nossa plataforma, falar, fazer encontro, algumas coisas escritas.

Aparece na rememoração essa demarcação do processo de retomada das iniciativas e lutas da sociedade civil como um processo incremental, que vai intensificar o trabalho com o qual o entrevistado estava relacionado. Na narração aparece a pluralidade de atores e movimentos daquele momento histórico. O processo rememorativo, em seus limites, realiza o esforço de citar vários deles como partícipes do processo histórico, mas sem especificar o que cada um realizava. Nitidamente, a rememoração se empenha na articulação dessa pluralidade e dinamicidade social e política, especialmente em termos de atores e iniciativas produzidas no período. Dela, no esforço de constituição de sentido, a rememoração faz esse processo desembocar na primeira tentativa de eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989.

Entrevistado 3: Foi em um crescendo né. Em 84, quando vem a campanha das Diretas, tinha muita gente na rua, aí a coisa enlouqueceu, era você andar o Brasil todinha para fazer curso sobre socialismo, autogestão essas coisas, uma coisa impressionante. 84, 85, 86, a questão da Constituinte, nós fomos trabalhar também essa questão, então tinha uma rede de educação, e aí vários centros se articulavam né, no da Constituinte lá nós criamos centros de educação popular, nove, com recursos pra fazer cursos de formação pra criar comitês populares pró-Constituinte né, então se criou, tinha um movimento nacional, tava lá pra São Paulo, e nós fazíamos o trabalho de formação, com recurso pra fazer atividade no Rio Grande do Sul, fazer atividade em São Paulo, etc etc, e publicar material, e aí nós pegamos o Claudio Cecon, que é esse que tinha trabalhado no Pasquim e veio da Europa, trabalhou com o Paulo Freire e ele fez as cartilhas tudo, e aí você trazia a CPT, a Pastoral Operária, o MST, as forças todas se articularam né, já tinha o Partido dos Trabalhadores também, o nosso grupo tinha quatro dirigentes do PT, operários, camponeses,

e enfim, então ali foi grande aquele negócio. 86, 87, até 89, veio a campanha do Lula, aí depois de 89 aí o quadro mudou.

O processo rememorativo volta atrás e assinala onde, profissionalmente, o entrevistado estava em termos de ação política, que desde meados dos anos 70 a rememoração indicou, anteriormente, que havia mudado de orientação. Indicada previamente essa reorientação, a narração suporta sentido. Em termos da produção de sentido na rememoração, ela retraz a questão da “luta armada”, a partir do interesse que o entrevistado teve em voltar à essa questão e a estudar, após ter agido politicamente em uma organização que compôs aquele período. A rememoração, primeiro apresentando esses momentos de ação política em separado, agora os articula estabelecendo uma linha de relação e continuidade entre eles.

Entrevistado 3: [...] eu em 88 eu já tava na CUT Nacional, ainda morava no Rio, e 89, no final do ano, aí veio a CUT Nacional, o Instituto Cajamar, aí foi uma outra etapa que eu já não viajava tanto, mas eram as pessoas que iam pro Cajamar, fazer curso de formação, da CUT, PT, esse pessoal todo né, então daí já é uma, já foi outra conjuntura, mudou completamente em relação à, e aí eu me aprofundi muito nessas coisas da luta armada, nos nomes, nas pessoas, porque eu dava curso sobre isso, as tendências né, então aquela garotada jovem, do meio operário, era ávida pra saber, porque eles não tinham, a censura, não tinha muita publicação sobre isso, e eu conhecia muita coisa, e lia muita coisa, então ia fazer curso sobre a história das tendências né, e aí conversava muito com esse pessoal que veio do exílio, então eu tinha um conhecimento de casos, de pessoas, de militantes e lideranças daquela época né, e ao mesmo tempo eu ia montando uma tremenda biblioteca, nessa época eu já tinha, já tinha muito material.

A questão dos livros é uma constante. Aparece novamente articulada à rememoração de um momento mais difícil em termos políticos e profissionais do entrevistado: os anos 90. Se, por um lado, a situação se dificulta, por outro, é uma oportunidade para ampliar o horizonte cultural em virtude de viagens que lhe permitiam adquirir mais livros. A presença constante de certos elementos na rememoração é um recurso para a sustentação de sentido do relato apresentado. Articula momentos diferentes da trajetória de ação política.

Entrevistado 3: [...] esse é um período que vai até 89, depois da derrota do Lula, aí o quadro foi de ficar, no trabalho lá no Cajamar, a gente fez algumas revisões, porque o Cajamar era uma coisa de louco aquilo, você tinha atividade toda semana né, três quatro cursos de quarenta pessoas, do Brasil inteiro né, e a noite, ia de segunda à sexta, na quinta à noite tinha uma festa né, um negócio de louco, das articulações, as greves ocorrendo ali nas fábricas de São Paulo e o pessoal quando ia pra formação trazia aquilo tudo, discutia a greve, era, era uma vida enorme né, e não era uma coisa puramente sindical, nós tínhamos uma equipe que trabalhava pra CUT, sindical, uma outra que era de movimento popular, gênero, uma outra que era ligada à coisa das CEBs, e uma outra que era ligada à partido, aí era mais o PT, aí era uma coisa mais ampla né, era como você pensava o Brasil né, e aí você tinha as lideranças, porque o Cajamar era a fina nata da liderança operária intelectual, até que chegou um momento com

o neoliberalismo com o Fernando Henrique, começou uma crise financeira muito grande, e nós passamos a ter dificuldade, os sindicatos é que sustentavam, e alguns recursos externos, e 1993 eu assumi uma parte da direção da formação e ainda tinha tarefa de ir pra Europa atrás de recurso, praticamente todo ano, ficava um mês pela Europa, como tinha as amizades, então não tinha problema de hospedagem nada, era só a passagem, o que me permitiu também, era trazer muitos livros, muitos livros, passar, e essa viagem vai ser a Rosa Luxemburgo, essa aqui vai ser o Thompson [...].

Nos anos 90, a lembrança relata acerca de um processo de divergência em termos de temáticas com as da CUT-Nacional, relacionadas mais ao mundo do trabalho e sindicalismo.

Entrevistado 3: Em 98, aí eu desci pra escola Sul, que é aqui em Florianópolis, que é onde teve uma concentração muito boa de educadores, e a gente não fazia muito a linha da formação da CUT Nacional, que era muito de reestruturação produtiva, e a gente aqui trazia Milton Santos, tinha um curso de formação de dirigentes rurais, Mariátegui, a gente já trazia outras discussões, tinha lá um teólogo negro, trazia toda essa questão indígena, então foi um período muito rico, um projeto chamado Integração, era formação de dirigentes e formação de conselheiros, começou haver conselheiro de saúde, de transporte, educação, pra importância que tinha, não só do sindicato se abrir pra esse campo né, aí depois veio a crise também, crise financeira, divergência lá das tendências da CUT, e foi até 2001.

4.4 Entrevista 4

A entrevista de número 4 foi realizada com um agente que inicia sua ação política a partir das discussões do movimento estudantil e posteriormente se engaja por um período muito curto na Ação Popular (AP). A AP foi uma organização de esquerda fundada em junho de 1962, antes do AI-5, por integrantes da que participavam da Juventude Universitária Católica (JUC), e de outras organizações da Ação Católica Brasileira (ACB). A ACB, por sua vez, foi um movimento organizado pela Igreja Católica para a formação de pessoas leigas no projeto de cristianização da sociedade. É no seio da ACB que foram criadas a Juventude Estudantil Católica (JEC), a JUC, e a Juventude Operária Católica (JOC), para jovens operários. Dessas instâncias religiosas (e políticas) saíram muitos indivíduos das organizações de esquerda do período da ditadura militar, justamente em virtude delas possuírem uma perspectiva acerca do papel social da Igreja.

Por sua vez, o movimento estudantil de maneira geral na pluralidade de suas orientações e grupos constituintes, foi ao longo da ditadura um dos principais opositores do regime instaurado com o golpe de 1964. A intensidade de sua atuação acompanha as condições as quais a ditadura apresenta em termos de tolerância com as mobilizações sociais, e que sistematizamos no capítulo anterior. De 64-68, o movimento é bastante atuante, posteriormente ao AI-5, as condições políticas se fecham, e de 68-meados da década de 70, com a distensão da ditadura, o movimento reaparece com força no cenário político nacional, participando das mobilizações que levariam ao fim da ditadura.

Voltando à ação política, posteriormente ao período da AP, o entrevistado se envolve na ação política nas lutas pela redemocratização, no movimento de Memória, Verdade e Justiça⁸⁰ que foi se constituindo no Brasil ainda sob o regime militar. Nesse bojo, em Porto Alegre, age politicamente no movimento de Direitos Humanos da cidade. Comparativamente, sua entrevista destoa, em termos temáticos, das outras aqui apresentadas, mas tem em comum com elas o fato da transversalização da subjetivação no relato rememorativo, como segue.

⁸⁰ Damos o nome de movimento por/de Memória, Verdade e Justiça à uma série de iniciativas da sociedade civil brasileira que mobilizavam esses temas na luta pela reconquista de direitos e responsabilização dos agentes da ditadura militar em virtude da violação aos direitos humanos por eles cometidas. A luta pela Anistia pode ser compreendida como o pontapé inicial desse movimento, mas que ao longo do tempo produziu outros grupos e organizações, normalmente relacionadas com questões específicas que a repressão produziu nas diferentes partes do país. Mesmo pluralizando-se, o tripé original que estimulou a luta social, permanece. Nacionalmente, a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, e que finalizou o seu trabalho em 2014, é expressão dessa luta.

Sua rememoração parte do contexto de seu nascimento, na década de 1950. Ela apresenta o contexto internacional e imediatamente traz o relato para o momento político nacional, citando Getúlio Vargas, mesmo sem a capacidade de consciência sobre esse personagem ainda nesse momento, em virtude de sua idade. Depois de Getúlio, aparecem os presidentes posteriores. Pela rememoração, a figura de Getúlio Vargas é estabelecida como uma referência em sua ação política, mesmo com o entrevistado se identificando, como veremos, como de esquerda. No processo rememorativo, aparece uma interpretação pessoal da história. O processo rememorativo já fixa uma figura histórica de referência que fornecerá a base de sentido para a continuidade da rememoração.

Entrevistado 4: Eu vou procurar ser breve. Eu nasci em 1952, ano da guerra da Coréia, eu nasci praticamente na Guerra Fria, se tu quisesse balizar, e...a minha infância, até os 11 anos, pouco mais de 11 anos, foi um pouquinho antes do golpe, eu fiz 12 anos um pouquinho depois do golpe, e a minha infância, justamente a minha grande sorte foi ter me criado dentro do período do Juscelino, e do Getúlio com dois anos, mas do Getúlio eu não tenho ideia, mas do Juscelino e principalmente do Jango, e o país era um festa democrática, apesar daquela democracia cambaleando, tentativa de golpe, não sei o que, sempre tinha uma coisa assim, o Juscelino tomou dois, duas tentativas de golpe, anistiou todo mundo e mandou todo mundo pra casa. Então era assim no meio desse processo.

Surgem as figuras familiares, especialmente aquelas que permitem ao agente rememorar acerca de uma questão social do país naquele então e, com isso, avaliar a qualidade do que era, segundo ele, a “saúde pública” de meados do século XX no Brasil, já mobilizando a referência – estabelecida retrospectivamente - de Getúlio Vargas na história do país.

Entrevistado 4: Os meus tios e o meu pai eram funcionários públicos federais do SANDU, SANDU era uma sigla que queria dizer o seguinte, serviço de assistência médica domiciliar de urgência, pessoal lá da Vila Farrapos, antigamente lá era um lodaçal, ligava com um telefone público pro posto do IAPI pro SANDU, e lá ia o meu pai e o meu tio, um outro colega deles, um motorista de ambulância, levando um médico e um enfermeiro e uma caixa de remédios, o médico lá examinava a pessoa, fazia uma prescrição de remédio, fazia o diagnóstico, tomava nota numa ficha e voltava pro posto, no posto ele arquivava essa ficha. Três dias depois vinha um médico que não era de urgência, era chamado médico visitador, lá naquela família onde ele atendeu, pra ajustar o remédio e saber o que estava ocorrendo, isso era a saúde pública no Brasil. Hoje nem plano de saúde faz isso. Isso foi implantado pelo doutor Getúlio em 1953, e o Juscelino abraçou, era médico, abraçou e seguiu.

A figura de Vargas e da corrente política por ele fundada no Brasil, o trabalhismo, a rememoração diz que ela marcou a orientação política de sua família. Estabelece, no processo rememorativo, uma linha de continuidade entre a importância histórica de Getúlio e sua influência em sua família. Rememora o fato de que seus

familiares trabalharam sob os governos de orientação trabalhista, para assinalar essa relação. A identificação ideológica se dá depois da identificação da figura de Getúlio como alguém que trabalhava pelo Brasil. Elemento pessoal e ideológico se entrelaçam para constituir o sentido dessa identificação, que a rememoração apresenta.

Entrevistado 4: Em função disso, eu vinha, já os meus tios mais velhos eram getulistas da gema, o Getúlio para os pobres realmente era bom. E o meu pai que é da geração mais jovem da que dos meus tios, eles seguiam a linha do Partido Trabalhista Brasileiro, fundado em 1945, e eles já assinaram ficha no partido. Em função da função pública deles inclusive pegaram dois governos que o PTB fez parte, porque o Jango foi vice do Juscelino, depois foi vice do Jânio e depois presidente.

Nesse momento em que relata acerca da dinâmica da eleição do vice-presidente no Brasil de meados e da segunda metade do século XX, em que o vice-presidente era escolhido de forma separada do candidato à presidente, estabelece uma relação direta entre a situação política atual do Brasil no contexto da realização da entrevista, em que se desenrolava o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, do PT. Essa leitura do passado à luz do presente (rememoração) indica o processo de avaliação retrospectiva, que objetiva dar sentido à um fato passado à luz de um presente, mesmo eles não possuindo relação alguma. A relação sentidual é sempre retrospectiva e interpretativa. A vivência passada e presente, com o sujeito tendo domínio de ambas situações, permite esses nexos simbólicos.

Entrevistado 4: Eu sempre acho muita graça hoje que o Temer não tem legitimidade, que não sei o que, o Temer foi eleito pelos mesmo votos que a Dilma, a eleição é vinculada. Naquela época não, naquela época tu votava no presidente de um partido, numa coligação, e o vice de outra.

Na rememoração, o contexto familiar aparece como sem o agente se colocar como ativo no processo social e político. Porém, diz que foi se “criando” nesse contexto, julgando que, difusamente, ele pode ter contribuído à sua trajetória política. De forma retrospectiva, a rememoração estabelece nexos entre o passado e o que mais à frente virá. Desse julgamento, rememora um fato que lhe foi “marcante”. À difusão do contexto familiar se alia à informação do contexto escolar, estabelecendo uma relação entre essas dimensões no estímulo à sua sensibilidade social. A rememoração, para além da descrição da trajetória, tem também a possibilidade de ser avaliativa, de estabelecer – após os fatos terem ocorrido – uma hierarquia de importância entre eles, por exemplo.

Entrevistado 4: Então foi dentro desse ambiente que eu fui me criando, e mais, aí sim, foi marcante, o governo do Brizola, eu estudei numa brizolinha, naquele seis mil colégios que ele fez, e aí o ponto é, a minha inflexão se deu porque a política era muito discutida dentro da minha casa abertamente.

O estabelecimento rememorativo dessa relação lhe leva à encontrar, retrospectivamente, o momento de “inflexão”, para se referir à percepção da relevância dos processos políticos que estava vivenciando. Esse momento foi a campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola. A conflitualidade política que esse evento expressava é ponto de referência para a apreensão da política em sua trajetória. Esse evento aparece em outras entrevistas como demarcado como relevante pelos processos rememorativos analisados.

Entrevistado 4: [...] mas a minha inflexão foi em 1961, que eu tinha nove anos e minha irmã sete, quando houve a tentativa de um golpe no Jango e o Brizola resistiu com a Legalidade, porque tu vivia aquilo dentro de casa com o rádio ligado o tempo todo.

Sobre esse evento, a rememoração diz que ele ganha expressão/visibilidade pela utilização, à época, do rádio como ferramenta de propaganda. A conflitualidade política, em se tratando desse evento, é reafirmada na rememoração. Em comum com as outras rememorações apresentadas, a questão do conflito político como central nas lembranças que os entrevistados possuem. A ênfase no conflito político ocorre em virtude de demarcar o contexto no qual o entrevistado irá se engajar como um contexto difícil, na busca de legitimação futura (dar mais sentido) à ação política selecionada.

Entrevistado 4: Ele requisitou na, a Guaíba, e com a Guaíba, a Guaíba já era uma potência no estado, com a Guaíba ele fez a chamada rede da legalidade, ali ele era um campeão no rádio, os caras tentaram entrar no, lá na, onde tava as antenas de transmissão da Guaíba e tal, coisa e tal, por que ele foi lá e cercou e não deixou ninguém entrar, ia correr todo mundo a tiro [...].

Rememora a participação direta de seus pais, em virtude da identificação com o trabalhismo, naquele evento. Essa identificação já tendo sido apresentada, sustenta a continuidade da rememoração, quando esse fato novo aparece. Lembra que o presidente João Goulart veio à Porto Alegre, e que seus pais tinham a expectativa de ver o presidente pelo qual, ideologicamente, se alinhavam.

Entrevistado 4: E no dia que o Jango chegou, a minha mãe quase cinco horas da tarde me vestiu, vestiu minha irmã, meu pai tava envolvido no processo todo, meu pai também tinha um outro emprego que era o da polícia, motorista, e vestiu a minha irmã, me vestiu e coisa e tal e vamo lá pra frente do palácio, 100 mil pessoas eu não sei, eu não acredito, eu me lembro que nós ficamos na frente, mas era muita gente, tomado aquilo, bem na frente do palácio nós ficamos.

Desse evento, diz que ele lhe “marcou”. A rememoração não se vincula à uma reflexão mais acurada sobre a influência dos eventos na trajetória de um agente social,

ela apenas fornece a possibilidade de que o agente, retrospectivamente, demarque esses pontos de referência. Como atesta a fala do entrevistado, temos nesse sentido:

Entrevistado 4: E aquilo foi passando as horas, passando as horas, havia ameaça de bombardeamento do palácio e o Brizola de vez em quando aparecia na sacada e abanava, até que o Jango chegou, quando o Jango chegou foi uma festa, aquela coisa, ele também foi até a sacada e isso me marcou muito, muito, muito mesmo, e nós voltamos tarde da noite para casa.

A rememoração coloca uma lembrança que o agente possui de um vizinho que os questiona acerca do evento narrado. Retrospectivamente, traz esse fato como forma de indicar a gravidade da situação, e da presença de uma espécie de inconsequência da família em se envolver tão diretamente nesse processo político. Novamente, o nível de conflito/periculosidade da situação trabalha no sentido de dar um tom legitimador do que sua família, e ele por enquanto indiretamente, vinham fazendo. Nesse sentido, a rememoração baliza que a própria vida dos agentes estava, naquele conflito, em risco. A avaliação retrospectiva demarca um certo tom de heroísmo naquele envolvimento.

Entrevistado 4: Quando nós voltamos, um bairro muito pobre, descemos no ponto do ônibus tinha um vizinho que morava na esquina e tava acordado, luz acesa na casa, viu nós passando e disse “ah vem aqui, entra aqui vamo tomar uma café”, aí perguntou pra nós o que nós estávamos fazendo, e a mãe respondeu que nós estávamos no palácio, “ah mas a senhora não teve medo de levar esse menino na frente do palácio, de repente bombardeiam matam todo”, e a minha mãe “bom meu marido também tava lá, se fosse pra morrer morria todo mundo junto, morria toda a família”.

Da campanha da Legalidade, a rememoração desemboca no golpe de 1964. No processo rememorativo, os três anos entre um evento e outro são praticamente desconsiderados, com ele não estabelecendo relação entre a dinâmica dos eventos ocorridos nesse período intermediário entre os dois eventos. A rememoração opera condensando a história através da seleção de momentos. Isso é justamente o que permite que a rememoração ocorra. O sentido é buscado através de simplificações. Ela ocorre, assim, em virtude dessas sintetizações narrativamente produzidas, articuladas na avaliação retrospectiva. Nessa sintetização, surge na rememoração o período escolar:

Entrevistado 4: [...] e aí vem o golpe de 1964, 64 eu estudava no Parobé e 65 eu consegui uma transferência pro Julinho, bom aí no Júlio de Castilhos era chamado, como eu falei da saúde, tu vê o que que era a educação naquela época, era uma vergonha pra alguém, pra alguém da minha geração, estudar em um colégio particular, isso queria dizer que não tinha capacidade de estudar no colégio público.

No colégio Júlio de Castilhos, entra em contato com questões político-ideológicas, presentes na disputa pelo Grêmio estudantil da escola, à época comandado pelo PCB. Da pluralidade de forças políticas existentes, adere à Ação Popular, organização oriunda da politização da JUC naquele contexto histórico. A JUC,

juntamente do PCB, possuía hegemonia no movimento estudantil da época. O que o entrevistado encontra no Julinho é esse processo. Pela rememoração, relembra o ocorrido e realiza uma avaliação retrospectiva acerca da “qualidade da educação” naquele então.

Entrevistado 4: O Julinho era chamado de colégio padrão do estado, pela qualidade da educação, e eu, a minha formação foi toda ali, e ali já na ditadura, a questão política era extremamente acessa, viva, o partido comunista tava na direção do grêmio estudantil, desde 1960, quando eu entrei era 65, eu até fui para a Ação Popular, existia uma coligação assim, eles mantinham, mantinham o Grêmio na mão.

Dos primeiros contatos com a política, em que difusamente lhe estimulavam, a rememoração estabelece que é no colégio Julinho que, participando dos debates do movimento estudantil, seu interesse por política vai ganhando contornos mais fixos. Sua identidade política vai se constituindo.

Entrevistado 4: Mas eles brigaram em 1965, ou dentro do próprio partidão, não ficou muito claro isso, mas eles brigaram e saiu duas chapas de esquerda e a direita ganhou, mas também ficou um ano, a gente se reuniu de novo e voltaram, 66. Em 67 fecharam o Grêmio, maio de 67. Eu vivi todo esse período de assembleias, menino eu participava, 13 anos, 14 anos por aí. Eu costumo identificar a minha, o início da minha vida política que eu fui a vida inteira isso, m dia se alguém quiser colocar algo no meu túmulo pode colocar lá: militante político.

Na rememoração, a percepção das disputas político-ideológicas no movimento estudantil é relacionada com o momento em que a repressão fecha o Grêmio da escola. A rememoração demarca eventos da repressão como definidores, mesmo que simbólicos, da opção por esse tipo de ação. Isso aparece em outras entrevistas analisadas. Os momentos marcados pela repressão política compõe um horizonte de sentido dos eventos narrados.

Entrevistado 4: Eu costumo identificar o começo dessa minha militância política em maio de 1967, faz 50 anos agora, justamente no momento que fecharam o Grêmio do Julinho. Expulsaram diretoria, a diretoria toda, expulsaram praticamente todo mundo que era identificada com esquerda, em 67.

Sobre esse evento da repressão, o entrevistado realiza uma leitura do processo histórico, inserindo uma visão pessoal do processo, artifício comum na rememoração: a leitura pessoal retrospectiva do que se viveu.

Entrevistado 4: Mas no período que era o Costa e Silva, porque tem a história do golpe dentro do golpe né, tu tem um golpe em 64, e depois tem o golpe que é em 68. Tu ainda tinha algum espaço pra ti movimentar, no governo Costa e Silva, era uma ditadura mas tu tinha algum [...].

Pela rememoração, o entrevistado insere o espaço estudantil em que começa a agir politicamente no processo histórico mais amplo. Esse espaço já aparece

anteriormente, quando retorna na rememoração posterior, a constituição de sentido está estruturada.

Entrevistado 4: [...] mas sobrou a repressão pro Grêmio do Júlio, porque? Porque começou o período das passeatas, a luta contra o famoso acordo MEC-USAID, o MEC, o ministério de educação e cultura e a USAID era uma empresa americana, que acabou fazendo essa reforma aí que tu foi uma das vítimas dela, o modelo de educação do país, principalmente universitário né, porque antigamente tu fazia, tu pegava uma turma no começo do teu curso e ia até o final do curso com ela. Da cabeça do Golbery e desses caras da USAID é que eles fizeram o sistema de crédito e aí, pra que?, pra dispersar os alunos que estava tudo perto um do outro, dentro da mesma sala, da subversão.

É nesse contexto que o entrevistado rememora o processo de formação de sua identificação política, que a luta “contra a ditadura” dava os primeiros contornos. A presença do trabalhismo reaparece como não definidora de sua ação política, em virtude de sua incapacidade de compreensão da política à época de sua infância. Aparece mais como um primeiro pano de fundo ideológico com que tem contato do que como algo que compõe um horizonte ideológico para sua ação política. A rememoração tratando agora de sua ação política, reaparece a dimensão política passada, não deixando o tema da política solto, vazio de sentido no processo rememorativo. A subjetivação em sua transversalidade opera aqui.

Entrevistado 4: É no ponto que eu tava entrando, é. Porque eu era simplesmente um democrata assim, contra a ditadura. Tinha lá a raiz trabalhista, não chegava a me identificar com o trabalhismo diretamente porque conhecia muito pouco, tinha muita simpatia pelo Getúlio, mas não era, pela idade mesmo não tinha ainda uma formação.

A repressão que fecha o Grêmio da escola foca nos grupos de esquerda, deixando aqueles que não estavam diretamente ligados à essa posição ideológica, ou a organizações políticas por ela orientadas, ficam relativamente sem serem importunados. O entrevistado, ligado de maneira instável à AP, se articula com um grupo de “centro”, contrariando em parte sua posição ideológica, à essa altura mais próxima da esquerda. O fato de serem “contra a ditadura” continuava a estimular a ação política do entrevistado, mesmo em um grupo ideologicamente diferente do que estava vinculado até então. A rememoração permite informar a mobilização da dimensão estratégica da ação política por parte do entrevistado.

Entrevistado 4: Quando eu fui pro Julinho, aliás quando aconteceu esse episódio, dizimaram a esquerda e ficou lá dentro só um grupo, um pessoal de centro, liderados pelo ex-governador Antônio Britto Filho, e eu me aproximei foi desse pessoal, de comunista esquerda eles não tinham, eles não gostavam de radicalismo, teve uma visão até no meu ponto de vista bem liberal, mas eram contra a ditadura também.

Diante das novas condições impostas pela repressão, os militantes vão, estrategicamente, se adaptando à elas. Na negociação com o diretor da escola, os agentes passam a dizer que atuavam dentro dos limites estabelecidos pela própria repressão política.

Entrevistado 4: No momento seguinte a gente chamou uma assembleia...ah, mudou o estatuto, trocou o nome, para centro juliano de estudos, então a princípio uma atividade cultural apolítica, é isso, malandramente.

O agente rememora que a conjuntura vai na direção da intensificação do conflito político:

Entrevistado 4: E nesse processo eu me tornei diretor, do centro juliano de estudos. E o momento é o momento anterior das grandes manifestações em 1968, é final de 67 isso, mas já havia manifestações estudantis.

O processo rememorativo diz que o grupo de “centro” no qual passa a atuar negocia com os diferentes campos ideológicos presentes no movimento estudantil e na escola naquele momento. Pela via do relato rememorativo, o agente descreve sua ação política nesse grupo como alguém interessado em desloca-lo para a esquerda, em virtude da intensificação da conjuntura, com a ditadura fechando as possibilidades de questionamento do regime. Mais uma vez aparece, na rememoração, uma dimensão estratégica da ação política.

Entrevistado 4: E nós fomos pra sede do Grêmio, ao mesmo tempo nós deixamos uma porta aberta pra esquerda, pra direita não, mas pra esquerda sim, ficaram, claro, os caras eram remanescentes. Que não eram os mais importantes do movimento da esquerda anterior, mas ficaram. E a gente conversava com eles, só que começa o ano de 68, 28 de março, morte do Edson Luís de Lima Solto, no Calabouço no Rio, no restaurante, baleado pela polícia. O país virou de cabeça pra baixo.

Acerca do aumento do conflito político entre a ditadura e a sociedade civil, especificada no movimento estudantil, onde age politicamente nesse momento, o entrevistado diz:

Entrevistado 4: Porque daí começou aquela coisa a pegar fogo, eu vou te recomendar tu ler um livro do Zuenir Ventura, chamado 1968: O ano que não terminou, pra ter o espírito da época né. E a coisa tomou uma dimensão que se radicalizou, porque daí os estudantes foram pra rua. Nessa radicalização começou o problema dele, ele [Britto] tampouco queria se entregar pra direita mas não queria também se entregar para esquerda, e nós junto, liderados por ele. Aí começou aquela discussão entre nós, e as coisas foram se aguçando, se aguçando, se aguçando. Teve uma reunião dos diretórios metropolitanos da UGES e coisa parecida em Taquara, e fora da reunião nós demos uma prensa nele, “nós vamos ter que pular do barco, nós vamos ter que abraçar, nós vamos ter que abraçar aqui”, os estudantes estavam apanhando na rua, mataram um.

O entrevistado rememora que Brito, enquanto liderança do movimento estudantil do colégio Júlio de Castilhos hesita diante da situação, mas ele pressiona. O relato desse

momento indica que o processo de rememoração intenciona dar conta, coerentemente, de uma situação social e política instável. A instabilidade do período – dos grupos políticos, dos militantes, etc. - é articulada como elemento de sentido da rememoração.

Entrevistado 4: E ele dizia não vamos ter protagonismo, mas bom não era o momento da escolha entre ser protagonista ou não, vai depender da nossa capacidade de ser protagonista ou não. A questão é outra, a questão é que nós temos que se posicionar sobre o momento que nós estamos passando, momento que o país tá passando, que o Brasil tá passando. E ele corcoviando e tal.

Na rememoração, aparece o processo de formação das organizações clandestinas de esquerda. Esse processo político é complexo, e se deu em virtude do fechamento do regime. Dos partidos e movimentos sociais colocados na ilegalidade pelo regime militar, saem os agentes políticos que formarão, em parte⁸¹, essas organizações. O processo de formação das organizações, como vimos no capítulo anterior, acontece já antes de 1967, mas entre 1967-1970 se intensifica. O racha e as dissidências do PCB compõe e incrementam esse processo político. Na rememoração, aparece uma avaliação retrospectiva acerca do perfil do que seria a luta da esquerda brasileira a partir de 1967.

Entrevistado 4: Mas tinha um congresso em julho, isso era junho em Santa Rosa para o novo presidente da UGES, e aí nós fomos. Não tinha direito a voto mas fomos, uma semana lá em Santa Rosa. E disputava uma reeleição, o Favero, disputava uma reeleição como presidente da UGES, que era do Partido Comunista. Naquela época já tava meio que se afastando do Partido Comunista, o Julinho criou um grupo de esquerda chamado de brancaleones, os remanescentes do pessoal que foi expulso praticamente lideravam eles, e os alunos de esquerda que ficavam lá dentro, foi quando o pessoal começou a sair do Partidão mesmo e dizer, esse núcleo, que dirigiu lá cinco anos o grêmio do Julinho, houve a dissidência no partidão e eles começaram a sair, e daí deu no que deu, um foi pra ALN, outro pra VPR, mas esse grupo primeiro que tinha lá dentro eles mesmos botavam o nome, e eles tinham visto o filme do Mario Monicelli, eles se definiam como os brancaleones de esquerda, aquele troço assim meio quixotesco.

Na rememoração aparece o estímulo que o uma situação-limite, nesse caso da conjuntura social e política daquele momento, tem sobre a ação política do agente. A conjuntura conflituosa impele o entrevistado, segundo ele próprio, à uma definição política. Com tomadas de posição na ação política, vem também a possibilidade de rupturas.

Entrevistado 4: Bom, aí voltamos pra Porto Alegre, aí eu “bom vamos nos definir”, eu particularmente já me defini ali, no congresso da UGES em Santa Rosa, eu fui estudar o marxismo diretamente assim, saí de lá, botei o pé em Porto Alegre, fui atrás, fui me aproximando desse grupo dos brancaleone, mais algum foi comigo, o Brito, mas não rompi com ele, enquanto grupo a gente tava reunido ainda, mas não durou muito tempo também [...].

⁸¹ Outros grupos não exclusivamente políticos fornecem agentes à essas organizações, como as juventudes católicas, anteriormente visto.

O entrevistado rememora que consegue levar o grupo de “centro” para a esquerda, quando tiram posição de apoio ao candidato da esquerda na União Gaúcha de Estudantes.

Entrevistado 4: Esse grupo da, esse grupo dos brancalhões aí, os que ficavam dentro do Júlio, que não eram figuras importantes na diretoria do Julinho, eram estudantes que apoiavam, e ficaram lá posicionados. Quando muitos desses participaram do congresso da UGES e agente lá na UGES tomou uma posição, aí o Britto se definiu, claramente apoiando o setor, apoiando o Fábio presidente da UGES, candidato da esquerda.

O grupo Brancalhão reorganiza, em certa medida, a esquerda do colégio Júlio de Castilhos, atraindo agentes que se identificavam com a esquerda. Também, passa a ser um grupo de referência às outras forças políticas, que agem politicamente de forma estratégica avaliando a necessidade de seu apoio.

Entrevistado 9: Em seguida, nós perdemos o Centro Juliano, mas nos aproximamos muito desse pessoal da UGES, que tava na diretoria da UGES, e esse pessoal que tava lá dentro do Julinho. O Britto se aproximou mesmo por uma questão, era o apoio que ele queria, não por uma questão ideológica, o Britto sempre foi malabarista, do processo. Mas eu não, eu junto desse pessoal já me aproximei desse pessoal que tinha ficado remanescente lá dentro do Júlio, e com eles eu comecei a estudar marxismo, direto, na veia.

Surge na rememoração a questão das influências teóricas, que avaliadas retrospectivamente, aparecem no relato através da contradição produzida entre a sua lembrança positiva do trabalhismo, pessoalizado na figura de Getúlio Vargas, que orientavam ideologicamente sua família, e a imagem que possui desse personagem histórico pessoa o grupo de esquerda ao qual o entrevistado passava a se aproximar. A rememoração dessa contradição não coloca em cheque o relato rememorativo.

Entrevistado 4: Aí eu tinha uma coisa, muito interessante tua pergunta, porque eu achava...me caía muito mal quando eles falavam mal do Getúlio, pô. “Esse Getúlio, filho duma puta, não sei o que”. “Essa é a maior enganação da história”. Eu ficava perplexo, porque eu fui criado, mas ficava na minha. E logo, logo eu consegui resolver bem isso porque uns dois anos depois quando eu já tava...abrir um parêntese pra esse detalhe, porque foi mais adiante, quando eu já tava dentro da AP eu li o História Sincera da República, quatro volumes, de um comunista chamado, historiador comunista chamado Leôncio Basbaum⁸², foi o Basbaum.

No mesmo sentido de, pela rememoração, tentar resolver a contradição ideológica que à ele se apresentava no desenvolvimento de sua ação política, mobiliza a caracterização realizada por Leôncio Basbaum acerca de Getúlio Vargas, que vai no

⁸² Leôncio Basbaum foi um médico e escritor pernambucano nascido em nascido em 1907 e falecido em 1969. Foi militante e dirigente do PCB. O livro que o entrevistado se refere é o História Sincera da República, composta por quatro volumes, e que é uma das principais obras do autor. Nessa obra, ele realiza uma interpretação do Brasil a partir do marxismo, relacionado às orientações oficiais do PCB.

sentido de identificar Getúlio como alguém que havia realizado importantes mudanças sociais e políticas no país, assim como a esquerda pretendia fazer. Nesse sentido, a figura de Getúlio e sua ação política conversavam.

Entrevistado 4: Um marxista, que definiu direitinho o que era o Getúlio, e o Basbaum diz no livro que o Getúlio fez a revolução que os comunistas, o Getúlio tava fazendo uma revolução no país que os comunistas não estavam percebendo, porque não existia proletariado. E ele diz que o Getúlio toma realmente a frente de transformações no país e fez efetivamente uma revolução no país, uma revolução, e que os comunistas não conseguiam perceber isso, que a leitura dos comunistas é uma leitura europeia.

No encadeamento da rememoração, contextualizando a narrativa, chega no período pós-AI-5, e relata o que politicamente foram fazendo após a instauração de condições repressivas mais duras, surgindo no horizonte as organizações de esquerda, todas clandestinas em virtude do AI-5. A ação política, contudo, continuava, especialmente na forma de atividades culturais e de debates políticos.

Entrevistado 4: [...] ali por 69 nós conversamos com todas as outras, porque daí acabou o movimento estudantil, nós começamos a ter reuniões com esse grupo que ficou dentro do Julinho, praticamente estudantes, criamos lá um tal de movimento cultural Juliano ou coisa parecida, para fazer as coisas, para não deixar as coisas paradas, e fizemos reuniões com a Ala Vermelha do PC do B, com a VPR, com a VAR-PALMARES e com a Ação Popular.

Volta à rememoração a questão do desenvolvimento intelectual e a vinculação desse processo com a opção por uma das organizações clandestinas do período:

Entrevistado 4: E esse, e nesse processo todo aí tava se dando a minha formação, muito, muito influenciada pela curiosidade da dialética, muito, muito curioso mesmo, mas claro, e hoje eu tenho cuidado, eu entrei pra dentro de uma organização clandestina, foi a Ação Popular, foi uma das que nós nos reunimos.

No ponto da entrevista em que o agente social começa a falar de sua entrada na organização denominada Ação Popular, percebi que ele insistentemente desviava a rememoração para períodos posteriores à esse momento, que se deu após 1969. Contudo, comentou em certo momento que, por ter sido identificado como relacionado à AP, foi preso e passou pela tortura com o intuito dos agentes da repressão obterem informações sobre outros militantes. Com sensibilidade para compreender a delicadeza desse tema, que é talvez o mais sensível que eu saberia que poderia encontrar nos relatos dos interlocutores com os quais trabalhei na pesquisa, não forcei para que o entrevistado rememorasse esse momento de violência sofrida. Isso fez com que o período em que participou da AP praticamente ficasse de fora dos dados obtidos. Comentou apenas que sua ação política na AP foi uma experiência foi sempre muito instável, não havendo uma

filiação formal dele na organização, estratégia que era adotada pela organização para burlar a repressão.

Sobre isso, poderíamos apenas especular que a tortura pode ter sido um motivo da ausência de lembranças daquele período ou da, sem termos comprovação disso, estratégica e deliberada escolha por não falar desse momento, em virtude das consequências da repressão em sua vida. Que processos de tortura podem afetar a lembrança de fatos é muito provável. Talvez, para que ele viesse a conseguir falar sobre esse tema, demandasse mais tempo de vivência e contato com o entrevistado, por se tratar de uma relação humana de confiança. Infelizmente, na pesquisa de doutorado, esse tempo não foi possível. Porém, registramos esse dado de pesquisa, consciente de que o papel das violências sofridas interferem no processo de rememoração da ação política. Esse foi um aprendizado metodológico da pesquisa.

A rememoração vai ao ano de 1970, narrando a entrada no momento mais dura do regime militar, que reprimiria as organizações clandestinas de esquerda, como apontado no capítulo 3. A referência, em alguns momentos, à descrição histórico-factual apresentada no terceiro capítulo, serve para verificarmos a possibilidade de que na rememoração essa verdade factual pode não ser respeitada, o que não coloca em cheque o relato rememorativo, pois ele se compõe também de contradições, esquecimentos e informações imprecisas. Mesmo com contradições, a rememoração se direciona à apresentação de um relato dotado de sentido.

Entrevistado 4: e nesse ano de 70, entrou praticamente o, o Médici entrou né, veio o AI-5 em 68, 69 dá o sequestro do embaixador americano, o Costa e Silva tem um derrame, uns dias antes do sequestro, a tal junta militar é posta em cheque e havia uma divisão dentro do Exército, tinha meia dúzia dentro do Exército que era francamente opositora a tal junta militar essa, os caras tinham usurpado, e até porque não reconheciam neles as lideranças e tal, e eles forem cambaleantes, foram pressionados pela sociedade e pressionado dentro do Exército, até escolher alguém para ficar no lugar, eles escolheram o cara mais medíocre que tinha dentro do Exército, que era o Médici, um cara que eles iam controlar.

O entrevistado caracteriza mais ainda o governo Médici, em suas partes constituintes que, segundo ele, possuíam mais poder:

Entrevistado 4: Então o governo do Médici teve assim três caras que eles dividiram o poder, que eram os mais importantes de todos os outros ministros. Tinha um cara que era daqui, foi presidente do Grêmio, João Leitão de Abreu, que era o presidente da casa civil do Médici, depois foi do Figueiredo, esse cuidava da parte política lá. O Delfim, deram a economia na mão dele, super-ministro, os dois. E o terceiro, o cara que cuidava da repressão, o Orlando Geisel, irmão do Ernesto, Ministro do Exército do Médici, esse tinha a coordenação da repressão política, todas as coisas de tortura, tudo, sempre passou pela mão dele, sempre soube de tudo, e efetivamente foi ele que criou

os DOI-CODIs e essas coisas, foi criado primeiro lá em São Paulo na operação bandeirantes e depois virou um DOI-CODI, e aqui no estado eles não chegaram a fazer, aqui no estado, como muita gente debandou aqui para ir para o centro do país para participar de luta armada mais lá do que aqui, aqui eles deixaram por conta do III Exército essa solução toda.

A rememoração elabora acerca do “milagre econômico”, processo de crescimento econômico que o Brasil experimentou no período do presidente Médici. Junto da rememoração, uma avaliação retrospectiva a respeito projeto de sociedade que a ditadura, segundo o entrevistado, pretendeu produzir em termos de organização socioeconômica:

Entrevistado 4: E porque o milagre econômico, porque eles injetaram muito dinheiro aqui, porque um país que já era de 90 milhões de pessoas, a famosa marchinha da copa de 70, eles tinha, eles criaram, a ideia deles era essa, e deu certo, eles fizeram isso mesmo, era muito crescimento, criar uma classe média grande, pro mercado grande pra consumo, um achatamento salarial arrojado. [...] Mapearam a população, um terço da população vai ter acesso à consumo, a isso, isso, e aquilo, vão ser os mais bem pagos e coisa e tal, vai fazer parte desse milagre econômico aí, mas teve crescimento efetivamente, 11% ao ano, não tem como negar. Só que o que é que existia? O modelo era excludente, não precisa de distribuição de renda, porque, porque era pra eles que eles queriam fazer, mas eles queriam criar um mercado, criar um mercado consumidor forte no Brasil, e pra isso eles precisavam reativar a economia.

Do período Médici, o entrevistado traz à rememoração o início da saída do período mais repressor do regime. Diferentemente do período em que foi preso e torturado, a abertura gradual da ditadura parece abrir uma espécie reestímulo ao próprio ato de lembrar. Desviada de um período conturbado da trajetória do agente, o processo rememorativo vai ao momento em que começam a surgirem no horizonte histórico as condições para a saída do Brasil do modelo ditatorial. Com ela, a saída também da difícil condição produzida pela repressão na vida concreta do entrevistado. Ressurge a vontade de se engajar na luta para derrotar a ditadura, estrategicamente se aliando com quem fosse contra ela, independentemente da orientação ideológica. Nesse sentido, mantém a posição assumida anos antes na luta estudantil.

Entrevistado 4: [...] a primeira sensação de algo começava, foi na eleição de 74, foi essas oito, dezesseis derrotas que a ditadura sofreu, dava pra sentir que havia um movimento popular, aquela do discurso do doutor Ulisses durante a candidatura tinha batido na população, tinha batido na população, e aí era trabalha para um grande frente de forças democráticas, fossem de esquerda, fossem liberais, fossem progressistas, fossem ou coisa parecida, porque era nós contra a ditadura, não tinha muito isso.

Após o início de sua ação política no movimento estudantil, desmembrado pela ditadura pós-AI-5, a curta e instável participação na AP, o entrevistado rememora

que, acompanhando a conjuntura política da lenta abertura política, vai agindo politicamente de acordo com ela:

Entrevistado 4: Eu tava trabalhando muito e procurando fazer militância de alguma maneira, ao redor das forças aqui de Porto Alegre, porque já tinha passado o movimento de anistia, de abertura democrática, eu tava trabalhando para eleger o candidato do PMDB aqui no estado que era o Pedro Simon, que eu ainda acreditava naquela história da frente democrática, eu achava que tinha sido um erro do Brizola fundar, lançar mão do trabalhismo quando voltou da Europa, sem fazer a constituinte, ou seja eles acabaram legitimando o jogo da ditadura. O Brizola quando veio do exílio e lançou o trabalhismo, diz que não confiava nos caras do PMDB.

Na lembrança, surge, relacionado às possibilidades que podia desenvolver, sua opção por agir politicamente no movimento de Direitos Humanos, sensibilizado pela vivência do período da ditadura. Lembra que tinha “um amigo” que fundou o movimento. Não comenta quem, provavelmente foi alguém que, assim como ele, viveu o período ditatorial. Insere a constituição desse movimento na lembrança do processo de abertura política.

Entrevistado 4: Eu tinha um amigo meu que em 1979 fundou o movimento de Direitos Humanos, eu acompanhava muito de longe, a Anistia foi antes, o movimento foi fundado logo depois que foi extinto o AI-5, e já no processo todo, e já começa aí organização de partido.

Justifica sua ação política no movimento de Direitos Humanos pela vivência na ditadura, como afirmamos acima:

Entrevistado 9: o que que eu acompanhava de direitos humanos? porque começava justamente a luta da denúncia das torturas e desaparecidos políticos, e morte e isso e aquilo [...].

Nesse momento, o entrevistado lembra que surgiram hesitações se era efetivamente isso que ele queria para sua ação política. Interessante perceber que outras opções políticas estavam ocorrendo nesse momento na vida do entrevistado, como a participação partidária, que aos poucos ia voltando no Brasil.

Entrevistado 4: Bom e eu fiquei assim acompanhando o trabalho dele, mas eu ainda tava muito envolvido ainda com questão de partido e coisa, e eu não tinha muito tempo para ir lá pra dentro fazer militância no movimento de justiça e direitos humanos, e também não tinha muita certeza se era aquilo ali que eu queria, acompanhava, admirava e tal, e eles começaram a fazer algumas operações, fizeram muitas, para tirar gente da Argentina e de dentro do Uruguai que tavam, com risco de vida de ser morto pelas ditaduras, na Argentina e no Uruguai, fizeram várias assim, denunciaram dos desaparecidos políticos da Argentina [...].

Lembra acerca de um trabalho que realizou na constituição do conselho municipal de direitos humanos de Porto Alegre e, nela, a produção de um militante de direitos humanos, praticamente finda a ditadura:

Entrevistado 4: [...] eu participei, no final, quando precisava alguns ajustes na elaboração da lei de criação do conselho municipal de direitos humanos, eu já trabalhei junto com o Jair nisso, até um trabalho assim que tá finalizando, a minha participação foi muito importante, nessa história de eu ir a todas as reuniões lá do movimento de justiça e direitos humanos eles lá um dia fizeram uma eleição e me botaram para dentro do conselho, eu continuei indo, e aí eu fui virando um militante mesmo de direitos humanos [...].

4.5 Entrevista 5

A entrevista de número 5 foi realizada com um agente que começa a agir politicamente no contexto da ditadura militar, primeiramente no movimento estudantil, de forma mais informal, por onde onde ingressará na Ala Vermelha, organização vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). A Ala Vermelha, acompanhando o partido na qual foi originada, e sob o contexto maior das reverberações do racha sino-soviético apresentado no capítulo 3, seguirá orientação do comunismo chinês, a partir da crítica ao engessamento da experiência soviética. A Ala é formada no contexto do pós-AI-5, e tem sua duração, assim como a Var-Palmares, delimitada pelas condições da repressão levadas à cabo pela ditadura. Oficialmente de perspectiva revolucionária, a Ala Vermelha, era contrária à luta armada como estratégia de ação política. Tem, nessa dimensão, uma defesa de uma atuação cultural, focada em estudos e debates dos pensadores e teorias ligadas à esquerda. A Ala Vermelha demonstra que perpassa, mesmo por dentro do mesmo tipo de ação, diferenças em suas diretrizes, constituindo em ações políticas de tipos diferentes, demonstrando a pluralidade de formas de ação política que identificamos na pesquisa.

Posteriormente à ação política na Ala, o entrevistado rememora, à luz dessa experiência, sua ação política contemporânea, na qual se vincula a perspectivas políticas mais, sem engajamento formal.

No processo de rememoração, o entrevistado vai ao contexto de sua infância, apresentando as primeiras lembranças acerca da política, as quais se referem à instabilidade social e política gerada pela morte de Getúlio Vargas:

Entrevistado 5: Ora, na minha infância o contexto era o final da era Vargas, eu sou de 49, o Vargas se suicidou em 54, mas eu tenho uma memória, uma memória daquela turbulência, o exército na rua, os meus irmãos abrindo a portinhola, que as portas tinham uma portinhola, né, abrindo a portinhola para dar uma olhada, então ali nesse contexto que eu nasci, né.

Rememora o espaço da casa, permeado pela política, também de maneira difusa, como em outros processos rememorativos até aqui analisados, pois seus parentes não agiam politicamente de forma organizada, mas eram atentos/acompanhavam o mundo à sua volta:

Entrevistado 5: Meu pai eu perdi com um ano e oito meses, eu tive tios. Sempre na minha casa se falou muito em política, sempre se falou muito muito em política, era uma coisa muito comum, muito, as reuniões que se faziam de noite, quando todo mundo ficava na sala, não tinha televisão, se ficava na sala conversando né, e na minha casa se conversava muito sobre arte, minha mãe pintava muito bem, e gostava de música e música boa, e os meus tios também, mas assim, como, não tinham nenhuma militância, eles tinham opiniões,

opiniões, então, eu me lembro assim que eles ficaram impressionados quando eles souberam que o Jango foi eleito presidente [...].

Acerca do período da infância, no início do processo rememorativo o entrevistado já estabelece uma relação de seu contexto de vida com a percepção de questões sociais que lhe chamavam atenção. Esse momento rememorativo permite com que o tema da política, adentrando de forma mais direta mais à frente em sua vida, já tenha o terreno preparado. O sentido da participação política, mais à frente, se sustentará nessas lembranças iniciais.

Entrevistado 5: [...] a gente perdeu o pai muito cedo, e a minha mãe ficou, então, eu acho que eu comecei a linkar, eu sempre estive do lado dos, de ver algumas injustiças, o jeito de ver como a polícia batia, porque eu frequentava a vila Ilhota e a praça Garibaldi, a praça Garibaldi é contígua à Ilhota, eu, como criança eu observava o tratamento que a polícia dava para os maiores e tal, tapa na cara, pontapé, chegavam, tinha um bar ali que chamava, era bar Bento Gonçalves, que a gente ia, comprar rapadurinha, esse tipo de coisa, e no fundo do bar tinha umas mesinhas de sinuca, então de vez em quando a polícia batia lá, e dava pontapé, dava, era a polícia civil, era um horror, uma gentalha da pior espécie, bom, mas eu observava aquilo né.

No mesmo sentido, rememora, avaliando seu posicionamento com o de outras pessoas. O processo rememorativo já estabelece que ele possuía uma diferença para com as questões sociais e políticas se comparados com as pessoas com as quais convivia:

Entrevistado 5: [...] eu fiz esse link de muito cedo começar a observar essas diferenças que existiam, e observar também como isso era indiferente para determinadas pessoas, era indiferente para determinadas pessoas.

Da observação das condições que lhe cercavam, o entrevistado relembra sua ação, a qual era estimulada por sua sensibilidade relacionada à essa verificação do mundo à sua volta. A lembrança já vai estabelecendo pontos com os quais a identificação política que futuramente virá se apoie no lembrar da experiência, sustentando seu sentido:

Entrevistado 5: [...] eu muitas vezes procurei fazer aquela generosidade que eu não sabia muito bem porque, mas eu via aquilo, enfim, essa convivência com as pessoas pobres era uma coisa, uma coisa, e eu também pobre, eu também pobre [...].

A lembrança traz a figura de Leonel de Moura Brizola, político gaúcho que foi uma das principais referências da esquerda brasileira na segunda metade do século XX. O entrevistado relembra sua vitória ao governo do estado do Rio Grande do Sul em 1958, posteriormente de já ter sido prefeito de Porto Alegre nos dois anos anteriores.

Entrevistado 5: Então o Brizola ganha, o Brizola faz uma, o Brizola faz um movimento assim de colocar uma cozinha nas escolas, e aí ele faz um sopão, tem um sopão, bem bom a sopa, com pão e tal, então a criança que chegava na escola já ia direto para a cantina, comia o seu prato de sopa, com pão, e tomava um kisuco, uma coisa assim.

O entrevistado rememora as iniciativas de Brizola, que já lhe sensibilizam quando começa a trabalhar e ir para outros espaços da cidade. A sensibilidade para o mundo à sua volta já foi, pela rememoração, apresentadas como uma qualidade do entrevistado. Pela rememoração, o entrevistado relaciona a influência de um momento com o outro, dando sentido ao momento subsequente narrado. A presença, pela primeira vez na rememoração, ao golpe de 1964 indica a busca por estabelecer relação entre esse evento e o contexto, no momento, que a rememoração está narrando.

Entrevistado 5: E depois começou a distribuir Conga, o tenizinho, a conguinha aquela, e ele já, e também, para o pessoal da manhã, para quem estudava de manhã já ganhava uma batida de banana com um pedaço de pão. Já era alguma coisa, então eu comecei a ver aquelas mudanças né, e depois eu vou trabalhar, quinze, dezesseis anos a trabalhar no centro de Porto Alegre, comecei a ver né, foi, quando, justamente quando a ditadura se implanta, e eu fui trabalhar em um local onde se discutia muito política, dos bajeense, um pessoal de Bagé, que era o Gondans Modas no edifício Sulacap, e era um horror, um dia a polícia foi lá e prendeu dois porque era uma discussão de política muito forte.

O processo rememorativo continua acerca do fato de que lhe chegam opiniões acerca das questões das lutas sociais e políticas de seu contexto. Reforça de sentido as informações apresentadas anteriormente de que ia observando o mundo:

Entrevistado 5: Então eu tinha esta atividade diária de trabalho, em que eu observava, tinha dois ou três desses senhores que estavam ali que eram muito cultos, havia uma, eu me lembro, havia um pessoal da TFP⁸³, no centro de Porto Alegre, andavam com umas bandeiras enormes falando contra o comunismo, contra o comunismo e tal [...]. [...] e eu me lembro que o seu Darci, que era um dos donos da loja disse “olha, o nazismo começou assim, Hitler começou com essas bandeirinhas no meio da rua”.

A rememoração busca de forma instável àqueles que, mais velhos que ele à época, testemunharam a política do período mais de perto:

Entrevistado 5: E aí eu acompanhei desde muito cedo, por questões familiares, porque eu tinha um irmão e um primo que trabalhavam no Palácio Piratini, eu acompanhei a ascensão do Brizola, a ascensão do Brizola, na Legalidade eu já tinha doze anos de idade, então eu já participei assim, não, o Pedro diz assim “Não, tu participou já de 61”, do evento de 1961, porque eu tava na praça em frente ao palácio, claro eu era um guri né, e eu levava comida para o meu irmão, que estava dentro, ele era funcionário da casa de imprensa, da sala de imprensa [...].

Relembra seu papel mais específico naquele contexto, na sequência da rememoração logo anterior, onde não tinha certeza se havia participado efetivamente dos

⁸³ A TFP é a sigla da organização católica denominada Tradição, Família e Propriedade, que foi fundada no Brasil em 1960 pelo professor, deputado federal Constituinte no ano de 1934, escritor e jornalista católico paulista Plínio Corrêa de Oliveira. Essa organização articulava parte da direita brasileira no contexto dos anos 60, tendo sido apoiadora do golpe militar de 1964.

eventos da Campanha da Legalidade em 1961. A rememoração do vínculo entre sua mãe e aqueles que diretamente participavam da política, desfaz em parte a incerteza da lembrança anterior. A rememoração, em busca de produzir sentido, tende à procura e apresentação de informações mais estáveis. A instabilidade memorialística não desestrutura a rememoração, pois ela a percebe e se afasta dela.

Entrevistado 5: Então a minha mãe fazia comida e eu levava para eles lá, então é nesse contexto da Legalidade, em que ele, ele, o Brizola resiste à tentativa de golpe em 61 né, e assim eu participo como ouvinte, como, assistindo né.

Da memória da infância, período mais informal da vida, rememora uma cena que presenciou no cotidiano, a qual indica a conflitualidade política daquela época e a influência que exercia a figura de Leonel Brizola, assim como a expansão dessa conflitualidade para além da disputa política formal:

Entrevistado 5: Eu me lembro que eu entrei, eu fique impressionadíssimo que eu entrei em um bar, para tomar uma Coca-Cola, naquela efervescência, o Brizola gritando “vêm que eu atiro” “vamos morrer” e tinha dois cidadãos tomando cerveja em uma mesa, um negro forte, grandão, e o outro branco, e o branco dizia para o negro, “não te mete nisso, não te mete nisso, isso é briga de política”, e o preto respondeu “não, o homem me convenceu” que era o Brizola, que era aqueles discursos que o Brizola fazia né [...].

O agente social traz uma lembrança do período do presidente Jânio Quadros, depois de estabelecida as diretrizes das questões políticas mais locais. A rememoração desce do mais amplo ao mais local, objetivando sentido:

Entrevistado 5: Eu morava na Getúlio, lá também tinha aquelas, a passagem, para a exposição do Menino Deus, ali tem um episódio ali, estava todo mundo na expectativa de que o Jânio Quadros viria a Porto Alegre inaugurar a exposição agropecuária que era no Menino Deus, então estava todo mundo se preparando, a gente notava os operários arrumando a rua e tal, só que o Jânio não veio.

Nos seus momentos de instabilidade – quando, por exemplo, acontecem imprecisões incertezas -, a rememoração volta à dimensão local retomando sobre a conflitualidade política vivenciada no espaço de um bar em Porto Alegre, agregando à essa rememoração, um envolvimento familiar no conflito político que estava se desenrolando em Porto Alegre (relacionado com a campanha da Legalidade), o qual indica a intensificação da polaridade político-ideológica daquele tempo. Esse segundo momento da rememoração se sustenta a partir do momento anterior apresentando, com esse segundo complementando o primeiro, produzindo o horizonte de sentido acerca do conflito político daquele tempo.

Entrevistado 5: [...] porque havia em toda a cidade, havia postos de alistamento, então as pessoas chegavam e iam se alistar, e aí o meu irmão chega

em casa, ele tava no palácio, mas chega em casa para trocar de roupa. Eu me lembro que um carro deu um freada, eu morava na Getúlio Vargas, freou, ele desceu daquele carro preto né. E foi numa antessala que tinha na cozinha e tirou dois revólveres da cintura e botou em cima da mesa, e a minha mãe imediatamente desmaiou né [...]. Ele tomou um banho e trocou de roupa, e as minhas tias enfiando santinho nos bolso dele, e aí ele pegou os revólveres e colocou de novo na cintura né, e foi para o palácio.

Da rememoração inicial do contexto do início da década de 1960, onde traz as primeiras memórias da adolescência, encadeia acerca do golpe de 1964 e, da lembrança do sentimento de derrota com o golpe, aparece na rememoração a escolha pela militância, como resposta à esse processo. A rememoração de sua inserção original na ação política, assim, é feita em relação à derrota que ele julga ter sofrido:

Entrevistado 5: Então é nesse contexto de criança que eu comecei a observar. Aí, em 64 o golpe, eu sofri já com o golpe, então eu já tinha consciência, quando começa a ditadura militar eu me senti derrotado também, mas era uma criança, tinha quinze anos de idade, e fui, e aos dezessete anos eu me filio à Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil, porque eu fui estudar em uma escola, em que havia um grupo de elementos da Ala Vermelha, na verdade a direção da escola, e alguns professores eram da Ala Vermelha.

Da condição de trabalhador já na juventude, se vê obrigado a estudar à noite. Na rememoração, surge a comparação entre a discussão política geral que presencia em seu cotidiano, e o debate político relacionado à grupos de esquerda organizados. O processo de lembrar, em sua dimensão retrospectiva, lhe possibilita perceber, certa “ingenuidade” na ação política, que produzia uma espécie de voluntarismo acerca da resolução dos problemas sociais quando seu grupo chegasse ao poder, se chegasse:

Entrevistado 5: [...] e aí que eu vou para essa escola em que ela é administrada pelo pessoal da Ala Vermelha, mas não-oficialmente, eram professores e tal. Eu entro e começo a conviver, então durante o dia no trabalho eu vejo aquela discussão política né, e a noite é uma coisa já mais sólida, mais sólida, começo a observar aquele pessoal de esquerda, a inteligência né, assim, o desprendimento também, e uma certa ingenuidade também, porque às vezes a gente conversando e diziam “não, deixa a gente chegar ao poder, que a gente resolve isso né” [...].

Na escola, relembra que encontra um ambiente relativamente livre para expressar o que pensava. Do momento de não envolvimento e expressão acerca de questões políticas, o espaço da escola será completamente diferente nesse sentido. Esse segundo momento ganha sentido com a já rememoração de períodos anteriores onde só acompanhava a política de maneira difusa.

Entrevistado 5: [...] e aí eu vou para a escola, e na escola eu já posso me manifestar né, então eu posso me manifestar, e começo então, daí eu sou apresentado para a literatura, essa literatura mais, ah, um detalhe que eu não te contei, é que nessa escola eu entro como aluno, e depois eu vou ser professor né, na mesma escola.

Rememora sobre o indivíduo que lhe insere na ação política da organização, hoje o chamando pelo sobrenome verdadeiro. Aparece na rememoração as questões da “literatura de esquerda”, que passará a lhe influenciar. Surge aqui, e sustentará a continuidade do processo rememorativo, para dar sentido à outros momentos de sua experiência social:

Entrevistado 5: [...] o Michelazo que me apresentou para o partido e para a literatura de esquerda, não só ele, nesse caso não só ele, mas era a pessoa mais próxima, foi esse o cara que me deu, ele disse “ó, toma aqui esse livrinho pequeno tu vai gostar”, era um livrinho pequeno capa dura, que era A Mãe do Gorki, e eu me lembro que tem um episódio nesse livro [...].

Na escola, participa dos debates, desenvolvendo o que relembra serem suas concepções iniciais “socialistas”. A literatura de esquerda já está previamente estabelecida no processo rememorativo. Daí, a possibilidade de nomeação da sua própria posição político-ideológica, que se sustenta na rememoração precedente. No processo rememorativo, articula a lembrança dos primeiros contatos com a Ala Vermelha com a questão de ter que possuir um codinome, para não ser identificado pela ditadura. A questão do codinome, assim como a das leituras, já surge anteriormente. Ambas são complementadas na busca de sentido pela rememoração abaixo:

Entrevistado 5: E como nas conversas eu comecei a me destacar, destacar as minhas tendências que já eram tendências socialistas né, eu fui recrutado, eu comecei a conversar, estudar e tal, até que chegou um determinado momento, alguém disse “eu, e fulano tal, dentro de limite de segurança, a gente pertence a uma organização política”, a Ala Vermelha do PC do B, que é um dissidência do PC do B, e tu vai, e a gente quer ver se tu tem interesse, tu tá sendo convidado oficialmente a entrar na Ala [...].

No mesmo sentido:

Entrevistado 5: Tá, é eu comecei a militar por, eu comecei a militar na clandestinidade, quando eu fui convidado a participar da Ala Vermelha, mas o convite ele veio em função de uma militância anterior, ele, eu me inseri, como aluno né, de uma escola em que se mantinham um debate permanente sobre a realidade, sobre a realidade do país e a atualidade, então nesse aspecto, nesse debate, nessa experiência que eu tive nessa escola, eu sou convidado a entrar na Ala Vermelha do PC do B.

Da entrada, a rememoração trata do processo subsequente de “adaptação”, buscando o a questão de que ele já se interessava por diversas questões do mundo. A rememoração se ancora, assim, em dimensões já apresentadas, mas que são trazidas novamente aqui para sustentar essa afirmação rememorativa subsequente. Retrospectivamente, o agente compreende que a ação política foi praticamente uma extensão de sua sensibilidade para o mundo, tentando demonstrar que ela não lhe foi, assim, uma surpresa em sua experiência social.

Entrevistado 5: O meu processo de adaptação, era um processo que eu já vinha fazendo, ele só se tornou explícito para mim né, então, o que era segredo para os outros, para mim não era [...].

No processo rememorativo, assim como nas outras entrevistas, são produzidas avaliações retrospectivas. O agente rememora e ao mesmo tempo avalia a sua inserção na ação política. Isso é possível em virtude da leitura do passado à luz do presente, de posse do já ocorrido. Essa relação, como percebemos em outras entrevistas, é um recurso de estabelecimento de sentido entre o que se fez e o que se continua fazendo em termos de ação política – mesmo que a continuidade possa ser um abandono da militância política:

Entrevistado 5: [...] eu ingresso, e acho que me saí dentro das minhas limitações eu me saí razoavelmente bem, eu ia para as reuniões do partido e conseguia conversar com pessoas com um nível cultural maior do que o meu, porque todos eram, todos já estavam na universidade, ou tinham saído da universidade [...].

O processo rememorativo insiste nesse ponto, lembrando positivamente da organização:

Entrevistado 5: [...] mas o meu processo de adaptação foi o de fazer aquilo que eu gostava, que era o de ler, debater, escrever alguma coisa, não muito, até não tinha essa pretensão, mas gostava de conhecer, e era um, e era obras apaixonantes, não tive dificuldades de me adaptar, a Ala foi muito generosa comigo nesse aspecto, porque eles me forneciam muitos, eu não tinha dinheiro para comprar esses livros todos, eu ganhava de presente, depois devolvia, passava para outro [...].

A rememoração diz que, para além da questão eminentemente político-ideológica, a política também foi um espaço mais amplo do estabelecimento de relações humanas e afetivas. Nesse sentido:

Entrevistado 5: [...] mas eu me senti muito bem na Ala, me sentia muito bem, acho que era uma organização com uma boa, que tinha uma boa, uma linha que eu concordava, que era uma linha partidária que eu concordava, e tinha as relações de amizade, de companheirismo, que se mostrou consistente o resto da vida, com vários, teve dois, dois que eu conheci, teve dois elementos que viraram o fio, mas não vou julgar, porque cada um aguenta o que pode aguentar, então teve dois que abriram, entregaram, enfim né [...].

O relato rememorativo é marcado por lembranças positivas como essa, ao mesmo tempo em que aparecem reavaliações dos posicionamentos assumidos. Novamente, o recurso à avaliação retrospectiva, a leitura do passado a partir do presente, se apresenta como possibilidade de estabelecimento de sentido entre momentos diferentes da experiência social:

Entrevistado 5: Em entrando na Ala Vermelha do PC do B, eu tomo conhecimento do programa do PC do B, que eu incorporo como meu, e passo a minha, a fazer a minha ação política em função do programa do partido, e o programa do partido era a luta né, para estruturar o partido nacionalmente, e

para chegar ao poder e ao chegar ao poder, pela via revolucionária, incrementar, pela via revolucionária chegar ao poder né, evidentemente que se sabia que não se chegaria ao poder sozinho, que aquela fragmentação de partido seria um, seria, haveria uma conciliação entre aquele número enorme de partidos, e que um daqueles partidos ia assumir a liderança, e nós estávamos naquele meio, naquela balada, e uma das principais formas que o partido defendia de se chegar ao poder, era trabalhar para elevar o nível de consciência das pessoas, especialmente da classe trabalhadora.

Nesse sentido, conscientizar as pessoas para se chegar no poder. Na rememoração da dimensão estratégica da ação política, o entrevistado dá ênfase à característica de sua organização, mais democrática do que outras. O objetivo central da organização, segundo o entrevistado, é o que segue:

Entrevistado 5: [...] então era, quer dizer, a tomada do poder para, para implementar uma sociedade socialista, ainda uma sociedade de classes, mas uma sociedade socialista, em que os meios de produção seriam coletivos, né, e que os bancos seriam um banco só, estatal, e teria uma, quer dizer, aí já é uma questão de programa né, que teria que ser discutido e tal, havia muitas tendências dentro da esquerda né, então tinha o pessoal de tendência cubana, os castristas, o pessoal de tendência chinesa, que era o pessoal da Ala, por exemplo, porque os chineses mantinham uma tática, ou um, um determinado, um esquema de participação, né, participação de todos, muito democrático, que vinha das instâncias inferiores, com muita participação, já o modelo soviético não, era uma coisa autocrática, então nesse aspecto havia muita divergência [...].

O relato indica também a adesão praticamente direta entre o entrevistado e a organização. Aparece, na rememoração da ação política, sua dimensão estratégica, caracterizada pelos objetivos práticos da Ala Vermelha. O trabalho “cultural” da Ala, a rememoração apresenta, tinha relação com a promoção da “consciência política”. Anteriormente a rememoração já havia estabelecido a questão das injustiças presentes no mundo. A dimensão de conscientização acerca desses problemas se complementa de sentido por essa rememoração anterior. A subjetivação perpassando a rememoração.

Entrevistado 5: Consciência política né. Era o nível de consciência política, era o indivíduo saber que existiam uma luta de classes, que ele pertencia a uma classe, e que ele vinha da classe operária, que sustentava toda a estrutura do país, então nesse sentido era preciso aprender e generosamente disponibilizar esse aprendizado.

O entrevistado demarca que a Ala Vermelha não só orientava a ação, mas ela condizia com as premissas ideais defendidas pela organização:

Entrevistado 5: Então o que se fazia era, o que o partido fazia era promover o conhecimento das suas teorias, que eram teorias socialistas né, para que as pessoas pudessem ter suficientemente espírito crítico para se engajar na luta, que seria uma luta longa, uma luta longa, no campo e na cidade, no campo e na cidade, e ganhando a população.

Demarcando diferenças com outras organizações de esquerda do período, esse trabalho para o engajamento na ação política era feito respeitando a perspectiva do trabalho cultural. A rememoração, previamente, já apresentou do que ele se tratava, podendo ir além de sua simples caracterização. Mas esse trabalho, pela rememoração, o agente social avalia retrospectivamente que é um trabalho incerto, sem garantias. Essa avaliação é realizada em virtude do agente já ter vivenciado a não-efetividade desse trabalho algumas vezes. Relação passado-presente, o primeiro lido à luz do segundo. O segundo incrementa de sentido o primeiro:

Entrevistado 5: [...] eu me lembro que uma vez nós reunimos um grupo de pessoas para ver um filme *Vidas Secas*, e depois debater sobre aquele filme, então era, era, era essas atividades que, que foram, vamos dizer, a atividade fundamental, era o conhecimento, o estudo, se ganhou muitas gente né, isso aí depois, porque nesse processo, é muito interessante, que às vezes tu ganha o elemento, o elemento, tu pensa que ele tá, tu pensa que ele vai frutificar, e ele volta para trás. Por várias razões, até pela própria natureza dele, ele não é desse tipo, ele não tem essa natureza, o que naquela época representava um risco.

No sentido do parágrafo anterior, a rememoração traz o tema da “natureza” dos indivíduos. Em outros momentos ele reaparece, para dar conta de outros fatos vivenciados pelo entrevistado, mas que compartilham essa dimensão da instabilidade em se trabalhar com o ser humano.

O processo rememorativo lhe permite avaliar, retrospectivamente, que aquilo que extrai da lembrança inicial na Ala Vermelha acerca da necessidade de um codinome era uma dimensão estratégica da ação política que ingenuamente era utilizada. Essa ingenuidade compõe um olhar não tão rígido à ação política como no passado. Para sustentar os possíveis erros do passado, a rememoração busca o sentido deles nesse olhar mais complacente estabelecido pela avaliação retrospectiva.

Entrevistado 5: Tu já é tratado nas reuniões por um outro nome que não é o teu, uma besteira né, porque depois quando eu caí, eu tava lá o meu codinome, e com isso se caracterizou a militância clandestina, mas era aquelas bobagens que a esquerda gostava de fazer, então tu tem um nome oficial e um codinome [...].

Contudo, a avaliação retrospectiva acerca do não-impedimento do codinome para identificação dos militantes pela repressão, não impede uma lembrança positiva acerca da ação política em geral, confirmando em certa medida o olhar mais complacente que está operando na rememoração:

Entrevistado 5: [...] então aí eu passo a militar né, de 67 até 70, quando eu caio, em 70 eu, bom, mas mesmo assim eu gostaria de falar a respeito da militância, que foi a experiência mais rica que eu tive, porque a Ala Vermelha do PC do B ela se caracterizava, ela era contra a luta armada, mas também não criticava quem a praticasse né, ela era essencialmente cultural, ou seja, tinha que estudar e estudar muito, ler e ler muito, debater e debater muito, o que

faziam como uma espécie de depuração né, a pessoa para militar na Ala tinha que ter um equipamento teórico, tinha que ler, eu li os clássicos do socialismo [...].

A rememoração lhe permite avaliar a influência da ação política em sua vida e, em seguida, ativar a lembrança da intensidade das questões intelectuais nesse processo, elemento reiterado ao longo da rememoração. Da apresentação das leituras iniciais, o processo rememorativo consegue estabelecer uma avaliação retrospectiva.

Entrevistado 5: Dezesete anos. Quando eu tomo conhecimento da literatura, da literatura, vamos supor, a literatura de esquerda, a literatura socialista, é mais ou menos com dezoito anos, e vai até os vinte e um vinte e dois, mas era uma quantidade de leitura muito intensa, muito intensa, e de vários autores, e a gente conseguia livros e trocava livros.

A memória positiva que possui da ação política na Ala Vermelha está relacionada com o contato com as leituras que até então não conhecia, e que eram levadas em consideração para as análises da realidade que os indivíduos pertencentes à organização faziam de seu contexto social e político. A aquisição intelectual proporcionada ao agente no contexto da ação política se sobrepõe, na rememoração, à questões negativas mais pontuais dessa experiência. A busca de constituição sentidual (subjativação) tende a positivar a experiência social, ou sobrepujar dimensões positivas sobre as negativas. É preciso mostrar que, ao fim e ao cabo, valeu a pena ter vivido o que se viveu:

Entrevistado 5: [...] e a Ala partia, em matéria de estudos, partia de dois princípios: o conhecimento profundo do materialismo dialético e do materialismo histórico, e aí entravam vários autores né, tinha o próprio Marx, o Engels, o Bukarin, enfim. Mas os dois princípios fundamentais do conhecimento era esse né, uma coisa absurda, tinha aquele tomo, as Obras completas de Mao Tsé-Tung, eram uns livros desse tamanho, e se lia isso, tinha o Livro Vermelho de Mao Tsé-Tung também [...].

O processo rememorativo não é, necessariamente, um processo linear. A rememoração das principais teorias que orientavam a ação política abre espaço para a lembrança de outros contatos intelectuais que o agente teve. Ao recordar, fala do que conheceu antes de entrar na organização e já articula uma memória do livro que em definitivo influencia em sua escolha pela ação política.

Entrevistado 5: Depois veio outros livros, nacionais, eram os chamados Cadernos do povo Brasileiro, que era uma coleção de vinte e quatro livros que falava sobre todos os temas, uns caderninhos, pequenos e tal, até entrar, eles começaram com essa literatura nacional, até a gente entrar, tinha o Jair Campos também, que era um grande escritor, até que eles, eu não sei como, isso o Michelazo me dá o A Mãe, do Gorki, esse livro, e aí esse livro é fundamental para mim, aquela militância, aquela capacidade de sacrifício, eu não sei se tu conhece a obra, naquela época e ainda hoje, eu dei de presente a pouco tempo atrás, e ele disse que não sabia como nunca tinha lido isso, é uma coisa que te deixa impactado por muito tempo. Então aí quando eu li esse livro, eu já me

considerava um militante, eu já estava imbuído desse espírito de luta, então nós vamos, a Ala Vermelha precisava de nós. A porta de entrada foi o A Mãe, exatamente.

Se efetiva a militância, e a lembrança, aqui, separa as questões intelectuais das “políticas”, apenas de modo formal. Na prática social, elas se dão interligadas:

Entrevistado 5: Aí eu entro e começo a desenvolver né, mas dentro dessa, esse era um, o materialismo dialético e o materialismo histórico né, que Marx sintetizou, ele era para nós o caminho, e depois tinha as questões políticas né, de como, como, então eu conversava com muitas pessoas que a princípio não tinham nenhuma militância política, mas que aceitavam ler, aceitavam conversar, era esse, até estruturar o partido né.

Segue o conhecimento da literatura de esquerda, na lembrança aparecendo a sua relação com a ação política e a avaliação retrospectiva do diferencial da ação política desenvolvida naquele contexto, que orientava a articulação entre teoria e ação. O sentido da experiência busca se estabelecer com essa avaliação do diferencial do que se viveu no passado, se comparado ao presente.

Entrevistado 5: E aí eu vou ler Princípios Fundamentais de Filosofia, que são os compilados das aulas do Lênin em Paris, na Universidade Operária de Paris, então o, o Pulitzer, Jorge Pulitzer, ele pega essa, essas aulas do Lênin e sistematiza, com os Princípios Elementares de Filosofia, depois ele vai escrever os Princípios Fundamentais de Filosofia, em que ele, ele, ele estabelece a, o materialismo histórico, e o materialismo dialético, então aí já é uma obra grande, mas, a gente estudou as duas, as duas, e além de estudar, tinha que debater, e para ti debater, né, e ler e aprender, enfim, e ter uma, por isso que era uma militância que tinha conteúdo, que, tu não pode ir para uma reunião dessas sem conteúdo, tu pode ir né, mas tu vai ficar quieto [...].

O agente lembra que a orientação “cultural” da organização não se pretendia apenas um grupo de pessoas que se queriam enquanto intelectuais e estudiosos, mas era articulada à uma prática cotidiana nos espaços em que eles se inseriam. Nesse sentido, influenciados pela orientação da Revolução Chinesa, que realiza uma crítica à União Soviética no sentido de que essa experiência política havia produzido um engessamento da revolução, os chineses pretendiam construir seu processo com mais “participação”, segundo o entrevistado. A produção de diversas instâncias na organização, estratégica e simbolicamente, tinha essa função:

Entrevistado 5: [...] aí, bom, então nós estamos administrando uma escola, que fica até perto daqui, era um grupo escolar, e nós dávamos aula para adultos à noite, e ali nós fomos desenvolvendo uma espécie de democracia direta, cada aula tinha o seu presidente, o seu vice-presidente, o seu secretário de finanças, o vice-secretário de finanças, o seu secretário de imprensa e o vice-secretário de imprensa. Esses formavam uma assembleia geral, que elegia o diretor da escola, o vice-diretor, o secretário de imprensa da escola toda, enfim, era uma assembleia e ali então se exercitava a democracia, e se discutia também, política e tal.

Sobre a questão do diferencial democrático de sua organização, influenciada pelo processo revolucionário chinês, reitera:

Entrevistado 5: [...] havia muita, muita discordância no sentido teórico, então se, se interpretava, por haver várias tendências, tinham companheiros com uma posição, vamos supor, favorável à Rússia, a, ou davam como exemplo o desenvolvimento, outros já eram críticos à União Soviética, especialmente à União Soviética, ao castrismo né, e na organização se tinha uma preferência pela linha chinesa, que o Mao conseguiu estabelecer ali um regime de participação popular, teve companheiros que foram à China, e voltaram impressionados né, porque tudo era discutido [...].

No processo rememorativo, traz uma lembrança acerca de uma tarefa que a organização lhe coloca, indicando compromisso com a ação política. Contudo, um revés acontece, que será em seguida retomado na rememoração:

Entrevistado 5: [...] quando eu terminei o segundo grau, eu estou me preparando para entrar na faculdade, na faculdade de geografia, então, aí eu já recebi essa, como uma missão do partido, “olha o partido disse que te quer na universidade, na faculdade de geografia”, só que aí eu sou preso, e grande parte do partido é presa, em 1971.

Rememorado a ação política original na Ala Vermelha, retrospectivamente, aparece uma avaliação do processo, que objetiva dar sentido às escolhas realizadas naquele momento e sustentar o que o agente viveu politicamente. Compõe essa avaliação, um julgamento do opositor político.

Entrevistado 5: Claro que era uma visão romântica, eu tenho consciência disso né, mas era uma visão romântica com uma enorme dose de boa-fé sabe, a gente realmente acreditava que podia chegar aquelas questões de ter um partido suficientemente forte para chegar ao poder e fazer as mudanças né, claro que era uma ingenuidade né, mas era uma ingenuidade saudável, desproporcional ao tratamento recebido né, mas o tratamento recebido é um tratamento de classe, o cara quer eliminar de qualquer maneira [...].

Contudo, essa avaliação retrospectiva não coloca em causa a escolha pela ação política original na Ala Vermelha. Pela rememoração, indica a produção de uma justificativa pessoal para vincular-se à organização. O sentido é estabelecido através desse não colocar em causa a escolha realizada:

Entrevistado 5: Não, o primeiro posicionamento político que eu tive e que eu justifiquei para mim mesmo, é que a revolução precisa ser feita, a revolução precisava ser feita, mais hoje ou amanhã ela terá que ser feita, porque ela não é um desejo, ela não é uma, ela é uma necessidade [...].

Reforça a opção pela ação política, mas, permitido pela rememoração, avalia retrospectivamente um elemento de “juventude” presente na escolha. A contradição compõe o sentido, mais do que o desestrutura:

Entrevistado 5: [...] então o meu primeiro posicionamento político era essa, nós precisamos fazer a revolução e vamos fazer a revolução, mesmo que isso custe a nossa vida, mesmo que isso custe a nossa vida, então estava ali disposto

a, naquele arroubo de juventude estava disposto e quase com certeza de que ia morrer, em combate, que ia morrer na luta.

Porém, no relato, em seguida retraz a questão da teoria que orientava a ação, lembrando que a escolha pode ter sido em parte equivocada, mas era amparada em uma ideologia que conduzia a ação:

Entrevistado 5: [...] que é aí que entra o materialismo histórico né, que um período histórico sucede o outro né e que o capitalismo, não sei se tu conhece essa frase, eu não vou me lembrar da frase, mas o sentido é de que o socialismo estava no capitalismo, estava embutido no capitalismo, era uma questão inevitável que o capitalismo evolua para o socialismo né [...].

Rememorando, o agente social avalia que a opção pela ação política trouxe consigo um custo pessoal, de projetos que foram abandonados ao longo de sua trajetória de vida.

Entrevistado 5: A decisão foi abrir mão do meu projeto pessoal, abrir mão do meu projeto pessoal, então minha família, meus amigos, queriam que eu entrasse na faculdade, estudasse, fizesse concurso para o Banco do Brasil, ou para o Caixa, sei lá eu, era essa a questão fundamental né, que eu tive que abrir mão, eu abri mão de um concurso que tinha, que certamente eu ia passar, para brigadiano, para entrar na Brigada Militar.

Rememorando o processo de repressão, surge no relato a caracterização da “ditadura militar”, onde ganha saliência, segundo o entrevistado, a subserviência às “classes dominantes” do país. Essa caracterização, no processo rememorativo, é realizada no sentido de dar sentido e justificação à ação política desenvolvida.

Entrevistado 5: Como um braço armado da burguesia, a organização definia a ditadura militar como um braço armado da classe dominante, né, então nunca se disse que os militares eram os responsáveis, não, os militares estavam à serviço da classe dominante, então era essa, era isso que se via, os militares a serviço da classe dominante, muitos deles inclusive sem se dar conta disso, achando que tavam fazendo algo por conta própria, e não tavam né [...].

Continua a descrever como a organização compreendia a ditadura militar. Contrapõe, nessa caracterização rememorativa, o que seria o projeto da Ala Vermelha se ela chegasse ao poder. A derrota de um projeto leva à afirmação, no relato, de outro. Nesse sentido:

Entrevistado 5: [...] não era um regime burguês-democrático, era um regime burguês militar, que tava matando as pessoas, torturando, matando indiscriminadamente, o número de mortos é muito maior do que o oficialmente apregoadado, então, para chegar ao poder, e em tomando o poder, estabelecer o que se chamava teoricamente, mas não vinha muito, a ditadura do proletariado, ou seja, chegar e, não é que os proletariados se tornassem ditadores, mas era uma questão de, a, aquilo que servia à classe proletária, ser o que seria implementado, como então, saúde popular, como essas coisas de saúde popular, as garantias né sociais [...].

A Ala Vermelha do PC do B foi praticamente desmantelada pela repressão do Estado após 1968, na fase mais repressiva da ditadura militar, conforme

contextualização do capítulo 3. O agente, em seguida do ingresso na organização e da questão intelectual que lhe marca muito, adentra o processo rememorativo nesse momento, lembrando que a Ala Vermelha, em Porto Alegre, havia sido formada por indivíduos que fugiram da repressão em São Paulo e Minas Gerais.

Entrevistado 5: Até que um dia o DOPS cercou o colégio e os professores foram presos, entre eles eu, então era, bom, eu saio da prisão e os meus companheiros ficam, a maioria fica e são transferidos para São Paulo, porque esses, a Ala tinha caído em São Paulo, uns dois ou três anos antes, eles tiveram uma queda de um aparelho em que vários companheiros foram presos, e eles tiveram que vir, sair de São Paulo, e vieram para o Rio Grande do Sul.

Na rememoração, acerca da “queda” da organização, segundo o termo político usado pelas organizações de esquerda naquele período, o entrevistado narra que em um contexto de forte repressão política pouco se conheciam as pessoas que por ventura estavam militando na mesma organização e em organizações semelhantes. Contraditoriamente, é no momento da “queda” que a solidariedade entre os envolvidos na ação política se mostra.

Entrevistado 5: Não, porque a militância era muito fechada, então não podia ter aliados, porque podia cair, em relação aos aliados, o que eu me lembro é que no momento da queda, no momento em que começaram nos prender, né, houve essa, houve essa solidariedade.

E complementa, tentando dar conta, retrospectivamente, do que vivenciou no momento da repressão:

Entrevistado 5: [...] eu fui procurado, outros companheiros foram procurados, e eu não sei como eles ficaram sabendo, não posso te dizer, oferecendo ajuda, oferecendo fuga, oferecendo solidariedade né, quando prenderam dois, se sabia que iam prender todos, ou tu foge, ou se fugira daqui né, então, eu não sei como eles ficaram sabendo, eu fui abordado na rua né, dizendo o seguinte, se tu quiser ir para o Chile, tu, a decisão é tua, nós te colocamos na fronteira, e na fronteira tem um companheiro que te leva até lá, eu ponderei e não resolvi, mas, então eu não sei de onde surgiu isso, eu na época imaginei que todos os meus companheiros eram subordinados a alguém que eu não conhecia, né, que eu não conhecia, e que tava, mas que me conhecia, e que conhecia os outros, era a única explicação que eu pude ter [...].

No processo rememorativo, surge o momento da repressão atingindo a Ala Vermelha em Porto Alegre. A rememoração praticamente não foca no que o entrevistado sofreu em termos de algum tipo de castigo, apenas um ponto ilumina essa dimensão. Surge na rememoração uma avaliação retrospectiva, acerca da relação entre compromisso ideológico e capacidade de resistência à repressão:

Entrevistado 5: Tanto é que quando eu sou preso eu fico quatro dias incomunicável, que era uma técnica usada, porque eles já tinham prendido dez ou quinze, eles não tinham muito mais interesse, eles queriam, então eles puderam se dar ao luxo de me deixar quatro ou cinco dias, incomunicável, incomunicável mesmo, trancado, em um cubículo, e eles me tiram do cubículo,

porque que é esse momento, nesse momento, se tu não está convicto, se tu não está forte, tu abre o bico, tu fala né [...].

De forma curiosa, a repressão é lembrada mais por questões que lhe afetaram pessoalmente do que os atos da repressão em si, que possam ter lhe causado algum mal físico. Relacionado à lembrança positiva que tem das questões intelectuais que a organização possuía, o entrevistado relata o processo de gradativa retomada do interesse pela ação política. O faz articulando o momento anterior ao momento que iria começar a viver, após ser preso no DOPS, e insere no processo rememorativo críticas presentes que articula ao passado.

Entrevistado 5: [...] então depois que acabou a Ala Vermelha, os, eu fiquei um tempo, porque os meus companheiros, ou os principais, os mais brilhantes, e os mais equipados intelectualmente estavam presos, ficaram presos até 1975, 1976, então eu, eu fiquei meio só né, então eu me socorri na literatura, e na medida que eles foram sendo soltos, eu fui reestabelecendo os contatos né, e resolvemos também, não assim, uma decisão coletiva, mas assim uma decisão que foi se identificando, todos eles não quiseram militar, não quiseram militar, mais voltar para a militância, por uma questão crítica, que tu já deve ter notado que eu tenho com relação à esquerda [...].

Na linha dos efeitos pessoais da repressão política, relata:

Entrevistado 5: [...] e depois eu vim militando né, em uma, tem todo um processo, que esse é só para lembrar, que não tem a meu ver, assim, tem, a prisão, o processo, e tem um outro processo que se desenrola que é um processo de exclusão social, então eu como preso não podia abrir contas em determinados bancos, não podia fazer concurso público, eu tava vedado, esse, o Tarso Genro que era da Ala Vermelha, começou a ajeitar a vida de muitos ex-presos, ajudar, a mim ele me indicou para ser, olha eu tenho um amigo que trabalha em laboratório e tal, ele vai te conseguir um emprego de propagandista.

Articula, no processo de lembrança, a produção de uma autocrítica coletiva e individual. Mesmo com o trabalho de “consciência” que realizavam, avalia que houve um descolamento da realidade concreta. Em sua trajetória, relembra que procurou dar continuidade, de diferentes formas, à ação política:

Entrevistado 5: [...] e aí vem uma autocrítica nossa, a autocrítica em relação às nossas posições, de achar que em um regime capitalista consolidado, em uma geopolítica com influência americana, nós tínhamos alguma chance de implementar aquele programa, que podia ser teoricamente uma maravilha, mas que não teria conexão com a realidade, e se torna muito mais, agora tu não vai abandonar a luta por isso, agora tem que encontrar outros caminhos né, os outros caminhos que se encontrou é a literatura, a arte, mas sempre em relação às pessoas né, então na medida do possível vai se, eu vou conversando com as pessoas, e colaborando [...].

Pessoalmente, o entrevistado rememora sobre o processo de aprendizado que a derrota política produziu:

Entrevistado 5: [...] quando eu me dei conta por exemplo, que eu tava preso, depois eu saí da prisão, que eu me dei conta que aquele sonho de uma sociedade igualitária, fraterna, era uma coisa que tinha ficado muito distante, claro que entristece e, mas ao mesmo tempo te educa, te deixa mais preparado, que é necessário se preparar mais, é necessário persistir, e principalmente é necessário fazer a autocrítica suficiente para reconhecer essa derrota e avaliar que os enganos, os equívocos, sempre de um ponto de vista como um método de, de, de aprimorar e de compreensão, eu em um determinado momento da minha vida eu tive absoluta certeza de que a vitória das forças progressistas era uma coisa natural, aquilo era uma coisa natural, ia crescer de tal forma a, essa onda de esquerda, que seria uma coisa, uma tomada do poder natural, a implementação de um estado socialista [...].

Nesse momento, apresenta no processo de rememoração, a relação entre a busca de novas formas de agir politicamente e o momento da entrevista:

Entrevistado 5: [...] então, nesse aspecto é que eu levei uma militância sem filiação, mas trabalhando no Comitê Carlos de Ré, enfim, eles pediam, e fazendo isso como o que tu me pediu para fazer, tu me ligou olha quem sabe vamos conversar e tal [...].

Na rememoração de sua trajetória política, o entrevistado traz a relação dos militantes daquele período com as novas formas de organização política que após a derrota da esquerda no período mais repressor da ditadura, começariam a surgir no horizonte social brasileiro. Nesse momento da rememoração, a lembrança se articula, como em outros momentos, à juízos de valor do agente social:

Entrevistado 5: [...] eles ficaram dois ou três anos no presídio Tiradentes, com mil e duzentos presos políticos, e ali na cadeia tu vê quem é quem, quem aguenta a cadeia, quem não aguenta, quem tem base ideológica e quem não tem, então eles tiveram essa experiência que eu não tive, eu tive aqui no DOPS só, então a decisão que cada um tomou é a de continuar o trabalho político, de acompanhamento político, até que surge o PT, e o PT começa a liderar né, a ter um papel de vanguarda nessa questão, e ganhou muito apoio, mas sem o exercício da crítica, porque aquele, aquele livrinho vermelho do Mao tinha aquelas questões de frases, eram pequenos pensamentos né, então é a crítica e a autocrítica eram usadas dentro do partido como instrumento político, como instrumento de aprimoramento político [...].

O entrevistado rememora a continuidade da vida pessoal e política:

Entrevistado 5: E aí eu continuei a minha, mais em termos de estudo né, e trocando, porque aí as coisas começaram a, houve uma modificação muito grande, nasce o PT, e eu ajudei na fundação do PT, porque eu tinha muitos amigos, mas eu não sei porque eu nunca quis me filiar [...].

De meados da década de 70 em diante, com o processo incremental de abertura política, surge na cena política o Partido dos Trabalhadores, que o entrevistado traz o avaliando a partir da experiência política que teve, e demarca diferenças entre elas:

Entrevistado 5: [...] desde o início se notava, não são de agora né, já é do início do PT uma certa, o que é inadmissível de um partido de esquerda revolucionário vamos supor, é um projeto pessoal e um projeto político

caminharem juntos, e isso no PT aconteceu desde o início e em grande quantidade, as pessoas fazendo seus projetos pessoais junto com a militância, acabou no que acabou, então do início é isso né.

A dinâmica política brasileira contemporânea estimula o processo rememorativo que surge na entrevista a estabelecer nexos entre o passado e o presente. Nexos esses que se prestam à auxiliar as avaliações realizadas pelo agente social acerca das instâncias que surgiram em sua trajetória de vida.

Acerca do PT em específico, o avalia retrospectivamente que nesse partido está ausente o que marcou sua militância, que era um compromisso ideológico e ético acerca da disputa política. Na ação política, interesses pessoais deveriam ser separadas.

Entrevistado 5: [...] então as pessoas estão desequipadas dessa né, bom, eu falo isso, porque isso, eu vi o PT nascer, eu vi o PT chegar ao auge, e agora eu vi o PT despencar, e isso nunca foi preocupação, isso nunca foi preocupação dentro do partido né, não digo assim que isso era cem por cento, havia algumas pessoas que tinham, mas não faziam uma política nesse sentido de esclarecer, era mais uma coisa visando a publicidade.

No mesmo sentido, rememora avaliando:

Entrevistado 5: [...] que é o que ocorre muito aqui, são duas militâncias, que se fazem, de pessoas de esquerda, que faz a militância política e a militância pessoal, ao mesmo tempo em que ele vai militando politicamente ele vai resolvendo problemas da vida dele né [...]. [...] e isso eu não concordo, isso eu não concordo, então a, essa foi a minha grande dificuldade de me reaglutinar, de me reaglutinar, quando o pessoal saiu da cadeia [...].

A partir da década de 1980, com o PT ganhando cada vez mais corpo, se vê diante da escolha de nele passar a agir politicamente. Porém, a influência político-ideológica da militância no contexto da ditadura lhe coloca incertezas quanto à essa escolha. Orientações acerca da identidade e do papel de um militante político se transformavam nesse processo de reorganização da esquerda brasileira após a ditadura militar. Esses pontos se relaciona com outros surgidos na rememoração.

Entrevistado 5: A questão assim do período de 82 em diante, quando se, quando os movimentos sociais começam a de forma embrionária a formatar, a dar consistência ao PT, ao que viria a ser o PT, houve uma efervescência e eu participei, a minha formação não me permitia, para falar com toda a franqueza, a minha formação marxista não me permitia me integrar ao PT, porque já no início dele, já no nascedouro dele havia desvios que, ou não eram desvios, não batia com essa, já não tinha a mesma, já havia uma disputa muito grande dentro do PT por espaços, e vaidades que foram se acumulando [...].

Rememora, também, que o partido, em seu início, teve um trabalho acerca do tema da ditadura. Pela rememoração, articula um elemento de sua ação política passada com o futuro político do país. Diz que:

Entrevistado 5: [...] mas de qualquer forma o PT desenvolve aquele trabalho inicial, desenvolve um trabalho importante em relação à ditadura, em relação ao que havia antes, um período fecundo da, da redemocratização, e ele baliza, porque ele começa a ganhar um apoio popular muito consistente, e obriga aos outros partidos a também começarem a se preocupar com isso [...].

O entrevistado chegou a participar como “simpatizante” do partido.

Entrevistado 5: então eu participei porque eu tinha grandes amigos, mas não como militante, eu participava como um simpatizante, né, então fiz campanha, pixei muro, e enfim, mas já sempre com um espírito crítico [...].

A rememoração é entrecortada por digressões avaliativas acerca da relação entre posições político-ideológica e a natureza humana, e as contradições que podem surgir entre essas dimensões. O entrevistado avalia, retrospectivamente, que se mantém fiel à suas posições originais.

Entrevistado 5: [...] é muito comum esse fenômeno, de pessoas de esquerda que passaram, que se dizem liberais e tal, nunca foram de esquerda, na verdade né, então, ah, então, ah, eu, mas eu nunca me deixei de considerar um indivíduo de esquerda, então todas as minhas atitudes, mesmo dentro de uma sociedade capitalista, em que eu tenha que lutar para o meu ganha pão, eu tenho que, eu, eu, eu mantenho um, eu mantenho uma alma, um, uma, assim, uma, uma posição, não é, de que eu pertenço ao campo, a esse campo, que é o campo da esquerda, então não, e portanto eu tenho que ter uma responsabilidade, um compromisso com a ética, com a dignidade, com olhar o sofrimento das pessoas, e combater as injustiças né, claro que não é fácil fazer isso, mas, ainda mais nos tempos em que a gente vive, mas na medida do possível dá para manter a coerência [...].

No mesmo sentido, avalia mais uma vez:

Entrevistado 5: [...] a essência não se perde né, por isso que eu acho que aquele tema que eu te falei já, inicial que a Ala Vermelha mantinha, a necessidade de elevar o grau de consciência das pessoas ele é fundamental, sem o qual não, tu não pode fazer nada, tu não tem o, tu vai melhorar a sociedade para quem, para ti lutar pelos teus direitos, tu tem que conhecer esses direitos, mas na essência eu acredito que o socialismo é uma necessidade e ele é uma imposição que se fará através do tempo, mas não dá para dizer exatamente qual é a posição, esse é um momento muito difícil, de muitas questões [...].

4.6 Entrevista 6

A entrevista de número 6 foi realizada com uma agente que inicia sua ação política no movimento estudantil, acompanha os debates e a opção de alguns indivíduos de seu contexto pela luta armada, mas tem trajetória distinta, não aderindo à essa forma de ação política. Sua ação política volta-se, em seu momento, contra a ditadura, e posteriormente, tornando-se docente, passa a assessorar o movimento sindical dos professores do estado do Rio Grande do Sul. Seu processo rememorativo trata essa experiência.

Como em alguns outros processos rememorativos, a entrevistada relembra o contexto de seu nascimento e, nele, a questão política, que entra em sua vida com o golpe de 1964. Rememora que, naquele contexto, ainda é muito jovem, não se envolvendo diretamente na ação política. O golpe de 1964 aparece na rememoração como evento balizador, mais do que evento no qual o sujeito toma, de saída, parte. A ação política contra a ditadura virá mais adiante, mas aqui já se estabelece o golpe como, como dissemos, evento balizador do processo rememorativo, que girará em torno dele.

Entrevistada 6: Contexto em que eu nasci, aí é que tá, eu nasci em 1951, é muito tempo atrás, que eu me lembro, desse contexto eu não me lembro de nada, a primeira coisa que eu me lembro de política é 64, então imagina, 64 eu já tinha quantos anos? é assim o primeiro período que eu me recordo é em 64 porque, vou fazer só aqui de curiosa, 13, é tu vê que já é bastante idade, que é o golpe de 64 né [...].

Acerca de seus pais, a entrevistada rememora que eles não possuíam identificação ideológica, nem filiação político-partidária. Com isso, não lhe repassariam orientações ideológicas, mas de outro tipo. A rememoração, para posteriormente trazer esse outro tipo de orientação que seus pais lhe legaram, especialmente sua mãe, demarca que um legado propriamente ideológico não foi recebido. Esse legado será de ordem mais ampla. Mesmo com seus pais não possuindo filiação política, o golpe de 1964 é rememorado a partir de suas consequências, do “clima de muito medo” que esse evento, com suas rupturas políticas, trouxe.

Entrevistada 6: [...] o meu pai era militar, apesar de não ser ativo nem participante assim, mas eu me lembro do clima de muito medo em casa né, aquela coisa, aquela coisa assim” ah vamos pro interior não vamos” porque tinha parentes que moravam no campo e tal, então eu me lembro daquele clima assim 64, mais por medo da instabilidade e tal, porque eles, meus pais, não eram oposição, não eram petebistas nem nada, e muito menos comunistas, eles, o pai era inclusive militar, e a minha mãe funcionária da secretaria de educação, então assim bem naquele padrão classe média média, assalariada do estado [...].

A rememoração, não sendo um processo linear, relembra um acontecimento anterior ao golpe de 1964. Relaciona, pela rememoração, dois eventos que não necessariamente possuem relação entre si: a posição profissional de seu pai e o ex-presidente Jânio Quadros. É o processo rememorativo, realizado no presente, que os articula.

Entrevistada 6: [...] meu pai não fez a carreira de superior, ele só ficou, foi subindo as patentes normais sem ter feito a formação superior, e depois eu me lembro da campanha do Jânio, da vassourinha “varre varre”, aquilo era uma agitação a campanha [...].

O processo rememorativo, em contraste com o que encontramos na rememoração de outros entrevistados, demarcando anteriormente a ausência da questão político-ideológica, agora coloca que que o legado familiar se deu a partir da figura de sua mãe, que lhe transmitiu ensinamentos de âmbito pessoal e moral, de ordem mais ampla do que especificamente a dimensão ideológica. Os ensinamentos eram marcados por uma dimensão não-religiosa.

Entrevistada 6: [...] o meu contexto de formação foi um contexto extremamente positivista entende, pela marca da minha mãe, que era assim muito, tinha uma formação, como é que eu te dizer, aquela noção assim primeiro o dever depois o prazer, e cumprir as suas tarefas, e ser justo, e ser honesto e desenvolver, muito trabalho e construir um país melhor, uma visão digamos assim, não religiosa, não carregada de religião [...].

Descreve a ocupação profissional de sua mãe, se elaborando uma avaliação retrospectiva, lendo o passado à luz do presente, dessa dimensão acerca da identificação de sua mãe com a questão da educação. A entrevistada se tornará professor futuramente. A rememoração já prepara o terreno para estabelecer umnexo de sentido entre questões passadas e suas influências em momentos posteriores da vida do agente.

Entrevistada 6: A minha mãe ela era professora da escola pública, ela foi diretora de escola pública, ela foi supervisora de escolas, tá, e depois ela foi, trabalhou na secretaria de educação, ela foi professora, ela fez faculdade depois que as filhas já estavam maiores, e depois ela foi ser professora da PUC, de pedagogia, tá, então assim, a minha mãe, sempre voltada para a educação, daquelas que amava ser professora, depois eu fui trabalhar em escolas públicas, duas onde ela tinha sido professora.

Reitera a relação de sua mãe com o trabalho pedagógico, e rememora estabelecendo uma relação direta entre a identificação de sua mãe para com a educação e dela própria.

Entrevistada 6: [...] a minha mãe foi sempre apaixonada pela educação, como eu fui a vida inteira, eu fiz dois cursos, eu fiz letras e depois eu fiz ciências sociais, e atualmente se eu pudesse fazer eu faria economia, e eu tenho certeza de que se eu fizesse economia eu ia acabar sendo professora, de novo, de economia, porque é a profissão que eu sempre gostei entende, e a minha mãe era isso, era uma professora professora.

Na rememoração surge a contradição entre a história de vida de sua mãe e a ausência, em sua pessoa, da dimensão religiosa. Rememorando, a entrevistada se dá conta dessa contradição, mas não a resolve, operação que a rememoração poderia tentar dar conta. O foco da rememoração fica na transmissão de valores morais transmitidos à sua pessoa. O foco de sentido está nessa dimensão. É ela que sustenta a continuidade do processo rememorativo em sua busca por um horizonte sentidual (subjativação).

Entrevistada 6: [...] isso é interessante porque apesar da minha mãe ter ficado órfão com dez anos, e ido para um colégio de freira interna, ela não guardou, essa coisa do ritual, ela não introduziu isso na nossa formação, ela introduziu uma noção que eu acho que é uma coisa assim que eu chamo de mais positivista, que é, essa ideia de crescimento, de desenvolvimento, de progresso, por esforço, por muito trabalho, por honestidade, muito empenho no trabalho e tal [...].

No mesmo sentido, coloca:

Entrevistada 6: [...] a palavra que eu mais ouvia minha mãe dizer, era valores, valores, ela dizia assim a pessoa não precisa ser milionária, a pessoa não precisa ostentar absolutamente nada, a pessoa precisa ter valores, ela sempre dizia, tem que ter valores, e os valores que ela pregava eram a dedicação ao trabalho, era a verdade, sempre a verdade, era melhor, era o melhor caminho era a verdade, a solidariedade.

Reitera essa dimensão que irá lhe influenciar ao longo de sua vida.

Entrevistada 6: [...] isso é a minha mãe, isso é a marca da minha mãe, da família que a criou né, porque ela ficou órfão com dez anos, ela tinha dez anos, a irmã tinha sete, e a outra irmã tinha cinco, e o tutor, que foi um tio que as criou, chamou né, uma vez no escritório, ela me contou isso, e disse “olha tu não pode errar porque se tu fizeres as coisas erradas, as tuas irmãs vão fazer”, então a minha mãe se pautou sempre que ela tinha que fazer as coisas certas, ela era a mais velha, dez anos, no internato ela tinha que cuidar de uma de sete e de uma de cinco entende, para que elas não errassem, então tu imagina ela recebe uma herança que ela também me transmitiu entende, que era preciso não errar [...].

E acrescenta:

Entrevistada 6: [...] ela era muito solidária, ajudava todo mundo que ela podia, então assim, eu acho que é basicamente verdade, justiça, justiça era um princípio, sabe, é justo ou não é justo? e a ideia de que ter valores era muito importante, isso para minha mãe era muito importante, tanto assim que a minha mãe, essa ideia que eu vi em outros lugares às vezes “ah alguém consegue para ti um pistolão e aí consegue para ti um trabalho, consegue uma vaga”, a minha mãe era absolutamente contra entende, jamais ficar pendido pelas coisas, não, nós tínhamos que ir à luta, entrar depois no concurso, fazer o concurso, e estudar e se dedicar, era uma coisa assim muito exigente nos princípios de correção.

Indica a presença, também em suas irmãs, dessa orientação moral legada por sua mãe. A reiteração, na rememoração, dessa questão dos valores morais reforça esse

tema como um balizador de sentido que lhe possibilita lembrar sua experiência social lhe dotando de um horizonte de sentido.

Entrevistada 6: [...] tanto que eu olho para as minhas irmãs e vejo assim a marca dessa formação, nenhuma de nós três temos religião e as três tem essa ideia de trabalho, de progresso, de dedicação, de mérito, de conseguir as coisas por mérito próprio e não por favores políticos, de amigos, de coisa, isso é muito marcante nas três entende, eu acho que isso vem dessa cultura da minha mãe [...].

A rememoração dessa entrevistada, nitidamente, acentua a dimensão da herança pedagógica do lado maternal da família, e começa a mobilizar esse referente no processo rememorativo, o apelando a esse referente para avaliações retrospectivas que a entrevistada realiza. Nesse momento, a rememoração vai rapidamente ao período da ação política, deslocando para a herança familiar e a lembrança das defesas pessoais de sua mãe. De maneira difusa, o processo rememorativo começa a estabelecer relações entre esferas da vida da entrevistada. Retrospectivamente, é possível relacioná-las, e estabelecer nexos que auxiliam o processo de constituição sentidual da experiência.

Entrevistada 6: [...] então eu acho que assim o fio, o fio que puxou, porque isso eu já me perguntei né, qual é o fio que puxou da minha formação para a militância que eu fui encontrar na escola, obviamente, no ensino médio, porque eu estudava no Instituto de Educação General Flores da Cunha, todas nós três, porque para tu ter uma ideia, o que que a minha mãe dizia, meus filhos estudam em escola pública, eram filhas né, éramos três filhas, porque na escola pública tem gente de todas as classes sociais, que convivem, se respeitam e é assim que deve ser, então tu repara como ela tinha essa noção entende, de que tem que ter oportunidade, a escola, ela sempre defendeu muito a escola pública, o valor, a importância da escola pública como oportunidade, ela foi diretora de escola [...].

Rememora a dimensão ativa de sua mãe, retrospectivamente estabelecendo uma convergência entre seus valores pessoais e sua prática social:

Entrevistada 6: [...] e ela arranjava carne lá com o pessoal do Exército e não sei o que, as verduras com não sei quem, e fazia sopa, e arranjava emprego quando podia para um aluno que terminava o curso, sabe, ela era muito solidária socialmente [...].

A história de seu pai é rememorada a partir da história de sua família, que migra de uma região do Brasil à outra. Ocorre uma imprecisão acerca do exato local onde seu pai teria nascido, corrigido na sequência. O processo rememorativo busca um horizonte de estabilidade para ocorrer.

Entrevistada 6: [...] e o meu pai era militar, mas um militar muito tranquilo, meu pai a família dele era do Rio Grande do Norte, eles tinham uma terrinha, uma certa terrinha, perderam tudo em uma seca, morreu gado morreu tudo, porque era propriedade pequena e aí o pai dele, meu avô, desceu para o Rio de Janeiro e trabalhou como motorista de ambulância, no Rio, e aí meu pai foi com ele, quer dizer, meu pai nasceu no Rio logo que chegaram, a irmã que veio do Rio Grande do Norte, e o meu pai tinha aquele estilo nordestino, vamos

dizer assim, se é que isso não é um estereótipo, então digamos assim pejorativo, mas enfim era um cara muito tranquilo, minha mãe que era muito mais assim general.

Surge, na rememoração, o contraste entre as figuras de seu pai e sua mãe. Articulado à isso, uma avaliação retrospectiva da herança de seus pais à sua pessoa, na conformação, segundo a entrevistada, de sua vontade de ser “independente”.

Entrevistada 6: [...] meu pai que era o militar, mas quem era o militar era ela, mas ele era um cara muito tranquilo, que nunca me bloqueou a possibilidade de fazer as coisas, na família nós éramos três irmãs, uma dois anos e meio mais do que eu, a outra treze anos menos do que eu, eu fui a segunda, e se for olhar assim, o percurso da minha irmã mais velha e o meu, na verdade eu fui a mais vanguarda digamos, em todos os sentidos da vida entende, eu saí de casa com 22 anos, que eu resolvi que eu ia ser independente.

No processo rememorativo, intercala novamente uma avaliação retrospectiva acerca de escolhas que realizou no passado, estimulada pela lembrança que realizou acerca da influência de seus pais me sua vida. Atravessando a rememoração do passado, um elemento avaliativo de sua trajetória à luz do presente.

Entrevistada 6: eu fiz isso entende, e os meus pais souberam respeitar as minhas decisões, claro porque eu saí e nunca mais pedi um tostão furado entende, eu saí e fui responsável por mim mesma, mas eles, a minha mãe que é quem mais agia no sentido da educação nossa, ela sempre dialogou muito, ela apostou, eu brinco que a democracia, eu tenho exemplo de que a democracia funciona pela minha casa, que a minha mãe sempre nos educou pelo diálogo, senta e conversa, senta e conversa, nunca grita, bater, ameaçar, não, senta e conversa, e nessa daí ela dançou digamos, dançou entre aspas, porque na medida em que eu podia argumentar e sustentar na prática a minha posição, eu fui conquistando espaço, o exemplo maior que eu te dou é esse, eu com 22 anos disse eu vou sair de casa e vou ser independente.

Do contexto familiar, a rememoração vai ao tempo da escola. Primeiramente, estudou no Instituto de Educação, indo posteriormente, com o avanço dos anos escolares, para o colégio Júlio de Castilhos. Ambos eram, no contexto de meados do século XX, escolas públicas tradicionais da cidade de Porto Alegre. O Júlio de Castilhos, popularmente conhecido como Julinho, fez parte da trajetória de vida e de ação política de outros entrevistados.

Entrevistada 6: [...] então eu fiz o Instituto de Educação, que era uma formação bem conservadora, bem rígida, entendeu, bem tradicional, mas forte, forte assim no desenvolvimento da linguagem, leitura e escrita, geografia, era uma escola, era para meninas, porque naquele tempo era separado, a escola mais forte [...].

O processo rememorativo vai à experiência no colégio Júlio de Castilhos, com a entrevistada avalia retrospectivamente a percepção de que a formação no Instituto havia lhe dado boas bases para a nova escola.

Entrevistada 6: e quando eu fui para o Júlio de Castilhos, a minha dizia “onde que eu errei botei no Júlio de Castilhos” [...].porque aí eu pa!, eu cruzei a linha entende, porque quando eu fui para o Júlio, o Júlio era uma escola que recebia gente de diferentes escolas públicas, e o que que eu descobri para minha surpresa, porque no instituto de educação eu não era das primeiras da turma, eu era muito boa em língua portuguesa, mas não era assim, nenhum iluminado entende, quando eu fui para o Júlio de Castilhos eu percebi que a bagagem que eu tinha de formação ,de conhecimento, de habilidades cognitivas, desenvolvidas no instituto era uma bela bagagem, tanto que eu fiz os três anos de Júlio de Castilhos, onde eu me destaquei, obviamente, com aquela bagagem, só podia [...].

Na rememoração, a questão da herança familiar ressurgiu como referente para a compreensão dos estimuladores para a ação política, com a entrevistada dizendo que há, na opção pela ação política, uma “ponte entre essas dimensões. Ao mesmo tempo, ressurgiu na rememoração a ditadura, mas agora chegando a entrevistada no contexto do movimento estudantil, onde começa sua ação política. Nessa escola, começa a perceber “onde é que nós andávamos né”. Do clima difuso de medo, a ditadura se apresentava como o oponente da ação política, pelo trabalho de apresentação e mediação realizado pelo movimento estudantil.

Entrevistada 6: [...] mas foi no Julinho que eu conheci, ali sim eu conheci o movimento estudantil, porque quando eu comecei, tá, então na verdade eu comecei com quinze anos, quarta série eu fiz com quatorze, então quinze anos é que eu tive um contato com o movimento estudantil, mas assim, a ideia, a base não foi religiosa que me fez, porque eu acho que sempre há um diálogo né, entre a tua história pessoal, familiar, do teu meio, e a tua proximidade com a militância, tem que ter uma ponte que te une, e eu acho que a minha ponte foi essa ideia da minha mãe, de justiça, entende, de solidariedade, de correção, essa, de importância dos espaços públicos de oportunidades para todos, eu acho que isso daí que me abriu uma, uma janela, e quando eu cheguei no Júlio tinha movimento estudantil, era ditadura, e aí eu fui né, era ditadura, e eu fui descobrir onde é que nós andávamos entende, que até ali eu não tinha muita noção de onde é que nós andávamos né.

A rememoração traz a transformação pessoal pelo qual a entrevistada passou no colégio Júlio de Castilhos, relendo à luz do presente o processo de ir se destacando como uma liderança na escola. Surge a relação entre a aquisição de uma capacidade intelectual e sua relação com começar a realizar iniciativas políticas. A rememoração permite o estabelecimento simbólico dessa relação, para constituir sentido à posteriori entre dimensões que não necessariamente dialogam.

Entrevistada 6: Eu comecei assim a primeira coisa que quando eu entrei no Julinho no conjunto de pessoas que vinha de diferentes escolas públicas de Porto Alegre, o que eu percebi que eu tinha uma facilidade imensa entende, cognitiva, muito grande, uma base muito forte, me destaquei como aluna logo, eu acho que, eu sempre associo que isso me deu uma segurança muito grande, eu me senti segura do que eu sabia entendeu, e o que que aconteceu, eu desabrochei, antes inclusive de conhecer a turma do movimento estudantil do Julinho, o processo foi assim, eu entrei, eu me senti bem segura com o meu

resultado como aluna, e eu passei a me, a sair da casca, eu comecei a me expressar, e a falar, e resultado eu virei liderança da turma no primeiro ano.

A “liderança” é caracterizada pela dimensão pragmática da ação política:

Entrevistada 6: [...] sabe aquele que vai lá e fala em nome da turma, que conversa para resolver as questões, primeiro ano, segundo ano de novo, e eu não me lembro se foi no segundo ou no terceiro, eu acho que foi no terceiro que eu indiquei uma outra colega que tava sempre junta, a Maria Luiza, e ela foi, mas na verdade eu ali desenvolvi a minha capacidade de liderança, que significa falar para a turma, conversar com os colegas, tentar encaminhar as questões né, da turma e tal.

De sua liderança, a entrevistada rememora que foi, em virtude dela, que se aproximou e começou a frequentar o grêmio estudantil da escola.

Entrevistada 6: [...] nas questões da escola que eu liderava entendeu, e que foi em função disso que eu me aproximei do pessoal do grêmio da escola, do grêmio estudantil, eu me aproximei do pessoal do grêmio estudantil [...].

A entrevistada avalia retrospectivamente a coragem pela liderança que exercia:

Entrevistada 6: [...] hoje eu não entendo, eu fico olhando, a gente vai amadurecendo e ficando mais autocrítico né, uma guria que tinha, quantos anos eu tinha, dezoito anos, eu sentava em cima daquela mesa, uma sala enorme, eu dirigia a assembleia como se tivesse em casa entendeu, que coisa incrível tchê, essa, essa, que coisa incrível essa energia que o jovem tem assim, de querer, de ir e de fazer, hoje eu não faria com a mesma tranquilidade.

Porém, a memória é instável acerca da exatidão do estabelecimento desse primeiro contato, pessoas ou grupos com quem tenha, pela primeira vez, se relacionado. Apenas consegue lembrar que, no fluxo do cotidiano escolar, o contato se deu. Aparece, também, na rememoração desse processo de contato, a caracterização do Grêmio como espaço de atividades intelectuais.

Entrevistada 6: [...] o Grêmio então fazia atividades, tinha reuniões, fazia atividades, levavam alguém para falar sobre determinado assunto, o que eu não consigo me lembrar assim é esse contato, porque como eu era representante de turma, apesar de eu não ter uma posição política crítica, eu nem sabia direito entende, mas eles eu acho, eu sempre tenho a sensação, eles se aproximaram de mim pelo fato de eu ser representante de turma, e eu deles pelo fato de ver que eles tavam organizando atividades de grêmio estudantil, então esse encontro foi, foi bastante positivo, e a gente começou a conviver também fora da escola [...].

Conhecendo outros estudantes no Grêmio, se estabelece uma dinâmica de amizades, como seria de se esperar, se estabelece.

Entrevistada 6: [...] assim, a, não me lembro do que, show de música, me lembro por exemplo Baden Powell veio em Porto Alegre, aí me lembro que organizou um grupo para ir ver o Baden Powell entende, daqueles alunos, uma palestra que eu não me lembro de quem era, a gente foi, então começa a ter atividades culturais e não tão abertamente política, porque nem dava naquele tempo [...].

A rememoração coloca que a discussão não era “abertamente” política. Porém, naquele momento ela lá estava, e a entrevistada começa a entrar em contato com os debates políticos que ali se desenrolavam. Os grupos da esquerda no período aparecem para a entrevistada, e com eles o debate acerca da estratégia a ser adotada na ação política. Aparece a dimensão estratégica da ação política, no uso pragmático que faz do discurso sobre a democracia para engajar pessoas nessa luta.

Entrevistada 6: [...] e qual era o debate que tinha ali no terceiro ano do Julinho, era entre os trotskistas, que diziam que a luta era pelo socialismo, que diziam já que a luta era pelo socialismo, e os, os comunistas que diziam, aí variava né, tu tinha PC do B, tu tinha a Ação Popular, tu tinha várias correntes que diziam “não, a luta é pela democracia”, a luta do momento, a etapa na verdade, pros comunistas a ideia era a de que a etapa da luta democrática entende, e os outros a etapa era o socialismo, e para mim ficava muito claro, pelo fato de eu ter experiência de liderança, de que a luta era a luta democrática, que se eu fosse dizer que não havia liberdade, não havia democracia, ninguém ia discordar, mas se eu fosse dizer que era pelo socialismo eu ia ficar isolada.

No mesmo sentido, reforçando:

Entrevistada 6: Era muito simples para mim, meus argumentos eram assim, se eu falar para todos os meus conhecidos aqui da escola, que é preciso ter democracia, ter justiça social, eles vão dizer que sim, mesmo que eles não saibam como a coisa tá, agora se eu disser que nós vamos pegar as armas para destituir esse governo e fazer uma sociedade socialista, eles vão dizer “opa, para aí, o que que é isso entende? Eu fora!”, era a percepção clara do que que, com que posição eu seria ouvida, e com que posição eu não seria, isso era muito claro para mim, com que posição eu ampliaria o número de pessoas favoráveis, com que posições eu me isolaria, eu sabia disso, por ser liderança.

A caracterização rememorativa que a entrevistada tem da ditadura se condiz com a sua caracterização da democracia como espaço plural de manifestações.

Entrevistada 6: O que era a ditadura? Era o uso da violência né, para desorganizar todos os espaços, quer dizer a ditadura a gente sabia o que tinha cassado, que tinha fechado sindicatos, que tinha fechado partidos, entendeu, era assim, a destruição das formas de organização existentes né, a livre manifestação, era censura.

Do contraponto às perspectivas revolucionários – socialistas e comunistas – a entrevistada reitera sua opção pela democracia como o objetivo final de sua ação política. Aqui o conceito de ação política nos permite descrever processos de escolha de estabelecer conflitos políticos sem necessariamente os indivíduos estarem atreladas em algum grupo político organizado. Conceitos como o de engajamento dão conta dessa ação política a partir da escolha e entrada em grupos políticos ou movimentos sociais organizados. Porém, agir politicamente não pressupõe a existência de engajamento. Para o objeto dessa tese, o conceito de ação política tem maior capacidade analítica. A entrevistada, especialmente após a influência do contexto escolar em sua vida passa a agir

politicamente sem nunca ter possuído um engajamento formal ou organizativo. A vivência familiar, relacionada à contraposição ao engajamento formal, por discordâncias ideológicas com as organizações políticas que a ela se apresentaram naquele período, leva a entrevistada à opção pela luta “democrática”.

Entrevistada 6 [...] eu era uma liderança de turma só, mas aí eu vou te dizer uma coisa, ali no terceiro ano, eu acho isso muito incrível, foi que eu consolidei para mim com muita clareza uma questão, que a luta era a luta democrática.

A entrevistada rememora acerca dos debates presentes na esquerda naquele então, que conseqüentemente levavam à diferentes opções na materialização da luta política. A entrevistada não adere às perspectivas revolucionárias defendidas pelos diferentes grupos do período. Relata que a sua luta sempre foi a democracia, não como “etapa” para o “socialismo”, mas a democracia como um fim em si mesmo, ela sendo o objetivo final da ação política. Rememora estabelecendo essa diferença para com as outras posições político-ideológicas daquele contexto. A rememoração lhe possibilita demarcar que isso marcou “toda sua vida”, para muito além do momento da escola. Como não adere às organizações de perspectivas revolucionárias, sua rememoração é marcada mais pela avaliação retrospectiva delas do que à sua participação naqueles debates que presenciou no grêmio estudantil.

A caracterização da ação política como uma luta pela democracia aparece novamente salientando a dimensão estratégica dessa ação, de que em sua defesa se “ampliava” os apoios à luta política pretendida.

Entrevistada 6: [...] e aí eu comecei a ler mais, a me formar mais, e perceber que isso daí era um divisor de águas, e foi um divisor de águas toda minha vida, e ainda é um divisor de águas, porque tu tem, o que aconteceu nesse percurso, aqueles comunistas que diziam lá, que a luta era pela democracia, como uma etapa da luta pelo socialismo, que depois seria uma revolução, e na verdade o que acabou acontecendo, os comunistas internacionalmente, e a vanguarda foram os comunistas italianos, o que eles passam a fazer, eles passam a fazer, eles passam a transformar a ideia de que a democracia é uma etapa para depois vir a revolução, pela ideia de que o caminho por uma sociedade socialista seria pela via do aprofundamento, radicalização da democracia, entendeu, então isso sempre me soou muito bem, porque eu sempre percebi que por esse caminho a gente ampliava [...].

Nesse mesmo sentido:

Entrevistada 6: [...] no momento né, para mim sempre a luta foi a luta democrática porque era talvez uma questão de sensibilidade, pelo fato de ter liderança, eu acho que eu tinha um pouco essa capacidade de perceber que as pessoas eram sensíveis a ideia de democracia, mas não à ideia de socialismo.

Estabelecida pela entrevistada sua ação política como luta democrática, ela rememora, avaliando retrospectivamente, o processo das pessoas que, no contexto de fechamento político, viram na luta revolucionária o caminho dado à ação política.

Entrevistada 6: [...] isso era 1969, e eu ouvia fala que determinadas pessoas, que eu sabia quem era, que, um principalmente que eu me lembro bem assim, um caso clássico que dizia “ah, fulano vai entrar nos grupos armados”, e sinceramente eu não conseguia nem entender, porque a criatura era um jovem impetuoso, e nada mais do que isso, e como é que um cara, eu pensava, um cara como esse vai para um grupo, então o que são esses grupos armados então, pouco sérios entende, porque não é possível entende, aquilo me cheirava mal, e ia dar com os burros na água.

Avalia retrospectivamente, novamente, a opção pela luta armada, mobilizando o referente “correlação de forças” para corroborar com a avaliação, no mesmo sentido, anteriormente feita. Mobiliza, também, a questão da repetição mecânica, sem levar em conta um série de fatores específicos ao Brasil, de uma experiência revolucionária vitoriosa realizada em outro contexto nacional. Dimensão que era utilizada pelos optantes da ação política em moldes revolucionários.

Entrevistada 6: [...] e diziam “não, porque aí formam-se grupos”, o pessoal do PC do B por exemplo, forma-se grupos armados e aí vão para o campo, e daí da cidade vão apoiar, tipo vou repetir Cuba no Brasil, mas eu disse mas espera aí, Cuba é uma ilha desse tamanho entendeu, o Brasil com uma população que tava crescentemente se urbanizando entendeu, que história é essa, sempre me pareceu uma quimera, uma coisa assim que não tinha correlação de forças assim nenhuma favorável a um programa desse tipo, nunca me seduziu esse tipo de ação, de grupos armados, guerrilha, nunca me seduziu. [...] A gente dialogava porque no Júlio de Castilhos tu tinha pessoas que eram simpatizantes, mas eu nunca me aproximei porque eu já devia dar de princípio entende que eu não acreditava nesse caminho, eu achava que esse caminho era um suicídio.

Retrospectivamente, a entrevistada relaciona a possibilidade de derrota desse tipo de ação política com a propaganda estabelecida pelo governo ditatorial à época, em sua visão desconsiderada pelos militantes que realizaram essa opção. Assim, apresenta mais um argumento para a sua decisão de desenvolver a ação política por outras vias e com outros objetivos.

Entrevistada 6: [...] e eu olhava para o lado e via o ambiente em geral, quer dizer a falta de informação, de conhecimento que as pessoas tinham do processo todo, né, aquela propaganda do Brasil ame-o ou deixou entendeu, Brasil é um país que vai para a frente, quer dizer tinha toda uma propaganda favorável e, as pessoas pensarem que tu podia enfrentar isso daí de uma forma armada, para mim era suicídio entendeu, era uma questão assim da percepção da correlação de forças muito clara entendeu, não vai funcionar, não existe chance nenhuma, mas teve gente que achou que tinha né.

Surge na rememoração a questão da “geração” à qual a entrevistada pertence, e as transformações que ela produziu na sociedade brasileira.

Entrevistada 6: [...] mas essa geração então que tem dezoito anos ali em 1970, ela vai questionar tudo, ela vai questionar as relações familiares, ela vai questionar a liberdade né, liberdade comportamental, por exemplo hoje em dia o cara namora e traz a namorada em casa, no nosso tempo não mesmo, minha irmã namorava com um chá de pera pertinho, tu tá entendendo, tua liberdade sexual era uma coisa, tua liberdade de fazer o que tu bem entendesse, tu entendeu, trazer amigos, trazer amigos entendeu, e tu, e na verdade te afirmar de estar no mundo autonomamente, era uma coisa, e os questionamentos assim, das relações de casal né, a geração que me antecedia, que nos antecedia, era muito comum o cara ter a mulher e ter a amante, isso era muito comum.

Nesse sentido, rememora os questionamentos por eles realizados na conjuntura histórica na qual viveram.

Entrevistada 6: [...] então assim a relação verdadeira, seja de pais com os filhos, seja de casal entendeu, a hierarquia em todos os níveis, no fundo era assim vamos construir relações verdadeiras, essa era a ideia, de construir relações verdadeiras, de ir até o fundo das coisas né, e eu me lembro de ter muitos amigos que a gente, eu fazia muitos amigos, mas tinha a esquina maldita que era ali na frente da arquitetura da UFRGS ali, vários bares ali, a gente convivia muito, e eu me lembro bem assim, ali naquele clima, e o Bitenca querido amigo que é desse mesmo espaço também, que é o questionamento até o fundo das coisas, tu chega de ao ponto de ter alguns que viram, que viraram, como é que tu diz quando tu é um crítico, mais do que satírico, é, me foge a palavra agora, quando o cara critica tudo entende, é, mas não chega, tem uma outra palavra não é um niilista, mas vamos dizer que por aí, tá entendendo, o cara é um crítico.

Rememora outro amigo que exemplifica a posição diante do mundo à qual marcou sua geração. Reavaliando retrospectivamente, descreve que foi um “questionamento de modelo” de sociedade o que sua geração produziu e experimentou.

Entrevistada 6: [...] tinha um que a gente brincava, o Horácio, a gente dizia bah a tua posição é o realismo cruel, porque é um realismo de ir nas vísceras, de desvendar entende, desvendar a verdade das coisas, em todos os níveis entendeu, então foi um questionamento de modelo, daquele modelo anterior.

A rememoração traz a avaliação de que essas transformações estavam se operando em um momento politicamente difícil, que condiz com a entrada da década de 1970 e o terceiro governo militar da ditadura, do general Médici, período em que, como vimos no capítulo anterior, foi onde as organizações clandestinas de esquerda praticamente foram todas desmembradas pela repressão estatal.

Entrevistada 6: [...] a minha geração, a geração que tinha dezoito anos em 1970, no período duro da ditadura, porque o período duro foi 69-74, ali foi barra pesada, foi o governo Médici, ali a coisa era braba, e essa geração que tinha, eu tinha 18 em 1970, ela, ela rachou assim, ela que quebrou realmente em termos de costumes, comportamentais, ela quebrou.

A rememoração adentra o período posterior ao da escola, que finda, com a entrevistada realizando o vestibular para o curso de Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A ação política, como demonstrada em sua fala, foi uma

constante ao longo do período na universidade, operando de forma geral no movimento estudantil. A escolha mesma do curso realizado é relacionado à “militância” que se inicia no contexto escolar.

Entrevistada 6: E eu, eu pela militância, na verdade é isso, eu fiz Letras, mas quando terminou o curso, o último semestre de letras, quando iniciou o ano seguinte, em março, porque eu terminei em dezembro, me formei, em março, a gente inclusive não fez formatura na reitoria, imagina era um ato de rebeldia e crítica né, uma crítica a toda questão da ditadura.

Na universidade, a entrevistada se envolve na organização de um espaço de atividades para os estudantes. Lembra que ela foi a “liderança maior” de um grupo de alunos que tinha interesse na construção desse espaço.

Entrevistada 6: A gente entrou em letras no primeiro ano, e aí nós fizemos uma comissão, e eu era digamos a liderança maior, a gente fez uma comissão para falar com o pessoal que tava no segundo ano, para criar um centro de estudos no curso, porque o curso tava desorganizado, não tinha nada mais.

O desejo de ação de sua geração encontra uma universidade receosa de tomar iniciativas políticas, certamente pelo contexto de repressão social daquele então. Porém, a entrevistada rememora que isso não os detém, e eles realizam a movimentação para a organização do espaço estudantil. Aparece a reiteração de sua capacidade de liderança. A rememoração, transfere uma dimensão de sua trajetória de vida em diferentes momentos da narrativa memorialística. Também, aparece mais uma avaliação retrospectiva.

Entrevistada 6: [...] e aí o pessoal do segundo ano disse “não, não vai dar, desistam”, aí nós fomos no terceiro, a gente ia lá na frente, olha eu fico olhando hoje e a gente era realmente metido, a gente ia lá na frente e falava que achava que tinha que criar um centro de estudos dos alunos de letras, nós fizemos isso no primeiro, no segundo, no terceiro e no quarto anos, e muitos diziam “ah não vai dar”, 1970 na barra pesada, e a gente fez, a gente criou o centro de estudos, com um jornaleco, a gente fazia assembleias, uma sala enorme, cheia, e eu dirigia a assembleia.

Na rememoração, surge o reforço do entendimento da ação política como uma luta pela democracia durante o período da universidade.

Entrevistada 6: [...] então eu atravessei todo o curso de letras com essa questão muito claro, a luta era pela democracia, mesmo que dissesse a etapa democrática, era pela democracia.

Pelo processo rememorativo, a entrevistada articula o momento de finalização do curso universitário e a possibilidade que ele lhe dá de concretizar a vontade de ser independente e sair da casa de seus pais, em sua avaliação retrospectiva, relativamente jovem. Concluído o curso de Letras, rememora acerca de outras áreas do conhecimento pela passou a se interessar ao longo do percurso universitário do primeiro curso realizado.

Entrevistada 6: [...] durante o curso de Letras o que que aconteceu, eu discutia politicamente, eu discutia, e a gente, e eu ia cada vez aprendendo mais sobre

política, e tinha mais curiosidade, e daí ia procurar ler história, ia procurar ler filosofia, ia procurar ler política, resultado quando eu terminei o curso de Letras eu me apercebi que eu tinha mais livros, e os que eu mais gostava era os de ciências sociais do que de Letras entendeu.

Desse processo de ingresso na universidade, se desenvolverá sua vida profissional, pois a entrevistada realizou a pós-graduação, e se tornou professora, atuando em escolas e posteriormente no ensino superior, onde em termos profissionais ficou mais tempo. Rememora inserindo uma avaliação pessoal de que “pagou o preço” pelas escolhas realizadas.

Entrevistada 6: [...] então por exemplo uma menina com 22 anos recém formada em Letras, eu fui convidada a dar aula de língua portuguesa na universidade, eu dei aula um semestre ali e eu não quis ficar, porque eu vi que, o dinheiro era bom até, inclusive foi com esse dinheiro que eu pude sair de casa, e eu não quis ficar, porque eu vi que não era a língua portuguesa que eu queria, o que eu gostava mesmo era de história, de economia, de sociologia, era disso que eu gostava, então eu tive que fazer o que? eu tive que trabalhar em um turno dando aulas, para no outro turno fazer ciências sociais, e de noite eu tinha que me dividir entre preparar as aulas e estudar as ciências sociais, e eu fiz isso, eu paguei o preço, eu fiz quatro anos de letras e depois mais quatro de ciências sociais, para depois fazer o mestrado e o doutorado.

Sobre a ciências sociais como um dos novos interesses que produziu ao longo de sua trajetória:

Entrevistada 6: [...] aí eu disse bah mas não faz sentido isso, peguei entrei no semestre seguinte no reingresso pra diplomado que a UFRGS tem, e foi com o reingresso pra diplomado que eu fui para as ciências sociais, bom aí, aí eu me achei, aí realmente eu me achei.

Após se formar em Letras, dá aulas nessa área. Porém, rememora que é nas ciências sociais e em outras humanidades que atuou profissionalmente em termos de se tornar docente.

Entrevistada 6: [...] eu dei aula no João XXIII, no colégio João XXIII, o Rui Ostermann me convidou, eu dei aula de história do Brasil, depois eu dei aula na FAPA, Faculdade Porto-Alegrense, eu dei aula na PUC, até que saiu o concurso para a UFRGS, aí eu entrei de novo na UFRGS, mas agora pelo concurso das ciências sociais, porque antes eu tinha dado aula como horista em língua portuguesa lá atrás.

Já docente da UFRGS, a entrevistada rememora que realizou seu doutorado na Universidade de São Paulo, espaço onde, segundo ela, reforçará sua concepção de ação política como luta democrática. A rememoração dessa entrevistada se desenvolve no sentido de sempre reafirmar a mesma posição política balizando sua trajetória.

Entrevistada 6: [...] e quando eu fui para São Paulo fazer o doutorado na USP, eu estudei 90% ciência política, então eu fiz ciência política clássica, ciência política contemporânea, eu fiz teoria da democracia, Brasil e democracia, eu fiz um monte de cadeiras tudo da ciência política tá, e assim quanto mais eu estudei, mais eu reafirmei a percepção de que eu sempre tive que a democracia

para quem quer uma sociedade mais justa e mais igualitária é uma coisa fundamental.

A entrevistada relata acerca do papel de um professor que teve no doutorado, o sociólogo Francisco de Oliveira. A rememoração prossegue constituindo sentido no relato de trajetória construído retrospectivamente. Esse professor, munido de sua orientação marxista, lhe colocará questões acerca do “capitalismo”, as quais ela relê à luz de sua luta democrática. Retrospectivamente, estabelece uma relação entre ambos temas, democracia e capitalismo.

Entrevistada 6: [...] e o cara que mais me marcou que foi o Chico de Oliveira, o que que ele faz, ele faz uma teorização onde ele vai dizer assim, em resumo olha, olha o capitalismo se desenvolveu de uma tal forma que o capital precisa de muito recurso para desenvolver a tecnologia que ele mexe, ele não consegue se acumular privadamente como empresa, ele precisa de mais recursos, e onde é que ele vai abocanhar esses recursos? no orçamento público, então o que que acaba acontecendo, no capitalismo onde tem a democracia representativa, o orçamento público passa a ser disputado, então o local da luta de classes que lá no século XIX do Marx era o chão da fábrica, era naquele espaço privado, ele se desloca, o foco agora é o orçamento público, porque os trabalhadores foram conquistando direitos né, uma série de coisas que o Estado subsidia, como transporte, ele tá se referindo aos países capitalistas desenvolvidos, depois tu tem que ver como é que rebata no Brasil e nos dependentes todos os outros [...].

Mobiliza na rememoração a lembrança dos ensinamentos de seu professor e os articula com sua ação política como luta democrática, a firmando como o balizador de seu relato de trajetória militante. A presença no relato rememorativo de diferentes momentos de sua vida, avaliando retrospectivamente a existência de convicções políticas anteriormente ao período em que está rememorando – a busca do período escolar no momento da narração de seu doutorado, demonstra esse balizador, o qual permite a constituição sentidual da rememoração.

Entrevistada 6: [...] mas ele falando lá, ele diz assim “os trabalhadores conquistaram uma série de direitos que implicam recursos públicos, investimentos e políticas sociais”, e o capital tá lá abocanhando suas isenções, incentivos, empréstimos, desenvolvimento tecnológico, tu pode pegar a tecnologia hoje, a internet, quem é que desenvolveu isso daí, as grandes tecnologias hoje em uso foi o Estado americano que desenvolveu pro razões de guerra, e depois vai para o mundo do privado, então na verdade esse espaço, e aí a democracia, entende, a forma de determinar o uso desses recursos públicos, é uma arena de luta, quer dizer, tu repara aquilo que lá em 69 eu captava, percebia no meu pequeno espaço no meu mundinho de aluna do colégio Julio de Castilhos, e que eu fui sempre reafirmando, quanto mais eu estudei o Brasil mais eu fui reafirmando que era realmente fundamental.

Por fim, essa mesma operação é verificada no trecho a seguir:

Entrevistada 6: [...] então, essa noção de que a democracia é fundamental é uma coisa que eu te falei assim lá no Julinho eu percebia porque eu sabia o que que eu podia falar e eles vinham comigo, e o que que eualaria e eles não viriam comigo, aquilo lá é uma sensibilidade de quem lidera um grupo, mas ao

longo daquilo, pra chegar aqui, hoje né, eu defendo hoje, precisamos construir no Brasil hoje, e a gente participa né, o Tadeu e eu que começamos o Comitê pela Democracia que surgiu frente ao impeachment, nós que começamos, na verdade foi ele né, e eu junto, com a mesma defesa, aqui entra que é de esquerda, que não é de esquerda, que é de centro, que é do partido que bem entender, portanto que defenda a democracia, a constituição e os direitos democráticos tá, então nessa curva aí, teve todo um caminho de estudo entende.

4.7 Entrevista 7

O entrevistado de número 7 é um agente que se insere na ação política a partir do movimento estudantil universitário em meados da década de 1970. A partir dele, se engaja em uma organização de orientação “trotskista” denominada Liberdade e Luta (Libelu⁸⁴), na sigla como ficou conhecida). Da formação universitária, o agente passa a agir politicamente no movimento sindical de professores. Em um contexto de urbanização brasileira acelerada, se envolve na luta sindical mobilizando outras categorias profissionais, tais como a da construção civil. Do histórico de ação política, se insere no Partido dos Trabalhadores, sendo um de seus dirigentes por mais de uma gestão e posteriormente concorrendo e se elegendo vereador pela cidade de Porto Alegre. Como vereador teve mais de um mandato. O último já na segunda metade da década de 2010. Atualmente não ocupa cargo eletivo.

Em sua entrevista, inicia rememorando o contexto social e familiar de origem, no interior do estado de Santa Catarina, e rapidamente a narração de sua vinda para Porto Alegre, onde a política entra, efetivamente, em sua vida. Traz a questão de seu nascimento e de uma mudança, ainda criança, para outra cidade. A cidade deixada para trás desde muito cedo ganha uma informação de contextualização rememorativa, para que a ruptura precoce ganhe mais presença.

Entrevistado 7: Eu nasci no primeiro dia de inverno de 1953, em um lugarejo chamado São Bonifácio, que era no município de Palhoça, no estado de Santa Catarina. Com quatro anos de idade, eu fui pro oeste, extremo-oeste de Santa Catarina para um lugarejo chamado Cunhaporã, que era as chamadas colônias novas daqui, é que o pessoal lá de São Bonifácio era os morros né, hoje um lugar de turismo ecológico, de aventura.

Na abertura do processo rememorativo, a dimensão geográfica ganha destaque. Porém, na sequência, aparece a dimensão familiar, da vida “difícil” em uma cidade do interior. Relaciona rapidamente a primeira mudança de cidade que realizou em vida, quando vem para Porto Alegre. A rememoração relaciona o horizonte de vir para essa cidade com a questão da escuta do rádio, produzindo a percepção de que haviam eventos que se davam fora de sua cidade, como o futebol. Essa articulação é permitida pelo processo rememorativo, que estabelece nexos de sentido entre um e outro. Compara o rádio com a dimensão da internet hoje como ferramenta difusora de informações.

⁸⁴ Há dois anos atrás, um filme sobre essa organização foi produzido. Para saber mais sobre, acessar: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/libelu-documentario-explica-origem-e-papel-do-grupo-liberdade-e-luta/>

Retrospectivamente, estabelece relações entre o passado e o presente, para intensificar a justificação da escolha de se mudar novamente de cidade, feita à posteriori.

Entrevistado 7: Na época era colono, então era difícil né, e é por isso que o meu pai mudou lá para o oeste de Santa Catarina e eu com dezoito anos vim para Porto Alegre. Eu sempre falo pras pessoas que o meu conhecimento de política era muito restrito, você morava no interior, a grande questão que eu falo pras pessoas, as pessoas não tem ideia o que é o poder do rádio, o poder do rádio, na época pra mim é o poder da internet de hoje, ah mas não tem comparação, não, tem comparação, se não fosse o rádio eu não estaria aqui, a gente pegava a Farroupilha, domingo de noite meu pai pegava o Grande Rodeio Coringa, que era um programa de música, música gauchesca e coisa do tipo, e, a gente ouvia futebol, porque lá todo mundo ou era gremista ou colorado, eu era gremista, na época eu era fanático, hoje eu larguei o futebol, e eu me lembro de ouvir as transmissões de rádio, e acompanha o futebol mesmo, e bom isso me levou a pensar em Porto Alegre.

Porém, a rememoração apresenta que uma maior clareza política acerca da situação brasileira naquele período ainda não haviam se desenvolvido para o agente. A questão da “consciência” virá no momento subsequente, pois a rememoração estabelece que ela tem relação com a própria prática política - ideologicamente mais orientada -, ou pelo menos orientada em uma organização que nomeava ideologicamente o que se seguia, como virá adiante. A rememoração prepara o terreno da constituição de sentido para quando o tema ressurgir, esse se complementa com a rememoração desse momento anterior ao contato com leituras e/ou com uma organização política.

Entrevistado 7: Eu não tinha muito claro o quanto era forte a ditadura no Brasil, claro que a gente lia alguma coisa, ouvia das mortes, perseguições, mas em 1970 eu me lembro que eu tava no ensino médio, e puta era aquela farra né, seleção canarinho, a gente não tinha muito essa ideia né, é claro que a opressão sempre me revoltava, tanto é que me revoltei com a minha cidade, já lá entendeu, mas eu não tinha uma consciência, eu comecei a criar uma consciência quando vi a estudantada se mobilizar, e como eu comecei a participar [...].

Estabelecendo relação com a decisão tomada, se consuma a vinda para Porto Alegre. O processo rememorativo não se demora na narração cronológica da vida no interior, mas ela vai reaparecendo à medida que outros momentos são rememorados, entrecruzando momentos mais próximos no tempo presente do que aqueles mais longínquos. O tema do momento mais próximo do presente (por exemplo, a política) estimula trazer a presença dessa dimensão em momentos passados, fazendo com que se produza sentido no relato, com passado e presente se interconectando.

Entrevistado 7: Aqui em 1972 aqui chegando, fui morar ali numa pensão ali, ali na Riachuelo, e eu ainda mantenho contato exatamente com dois colegas assim que eu tenho mais contato, casualmente nós três somos de esquerda, isso é uma causalidade, não sei o que que é, mas, acontece essas coisas, são coisas interessantes. Mas eu quando cheguei aqui eu não tinha muito claro o que que era a ditadura militar né, claro eu tinha, quando menino, eu tinha ouvido o

Brizola falar em rádio, sabia da Legalidade, mas não tinha ideia do que tava se passando. Na minha cidade lá também tinha os embates, mas era um lugar pequeno né.

Articulada na rememoração à questão da presença difusa da política na infância, a rememoração agora estabelece sua presença a partir da chegada em Porto Alegre. O sentido só se estabelece pela rememoração ter, em seu início, estabelecido essa ausência. Com isso, a política não é uma novidade, produzindo intensidade nesse fenômeno quando do momento em que o agente interpreta sua inserção na ação política. O mundo universitário e político vai se descortinando ao agente, e a rememoração traz isso à tona.

Entrevistado 7: E chegando aqui sim eu comecei a cair na fogueira né, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1973, em 1974 eu comecei a participar um pouco mais porque ia almoçar no RU, tinha abaixo-assinado contra, pedindo pro, lutando contra o 477, a lei de segurança nacional, a luta da universidade, os grupos começavam a se mostrar, como por exemplo eleição pro diretório acadêmico, e algumas pessoas, e eu era da Letras, que era considerado um grupo despolitizado né, a maioria eram mulheres, de classe média, etc e tal, mas a professora Maria da Graça Bulhões, minha grande amiga hoje, tava na Letras e ela era uma pessoa que me buzinou as primeiras coisas políticas, devo muito à ela, depois conheci um pessoal da filosofia, da história, da medicina, que era um pessoal mais ligado ao trotskismo, alguns caras do PC do B, uns caras que eram da, da ação política Peleia, ligada ao Raul Pont, esse pessoal.

O processo rememorativo apresenta, a partir da diversidade de grupos e orientações político-ideológicas, a decisão do agente por um grupo específico. No plano da prática, essa opção por esse grupo organiza a experiência de ação política do agente. Na rememoração, a apresentação dessa opção dota de sentido a narração, em termos de ação política, até esse momento, espelhando a realidade concreta do agente, mais errante. Dando peso à escolha realizada, são rememoradas ações políticas diversas que o grupo realizou naquele então – em suas dimensões estratégicas e simbólica. Retrospectivamente, uma leitura irônica acerca da grande intenção política do grupo, mas que não invalida a opção realizada, pelo contrário, se soma à justificação dessa mesma escolha. Ironia que é estabelecida por uma avaliação retrospectiva. Ver as coisas do passado à luz do presente permite o estabelecimento de avaliações e autocrítica nesse sentido.

Entrevistado 7: E eu acabei aderindo à, ao trotskismo né, eles tinham um grupo na época chamava Liberdade e Luta, tinham um jornal que chamava O Trabalho, e eu aderi à época, era uma organização clandestina chamada OSI, Organização Socialista Internacionalista pela Reconstrução da Quarta Internacional, um troço megapomposo assim, campanhas internacionais, o Solidariedade na Polônia, bah, então tinha codinome, venda de jornal, tantas vendas militantes que tu tinha que discutir, as vendas de difusão na porta de cinema, a gente vendia jornal com megafone na porta de cinema, a gente

passava abaixo-assinado, vendia um jornalzinho que a gente rodava à tinta, eu me lembro que era um pila na época, não me lembro qual era a moeda, mas eu me lembro que era, que todo mundo dava uma contribuição e aquilo lutou pela soltura dos presos políticos, os irmãos Losada aqui no Rio Grande do Sul, os presos políticos de Itamaracá, Pernambuco, enfim, a gente agitava bastante né, tinha uma militância.

O processo rememorativo, contudo, articula a universidade mais como o espaço que foi a porta de entrada para a ação política, permitindo a continuidade da ação política em outros espaços, quando o curso superior se finda. A demarcação rememorativa da ação política na universidade é realizada justamente para dar sentido, também, à ação política posterior. Da universidade, rememora a entrada no movimento sindical dos professores, sua opção profissional. Retrospectivamente, o entrevistado avalia a transformação de antigas oponentes políticos em futuros aliados políticos e em termos pessoais.

Entrevistado 7: E eu comecei, ao sair da universidade, eu fui para o, me sindicalizei no SINPRO, no sindicato dos professores, e também no CPERS, o CPERS aceitava na época também qualquer professor, eu era, já era professor de um curso de inglês, eu fiz Letras na UFRGS, eu sou formado em português-inglês, mas sempre dei aula de inglês na minha vida, eu dava aula no FISK e outros cursinhos aqui em Porto Alegre, e bom, participamos de uma chapa do CPERS, o Hermes Zaneti na época era presidente, fizemos oposição ao Zaneti, hoje a gente se tornou muito amigo, o Hermes Zaneti tá no PSB hoje, foi nosso deputado federal constituinte, autor da lei do voto aos 16 anos né, e escreveu à pouco um livro chamado O Complô sobre a Dívida Brasileira, um livro muito interessante, então hoje nós temos muito mais afinidades políticas né, e na época nós fizemos uma disputa, uma disputa com ele, no tal do CPERS.

O processo rememorativo associa o momento de luta política vivenciado localmente pelo agente com o contexto maior, nacional, das lutas sindicais dos operários metalúrgicos na região metropolitana de São Paulo, as quais marcaram em termos de luta política a terceira fase da ditadura militar. Em Porto Alegre, se dão as lutas sociais no campo da construção civil, em virtude do processo de êxodo rural que tinha a capital do estado do Rio Grande do Sul como destino. Rememora as iniciativas que ele e seu grupo realizaram no esforço de organizar aquela luta e de levantar as demandas das pessoas envolvidas com ela, residentes nas áreas periféricas da cidade. A rememoração chama atenção para a dimensão de mobilização do evento, sintonizando uma relação entre a mobilização nacional e a realizada em Porto Alegre.

Entrevistado 7: Aí em 79, tinha todo aqueles movimentos grevistas que começavam no ABC, e aqui nós fomos procurados por um pessoal, na Lomba do Pinheiro, eu tinha um colega que era bem do nosso grupo político, que era estudante de engenharia, tinha contato com alguns peões da construção civil, e que tavam apavorado, que era aquele monte de obras, obras e obras e obras, aqueles projeto COHAB e outros, a construção civil tava um boom, eu sei que na época se falava que tinha mais de sessenta mil trabalhadores aqui na região metropolitana da construção civil, era gente pra caramba, a Restinga Nova tava

em construção, aqueles prédios ali Protásio Alves 6600 ali, tavam todos em construção, tinha coisas na zona norte em construção, em tudo que era lugar tinha construção, nós chamamos uma, imagina, uma reunião para formar uma oposição uma salinha que nós conseguimos com os padres da igreja São José no Centro, vieram duzentas e dez pessoas, a reunião foi na rua, e os caras queriam fazer greve, e nós, tudo bem, vamos fazer greve, dia seguinte, cinco e meia da manhã, seis horas da manhã, na Restinga né. Tinha uma pessoa amiga minha, que também era do nosso grupo, a Rafaela⁸⁵, conhecida como Iti, que tinha um fusquinha, e sei que nós fizemos um material e cedo de manhã aquele monte de gente na Restinga, acho que uns três mil trabalhadores e nós, parou tudo, absolutamente tudo, tudo tudo, tu veja o desespero das pessoas, nós não éramos ninguém, um professor, um estudante de engenharia, uma farmacêutica e uma professora, a Gabriela⁸⁶.

A dimensão de mobilização segue na rememoração, aparecendo a demarcação do oponente político maior: a “ditadura”. O processo rememorativo a apresentando, prepara o terreno para as consequências políticas que o agente sofrerá em virtude da mobilização social realizada.

Entrevistado 7: E nós, nove e pouco da manhã, dez e pouco sei lá, tava tudo parado e os caras “vamos pro centro, fazer piquete e vamos parar o resto”, e como é que se vai, nós fomos na empresa de ônibus e falei pro cara “seguinte ó, parou tudo aqui, se for pegar ônibus pode dar quebra quebra, minha sugestão aí é que tu dê, libere uns três ônibus aí, eu cuido, eu me responsabilizo“, tu imagina, o cara deve ter ficado em pânico, em pânico, e nos deu os ônibus, viemos pro Centro e já paramos no Julinho, já fizemos abaixo-assinado, na época não tinha celular né, tu não dizia isso, não tinha comunicação, era fichinha no orelhão né, e na época ditadura.

A mobilização via ação política segue sendo rememorada, e a repressão política se intensifica. Ação política e repressão se complementam na rememoração.

Entrevistado 7: Bom, eu sei que nós fomos lá pra Protásio Alves meio dia, meio dia e trinta eu me lembro, nós chegamos lá na Protásio Alves 6600, tinha dois mil e oitocentos trabalhadores lá, eu sei que uns caras me botaram em cima de uns tonéis, sei lá o que que era, não me lembro o que que é, megafone na mão, paramos tudo e descemos a Protásio, e foi parando tudo, parando tudo, e o povo vindo, uma passeata, buzina, quando nós chegamos na, no Petrópolis, altura, passando a Carlos Gomes já vinham alguns carros do Exército né, e já tinha gente filmando, a gente não sabia se era da imprensa, se não era, se era rato, enfim, sei que nós chegamos ali no, na churrascaria Barranco, ali já encrespou, tentaram me prender, descemos até o Araújo Vianna, eu me lembro que no dia seguinte a capa da Zero Hora eu em cima do Araújo Vianna, megafone na mão, capacete na cabeça pra disfarçar, um troço idiota entendeu, coisa de guri.

A mobilização cresce e ganha apoio de outros setores. A ditadura já aparecendo na rememoração como o oponente político maior, mesmo que não diretamente relacionado com a questão dos trabalhadores da construção civil, efetiva a repressão ao movimento. Antes acompanhando a mobilização, agora rememorada a partir

⁸⁵ Trata-se de um nome fictício, que faz referência à uma companheira de ação política do entrevistado.

⁸⁶ Igualmente à nota de rodapé anterior, trata-se de um nome fictício, que faz referência à uma companheira de ação política do entrevistado.

das consequências diretas sobre o entrevistado. Retrospectivamente, o agente relê o que não passou com ele em termos de repressão em virtude de conseguir perceber, no presente, a diminuição da intensidade da repressão política do momento em que estava agindo politicamente, no final dos anos 70. Ao mesmo tempo a rememoração lê um evento pontual o articulando com outra leitura que só é possível ser feita em virtude de não se estar mais naquele contexto. A construção de sentido na rememoração, por essa via de articulação, nesse, se efetiva.

Entrevistado 7: Mas paramos tudo, viemos pro Centro, e os estudantes já vinham com faixas e não sei o que, e pa pa pa, reunião, vamos formar um comando de greve e vamos pra CEUA, a casa do estudante ali na Riachuelo, eu cheguei na esquina da Salgado com a Borges e fui preso, os caras me pegaram, me deram uma bordoadada, os meus óculos voaram longe, saltou sangue pra tudo que é lado, me enfiaram dentro de um Fuca, e sei que um cara ainda deu uma bordoadada no motorista do Fuca mas não adiantou, os caras saíram cantando pneu, já era meio escurecendo, começando a ficar meio escuro, e o fusquinha foi girando pela beira do Guaíba, e os caras me ameaçando que iam me atirar da ponte do Guaíba, etc e tal, e quando eles desceram e entraram na Ipiranga, eu disse vou pro DOPS, e o DOPS eu já conhecia, já tinha frequentado o DOPS, e aí fui pro outro lado da cidade, ele foi pro quarto distrito, eu falei puta que pariu, eu não sabia que a Polícia Federal era na Paraná, quando parou na Paraná, entrei na Polícia Federal, eu já fiquei um pouco mais tranquilo, eu ia levar um pau mas pelo menos não iam me jogar no Guaíba, mas isso era 79, já não era mais tempo assim de enforcar o cara como fizeram com o Vladimir Herzog como fizeram em 75, mas tinha umas mortes depois disso, inclusive recentes, bom lá na Polícia Federal eu não recebi mais nenhuma porrada, eles faziam muita pergunta, eu ia respondendo, mas porque porque porque, queriam saber quem tava por trás, quem é que a gente era, quem era o partido que tava na organização, e nós bom já tinha também um treinamento né, dizia “não tamo aqui pra ajudar as pessoas”, papo geral né, de sindicalista entendeu, e bom fomos presos, uma fome do cacete dentro do, a gente não tinha comida nada, nada durante o dia, o que era uma loucura.

As consequências da repressão da ditadura são rememoradas com intensidade, com ela demarcando que o entrevistado não esquecerá do que viveu naquele momento. A descrição das falas dos agentes da repressão, a indicação exata do dia em que a repressão lhe foi mais incômoda, a indicação da condição climática daquele dia, indicam a possibilidade da firmeza dessa lembrança. Os livros de sua biblioteca também são fonte de incômodo por parte da repressão.

Entrevistado 7: [...] “Tá com fome?” perguntaram “tô com fome”, os caras trouxeram um xis burguer de primeira, uma coca-cola, o cara nos tratou bem, depois pergunta até a madrugada, era dia 12 de agosto, dia 12 pra dia 13, um frio do cacete, esses frio de agosto, e cela, acho que tinha uma mantinha, passei um frio do cacete naquela, no dia seguinte que foi terrível, dia 13 de agosto de 1979, não me esqueço nunca na minha vida, o dia inteiro de interrogatório, e vai interrogatório, interrogatório, entendeu, e os caras se revezavam, depois eu me dei conta que eles tinham um espelho, mas era transparente né, onde tu vacilava eles iam lá pra fora, ou o cara voltava e te calcava naquelas perguntas que te achavam fraco. Nesse meio tempo eles já tinham invadido o meu apartamento, pra ver se pegava alguma coisa etc e tal, tinha muito livro de

literatura, tinha muita coisa de literatura russa né, Górkki, Dostoiévski e o escambal, e os caras me faziam pergunta, mas por que tanto russo, quem é Górkki, Trotski, porque eles acharam Vida e Obra de Trótski, puta merda, o que me incomodaram por causa disso, e sei lá tinha mais uns livros do Trótski entendeu, aquela trilogia do Trótski que enfim, me encheram o saco o dia inteiro, mas naquele dia chovia pra cacete, a gente tinha feito a passeata no centro, diziam que tinha cinco mil pessoas, eu achava impossível ter cinco mil pessoas, mas saiu que era cinco mil pessoas, os estudantes, enfim, queriam invadir o palácio, foi aquele auê, o cara queria saber, o que tu tá conseguindo fazer, tá incendiando a cidade, aí não sei o que.

O processo rememorativo traz o momento de quando seus pais, no interior, tomam conhecimento sobre o envolvimento do entrevistado com a ação política. Quando inicia a rememoração falando do contexto de origem no interior de Santa Catarina, iniciativas de conflito político não aparecem, mas aparecem agora, na sequência do relato rememorativo, após a ação política já ter sido tematizada. A tematização da ação política no contexto da capital Porto Alegre dota de sentido a ação conflituosa mais difusa, orientada sem conhecimento político-ideológico, que algumas iniciativas ainda no interior expressam. A ação política posterior é lida posteriormente à ação conflitual mais difusa, e não o contrário. A leitura de que haviam pessoas politizadas na cidade surge, também, retrospectivamente, resultado da apresentação pela rememoração da compreensão que o entrevistado já aprendeu sobre a política.

Entrevistado 7: E meu pai, tu imagina, morando no interior do interior de Santa Catarina, chega o jornal no dia seguinte, a Folha da Manhã dizia o seguinte, professor Sell desaparecido, tu imagina a situação para um pai e uma mãe, eles não tinham ideia do que tava acontecendo Bom meu pai chegou aqui, e eles tinham uma ideia de que eu participava das coisas, mas não assim entende, quer dizer eu já lá, a minha cidade já tinha tido lá uns arranca rabo no colégio, que eu fiz um jornal, a diretora mandou recolher, mas eu não sabia porcaria nenhuma de ideologia, eu queria, eu achava que tinha que lutar por ensino médio na cidade, que tava errado as coisas da cidade, mas eu não tinha ideia, isso porque tinha uma pastor, da igreja luterana do Brasil, o pastor Silvio Manque, um dos maiores conhecedores do Antigo Testamento que eu conheço, mora hoje na Alemanha, e na época era a única pessoa mais politizada que tinha, e um veterinário, que eu me esqueci o nome agora, que era uma pessoa mais aberta entendeu, e um médico chamado Clovis Lena, que era sobrinho de um médico da cidade, e bom, mas era isso o que eu sabia de política, aqui bom, eu caí nessa, eu já era um cara, conhecia um pouco de política, os clássicos, eu tava lendo os clássicos enfim [...].

A rememoração indica a continuidade da ação política no meio sindical, com o agente se envolvendo em diversos processos grevistas. Retrospectivamente, é analisada a articulação entre a organização política e as demandas de mobilização que o contexto social ia apresentando, demarcando distância entre a pertença à uma organização e a sua condução ideológica real à ação política. A organização mais organiza o sentido da experiência política do que dá diretrizes efetivas e que se seguiam na conflitualidade

política cotidiana. Contudo, isso não impedia a ação e permite a sua rememoração sem desestruturar a lembrança do passado.

Entrevistado 7: [...] bom, aí eu fique dois dias presos, meu pai veio aqui, eu expliquei, bom é assim nós participamos de um grupo, não sei se ele entendeu mas todo caso, tava tudo bem, o pessoal falou com ele, tratou ele bem, aí eu fui solto, começou um conjunto de greves, logo em seguida tinha alunos do Paulo, que eram do 1º de Maio, eu acho, um colégio ali do quarto distrito, eram comerciários, nós já tiramos um jornal, trabalho especial pros comerciários, assembleia geral, comando de greve, já nos metemos nisso, depois foi dos hospitais, já nos metemos nisso também, aí foi né, nós éramos os kid né, “bah os caras pararam toda construção civil do Rio Grande do Sul” entendeu, viramos os heróis, heróis da paróquia entendeu, mas não era tanto assim, a gente era voluntarioso, entendeu, tinha ideias políticas na cabeça, mas não tinha essa, esse conhecimento de organização era pelo tipo de abacaxi que surgiu né, aí depois da greve dos bancários o Olívio foi preso, e bom a partir disso a gente começou uma militância muito forte.

O envolvimento dinâmico do grupo é rememorado como produzindo um crescimento de pessoas com ele envolvidas, com uma aproximação com o PT, naquela altura já um partido em construção. Essa contradição aparece na avaliação retrospectiva acerca do sectarismo do grupo. A rememoração une contradição e efetivação da ação política, dando-lhe sentido.

Entrevistado 7: [...] o nosso grupo político cresceu, crescemos muito, participamos muito, nós tínhamos uma juventude muito atuante né, e começamos a cooptar todo mundo para a organização né, e começou um movimento com o PT, nosso grupo político ele era, era muito sectário em algumas coisas, o trotskismo, a Libelu era muito combativa, tinha boa formação política, tinha bons quadros políticos, nós tínhamos um peso no movimento estudantil muito grande, mas nós éramos meio sectários na questão sindical, era sindicato livre da construção civil, era formar sindicato, imagina como tu ia formar um sindicato livre da construção civil com a estrutura sindical arcaica que vinha lá da CLT, bah um troço meio maluco, mas nós fizemos, não deu certo né, mas nós fizemos vários movimentos, organizamos vários setores, oposição sindical, e coisas do tipo.

A relação com o PT é apresentada, com a avaliação retrospectiva demarcando – novamente - a dificuldade que o sectarismo do grupo colocava em sua relação com outros grupos, especialmente no campo da esquerda. A rememoração avalia que a organização produziu um “erro”. O erro se sintetiza na incapacidade do grupo em identificar a pretensa independência que esse novo partido no cenário político brasileiro possuía em relação ao sindicalismo tradicional, do qual a Libelu fazia uma crítica. Isso fez com que somente algumas pessoas entrassem no partido, em virtude da prática de “entrismo” que a Libelu, orientada pelo trotskismo, possuía. Se anuncia, via rememoração, uma transição de instância do agente em sua ação política.

Entrevistado 7: [...] aí veio a questão do movimento do PT, e deu uma baita de uma discussão, não me lembro, tinha uma revista, saiu um artigo pra lá de sectário, falava que o PT era mais um pilar da ditadura, tenho até vergonha de

falar isso, porque isso foi um erro grosseiro assim, por isso que eu fico olhando assim bah como algumas pessoas são sectárias, não entendem o processo histórico, nós não podíamos ter errado, e nós acertamos em tantas tantas coisas, fomos errar na coisa que era mais essencial, o surgimento de um partido independente dos trabalhadores, não tinha vínculo com a, tinha origem com a máquina sindical, mas tinha independência, tinha, tinha uma ideia, nós erramos nisso, ainda bem que como todo trotskista faz entrismo em outros partidos, o pessoal decidiu que 10% podia entrar no PT, felizmente fui um dos, estava nos 10%, aí portanto eu fui fundador do PT aqui.

A rememoração rapidamente abandona a descrição da ação política da organização e vai em direção à atuação partidária, onde o agente se destaca. A ação política e a condição de militante se alteram, acompanhando as condições históricas e sociais do advento da democracia a partir de meados dos anos 80. Com a ação política como dirigente partidário, se pluralizam os agentes e grupos sociais com os quais tem contato.

Entrevistado 7: Eu participei logo em seguida da executiva estadual, comecei, logo em seguida virei não sei o que, fui duas vezes secretário de organização, duas vezes secretário geral do PT, eu sei que eu fiquei quinze anos no PT estadual, percorri esse estado, não tem uma birosca desse estado que eu não conheça, que eu fui fundar o PT, conheci todos os segmentos sociais, pequeno agricultor, quilombola, índio, agricultura familiar, estudantes, movimento estudantil, tudo tudo tudo que tu possa imaginar, aí o PT foi evoluindo, eu continuei, eu tive uma época que eu era militante profissional, os caras me pagavam.

O processo rememorativo apresentando a inserção do agente na vida partidária, referência organizativa a partir da qual ele passará a desenvolver sua ação política, pode trazer o momento subsequente no qual surge para o entrevistado a possibilidade de ser candidato à vereador e ingressar na política institucional. A vida partidária, contudo, será uma referência para a ação, mas não era a única atividade à qual o entrevistado se dedicava. A profissão de professor, anteriormente apresentada, ressurge no processo rememorativo.

Entrevistado 7: Eu tinha, cansei de ser fichado na editora A Palavra, que era quem produzi os trabalhos, as revistas, os livros, etc e tal, depois nós entramos no PT, não tinha sentido ficar com essa estrutura, eu virei livreiro em Porto Alegre, por mais lá, 15 anos, virei livreiro, e virei professor de novo, voltei a dar aula, dava aula em Osório em uma faculdade, e continuando minha militância político-partidária, e comecei a participar do diretório nacional lá por noventa e poucos do diretório nacional do PT, e lá em 96, o pessoal resolveu que eu devia, me chamaram um dia, três companheiros meus do PT, “tu vai ser o nosso vereador”, “vocês tão loco, eu viajo o estado inteiro, tudo bem eu conheço Porto Alegre eu gosto de Porto Alegre, eu conheço o Rio Grande, vocês tão falando que eu vou ser candidato à deputado estadual em 98, tudo, mas vereador eu não vou me eleger”, “não, nós vamos te eleger” [...].

Nesse sentido das várias frentes de atividade – geral e as mais diretamente ligadas à ação política – a rememoração volta atrás e insere outras lutas e mobilizações

que o agente realizou antes do momento no qual a lembrança está focada. Isso demonstra a pluralidade de frentes em que a ação política – como ação conflitual mais geral – se coloca. Temporalmente, a lembrança avança para a década de 1990, mas insere lembranças dessas outras lutas, avançando e ao mesmo tempo lembrando momentos intermediários que se passaram anteriormente à aquela década. A inserção dessas lutas intermediárias, não lembradas anteriormente, incrementam a trajetória do agente, justificando e dando ainda mais sentido à questão da escolha pela vida partidária e pela ação política por dentro das instituições. Importante apontar que uma avaliação retrospectiva acerca de sua identidade com a cidade aparece, contrapondo-se à seu local geográfico de origem. Essa avaliação retrospectiva, nesse momento, reforça o sentido da identificação com a cidade de Porto Alegre, onde o entrevistado fez sua vida política.

Entrevistado 7: Isso que a gente já tinha passado por tantas outras militâncias né, eu não falei a importância da fundação da CUT, porque antes da fundação da CUT nós formamos vários outros movimentos que desembocaram na CUT né, enfim, movimento sindical, fizemos um monte de coisa, oposição sindical, de várias categorias profissionais, ganhamos vários sindicatos, enfim, mas eu acabei sendo candidato, o PT já tava no seu segundo governo, o governo Tarso Genro, em 96 a gente elegeu o Raul Pont, de lavada, e eu fui um dos vereadores, o terceiro mais votado do PT né, um fenômeno, como tinha muita gente da alta política, me conheciam, porque eu era um dirigente partidário, mas a massa não sabia muito bem, tinha gente da imprensa que também, não cobria muito a questão política, não sabia quem era, bom eu já tinha uma certa ligação com a cidade, gostava muito da cidade e eu quando virei vereador virei o cara pra revirar, como eu revirei o Rio Grande do Sul como dirigente do PT, comecei a revirar a cidade, e cada vez fui me enfranhando mais com coisas da cidade, hoje passado esse tempo todo aí, eu posso dizer que hoje eu sou, como disse um amigo meu, um catarina mais porto-alegrense que existe, porque eu conheço Porto Alegre, poucos conhecem Porto Alegre como eu, a história da cidade, a gastronomia da cidade, a cultura da cidade, os bairros da cidade, os becos, as ruelas, as pessoas, as diferenças, enfim, gosto dessa questão urbanística, tô muito enfranhado nisso.

A lembrança apresenta uma leitura de um fato vivenciado em sua última gestão como vereador de Porto Alegre. Do contexto passado, à lembrança vai ao presente, os articulando, para avaliar retrospectivamente a possibilidade de efetivar no presente ações que prestam contas ao passado, que do passado, interpreta a lembrança, dependem. Ações que sem o passado não existiriam. A avaliação retrospectiva como mecanismo de articulação entre diferentes tempos estabelecendo sentido à lembrança da ação política. A vivência de uma situação envolvendo forças de repressão – elemento presente no período ditatorial - é reinterpretada à luz do presente.

Entrevistado 7: [...] por isso eu fiquei indignado quando o presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, em 2018, chama a Brigada Militar pra dentro do Plenário, eu fui uma das únicas pessoas que pautei, e disse que ele tava cometendo um dos maiores ilícitos da vida dele, e peitei o coronel, “não porque eu fui chamado aqui”, “saiba que o senhor está ilegalmente aqui dentro,

eu não sou nada contra a Brigada Militar, mas o senhor não pode tá aqui dentro”, chamar a tropa de choque da Brigada Militar pra Câmara de Vereadores, isso é um escândalo, por isso eu fico pensando o quanto foi importante o meu aprendizado na época, de distinguir o que pode e o que não pode, o que são as instituições, é um parlamento, é um Poder, por isso que eu defendo o estado democrático de direito, eu acho que Montesquieu foi um cara genial, porque ele não só escreveu isso né, ele estudou muito, pra chegar a divisão tripartite de poder, mas isso é importante hoje, os balanços e contrabalanços do poder né, então eu aprendi muito, exatamente pela vivência, pela militância prática [...].

Em certo momento na rememoração, aparece novamente essa articulação entre passado e presente, pelo recurso da avaliação retrospectiva, recurso estabelecido de sentido entre situação que não necessariamente se comunicam no plano histórico, mas que a rememoração faz conversar e tentar estabelecer, interpretativamente, relações.

Entrevistado 7: Eu tenho uma ideia de que o indivíduo tem uma papel importante na história, mas ele tem que ser relativizado, não pode se sobrepor ao coletivo, eu aposto muito no coletivo, e aposto muito nas diferenças, eu acho que a gente, na luta política que tem que ter embates, tem momento que você tem que ter posição claríssima, tu não pode vacilar, e talvez por causa da minha experiência política do passado, nos momentos mais difíceis eu tive posições muito claras, tanto de ser preso, eu disse na tribuna da Câmara essa semana, quando eu enfrentei o presidente da Câmara, porque o que aconteceu em Porto Alegre essa semana vai merecer um livro no futuro, uma mesa diretora passar por cima do regimento interno, receber uma chamuscada do poder judiciário, tendo que rever sua posição, e cumprir meia boca, chamar a força policial pra dentro do recinto do Parlamento, isso é um negócio nunca antes visto na história dessa cidade, então isso me deu condições de enfrentar o presidente da Câmara, enfrentar os que o defenderam, de enfrentar novamente o gás lacrimogênio, eu passei de quinta pra sexta com uma dor de cabeça, eu não sei o que é dor de cabeça na minha vida, mas eu fui pra defender os servidores que tavam apanhando, e quando eu vejo um cara do BOE dentro da Câmara levantar o cassetete pra dar em mim, e só não deu porque um guarda municipal, porque os guardas municipais da Câmara, que trabalham lá dentro, tem uma visão outra do mundo, eles sabem o que que é direitos e deveres.

4.8 Entrevista 8

A entrevista de número 8 foi realizada com uma agente que inicia sua ação política, dos anos 50 aos anos 60, na Juventude Estudantil Católica, a JEC, ainda em sua cidade natal do interior, Bagé. Ação política no sentido mais geral, de apreensão da conflitualidade do mundo social, a partir de um trabalho de conscientização dos problemas do mundo apresentados do ponto de vista da Igreja, naquele então orientados fortemente pela Teologia da Libertação. Essa entidade, organizada pela Igreja Católica, foi uma entidade civil católica, sendo um setor da Ação Católica Brasileira (ACB). Essa associação tinha como um de seus objetivos a difusão dos ensinamentos religiosos da Igreja Católica Apostólica Romana entre os estudantes, especialmente secundaristas, com maior maturidade para compreender sua perspectiva política humanista. Perspectiva que se intensificava na Juventude Universitária Católica, a JUC. Tanto a JEC quanto a JUC desapareceram entre 1966 e 1968, quando muda a orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), especialmente após o abandono das orientações da Teologia da Libertação, em relação aos movimentos de civis da Igreja, que acaba produzindo o esvaziamento da própria. Estimulando esse processo, as condições políticas instaladas posteriormente ao golpe militar de 1964 no Brasil.

Com a família se mudando para Porto Alegre, insere-se no movimento estudantil, organizando a perspectiva de ação política voltadas à conscientização e caridade desenvolvidas pela JEC. Muitos militantes da JEC foram para a Ação Popular. A entrevistada não, o que não a impediu de ter sido presa em virtude da acusação de seu envolvimento com a AP, acusou a ditadura. Profissionalmente, após a ditadura, se torna juíza da Justiça do Trabalho, atuando na Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho e na Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, tendo publicado livros sobre a questão do trabalho no contexto internacional.

Inicia sua rememoração de maneira interessante, contrapondo uma característica cultural de conservadorismo de sua cidade de origem - possivelmente com reflexos na cena política-institucional - com outra particularidade daquele contexto: a “efervescência” também em termos culturais. A rememoração apresenta em seu início uma característica que influenciará a trajetória da entrevistada, e que será mobilizada em outros momentos, na articulação do processo rememorativo. Essa contradição é aqui rememorada para compor um quadro que estabeleça sentido quando a rememoração

avançar e trazer as identificações da entrevistada dentro desse quadro social de tensões entre conservadorismo e dinamicidade cultural.

Entrevistada 8: Bem, eu nasci em Bagé em 1947. Bagé é uma cidade extremamente conservadora claro, mas ao mesmo tempo sempre com uma efervescência cultural muito grande.

A rememoração se direciona à questão familiar, demarcando as imagens de seus pais. Seu pai é rememorado a partir de uma escolha de sua avó para com a educação formal dele, para articular, novamente pelo recurso de uma informação que contrasta com outra, a referência de que seu pai, mesmo sem educação formal, não deixou de estudar – o fazendo por conta própria. Em certa medida, essa imagem de seu pai que a rememoração constrói serve à questão do estudo na experiência social da entrevistada. O estudo tematicamente rememorado aqui dota de sentido quando esse tema reaparecer no processo rememorativo.

Entrevistada 8: Meus pais eram pessoas pobres, a minha mãe não tinha atividade fora, era dona de casa, e o meu pai era agente de estação ferroviária. Mas, o meu pai era ferroviário, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Um dos motivos que nos levou, todos, os seis filhos, além da determinação que eles tinham, meu pai nunca entrou em um colégio, por problemas que um dos irmãos dele foi expulso do colégio, e a nona achou um desaforo grande isso, e tirou todos que tavam, e os que não tinham entrado ainda, não entraram. Colégio só tinha de padre e de freira, não havia ginásio estadual, então meu pai nunca entrou em um colégio, mas era um autodidata sempre.

O momento anterior da rememoração estabelece a ultrapassagem das dificuldades em termos educacionais, advindas da impossibilidade que seu pai teve em estudar. Acerca de sua mãe, a rememoração relata acerca dos poucos anos de estudo também dela, e possibilita avaliação retrospectiva de que seus pais, mesmo assim, pretenderam deixar um legado em termos educacionais aos seus filhos. Assim como para a entrevistada, a rememoração indica que seus irmãos cursaram o ensino superior, assim como ele. A informação de que cursaram o ensino superior se sustenta em virtude da apresentação rememorativa pregressa da situação educacional de seus pais, se expressando a subjetivação como esforço de constituição do sentido da experiência social.

Entrevistada 8: Minha mãe foi até o terceiro ano primário, mas era outra autodidata, então eles decidiram, naquela ocasião, já com seis filhos no mundo, que eles iam nos deixar a única coisa que ninguém poderia nos tirar, a única herança que eles poderiam nos deixar era a única coisa que ninguém poderia nos tirar, eles juraram pra eles mesmos que iam botar os seis filhos na faculdade, e o fizeram.

O processo rememorativo foca na filiação política formal de seu pai, mas destacando que participar efetivamente da política, ele não participava. A rememoração traz sua visão de mundo acerca das condições sociais e econômicas do local onde

viveram. A dimensão cultural e política conservadora se relaciona, na rememoração, com o atraso econômico da região, voltada à agricultura de baixo uso tecnológico. Novamente, uma contraposição da posição ideológica de seu pai como um “conservador”, assumida por ele mesmo, e um incômodo com o atraso mesmo que essa situação social de conservadorismo produzia. As contradições, na rememoração, são apresentadas de forma articulada, se retroalimentando, não colocando em cheque a possibilidade de que a rememoração se produza com o objetivo sentidual.

Entrevistada 8: Agora que tem uma grande vantagem, e que eu preciso dizer, porque alguém vai ter que fazer uma pesquisa sobre isso. Os ferroviários na época eram de ponto, meu pai não participava, depois é que ele disse, uma vez ele disse aqui, já na década de 70, 80, como a gente era reacionário né, porque meu pai era militante do Partido Libertador né, muito, e Bagé não tinha indústria, praticamente nenhuma, era uma coisa que meu pai sempre se indignava com os latifundiários de Bagé, nós morávamos em uma vila que era uma charqueada, vila de São Domingos, e a charqueada é fábrica de charque né, seria indústria, mas esta fábrica de charque, a charqueada em si, era da Cooperativa Bageense de Carnes Limitada, que era uma entidade dos latifundiários, faziam charque ali só, e o couro era embarcado todo ali na estação onde meu pai trabalhava, sujo ainda, e meu pai dizia, isso naquela época, eu tinha menos de dez anos, eu estou com setenta e um, meu pai dizia, “mas que gente bem imprestável, nem para fazerem uma indústria de beneficiamento de couro, por couro já sair daqui beneficiado”.

Da rememoração, pela via das lembranças do incômodo de seu pai com a situação de atraso socioeconômico de Bagé, surge pela primeira vez a questão política, implicitamente relacionada, na rememoração, com a situação descrita por seu pai. A política local, especialmente no momento das eleições, é indicada na rememoração como refletindo a desigualdade socioeconômica do local. O PTB de Getúlio Vargas, fundado há poucos anos, identificado pelas classes populares como uma força política contrárias às oligarquias tradicionais tendia a vitória sem seus espaços sociais, as periferias do centro da cidade. A rememoração vai se deslocando da dimensão micro para a dimensão macro.

Entrevistada 8: Mas engraçado Bagé sabe, não tinha indústria na época, mas o movimento periférico era bem significativo, por exemplo, os candidatos, começava do centro da cidade, e nas estâncias, onde os votos eram todos à cabresto evidentemente na época, ganhava sempre a coligação anti-PTB digamos assim, quando entravam as vilas da cidade de Bagé, o PTB não só empatava, como superava, é uma coisa interessante assim, do ponto de vista sociológico.

Relacionado à questão da disputa política, vem ao processo rememorativo uma lembrança interessante acerca do tema da consciência, ou da conscientização do processo de disputa política e de qual lado, nele, se está. Aqui, a leitura retrospectiva possibilitada pela rememoração permite à entrevistada reler um fato de sua vida ainda infantil ou do início da adolescência – certamente um período em que ela ainda não tinha

clareza acerca do que era a questão da consciência operando no processo político – à luz de conceitos que somente posteriormente à esse período de sua biografia ela compreenderia em termos teórico-políticos. O esforço de sentido se dá pela avaliação retrospectiva, recurso mobilizado justamente para que o horizonte de sentido se estabeleça entre duas situações ou dimensões que não possuem necessariamente relação na experiência social da entrevistada. A relação é estabelecida à posteriori. O sentido é, em si, é produzido à posteriori. Esse recurso retrospectivo da rememoração une passado e presente, estabelecendo uma linha de comunicação e sentido entre eles.

Entrevistada 8: Agora, inclusive com essa consciência, umas das meninas, uma figura humana dessas que eu gravei muito assim, dessa vila, charqueada, agora, destruíram toda, toda, toda, toda nossa infância, tão destruindo o prédio da charqueada, tão destruindo tudo, a vila inteira não existe mais, e plantaram tudo de eucalipto pra Aracruz daqui, mas eu me lembro da figura, que eu gravava, de infância, ela inteira, com a cabeça, com o corpo todo, fora do ônibus, gritava “os pé no chão derrotaram os tubarão”, quer dizer, era com consciência perfeita daquilo [...].

O processo rememorativo volta à figura de seu pai. Especialmente, na questão de sua profissão e nas características e condições trabalhistas e sociais à ela relacionada, focando nas realizações da questão sindical. Seu pai foi funcionário da extinta Viação Férrea do Rio Grande do Sul⁸⁷, que ganha à frente e uma consideração no processo rememorativo. A rememoração indica que pela dimensão da empresa estatal, quando seus trabalhadores se colocavam em luta, se sentiam consequências sociais. Na rememoração aparece o recurso comparativo de eventos de mobilização daquele tempo com o de trabalhadores do setor rodoviário contemporâneo. No contexto da entrevista havia se produzido no Brasil uma ampla paralisação dos caminhoneiros no país. Como recurso para melhor visualização – e provavelmente convencimento - da entrevistada para com o pesquisador, a rememoração mobiliza esse recurso comparativo.

Entrevistada 8: Mas os ferroviários dominavam a cena naquela época, tinham muito mais direitos do que todos os outros, porque tinham, faziam greve, muita greve, e era greves efetivas, em Santa Maria gritavam para e parava onde tivesse o trem, como todo transporte na época era por trem, isso tinha um efeito maior do que é hoje o, a parada de caminhoneiros por exemplo, tu imagina né, e eles ganharam muitos [...].

O processo rememorativo traz informações acerca de realizações que os trabalhadores da Viação Férrea, através da organização sindical, produziram. Essas lembranças estão em consonância com a capacidade de luta social e política da categoria anteriormente surgidas na rememoração.

⁸⁷ Sobre a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ver nota na entrevista 1. O pai do agente da entrevista 1 foi funcionário da mesma empresa, em outra região do Rio Grande do Sul.

Entrevistada 8: [...] no ano em que eu nasci, foi uma greve de quarenta dias dos ferroviários, pelo salário-família, pra conquistar o salário-família, que hoje tá virado no que tá. E eles conseguiram organizar a partir do sindicato, uma cooperativa de consumo dos empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, essa cooperativa eu preciso te descrever agora pra tu ver a diferença que fez, essa cooperativa tinha uma enorme de uma loja, que era um grande depósito, nas cidades medias, onde tivesse bastante ferroviário, as cidades médias tinham uma sede dessa cooperativa. Nela tinham um balcão de madeira, de ponta a ponta, e ali era vendido tudo que tu pode encontrar em uma loja de departamentos, dos nascentes eletrodomésticos, passando pela confecção, a fazenda, dos sapatos, tudo. E do outro lado do balcão, do mesmo depósito era uma, um balcão de pedra grande, onde tu encontra tudo que tu quisesse por exemplo de um armazém, todos os alimentos, as panelas, as louças, tudo.

A rememoração enfileira várias realizações da luta dos trabalhadores a partir da organização sindical.

Entrevistada 8: Na de Bagé a gente saia nessa coisa e tinha a farmácia da cooperativa e o açougue da cooperativa, então tu imagina, o que que é que eles faziam, simplesmente pela quantidade mais barata, e vendiam por preços menores, os ferroviários que estivessem lá no raio que o parta, faziam rancho, como o papai sempre fez, quinze quilos disso, quinze quilos daquilo, dez quilo daquilo outro, e chegava pelo trem da cooperativa. Mas além de tudo isso, a cooperativa tinha uma fábrica de massas.

O processo rememorativo insiste na dimensão positiva aos trabalhadores da Viação Férrea acerca de suas conquistas. Na mesma linha:

Entrevistada 8: Em Santa Maria, tinha uma alfaiataria que o cara ia lá tirava as medidas do meu pai e mandava o terno pronto, e tinha dois ginásios em Santa Maria, um pra menino e o outro pra menina, e cinco escolas primárias, que ia da primeira à quinta série, três em Ramiz Galvão e duas em Santa Maria. Além disso, a cooperativa é que pagava a escola pra todos os filhos de ferroviários, pagava assim descontando, como é que se diz, no contracheque, mas o fato de pagar, era a cooperativa quem pagava, como não tinha colégio estadual a gente era obrigado a estudar em colégio particular, e a cooperativa pagava o todo, e descontava dos ferroviários 50%, então a cooperativa financiava, não era empréstimo, não era financiamento, bancava, 50% da mensalidade em escola particular pra filho de cada ferroviário do estado, fosse inspetor ou tuca, tuca era o pessoal da via, que era o salário mais baixo digamos assim, todo mundo tinha, tu imagina a potência que era essa cooperativa, porque afinal de tudo, no final do ano meu pai recebia um troquinho, não era muito, mas meu pai recebia um troquinho de dividendos, então tu imagina a potência, era disparado um modelo, e era considerada a mais cooperativa de consumo da América Latina.

Surge, na rememoração, o evento-corte das realizações elencadas. A rememoração as elenca justamente porque intenciona dimensionar, dando ênfase àquelas realizações, e frente à elas, esse evento-corte. O acontecimento é o golpe militar de 1964.

Entrevistada 8: Quando foi em 64, no sindicato dos ferroviários obviamente, como no dos portuários, que eram os dois transportes da época, que se paravam dava creque, foram os primeiros a serem explodidos né, ou implodidos, presos os dirigentes e tudo mais, e a cooperativa sofreu intervenção por suspeita de corrupção, e nunca mais se ouviu falar, nem nas escolas, nem em todos os estoques que tinha em todas as lojas, nem na mensalidade de colégios, nem em

vários dos prédios que eram próprios da cooperativa, nada, isso evaporou, hoje ninguém nem conhece, ninguém sabe que existiu aquela potência toda.

A rememoração, não respeitando linearidade, volta um pouco atrás, e começa a apresentar o contexto de mudança da família para a capital, Porto Alegre. Para os irmãos mais velho, se concretizava o projeto que aparece no início do processo rememorativo acerca da intenção de seus pais de colocarem todos os filhos no ensino superior. A rememoração inicial, assim, se complementa com a continuidade do processo lembrado anteriormente.

Entrevistada 8: Aí depois a gente veio para Bagé, em 1963, já tinha passado a Viação Férrea para Rede Ferroviária, foi com o Brizola que passou, em 1961, mas tava escrito na lei, que os ferroviários da Viação Férrea manteriam, além dos direitos que adquiririam como celetistas, manteriam todos os direitos a que teriam como servidores públicos, e um desses direitos era que a gente tinha direito a entrar direto na escola pública mais próxima, então isso pra nós significou o Julinho, nós morávamos aqui na esquina, então a escola mais próxima estadual era o Julinho, pra quem todo mundo fazia testes, seleções, etc. pra vir, nós tivemos direito, os três menores, a estudar no Julinho, os outros já estavam na UFRGS.

O momento de entrada na escola em Porto Alegre é rememorado articulado, de saída, ao tema da política. O espaço escolar é rememorado mais por sua dimensão política do que pedagógica, como nas outras entrevistas em que o movimento estudantil foi, digamos assim, a porta de entrada para uma ação política mais intensa. No caso da entrevistada, ela rememora que seu início na política foi na JEC, mas de uma perspectiva mais de justiça social do que de identificação e conflito com um adversário específico, no caso a ditadura militar. O movimento estudantil é rememorado em sua ousadia de iniciativa. A rememoração está no momento imediatamente pré-ditadura.

Entrevistada 8: Mas aí a gente veio pro Julinho, o Julinho efervescia na época, outro dia eu encontrei com a turma do Julinho, nós fizemos um almoço, e a gente comentava, quando uma assembleia de um colégio secundarista se reúne e decide mandar um telegrama pro presidente do Congresso Nacional, advertindo-o disso e daquilo, tu imagina que tu tá lidando com um pessoal diferente né, e era assim, era muito incrível no Julinho, a gente fazia, era uma efervescência como estava na UFRGS no momento, isso já em 62, 63, tinha UBES e UNE também evidentemente, tinha a UBES volante, tinha todas as efervescências que tinha, a cabeça, enfim, e eu estreei, botei o pé na política, já em Bagé, quando eu era da Juventude Estudantil Católica, e em função disso eu já participei da campanha da Legalidade em 61 em Bagé, treze anos de idade, vim para cá e fiquei na JEC do Julinho, na JEC do Julinho eu não cheguei a ficar na Ação Popular que era digamos assim o grupo político a que o pessoal da Ação Católica foi aderindo paulatinamente [...].

Mas, na não-linearidade do processo rememorativo surge uma lembrança das escolhas que pessoas ligadas à organização realizaram praticamente dez anos depois. A rememoração opera não só como meio de expressão, mas como articuladora de escolhas

passadas e futuras, que mesmo que tenham sido resultado de rupturas – reais ou simbólicas - por parte dos agentes, na rememoração elas se articulam em um horizonte de sentido. Para isso, a rememoração se estende à narração de um conhecido processo de ruptura política da esquerda brasileira no século XX, no sentido da tentativa de justificar os novos grupos e partidos que foram sendo criados na transição da ditadura para a democracia.

Entrevistada 8: Até que uma parte da Ação Popular, em 73, a maior parte, mas também uma parte só, decidiu se integrar ao PC do B, e a outra, a maior parte das pessoas hoje, ou pararam a militância ou, a maioria, se integrou depois à fundação do PT, e outros grupos armados que depois apareceram, a diferença é de que quando, primeiro a gente chegou à conclusão de que nós como organização revolucionária como era a Ação Popular nós não iríamos longe, precisavam um partido, e esse pessoal que ficou digamos, que era a linha B, eram a linha A e a B, eles pensavam que todos os grupos de esquerda existentes na época tinha que se reunir e formar um partido revolucionário, um partido comunista e tal, e essa outra linha “não peraí nós vamos chover no molhado”, um partido comunista revolucionário no Brasil já existe, aí vinha toda a história do PCB, que era o Partido Comunista do Brasil, é partido Partido Comunista do Brasil desde 1922, da fundação, a partir de 60, do V Congresso, ele passa para Partido Comunista Brasileiro, o nome, mas a sigla sempre foi PCB, então quando o pessoal foi expulso, porque não aceitava essa mudança de nome, de bandeira, e principalmente de proposta, eles botaram brasileiro para ter mais facilidade de se legalizar, e por ironia do destino, sofreram os militantes do PCB tanta tortura e morte como todos os outros, todas as outras organizações, que acabou o pessoal do PC do B “não o PC do B foi criado em 62”, não, foi reorganizado, em 62, mas a sigla foi PC do B.

Nessa não-linearidade, o processo rememorativo volta à uma caracterização de seus pais em sua dimensão religiosa. É a partir dessa dimensão que a agente inserirá na rememoração, após ter passado pelo momento de encontro com o movimento estudantil e uma ação política mais consequente, suas primeiras lembranças acerca a questão da injustiça, elemento iniciador de sua percepção de que haviam problemas dessa ordem no mundo.

Entrevistada 8: Aí, o importante era te dizer que nessa vila de charqueadas onde eu morei, eu via uma realidade social, e vivia, com toda a origem operária e com pessoas que eram necessitadas entendeu, e os meus pais, além de todas as dificuldades normais lá que eles enfrentavam, perdão, eles também tinham uma consciência ainda que baseada em religiosidade, mas uma religiosidade que nunca foi carola, nunca meus pais foram carolas, por exemplo, a gente não cantava musica profana, porque a gente passava o dia inteiro cantando, filho de italiano tu sabe como é que é, mas a gente não cantava música que não fosse sacra durante a semana santa, mas a gente cantava as músicas sacras, e a minha mãe fazia questão nas quintas-feiras santas de ler os trechos bíblicos da paixão, e comentar com a gente, então era uma outra visão, a gente nem sabia das crendices que veio aprender em Porto Alegre até, de entrar em sete igrejas na sexta-feira santa, fazer um pedido, não, promessa essas coisas toda, nós nunca tivemos assim, mas a gente tinha essa militância mais, porque o meu pai e a minha foram casados inclusive por um monsenhor, e tinham muita vivencia com ele, monsenhor Hipólito, que era daquelas pessoas que fazia diferença assim, ele era um homem pelo menos cinquenta anos à frente do tempo dele, então ele sempre não deixava o pessoal naquela religiosidade rasteira e que

tem desculpa pra uma aceitação de uma realidade que não é aceitável, e que não é culpa de Deus, entendeu, ele não deixava escapar isso, e pra nós também foi passado, não é Deus que quer que exista as injustiças e este, essa noção de injustiça.

O processo rememorativo vincula essa percepção difusa do fenômeno injustiça com a participação na JEC. A rememoração opera um processo interessante de articulação entre uma memória pessoal, prosaica, com algo maior, que é o próprio processo social de produção de uma consciência crítica - mesmo que muito inicial - acerca do mundo, assim como uma contextualização à respeito do momento político da Igreja Católica, com a perspectiva de um catolicismo humanista implementada pelo papa João XXIII⁸⁸.

Entrevistada 8: [...] por exemplo, eu até brinco, eu tinha quatro anos, e odiava o papai noel, eu acreditava e odiava o papai noel, porque eu via que ali aquelas crianças todas não ganhavam presentes nenhum durante o ano inteiro, e nem no natal, então eu questionava o meu pai, papai porque que ele não aproveita então o natal pra dar presentes pra essas crianças que nunca ganham, a única criança da vila inteira que ganhava boneca, que andava e falava, pela lógica, realmente, a filha do veterinário da charqueada que era o único profissional liberal do lugar né, quando eu perguntava meu pai dizia assim “ah minha filha papai noel é um papai muito sem vergonha ele só dá presente pra rico, pra pobre ele não dá”, e eu tinha ódio do papai noel, até que me disseram que não, que era os pais que davam, e os que não podiam não davam, aquilo pra mim foi um alívio, não dava muito pra compreender porque que uns tinham os outros não tinham, mas era uma outra questão né, era um outra dimensão, pra ti dar essa ideia assim de que eu não cultivava essas fantasias que justificassem uma realidade muito dolorida que eu via, que eu vivia, e que evidentemente, e em paralelo à isso a formação que eu tive, na JEC, na Ação Católica inteira [...]. [...] nós vivemos um tempo em que a Igreja Católica em que eu cresci, que eu frequentava, foi colocada de cabeça pra baixo, com um papa que assumiu o papado com oitenta e dois anos chamado João XXIII, eu quando cheguei na frente do túmulo dele na basílica de São Pedro quase me ajoelho, uma emoção fortíssima [...].

A rememoração se direciona à disputa político-ideológica presente na sociedade brasileira naquele contexto, que, a depender de determinado grupo, mobilizava diferentes abordagens – humanista-progressista ou conservadora – do catolicismo, demarcando a posição da entrevistada no interior dessas perspectivas. Aparecem os nomes daqueles envolvidos com essas diferentes perspectivas e que participavam da hierarquia da Igreja Católica naquele tempo. Dos nomes, a lembrança de que as iniciativas mais vinculadas à esquerda católica foram desfeitas pelos grupos conservadores. A

⁸⁸ João XXIII, de nome Angelo Giuseppe Roncalli, nasceu em 25 de novembro de 1881 e faleceu em 3 de junho de 1963. Seu papado foi de 28 de outubro de 1958 até à data da sua morte. Dentro da Igreja Católica, era filiado à Ordem Franciscana Secular (OFS), grupo orientado à uma perspectiva humanista do catolicismo, que na América Latina ganhou contornos de um catolicismo popular. É no contexto de poder de João XXIII que as iniciativas das Ações Católicas foram realizadas no Brasil.

disputa político-ideológica possui sentido à partir da complementarização, pela rememoração, dos agentes em oposição no espaço da disputa política.

Entrevistada 8: [...] porque realmente a partir dali nenhum católico, que se chamasse católico, que tivesse um pingão de vergonha na cara, usaria, mas usaram né, usaram tanto que eles em 63, 64 fizeram a marcha da família com Deus pela propriedade, que era coisa da Opus Dei como até hoje, essa é uma grande influência, e agora tá chegando provavelmente na presidência da república um Opus Dei chamado Geraldo Alckmin, aqueles caras fizeram TFP, fizeram as marchas da família com Deus pela propriedade, não leram evidentemente nada do Evangelho né, principalmente a parte em que ele expulsou os vendilhões do templo, mas a gente tinha essa outra noção, era do Dom Helder Câmara aqui, Dom Tomas Balduino, Dom Pedro Casaldáliga, Dom José Gomes, que lá na JEC de Bagé depois ele foi do Sime muito tempo, mas claro tinham os bastiões reacionários como o Dom Vicente Scherer aqui, como o Dom Tomás Balduino, opa perdão, como o Dom Eugênio Sales no Rio, que são ainda como é hoje o arcebispo de São Paulo, depois foi, todo esse trabalho foi destruído né, depois nós começamos, nós ainda enfrentamos aqui em Porto Alegre o Dom Vicente Scherer, que acabou com a Ação Católica do Brasil inteiro, a partir daqui, depois do golpe, mas enfim, só pra te situar assim.

O processo rememorativo estabelece uma relação com a pré-ação política na JEC e a possibilidade de entrada na AP. Porém, para além da narração primeira de que a entrevistada – e seu irmão – não hesitaram em entrar para a organização, em um segundo momento aparece na rememoração a percepção da dificuldade do trabalho, o qual mesmo assim foi realizado. Em termos da rememoração, a dualidade entre voluntarismo e a dificuldade do trabalho se complementa, com a segunda estabelecendo e complementando de sentido com a dimensão voluntarista.

Entrevistada 8: [...] porque eu não tenho uma coisa assim tão, tanto que foi na hora em que a Ação Popular colocou pra gente a opção da, da, da integração na produção, a gente não teve dúvida, nem eu e nem meu irmão, nossa única, eu passei sete meses para ir, porque os pais não queriam saber, tu imagina depois de tudo que eles pensaram pro filho, botar os filhos na universidade, a gente sair por aí, se integrar no campo ou na fábrica, e ainda por cima fugindo da polícia, porque evidentemente que, pra eles era um terror isso, então tentar, tentar convencê-los era uma tarefa difícil, mas o trabalho que a gente ia enfrentar nunca foi problema pra nós, a gente já conhecia, claro que não é bem assim, tu chega lá, tu encontra todas as dificuldades objetivas, e mais, principalmente o relacionamento porque tu é diferente, de regiões diferentes e tudo, mas eu até hoje, ainda encontrei há poucos dias, há poucos dias, agora quando eu estive no Rio com um líder estudantil da nossa época, que foi eleito depois do Travassos, Jean Marco Vander, Vander não sei das quantas, é um nome bem complicado, muito querido, muito amigo da gente, tudo, mas ele com essa posição até hoje de que foi um erro crasso a política de integração na produção, pois eu digo olha foi o ano quando eu trabalhei em fábrica de maior crescimento pessoal pra mim, até hoje, em toda a minha vida, e eu acho, continuo achando que era corretíssima. O que que acontecia com a Ação Popular, só pra te dar uma ideia, apesar de existir, JAC, JEC, JUC, JIC, JOC, JUC, a Ação Popular, enquanto organização política, e principalmente depois de todo o golpe, toda perseguição, todas as mortes e tudo, ela acabou ficando muito mais uma organização estudantil.

A questão da dificuldade da ação política é, na rememoração, reiterada, com a entrevistada estabelecendo uma relação da experiência passada com críticas que ela vivencia contemporaneamente na ação política. Articulação passado e presente como recurso de produção sentidual. A subjetivação atravessa os diferentes tempos históricos da experiência, os articulando sentidualmente, pois o sentido não é intrínseco à experiência. Da dificuldade das condições para desenvolver a ação política, a rememoração articula à ela a questão da percepção, por parte da organização, de que o trabalho político não iria muito longe, surgindo uma nova compreensão desse mesmo trabalho, que passaria a ser reorientado em sua dimensão estratégica.

Entrevistada 8: [...] é quando eu digo, hoje o pessoal diz assim "ah porque o povo não vem, o povo são sempre os mesmos, o povo não vem pra rua", eu digo "tchê o povo tá batalhando pra sobreviver", e dá o de comer pros filhos, quer dizer tu não pode fazer, alguns camaradas nossos fizeram, alguns fizeram, eu por exemplo morei com um companheiro, com a família dele, que era operário, operário especializado, tinha tudo dentro de casa, e largou tudo e passamos a viver todos nós, eu e eles, em situações muito, muito precárias, porque a gente tinha pouquíssimo dinheiro, não era porque a gente quisesse, estivesse fazendo opção de pobreza, e quando a gente recebia, começou a trabalhar, e recebia um pouquinho, a gente dava uma parte, a maior parte pra organização, porque existiam outras tantas famílias com gente sem tá trabalhando, dependendo inclusive e ao mesmo tempo com crianças, então o que que a Ação Popular diz, nós iríamos, nós, como uma organização estudantil não iria longe, houve uma compreensão política de que nós teríamos que ganhar as grandes massas de trabalhadores do campo e da cidade, a essas alturas todo o resto do pessoal já tinha partido pra luta armada, inclusive o PC do B, pro Araguaia, pra começar a desenvolver o trabalho, pra começar a guerrilha do Araguaia né.

Da percepção de que o trabalho encontrava condições adversas, a rememoração articula o momento da prisão da entrevistada, que foi o desfecho prático de sua opção pela ação política naquele contexto da ditadura. Esse fato (da prisão), assim, aparece relacionado justamente com as difíceis condições do trabalho político, entre elas as condições da repressão. A prisão – fato prático – se articula, na rememoração, com essas condições, compondo um horizonte de sentido, via subjetivação.

Entrevistada 8: Tanto eles como as organizações de guerrilha urbana, como eu digo todos nós fomos pegos na preparação, eles nos dissolveram em seguida que a gente começou, e a Ação Popular não é que não tivesse em mira a questão da luta armada, mas nós sabíamos que não tínhamos a menor condição né, nem de começar a pensar no caso, mas sabíamos que nós só poderíamos fazer alguma coisa quando tivéssemos ganho as amplas massas do povo, então o cara saía da faculdade no terceiro, como eu saí no terceiro ano da faculdade, pra trabalhar, conforme a decisão da organização, na fábrica ou no campo, e eu trabalhei um ano na fábrica, até que eu fui presa.

4.9 A transversalidade da subjetivação no processo rememorativo da ação política

Nesse último ponto do presente capítulo, cabe retomarmos o conceito de subjetivação para o articularmos, de forma mais efetiva, com o processo de análise aqui realizado.

O conceito de subjetivação, resultado de um amplo movimento geral de renovação da sociologia contemporânea, que chega na discussão teórica substantiva da ação política e dos movimentos sociais, é compreendida por Pleyers e Capitaine (2017) como a forma pelo qual os agentes sociais “se pensam e constroem-se como princípio de sentido” (PLEYERS & CAPITAINÉ, 2017, p. 3). O conceito de subjetivação de Pleyers, em virtude de participar desse movimento de renovação, possui, poderíamos dizer, uma dimensão de experimentação que permite com que ele seja sociologicamente mobilizado para pensar fenômenos da ação política não necessariamente relacionados com o objeto original do qual Pleyers produziu esse mesmo conceito – as manifestações de rua ocorridas ao longo da década de 2010 especialmente na Europa e, em menor medida na análise de Pleyers, no Oriente Médio.

Mas, para além dessa proposição teórica geral que defende que os agentes sociais se constroem como princípio de sentido, é preciso dar concretude à esse postulado. E aqui se encontra tanto a singularidade dessa tese quanto sua possibilidade de articulação com outras pesquisas, no quesito universalidade da proposição teórica. Nos perguntamos como concretamente a própria subjetivação se expressa, por onde ela se expressa e, digamos assim, “aparece” no fenômeno da ação política. A singularidade de nosso objeto nos permite afirmar que a subjetivação como horizonte de sentido se expressa no e através do processo rememorativo – com o recurso da avaliação retrospectiva – quando o agente social rememora sua experiência articulando de uma ponta à outra do relato uma simbologia de sentido entre praticamente tudo aquilo que ele viveu. Ao rememorar no presente, ele está de posse de tudo aquilo que já ocorreu, e simbolicamente pode articular esses acontecimentos. A subjetivação, assim, é transversal no sentido de que opera desde o início da rememoração, e se faz presente durante todo o processo rememorativo, encadeando momentos e dimensões diferentes da vida social, que se dá no tempo, dos agentes sociais.

A grandeza temporal da experiência social – em nosso objeto indissociável da ação política - é fundamental para a verificação da subjetivação, esse desejo de sentido, expresso pelos agentes sociais. Rememorar a experiência social e de ação política é

apresenta-la, para além de suas instabilidades, como uma experiência social articulada em seus diferentes momentos e instancias (contexto, aquisições, escolhas, etc). Isso é possível, reiteramos, porque no presente o agente está de posse do conjunto do já ocorrido. A articulação sentidual da experiência social e de ação política, nesse sentido, em nosso caso, só pode ocorrer à posteriori dos eventos narrados.

A análise de oito entrevistas semiestruturadas acerca da experiência social de agentes que iniciaram sua ação política no contexto da ditadura militar nos permite afirmar que a subjetivação se expressa e opera de forma transversal no processo rememorativo da ação política, como demonstrado nas articulações realizadas nessas entrevistas. Cada agente entrevistado, como está demonstrado, possui uma experiência social singular, mas universalmente a amostra analisada demonstra a operação e a expressão da subjetivação nos relatos apresentados. Acreditamos que, desse modo, essa contribuição teórica, da subjetivação operando no processo rememorativo possa estar presente em outros objetos sociológicos, metodologicamente semelhantes, ao nosso.

Propomos, assim, para finalizar a longa discussão aqui proposta, esquematizar a ideia central da tese na figura 2, que segue:

Figura 2: A transversalidade da subjetivação no processo rememorativo



Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÃO

A questão central que fundamenta a discussão dessa tese é articulação da dimensão temporal-rememorativa como grandeza relevante no estudo da experiência social e de ação política, articulando com o conceito de subjetivação para a compreensão do horizonte sentidual pelo qual essa experiência é apresentada. Dimensão que as teorias tradicionais da ação política, preocupadas com outros aspectos – não menos relevantes – desse tipo de ação normalmente não agregam em suas análises dos fenômenos da conflitualidade política. Focando as dimensões estratégicas e simbólico-culturais, essas teorias – Teoria do Processo Político e Teoria dos Novos Movimentos Sociais – negligenciaram, em boa medida, essa dimensão temporal-rememorativa. A formulação que se propõe nessa tese, assim, objetiva, mais do que as contradizer, as incrementar, à elas chamando atenção para essa, a qual opera na ação política.

O recorte de pesquisa foi sendo elaborado processualmente a partir de um diálogo entre teoria e empiria, o qual permitiu a percepção de que haviam questões que se expressavam insistentemente no campo que as teorias que inicialmente mobilizamos não davam conta, integralmente, de analisar o fenômeno selecionado. Para além das dimensões estratégicas e simbólico-culturais da ação política – certamente existentes – essa tese defende que a dimensão temporal-rememorativa é uma grandeza que possibilita aos agentes sociais, e eles normalmente o fazem, reler essas mesmas dimensões à luz do tempo corrente, as ressignificando e repensando suas validades nos momentos em que, por elas, foram decididas – ou simplesmente produzidas no calor do momento. Propomos, nesse sentido, o mediador que denominamos *avaliação retrospectiva*, como o recurso rememorativo que os agentes mobilizam para estabelecer os nexos entre os diferentes momentos temporais de sua experiência (passado, presente e futuro), estabelecendo assim sentido onde não existe sentido algum à priori da experiência.

A partir de pesquisa de campo realizada com agentes que iniciaram sua ação política no contexto histórica da ditadura militar no Brasil, com isso tendo suas vidas afetadas, sustentamos que os processos de rememoração de sua *experiência social, por onde passa a escolha e o desenvolvimento da ação política, a avaliação retrospectiva é o procedimento pelo qual se expressa a subjetivação, compreendida como uma vontade de atribuir sentido à essa experiência, tanto para si quando para os outros (sociedade). A subjetivação, no processo rememorativo, opera de forma transversal, articulando*

sentidualmente o processo memorialístico do lembrar a experiência social e de ação política.

A avaliação retrospectiva demonstrou ser um elemento comum das diferentes formas de ação política desenvolvidas pela pluralidade de agentes sociais que entrevistamos na tese, permitindo a pesquisa identificar que esse recurso memorialístico opera de forma independente das diferentes experiências/trajetórias nessa tese analisadas. Nisso reside a contribuição científica, de amplitude mais geral, dessa pesquisa, com o esquema de proposição analítica apresentado no final do quarto e último capítulo servir para ser experimentado em pesquisas posteriores que, por ventura, venham a ser desenvolvidas e que com essa dialoguem.

O recurso memorialístico operar de forma independente nas diferentes trajetórias sociais analisadas não quer dizer, contudo, que ele não nutra das condições específicas de cada trajetória (de cada entrevistado) seus elementos de estímulo para a própria produção do processo memorialístico. O conjunto das entrevistas demonstra essa dimensão comum expressa pela avaliação retrospectiva, que opera muitas como possibilidades de justificativas para si e para os outros das escolhas realizadas ao longo de sua experiência social. Variam, e isso as entrevistas demonstram, os elementos que as diferentes entrevistas mobilizam na produção desse recurso. Nos casos em que os entrevistados optaram, ao longo de suas experiências sociais, por agirem politicamente em organizações da esquerda revolucionária, os elementos pregressos da experiência, que eles mobilizam na rememoração, servirão para justificar suas escolhas futuras nesse sentido. Interessante notar que elementos, por exemplo, familiares, muitas vezes podem ir na contramão de um perfil psicossocial mais radical, mas assim mesmo é mobilizado para justificar a escolha “revolucionária” adotada em algum momento. Aqui a avaliação retrospectiva é feita por meio da oposição, da vontade de negação do sujeito de seu processo de socialização. Isso aparece, por exemplo, na entrevista 1. Já na entrevista de número 6, por exemplo, a entrevistada opta por outro formato de ação política, negando o engajamento em alguma organização revolucionária e/ou que apostasse na luta armada, recorrendo também à dimensão familiar para justificar a escolha realizada em dado momento de sua vida, avaliando retrospectivamente sua experiência. Assim, demonstra-se que os elementos de cada entrevista são diferentes, mas o processo rememorativo, com a avaliação retrospectiva, acontece de forma comum em ambos exemplos.

Essas dimensões contribuem à discussão do conceito do conceito de subjetivação desenvolvido pelo grupo de pesquisa Democracia, Instituições e

Subjetividade (CRIDIS), da Universidade Católica de Louvain (UCL), na medida em que propõe uma operacionalização desse conceito, que se encontra, em certa medida, em fase de experimentação. Cada pesquisa desenvolvida que encontra possibilidades analíticas, em diferentes objetos empíricos, da expressão desse conceito, auxilia na afirmação de sua capacidade analítica-compreensiva. Colocar essa pesquisa, com nossa apreensão específica da subjetivação, com as pesquisas dos pares que por esse grupo desenvolvem seus trabalhos a partir dessa abordagem teórica, pode fazer avançar essa capacidade e, com isso mesmo, o próprio conhecimento das dinâmicas sociais, a partir de sua inter-relação com a dimensão da subjetividade (contemporânea). O conceito de subjetivação, de tradição teórica oposta ao realismo objetivista da sociologia política norte-americana, a qual tem a TPP como grande expoente, possibilita, assim, analiticidade nas pesquisas sociológicas não voltadas à uma dimensão puramente descritiva da realidade social, mesmo com seus desafios teórico-metodológicos.

Com o resultado geral da tese em mãos, podemos nos perguntar acerca de possíveis limites ela por ventura possua. Preocupada com o processo rememorativo em si, no registro e apreensão de sua dinamicidade mais geral, essa tese não focou na investigação de eventos específicos por sobre os processos rememorativos dos agentes sociais. Por exemplo: algumas entrevistas se deram no contexto da prisão do ex-presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, com quem alguns dos entrevistados possuem identificação ideológica e conhecem pessoalmente, pelo histórico de militância social que desenvolveram ao longo da vida. As entrevistas citam fatos que os diferentes processos rememorativos consideram relevantes de suas trajetórias, mas sem essa pesquisa avaliar de forma específica como cada um desses eventos afeta esse mesmo processo de tentativa de constituição sentidual dessas trajetórias. O mesmo evento, pode influenciar em maior ou menor medida diferentes processos rememorativos? Pegando o exemplo dado, aqueles que possuem identificação mais direta com o personagem histórico Lula, tem seus processos rememorativos mais afetados se comparados com aqueles que não possuem essa identificação? Isso valeria para outros eventos? Essas são perguntas que a tese, não por desejar, mas por possuir limites de tempo e espaço, deixa em aberto, e que poderiam ser futuramente investigadas. Essas são algumas possibilidades que sugerimos à partir da tese central, nesse trabalho, identificadas.

Uma possibilidade interessante, também, seria a continuidade acerca da investigação da pluralidade de formas de ação política identificadas, mesmo que em um pequeno grupo, mas que muito provavelmente deve possuir uma dimensão social mais

ampla. Com isso, não queremos dizer que a “luta armada”, amplamente estudada pela historiografia acerca do período da ditadura, não tenha relevância, muito pelo contrário, vários brasileiros e brasileiras tendo colocado à própria vida em risco (com muitos a perdendo justamente em virtude dessa escolha), é critério mais do que suficiente para que se estude e, mais ainda, se produza uma memória sobre esse processo de ação política. Contudo, iluminar outras formas que naquele momento se produziram, e que tiveram também relevância na luta contra o governo ditatorial, nos aproxima mais da verdade fundamental das dinâmicas sociais ocorridas, assim como contribui para esse mesmo processo de constituição de uma memória sobre aqueles anos e aquelas pessoas fortemente envolvidas nos acontecimentos.

Refletir acerca das possibilidades e limites nos estimula à escrever algumas breves palavras acerca dos efeitos e aprendizados que o processo de pesquisa produziu em termos pessoais. Do início da pesquisa, com as identificações temáticas e teóricas realizadas, as alterações ao longo do caminho, as trocas profícuas entre orientadores e orientando, as surpresas que o próprio campo de pesquisa produz, finalizando com as críticas recebidas na banca, as quais serão levadas em conta e, na medida do possível, agregadas à pesquisa original, terminamos o processo compreendendo melhor a complexa construção da abordagem científica, caracterizada pelo rigor e pela crítica. Valores que certamente se estendem da prática científica e passam à orientar o conjunto geral de práticas que realizamos ao longo da vida.

Por fim, cabe mencionar que, em termos temáticos, essa tese também contribuiu para informar, mesmo que brevemente, sobre um período histórico do país que ainda nos lembra que o caminho para a construção de uma democracia política e de uma sociedade efetivamente democrática, a qual provavelmente dependa a própria democracia política no país, ainda encontra dificuldades. Os tempos que correm, com suas renovadas intenções autoritárias de parcelas significativas da sociedade brasileira, partidários da violência política extremada daqueles tempos, não nos deixam mentir.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.
- ALEXANDER, Jeffrey C. **Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, nº 37, 1998.
- ALEXANDER, Jeffrey C. **O novo movimento teórico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.2 nº 4, 1987.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Revista Lua Nova, São Paulo, nº 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela; BOTELHO, André. **Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow**. Revista Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, ano 2, v. 3, 2012.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. **Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004.
- AZEVEDO, Desirée de Lemos. **“A única luta que se perde é aquela que se abandona”:** **Etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil**. Campinas: Tese de Doutorado, 2016.
- BAJOIT, Guy. **L’apport de la socio-analyse à la théorie de la subjectivation**. Working Paper nº 43. Centre de Recherches Interdisciplinaires Démocratie, Institutions, Subjectivité (CRIDIS-UCL), 2016. Disponível em: <https://uclouvain.be/fr/instituts-recherche/iacchos/cridis/working-papers.html>
- BAJOIT, Guy. **Le renouveau de la sociologie contemporaine**. SociologieS - Revue de l’Association internationale des sociologues de langue française, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- BOSCHI, R. R. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.
- BRANDALISE, Carla; HARRES, Marlusa. **“O Povo nas Ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância**. In: A razão

indignada. Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

BRINGEL, Breno. **A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow**. Revista Política e Sociedade, Florianópolis, v. 10, n. 18, 2011.

BOUCHER, Manuel; PLEYERS, Geoffrey; REBUGHINI, Paola. **Subjectivation et désobjectivation. Penser le sujet dans la globalisation**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2017.

CANCIAN, Carlos. Governo Geisel (1974-1979) – “Distensão”, oposição e crise econômica. UOL. São Paulo, 13 de março de 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-geisel-1974-1979-distensao-oposicoes-e-crise-economica.htm>. Acessado em: 01/02/2021, 16:15.

CASTORIADIS, Cornelius. **L'institution imaginaire de la société**. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

CEFAÏ, Daniel. **Porquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective**. Paris: La Découvert, 2007.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Florianópolis: EDUSC, 2001.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Rememoração, identidade e tecnologias sociais: uma análise sociológica das narrativas de ex-internos de uma instituição para menores**. São Paulo Porto Alegre: Tese de doutorado, 2020.

COSTA, Sergio. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

COTANDA, Fernando C.; PEREIRA, Matheus M.; SILVA, Marcelo K.; **Erving Goffman e a Ação Coletiva: contribuições do conceito de molduras interpretativas para o estudo de movimentos sociais**. In: ANAIS DO XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Salvador, Brasil, 2013.

D'ARAÚJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. **Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano. O tempo do regime autoritário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DE MUNCK, Jean. **Les bases d'une sociologie critique**. Working Paper n° 1, Centre de Recherches Interdisciplinaires Démocratie, Institutions, Subjectivité (CRIDIS-UCL),

2009. Disponível em: https://cdn.uclouvain.be/public/Exports%20reddot/cr-cridis/documents/WP_1_Jean_-_Socio_critiquev2011.pdf

DE SOUZA, Ricardo Timm. **A Filosofia e o Pós-Moderno: Algumas Questões e Sentidos Fundamentais**. In: GUINSBURG. Jacó; BARBOSA, Ana Mae. O Pós-Modernismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DOSSE, François. **A saga dos intelectuais franceses 1944-1989. Volume I: À prova da história (1944-1968)**. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

DOSSE, François. **História dos Estruturalismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.

DUBET, François. **A Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

DUBET, François. **Le Sujet contre le Système**. Lua Nova, São Paulo, nº 106, 2019.

DUBET, François. **Sociologie de l'expérience**. Paris: Éditions du Seuil, 2016.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Petrópolis: Vozes, 2019.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FELTRAN, Gabriel; SANJURJO, Lilian. **Sobre lutos e lutas: Violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos**. ANAIS DA 67ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC - SÃO CARLOS – SP, 2015.

FERNANDES, Eduardo Georjão. **Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2016.

FERNANDES, Eduardo Georjão. **Entre ruas, câmeras e redes: as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória em Porto Alegre (2013-2014)**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo do regime autoritário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FILLIEULE, Oliver. **Penser les mouvements sociaux. Conflits sociaux et contestaions dans les sociétés contemporaines**. Paris: La Découvert, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, Michel. **L'usage des plaisirs**. Paris: Gallimard, 1984.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

GADEA, Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. **A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 25, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **A nova intransparência. A crise do Estado de Bem-Estar e o esgotamento das energias utópicas**. Revista Novos Estudos, São Paulo, n. 18, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **A nova obscuridade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

JASPER, James M. **De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas**. Sociológica, Ciudad de México, n. 75, p. 7-48, 2012.

JOAS, Hans; KNÖBL, Hans. **Teoria social**. Petrópolis: Vozes, 2017.

LACERDA, Paula. **O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização dos familiares de vítimas**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, 2014.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 90**. Novos Estudos, São Paulo, n. 66, 2003.

LEVINE, Donald. **Visões da tradição sociológica**. São Paulo: Zahar: 1997.

MACHADO, Frederico Viana. **Do estatal à política: análise das relações entre o Estado e os movimentos de juventudes e LGBT no Brasil (2003-2010)**. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre, 2015.

MARTUCCELLI, Danilo. **Grammaire de l'individu**. Paris: Gallimard, 2002.

MARTUCCELLI, Danilo. **Les trois voies de l'individu sociologique**. Revue EspacesTemps, Paris, 2005. Disponível em: <https://www.espacestemp.net/articles/trois-voies-individu-sociologique/>

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia inacabada. A política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

MILL, John Stuart. Utilitarianism. In: DEERS. **On Liberty and Utilitarianism**. Nova York: Alfred A. Knopf, p. 113-172.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MOCELIN, Daniel Gustavo. **Quatro olhares fundadores: pistas para desvendar a sociologia clássica de Marx, Durkheim, Weber e Simmel**. Porto Alegre: Editora Cirkula, 2017.

NAUJORKS, Carlos José. **Processo identitário e engajamento: um estudo a partir do Movimento de Saúde do Trabalhador do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, 2011.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: Uma biografia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

NEVEU, Érik. **Sociologie de mouvements sociaux**. França: La Découvert, 2015.

PARSONS, Talcott. **A Estrutura da Ação Social. Marshall, Pareto, Durkheim**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PAUGAM, Serge (coord.) **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PERALVA, Angelina. **Conflito e movimentos sociais no acionismo de Alain Touraine**. Lua Nova, Tempo Social, São Paulo, n. 106, p. 160-194, 2019.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Enquadramento interpretativo, lógicas e dinâmicas interpretativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2014.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, 2018.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Autoritarismo e transição**. Revista USP, São Paulo, nº 9, 1991.

PINTO, Almir Pazzianotto. **Sindicatos, corporativismo e política**. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas: Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

PLEYERS, Geoffrey. **Alter-Globalization: Becoming actors in a global age**. Londres: Polity, 2011.

PLEYERS, Geoffrey. **En la búsqueda de actores e desafíos societales. La sociología de Alain Touraine**. Estudios sociológicos, Ciudad de México, v. 24, nº 72, 2006.

PLEYERS, Geoffrey; CAPITAINE, Brieg. (Orgs.). **Mouvements Sociaux: Quand le sujet devient acteur**. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2017.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientos sociales y reconfiguración de la democracia em el Siglo XXI**. Revista Temas Sociológicos, Santiago do Chile, nº 20, 2016.

RAMOS, Rúbia de Araújo. **Entre a América Latina e uma proposta de emancipação: os conceitos de cultura democrática e sujeito na obra de Alain Touraine**. Lua Nova, São Paulo, nº 106, 2019

REIS, Eliana Tavares. **Contestação, engajamento e militantismo: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tese de Doutorado: 2007.

RICOLDI, Arlene Martinez. **A utilidade da noção de frame para a análise dos movimentos sociais**. ANAIS DO XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Curitiba, Brasil, 2011.

ROJO, Raul Enrique. **De Revoluciones e Reformas: tras um tipo ideal de la Reforma Social**. Cadernos do Programa de Pós-graduação Direito/UFRGS, Porto Alegre, v. 2, nº 4, 2004.

ROJO, Raul Enrique. **Protestos nas ruas**. Revista Enfoques, Rio de Janeiro, v. 13, nº 1, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. **Esquerdas revolucionárias e luta armada**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano. O tempo do regime autoritário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. **Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória: estudo sobre as condições e mecanismos de engajamento nas**

Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-198).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

SCHERREN-WARREN, Ilse. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua. O ativismo brasileiro no século XXI.** Revista Política e Sociedade, Florianópolis, v. 13, nº 28, 2014.

SCHUTZ, Alfred. **A Construção significativa do mundo social: Uma introdução à sociologia compreensiva.** Petrópolis: Vozes, 2018.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Construção da “participação popular”: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre.** Porto Alegre: Tese de Doutorado, 2001.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. **Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº 21, 2016.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson Silva de. **A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul.** Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 28, 2011.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Apresentação.** Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 28, 2011.

SILVA, Marcelo Kunrath. **De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente.** Revista Ciências Sociais UNISINOS, São Leopoldo, v. 46, n. 1, 2010.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica.** São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

STEIN, Guilherme de Queiroz. **Identidade, recursos e estratégias. Dinâmicas organizativas em uma ONG.** Porto Alegre: Trabalho de Conclusão de Curso, 2011.

STEIN, Guilherme de Queiroz. **Mobilização de Recursos e Identidade: a Ação Coletiva em uma ONG,** Revista Conversas e Controvérsias, v. 5, n. 1, 2018.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Contentious Politics.** Oxford: Oxford University Press, 2015.

- TARROW; Sidney. **O poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Z.; TRINDADE, Thiago A. **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. Revista Opinião Pública, Campinas, v. 18, nº. 2, 2012.
- TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Novos processos sociais globais e violência**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, n. 13, v. 3, p. 18-23, 1999.
- TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.
- TAVARES, Flávio. **1964 O golpe**. Porto Alegre: LPM Editora, 2014.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano. O tempo do regime autoritário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- THÉVENOT, Laurent. **L'action au pluriel. Sociologie des régimes d'engagement**. Paris: Éditions la découverte, 2006.
- TOURAINE, Alain. **La parole et le sang**. Paris: Editions Odile Jacob, 1988.
- TOURAINE, Alain. **La voix et le regard**. Paris: Seuil, 1978.
- TOURAINE, Alain. **Le retour de l'acteur**. Paris: Fayard, 1984.
- TOURAINE, Alain. **Os novos conflitos sociais. Para evitar mal entendidos**. Revista Lua Nova, nº17, 1989.
- TOURAINE, Alain. **Producción de la sociedade**. México: UNAM-IFAL, 1995.
- TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TURNER; J. H.; BEEGHLEY, L.; POWERS, C. H. **A emergência da teoria sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- VITULLO, Gabriel E. **Transitologia, consolodologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica**. Revista de sociologia e política, Curitiba, nº 17, 2001.
- WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Lisboa: LusoSofia Press, 2010.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2012.
- WEBER, Max. **A ética protestante e “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZULUAGA, Mary Luz A. **Acciones coletivas frente a la violència. Disquisiciones a partir de un estudio de casos: Comuna 13 de Medellín (Colômbia).** Revista Opinião Pública, Campinas, v. 18, nº. 2, 2012.

ANEXO 1

Roteiro de entrevista biográfica semi-estruturado

- Em que contexto histórico você nasceu? Ano? O que havia nesse contexto de marcante social e politicamente?
- Em que momento você se lembra de ter se “conectado” ao mundo, e começado a perceber que você compreendia o que acontecia ao seu redor?
- Seus pais possuíam que formação e que trabalho, você se lembra?
- Seus pais eram envolvidos com alguma atividade associativa? Política, movimentos sociais, associações de bairro? Se sim, quais, e como eles participavam dessas atividades? Eles possuíam correntes políticas aos quais eram ligados?
- Você sabe por que e como seus pais ou aquela pessoa que o criou se inseriu na atividade política? Por influência de quem? Você se lembra dessa ou dessas pessoas? Quais eram seus posicionamentos políticos (dessa pessoa)?
- Fora seus pais, algum outro parente possuía relação em grupos associativos? Se sim, quem e quais grupos? Alguma relação com grupos políticos?
- Você se lembra como era seu ambiente familiar?
- Como era a relação de você com seus pais?
- Como você interpreta o processo educacional que seus pais (ou a pessoa que criou o entrevistado) passaram à você?
- Quais as orientações que seus pais ou aqueles que criaram você lhe passaram? Essa relação era pautada por que valores, você se lembra?
- Você em algum momento chegou a ter conflitos com seus pais em virtude de posicionamentos que você e eles possuíam?
- Em que momentos você lembra de alguma dissonância entre você e seus pais? Por qual motivo foi essa dissonância?
- Como era o cotidiano onde você morava? Como era o espaço (social) em que você cresceu? Do que mais você se lembra desse ambiente? Com quais pessoas você gostava mais de estar junto em sua infância e juventude? Você gostava de tomar as frentes nas atividades que fazia ou sempre foi mais recolhido?
- Você se lembra de amigos, ou alguém em especial, com quem você possuía forte afinidade e por que? Por quais questões vocês se aproximavam? Era já por questões de sociedade e política?
- Você se lembra como o tema da ação política chegou em sua vida?
- Quem você pensa que foram as pessoas, em seu círculo, que lhe trouxeram o tema da política?

- Como foi sua formação educacional? Como foi seu percurso escolar? Você poderia relatar experiências e momentos que se recorda da escola? Como foi seu ambiente escolar, você mudou de escolas ao longo do tempo? Na escola, você teve contatos que o influenciaram politicamente?
- Você poderia relatar como se recorda de seu processo de crescimento e de como você ia interpretando o mundo antes mesmo de se interessar por questões de sociedade e política? Quais foram suas identificações iniciais com o mundo, o que você gostava mais de fazer em sua adolescência e vida adulta? Como seus gostos foram transformando-se? Como foi o processo de começar a perceber que o mundo era perpassado por problemas sociais?
- Você se recorda dos primeiros posicionamentos políticos que você foi constituindo? E como os foi constituindo? Que imagem você tinha do problema social pelo qual você primeiro se engajou à época?
- Como começou seu contato com leituras sobre as questões da sociedade e da política?
- Como você começou a militar? - Você começou a militar em virtude de que?
- Que elementos desse contexto você considerava relevante na época de seu engajamento? Como você justificou o seu engajamento no período? O que levou você à decisão pela atuação efetiva no movimento social? Como você justificou sua inserção no movimento social?
- Quando você começou a militar, como era sua visão acerca do momento brasileiro?
- Quem foi o responsável por levar você para a militância?
- Qual era sua visão de um militante na época em que você começou a militar? Como essa sua visão se compatibilizava com a sua vivência (de vida e política) até então?
- Como foram os primeiros contatos de você com o grupo no qual você militaria?
- Houve conflitos entre você e a organização no início de sua participação?
- Pelo que você procurava lutar?
- Como você caracteriza a ideologia da organização em que você militava? Como ela justificava essa opção ideológica?
- Quais eram as referências que a organização possuía?
- Em que posicionamentos ela se diferenciava de outras organizações do período?
- Como você relacionou sua tomada de decisão pelo engajamento com a vivência que você possuía até então?
- Qual era sua ideologia naquele momento, e por que?
- Essa ideologia, ela foi mudando ao longo do tempo, havia um espaço de margem de adaptação das orientações da organização? - Como eram adaptadas essas orientações? Por exemplo, de acordo com o contexto da ação e com possíveis discordâncias dos militantes no interior da ação? Havia discordâncias? Você se recorda de algo nesse sentido? Você

se recorda de alguma discussão sobre algum ponto em específico que ocorreu durante sua atuação?